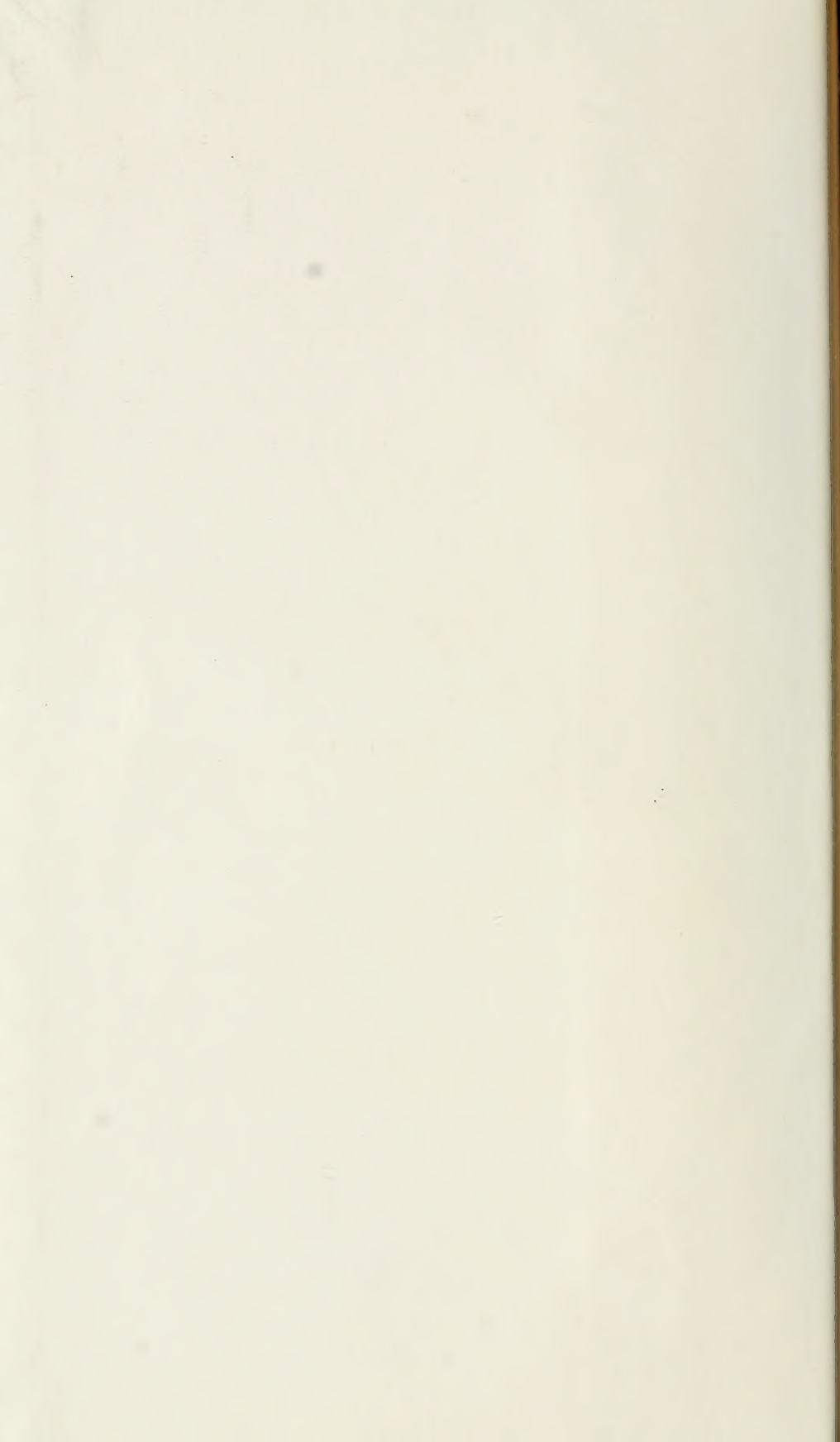


Ferrão, António
Os arquivos e as bibliotecas em Portugal



SCIÊNCIAS AUXILIARES DA HISTÓRIA
BIBLIOGRAFIA E BIBLIOTECOGRAFIA

2040
35

908

OS ARQUIVOS

E AS

Bibliotecas em Portugal

POR

ANTÓNIO FERRÃO

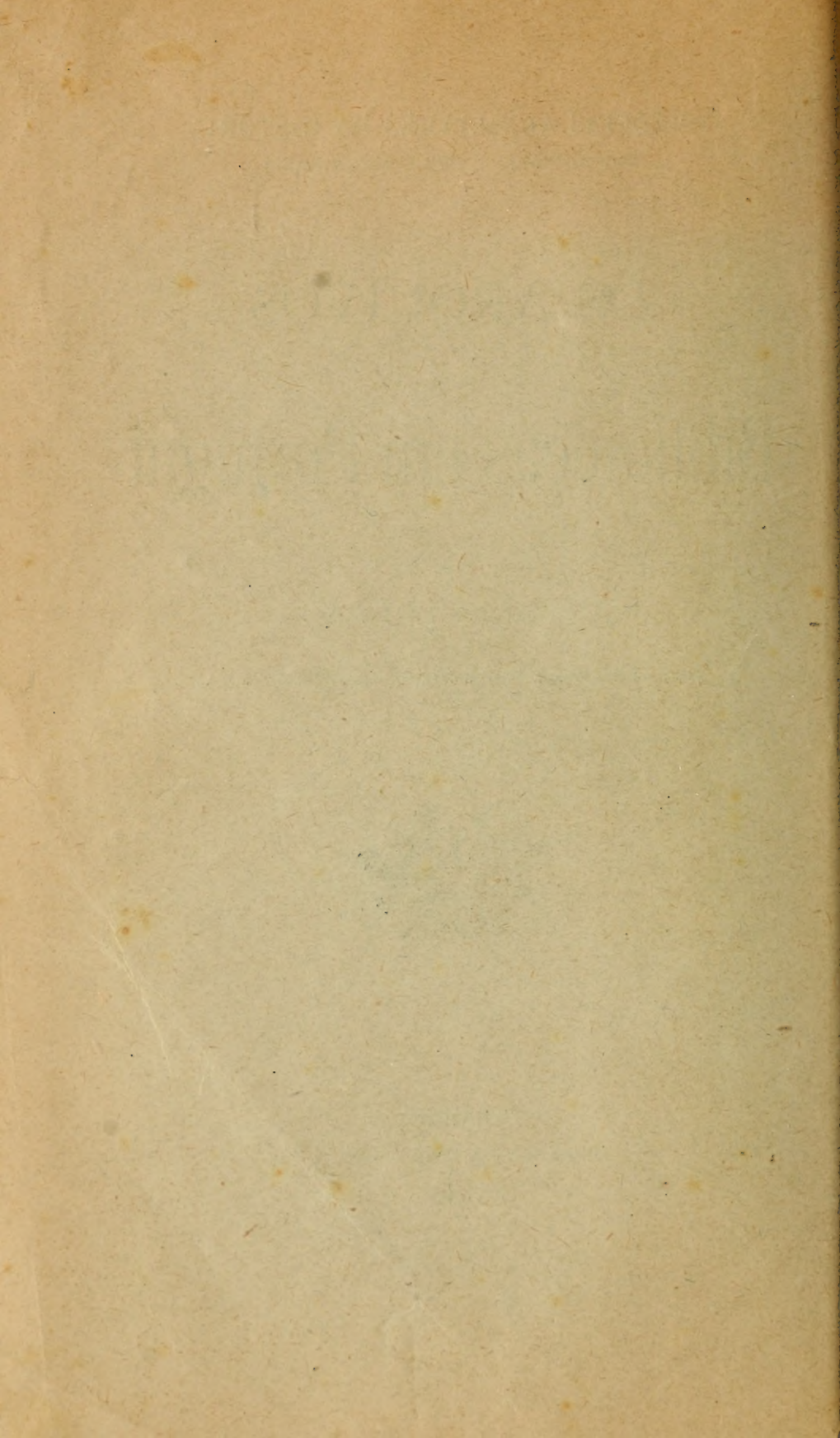
OBRA SUBVENCIONADA PELO MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

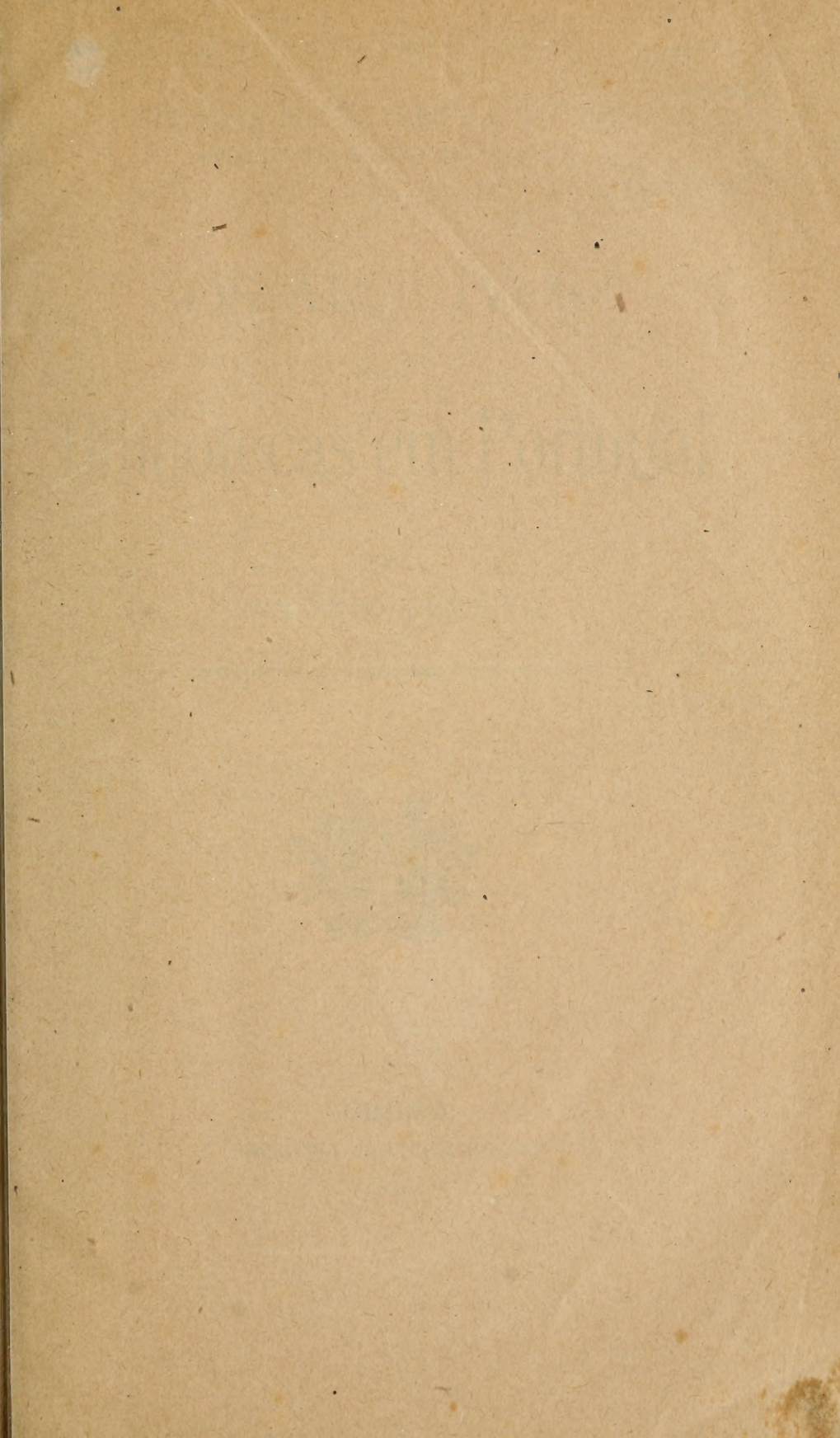


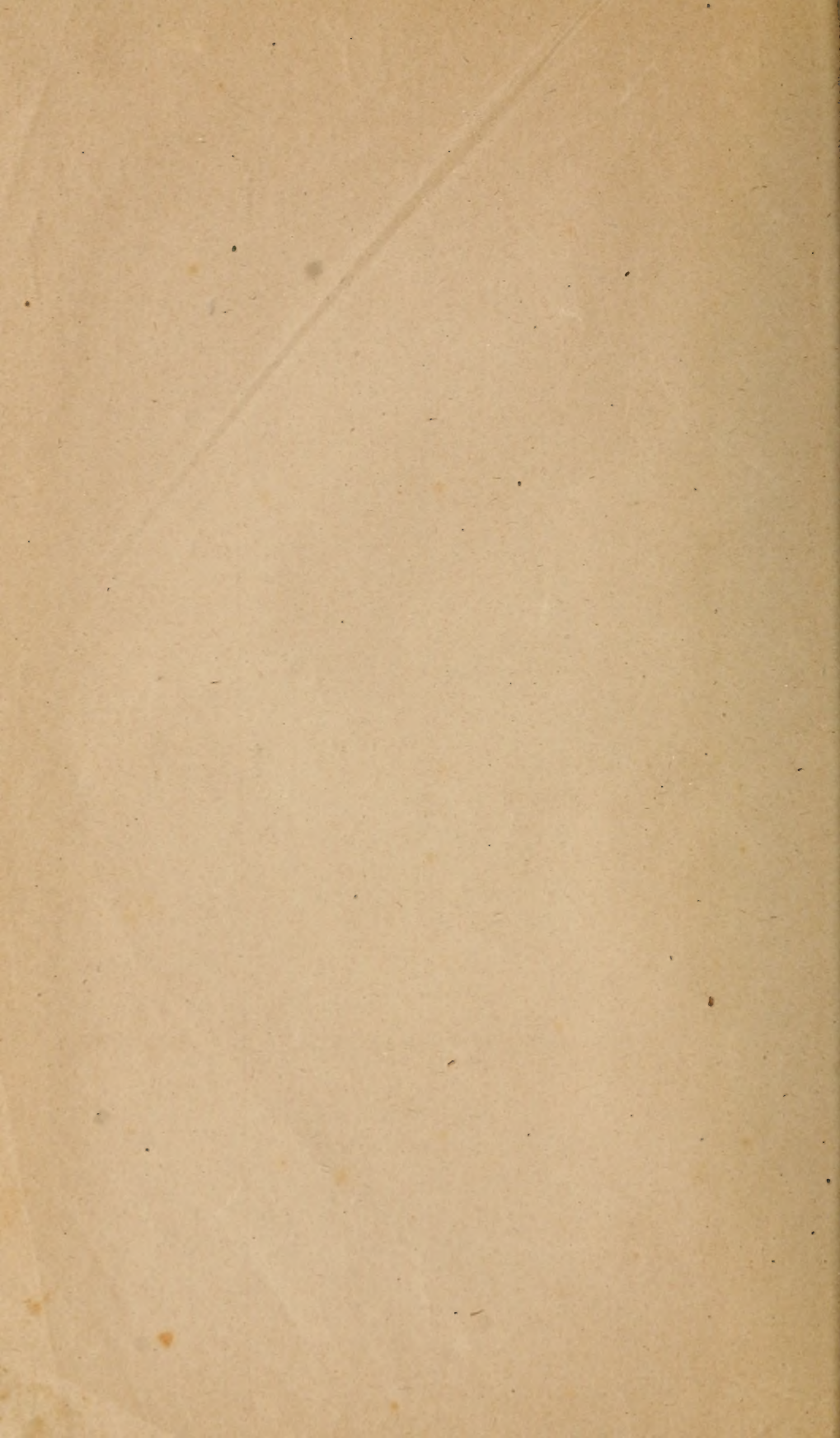
COIMBRA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE

1920







Instituto da Lib. Univ. de Vagos: Humm...
SCIÊNCIAS AUXILIARES DA HISTÓRIA
BIBLIOGRAFIA E BIBLIOTECOGRAFIA
422-I-92

OS ARQUIVOS

E AS

Bibliotecas em Portugal

POR

ANTÓNIO FERRÃO

OBRA SUBVENCIONADA PELO MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA



COIMBRA

IMPrensa DA UNIVERSIDADE

1920



OUTRAS OBRAS DE ANTÓNIO FERRÃO

O Marquês de Pombal e as Reformas dos Estudos Menores (1915).

Os Arquivos da História de Portugal no Estrangeiro (1916).

Da importância dos documentos diplomáticos em História. Estudo sucinto de alguns arquivos diplomáticos estrangeiros e nacionais (1917).

A Vida e Obra Governativa do 1.º Marquês de Pombal. Plano e sumários do 1.º e 2.º vol.º da publicação mandada efectuar pelo Governo da República (1917).

As Causas «Ideais» da Conflagração e a função pedagógica das Academias científicas após a guerra (1918).

Gomes Freire na Rússia (1918).

Da Importância das Colecções de Inéditos no progresso da historiografia contemporânea. Introdução geral à Colecção de Inéditos da História de Portugal publicada pelo Ministério de Instrução Pública (1919).

O povo na história de Portugal. A Restauração de 1640. Como se perdeu e se reconquistou a independência (1580-1668). (1919).

Academias e Universidades. Discurso pronunciado na sala do Senado da Universidade de Coimbra (1919).

Prussianos de Ontem e Alemães de Hoje. As Impressões de um diplomata Português na Córte de Berlim (1789-1790). (1919).

NO PRELO (PRESTES A APARECER)

Gomes Freire e as virtudes da raça portuguesa. Discurso acompanhado de muitas notas com documentos inéditos.

NO PRELO

A Intendência Geral da Policia no tempo dos Franceses. (Invasão de Junot).

EM PREPARAÇÃO

A REVOLUÇÃO DE 1820. Seus antecedentes. Obra comemorativa do 1.º centenário desse acontecimento.

As Ciências Históricas em Espanha. Ensaio da Bibliografia histórica espanhola.

PROÉMIO

O estudo que adiante segue é, sob o ponto de vista administrativo ou burocrático, o Relatório de alguns trabalhos por nós realizados e de algumas iniciativas tomadas quando as Bibliotecas e Arquivos do Estado fizeram parte do programa de serviços de Secretaria que então chefiávamos: a Repartição de Instrução Artística.

Mas, se tal trabalho não passasse daí não seria grande o seu interesse e a sua utilidade. Resolvemos, por isso, ampliar a seu âmbito; detalhar umas passagens e sintetisar outras; enfim, concretisar, documentar e analisar vários pontos relativos à organização e funcionamento dos nossos principais arquivos e bibliotecas.

Assim, o trabalho que despretenciosamente hoje apresentamos é um balanço — posto que sumário — da situação em que se encontram os nossos mais importantes depósitos de manuscritos e livros do Estado ou públicos.

Ao mesmo tempo que temos em vista dar conta ao país — que nos paga, como seu funcionário — de alguns serviços que desempenhámos no cargo que nos foi cometido — como parece

ser boa norma numa democracia, — aproveitamos o ensejo para fornecer aos estudiosos alguns elementos de informação bibliográfica — um modesto Ensáio de bibliografia de catálogos de manuscritos e livros, de heurística, e de bibliotecografia portuguesas (4).

A. F.

(4) Vêr: Ch. Langlois, *Manuel de Bibliographie Historique*, 1901-1904, 2 vols.; Langlois e Seignobos, *Introduction aux Études Historiques*, 1.º e 2.º capitulos; *Manuais: de bibliografia geral*, de H. Stein; de *Biblioteconomia*, de Graesel; de *Diplomatica*, de Giry; as sucessivas edições, publicadas por Dahlmann, Waitz e Steindorf, da *Queellenkunde der deutschen Geschichte*, 1.ª parte; a *Biblioteca istorica della antica e nuova Italia*, de C. Lozzi, e a *Grande raccolta di opere antiche e moderne sulla istoria d'Italia*; bibliografia espanhola, na *Historia da Civilização Espanhola*, de Altamira; Bordier, *Les Archives de France*; Langlois e H. Stein, *Les Archives de l'Histoire de France: Catalogue de l'histoire d'Espagne et de Portugal*, da Biblioteca Nacional de Paris; H. Pirenne, *Bibliographie de l'histoire de Belgique*; L. Delisle, *Catalogue général des livres imprimés de la Bibliothèque nationale*. II, Préface; Inocência e Brito Aranha, *Dicionário Bibliográfico Português*; J. C. Figanière, *Bibliografia Histórica Portuguesa*; F. F. de la Figanière, *Catálogo dos manuscritos portugueses existentes no Museu Britânico*; R. Pinto de Matos, *Manual Bibliographico Portuguez*.

OS SERVIÇOS DAS BIBLIOTECAS
E ARQUIVOS DO ESTADO

E OS DE

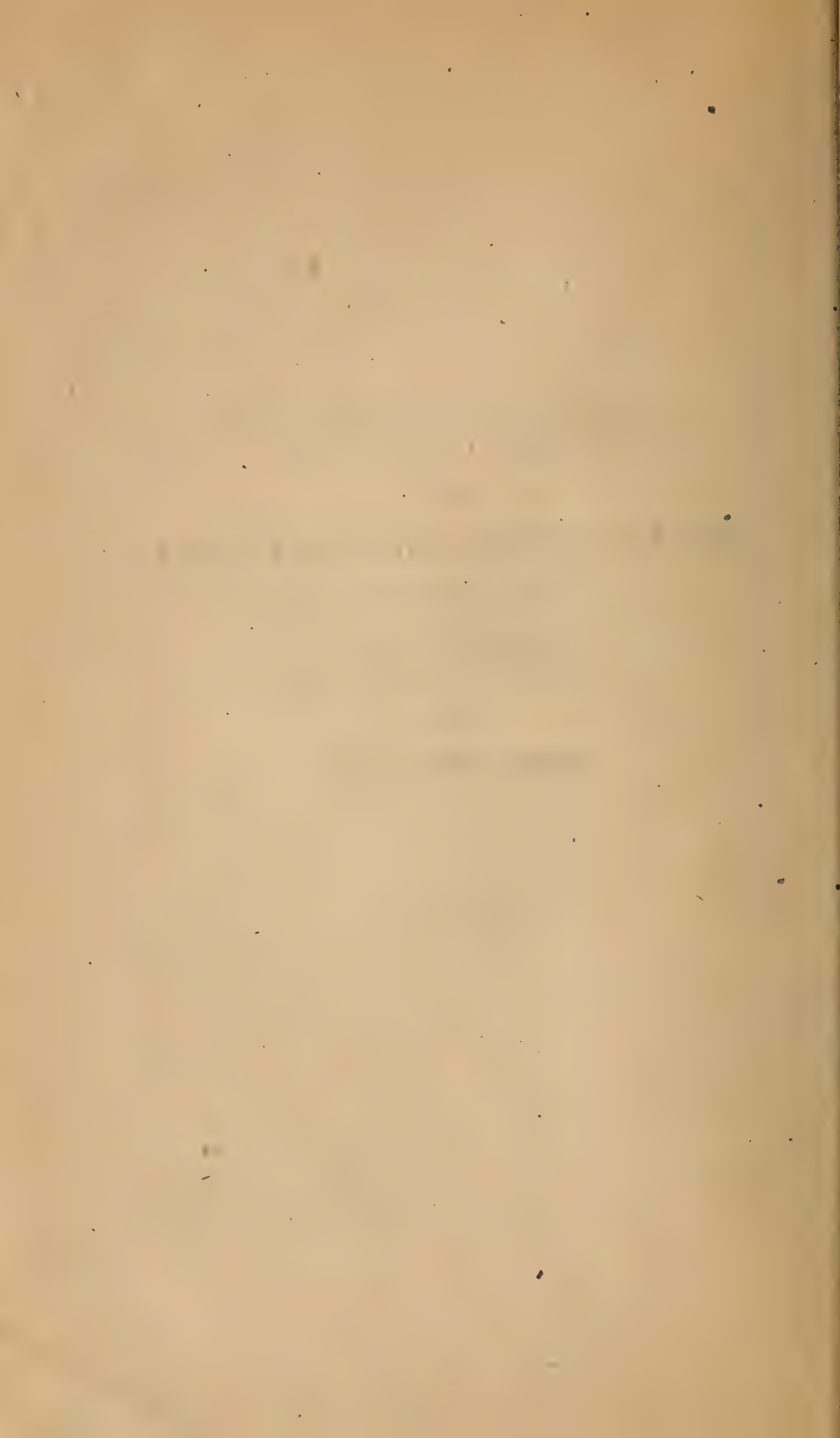
BELAS-ARTES EM PORTUGAL

NO ÚLTIMO QUINQUÉNIO (1913-1918)

(RELATÓRIO DOS SERVIÇOS
DA REPARTIÇÃO DE INSTRUÇÃO ARTÍSTICA)

1.ª PARTE

Introdução. Bibliotecas e Arquivos



Os serviços das Bibliotecas e Arquivos do Estado em Portugal

NO ÚLTIMO QUIÉNIO (1913-1918)

INTRODUÇÃO

1.^o -- A criação do Ministério de Instrução Pública

EX.^{mo} SR. PRESIDENTE
DA REPÚBLICA

Havendo decorrido cinco anos que foi creada, pela lei de 7 de julho de 1913, e organizada, pelo decreto de 20 de outubro do mesmo ano, a Repartição de Instrução Artística do Ministério de Instrução Pública, consinta V. Ex.^a que, na nossa qualidade de chefe da mesma Repartição, venhamos apresentar, em rápida sumula, o relato de alguns trabalhos por nós directamente effectuados e a exposição de outros em que a referida Secretaria, pelas suas atribuições e competência, interveiu mais ou menos imediatamente.

EX.^{mo} SENHOR

De longa data, particular e oficialmente, vinhamos pugnando pela criação do Ministério de Instrução Pública, custando-nos vêr que o novo regime não cuidasse dessa criação logo após a Revolução vitoriosa de 5 de outubro.

Ainda no tempo da Monarquia por diversas vezes, em discursos e conferências, havíamos advogado a idéa da criação dêsse Ministério, e logo no início da República, no desempenho do nosso cargo de chefe de Repartição da Direcção Geral de

Instrução Secundária, muitas vezes instámos superiormente pela criação dêsse tão importante organismo administrativo.

Assim, proclamada a República redobrámos de esforços no sentido de se levar por diante tão salutar e progressiva inovação. Logo em 20 de dezembro de 1910 fazíamos uma comunicação na Academia de Ciências de Portugal acerca: «*Da conveniência da criação do ministério de Instrução como órgão essencial da coordenação dos diversos ramos e graus de ensino*» (1).

Em 8 de junho de 1911 fazíamos uma conferência na Sociedade de Geografia onde tratávamos, com o possível desenvolvimento, do *Problema educativo*. Aí, depois de um rápido estudo sôbre a evolução pedagógica no estrangeiro e em Portugal, expozemos como deve ser pôsto o problema da educação nacional, qual o seu objectivo, e quais os fins a atingir — e que devem ser: realizar o progresso da sciência, da arte e da litteratura; fazer a aplicação da sciência à indústria e ao comércio; promover a valorização da *terra portuguesa*, pela indústria e pelo comércio, bem como a valorização do *homem português* pela educação física, artística, intelectual, cívica, moral e técnica, preparando-o para a vida em geral e especialmente para a vida nacional. Depois, tratando dos organismos do ensino público justificámos com desenvolvimento a necessidade da criação de um Ministério de Instrução (2).

A seguir, em 21 de novembro, fazíamos nova comunicação à Academia de Ciências de Portugal acerca da «*função coordenadora e propulsora no nosso ensino que estava reservada ao futuro ministério de instrução*», onde, com algum desenvolvimento expuzemos a acção importante que estava reservada a essa Secretaria, os meios de a exercer, o sentido em que devia ser dirigida essa acção, e os fins que devia ter em vista para exercer a sua alta missão social quer sob o ponto de vista material da valorização técnica do trabalhador, como sob o aspecto moral do progredimento cívico, ético e artístico do homem português.

(1) *Trabalhos da Academia*, 1.ª série, t. iv, pág. 321.

(2) *Ibidem*, págs 403 a 408.

Em 23 de novembro de 1911 publicava o jornal *O Seculo* uma entrevista comnosco onde, entre outras coisas, diziamos:

«O Ministério de Instrução Pública é mais do que necessário: é urgente. Quem diz um Ministério diz um Subsecretariado — como em alguns países. Seja como fôr, o que é indispensável e urgente é que exista uma entidade autónoma, que por si resolva todas as questões de instrução e se entendá directamente com o Presidente da República.

«O que para aí está não deve continuar. A instrução é sempre sacrificada aos mil e um assuntos que absorvem um Ministro do Interior.

«À criação duma administração central de ensino público é, no nosso país, essencial. A tendência de todos os paizes é separar a instrução dos restantes serviços públicos. Mesmo nos paizes onde a etatização do ensino não existe, nesses mesmo se vai esboçando uma grande tendência para centralização do ensino. É olhar para a importância crescente do *Board of education* de Inglaterra. E o *Commissioner of education* dos Estados Unidos, que, a princípio se ocupava apenas da estatística, vai tendo atribuições fiscais e directivas cada vez mais acentuadas e amplas.

«Essa tendência para a centralização do ensino público tem fácil explicação, se atendermos à complexidade crescente das questões pedagógicas. Na verdade, a ciência da educação constitue hoje uma verdadeira enciclopédia. A pedagogia geral, a pedologia e as metodologias especiais quer de cada grau de ensino, quer de cada objecto de estudo, absorvem cada vez mais os especialistas. Por isso, se a administração económica do ensino se pode deixar a entidades locais, a sua direcção propriamente pedagógica deve estar na mão de homens especialmente preparados para tal fim».

A seguir, expondo as causas justificativas da criação dum Ministério de Instrução, diziamos:

«Primeiramente, a *causa material*, que consiste na impossibilidade de um Ministro poder dirigir com a atenção, a consciência e prontidão necessárias todos os negócios que actualmente correm pelo Ministério do Interior. Vem depois a *causa pedagógica*, que está na necessidade de coordenar o

ensino scientifico com o ensino técnico e profissional que neste momento estão tão completamente separados que até se acantonam em ministérios diferentes. O país tem bachareis a mais, e técnicos a menos. Necessítamos de cultivadores instruídos, de esclarecidos regentes agrícolas, bons chefes de estações e de laboratórios agronómicos. Precisamos de instruir profissionalmente os operários, preparar os chefes de máquina, contra-mestres, chefes de trabalhos, engenheiros, directores de indústrias, etc. É também conveniente instruir o caixeiro, e, muito especialmente, o caixeiro viajante. O progresso económico da Alemanha é devido, em grande parte, à excelente educação profissional dos seus caixeiros e agentes comerciais.

«Temos, emfim, o *motivo moral*. Para termos um ensino público digno dêste nome, necessítamos colocá-lo fóra e muito acima da politica partidária. Não imagina como o favoritismo e o seu reverso — a perseguição, desmoralizam o professor. O professor que o Estado deve tratar como o principal factor de renascimento nacional, deve ser objecto de desvelos e atenções constantes. Uma injustiça cometida é sempre uma causa de desgosto e de desalento...».

Àcêrca da constituição do ministério, dizíamos: «Poderia ser constituído por três direcções gerais: a do ensino primário, com duas repartições; a do ensino secundário, superior e artístico, com três repartições, como agora, tratando cada uma da sua especialidade de ensino; e uma direcção de ensino técnico, também com três repartições: uma ocupando-se do ensino agrícola, outra do ensino industrial, e uma terceira do ensino comercial e colonial».

Apesar do Parlamento não se ter ocupado da questão — que considerávamos magna — da criação do Ministério de Instrução, não desanimávamos; e pública e particularmente não deixámos de agir para que tal assunto se ventilasse e resolvesse.

Assim, em 15 de março de 1912 publicava o *Seculo* com o título genérico: *Questões de Instrução*, uma outra entrevista comnosco, onde àcêrca dum projecto de lei criando o Ministério de Instrução que nós havíamos elaborado e que o malo-

grado jornalista Pádua Correia, então deputado, ia apresentar na sua Câmara, dizíamos o seguinte: «E indispensável e urgente coordenar o ensino geral ministrado pela instrução primária e secundária com o ensino profissional nos seus três graus, e ter bem em vista que as questões de ensino querem-se absolutamente fóra da política, longe, por completo, do seu alcance...».

Mais adiante, continuávamos: «O que tem faltado principalmente à nossa instrução é, por um lado, a coordenação dos serviços pedagógicos e por outro a especialização das funções do ensino. Melhor ainda: desde Rousseau, Basedow e Kindermann, é hoje mais que nunca factó assente que a educação tem em vista habilitar o homem para realizar a *vida completa* de Spencer. Quer dizer: o homem, além duma cultura geral que o habilite na interpretação dos fenómenos biológicos e sociais, necessita por seu turno da educação especial, ou melhor da educação profissional, que o torne um valor económico positivo. Conseqüentemente, resulta daí que os órgãos do ensino geral devem estar lógica e pedagogicamente relacionados com as escolas de ensino profissional para evitar os absurdos com que esbarrámos hoje a cada passo: escolas que se rotulam de profissionais ministrarem apenas um ensino científico, — algumas delas até abusando do ensino clássico, ao mesmo tempo que há escolas cuja missão é o ensino puramente científico, as quais divagam pelas questões técnicas e de aplicação. Torna-se, pois, necessário que cada escola ministre, mas *completamente*, o ensino da sua especialidade, sem enveredar pelo de matérias estranhas e conservando sempre o espírito de ensino em harmonia com o que lhes está indicado nos regulamentos do ensino público. De resto, esta coordenação e essa especialização dos diversos graus e ramos de ensino só se tornará um factó quando o ensino técnico e profissional estiver bem relacionado com o ensino geral, num só ministério.

«No projecto de lei que o sr. Pádua Correia vai apresentar ao parlamento procurou-se especializar, quanto possível, as funções dirigentes nos serviços de ensino, e garantir para o bom desempenho um pessoal bem habilitado scientificamente. Assim, segundo esse projecto, o Ministério de Instrução ficaria consti-

tuído por uma secretaria geral e repartição do gabinete, três direcções gerais e a inevitável repartição de contabilidade. . . ».

A seguir expunhamos duma forma sumária o projecto que havíamos elaborado e, que efectivamente pouco tempo depois era apresentado na Câmara dos Deputados pelo falecido jornalista Pádua Correia.

Esse projecto, que figura publicado no *Diário do Governo* de 16 de março de 1912, é como segue:

PROJECTO DE LEI

Criação do Ministério de Instrução Pública

TÍTULO I

Da organização dos serviços

Artigo 1.º É criado o Ministério de Instrução Pública, tendo em vista centralizar e coordenar, numa só Secretaria de Estado, os serviços de direcção, administração e fiscalização superiores do ensino primário, secundário, superior, artístico, técnico e profissional neste momento a cargo dos Ministérios do Interior, Fomento e Colónias.

Art. 2.º O Ministério da Instrução Pública fica constituído do seguinte modo:

- a) Secretaria Geral e Repartição de Gabinete;
- b) Direcção Geral de Instrução Primária;
- c) Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Artística;
- d) Direcção Geral de Ensino Técnico e Profissional;
- e) Repartição de Contabilidade.

Art. 3.º No Ministério funcionará o Conselho Superior de Instrução Pública, com a organização e atribuições da sua lei orgânica.

Art. 4.º No Ministério de Instrução Pública funcionarão também diversas comissões de trabalhos scientificos, como sejam comissões: de estudos filológicos para a factura duma história da literatura, dum dicionário, duma gramática histórica e actual da língua portuguesa e de edições anotadas dos prin-

cipais escritores nacionais; de estudos geográficos para a organização duma completa geografia de Portugal e Colónias desde o estudo paleogeográfico até à parte antrop-social; de estudos históricos para a factura duma história da civilização portuguesa, e a publicação de colecções de documentos inéditos (políticos, diplomáticos, militares, administrativos, jurídicos e económicos) relativos à nossa história; de estudos artísticos e arqueológicos para a factura duma história da arte portuguesa, para organização do nosso *folk-lore* poético e musical, e para a elaboração dum catálogo descritivo dos nossos monumentos e objectos de arte; de estudos antropológicos e etnológicos para o estudo do tipo, raça e costumes do povo português; de estudos demográficos, económicos e sociais; além da criação de outras comissões que sejam julgadas convenientes.

§ único. Sendo tais comissões retribuídas, ir-se hão constituindo à medida que a situação do Tesouro Público o permita, sendo o *modus faciendi* objecto de diploma especial.

Art. 5.º A Secretaria Geral e Repartição de Gabinete tem como fins a distribuição de expediente do Ministério; a coordenação dos serviços das três Direcções Gerais; a centralização dos diplomas para a assinatura presidencial e de projectos de lei, regulamentos e quaisquer propostas e relatórios para a apreciação parlamentar; a direcção administrativa das publicações e trabalhos de estatística feitos pelo Ministério; a direcção e administração da Biblioteca da Instrução Pública, bem como a direcção da Secretaria do Conselho Superior de Instrução Pública; e a conservação sob a sua inspecção dos selos do Ministério.

§ único. Servirá de secretário geral do Ministério o director geral da instrução secundária, superior e artística.

Art. 6.º A Direcção Geral da Instrução Primária será constituída por duas repartições: a 1.ª tratando da organização pedagógica e exames, inspecção académica, criação de escolas, construções escolares e material de ensino; a 2.ª ocupando-se do pessoal do ensino primário e normal, questões de contencioso e disciplina, administração e contabilidade das escolas primárias e normais primárias, e inspecção administrativa.

Art. 7.º A Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Artística será constituída por três repartições tratando a 1.ª dos serviços respeitantes ao ensino superior, academias e sociedades scientificas e literárias, observatórios e clínicas escolares; a 2.ª occupar-se há de ensino secundário e a 3.ª de ensino artistico, muzeus, bibliotecas e arquivos;

Art. 8.º A Direcção Geral do Ensino Técnico e Profissional será constituída por três repartições; a 1.ª tratando do ensino agrícola fixo e ambulante; a 2.ª do ensino comercial e a 3.ª occupando-se do ensino industrial.

§ 1.º As três repartições terão cada uma a sua secção colonial tendo em vista tratar, respectivamente, do ensino agrícola, comercial, industrial e colonial nos estabelecimentos de ensino das referidas especialidades;

§ 2.º Esta direcção terá, ainda, a seu cargo a propaganda das nossas colónias, não só nas cidades, como nos campos, e, mórmente, nas regiões que ofereçam grande percentagem emigratória.

Art. 9.º A Repartição de Contabilidade junto dêste Ministério terá a seu cargo todos os serviços referentes a despesas com o Ministério e estabelecimentos dele dependentes.

Art. 10.º O Ministério terá a seu cargo a direcção e a administração da Biblioteca da Instrução Pública composta de obras de: pedagogia geral, metodologia, psicologia, pedologia, legislação escolar estrangeira e nacional, e revistas da especialidade.

§ único. Esta biblioteca será para o uso dos funcionários dos Ministérios, do professorado ou de quaisquer outras pessoas estranhas a essa Secretaria; mas para estas só com autorização especial do Ministro.

Art. 11.º O Ministério terá a seu cargo como publicações periódicas o *Anuário da Instrução Pública*, um *Boletim*, e os *Serviços de Estatística Escolar*.

§ 1.º O anuário, além de artigos sôbre o ensino, constará duma lista graduada de todo o professorado e de mais funcionários dependentes dêste Ministério para os efeitos de promoção e aposentação.

§ 2.º O Boletim deverá ser ao mesmo tempo uma *Revista*

com artigos sôbre pedagogia, etc., legislação escolar estrangeira e bibliografia, seguida duma segunda parte, que constituirá o *Boletim Administrativo*.

TÍTULO II

Do pessoal do Ministério

Art. 12.º O quadro do pessoal superior do Ministério fica constituído da forma seguinte :

- 1.º Secretaria Geral e Repartição do Gabinete :
 - 1 chefe de Repartição
 - 1 primeiro official
 - 2 segundos officiais
 - 4 terceiros officiais
- 2.º Direcção Geral de Instrução Primária :
 - 1 director geral
 - 2 Chefes de Repartição
 - 1 primeiro official
 - 2 segundos officiais
 - 6 terceiros officiais
- 3.º Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Artística :
 - 1 Director Geral
 - 3 Chefes de Repartição
 - 2 primeiros officiais
 - 3 segundos officiais
 - 6 terceiros officiais
- 4.º Direcção Geral de Ensino Técnico e Profissional :
 - 1 Director Geral
 - 3 Chefes de Repartição
 - 2 primeiros officiais
 - 3 segundos officiais
 - 6 terceiros officiais
- 5.º Repartição de Contabilidade :
 - 1 Chefe de Repartição ou primeiro official chefe de secção
 - 2 segundos officiais
 - 4 terceiros officiais

§ único. O pessoal da biblioteca será constituído por 1 segundo oficial e 2 terceiros oficiais, para esse fim destacados duma das direcções gerais, em harmonia com as conveniências de serviço.

Art. 13.º O pessoal menor do Ministério é constituído por:

1 contínuo-chefe do pessoal menor

5 contínuos

14 serventes.

TÍTULO III

Do provimento dos cargos

Art. 14.º Os cargos de directores gerais serão de livre nomeação do Govêrno entre professores do ensino oficial que tenham dado provas de grande competência em assuntos de pedagogia que se relacionem com os lugares para que vão ser nomeados.

§ 1.º Estes cargos são de comissão.

§ 2.º O cargo de director geral do ensino técnico e profissional também poderá ser desempenhado por um agricultor, um industrial ou um comerciante com uma educação geral e especial perfeitas.

Art. 15.º O cargo de chefe de repartição será inamovível e preenchido alternadamente por concurso e promoção entre, os individuos que tenham um curso de escola superior, onde se ministre o ensino pedagógico, ou pelo menos o ensino científico nos ramos onde se não ministre aquele, em harmonia com os serviços burocráticos a que concorrem.

§ 1.º Para as repartições da Instrução Primária os candidatos a chefes de repartição deverão ter o curso complementar das escolas normais, nos termos do decreto de 24 de dezembro de 1901, ou com o curso completo, normal, nos termos do decreto de 29 de março de 1911, e, pelo menos com dez anos de bom e efectivo serviço no magistério ou na inspecção do ensino primário.

§ 2.º Não havendo funcionários habilitados com esses cursos da especialidade para a promoção, as vagas serão postas a concurso nos termos dêste artigo e seu § 1.º

Art. 16.º O provimento dos lugares de primeiros oficiais faz-se alternadamente por concurso de provas práticas e por promoção.

§ 1.º Ao concurso para primeiros oficiais são apenas admitidos os candidatos que, além de satisfazerem aos requisitos exigidos geralmente para os provimentos de empregos públicos, apresentem diploma dum curso superior.

§ 2.º São promovidos a primeiros oficiais os segundos oficiais mais antigos que tenham um curso superior e as informações de bom e efectivo serviço prestadas pelo competente Director Geral e ouvido o respectivo Chefe de Repartição.

§ 3.º Quando não haja segundos oficiais nas condições do parágrafo antecedente será aberto concurso de provas práticas em acôrdo com o § 1.º

Art. 17.º O provimento dos lugares de segundos oficiais faz-se alternadamente por promoção e por concurso de provas práticas.

§ 1.º São promovidos a segundos oficiais os terceiros oficiais mais antigos, tornando-se motivo de preferênciã as informações de bom e efectivo serviço prestadas pelos superiores sob que serviram, e em igualdade de circunstâncias, o diploma dum curso superior, ou pelo menos secundário.

§ 2.º Ao concurso para segundos oficiais são admitidos, sómente os candidatos que além de satisfazerem aos requisitos exigidos geralmente para o provimento de empregos públicos, apresentem diploma dum curso superior ou, pelo menos, secundário.

Art. 18.º Os lugares de terceiros oficiais são providos por concurso de provas práticas entre os candidatos que além das condições geralmente exigidas para empregos públicos, tenham o curso geral dos liceus.

Art. 19.º Os candidatos aos lugares de segundos e terceiros oficiais devem ter conhecimentos práticos de dactilografia e estenografia.

Art. 20.º Sôbre o programa dos serviços das repartições, atribuições dos empregados, tempo de serviço, faltas, licenças, disposições disciplinares processos de serviço e outros detalhes o decreto, com o regulamento do Ministério, o preceituará concreta e taxativamente.

TÍTULO IV

Disposições transitórias

Art. 21.º Enquanto não se organiza em Lisboa a Faculdade de Ciências Económicas e Políticas de que fala o decreto com fôrça de lei (Bases da constituição universitária) de 19 de abril de 1911, no seu artigo 4.º a Escola Colonial, que funciona actualmente junto da Sociedade de Geografia, passará a depender do Ministério da Instrução Pública, por intermédio da Direcção Geral do Ensino Técnico e Profissional.

Art. 22.º Os actuaes empregados dos Ministérios do Interior, Fomento e Colonias, a cujo cargo estão os serviços que passam a constituir o Ministério da Instrução Pública, serão distribuídos por êste Ministério em harmonia com as disposições do presente decreto e segundo as conveniências do serviço.

§ 1.º A esses empregados são garantidas todas as vantagens e direitos que usufruem de acôrdo com a legislação a êles respeitante e em vigôr à data da promulgação desta lei.

Art. 23.º Fica revogada a legislação em contrário.

Falando dêsse projecto e do recrutamento do pessoal superior, diziamos nós na já aludida entrevista :

«... Os chefes da repartição deveriam ter uma boa preparação científica e pedagógica... Por sua vez, os directores gerais também deixariam de ser escolhidos ao acaso das afinidades políticas ou sentimentais para serem seleccionados entre professores competentes pelo alto critério do futuro ministro de instrução. Êste ponto é muito para atender, pois só assim o novo ministério poderá satisfazer plenamente ao fim que se pretende atingir com a sua criação».

Falando das comissões diziamos então : «Trata-se de criar, no Ministério, umas comissões de trabalhos scientificos, constituídas pelos nossos mais illustres homens de sciência. É para estranhar o que se dá no nosso país : não temos um dicionário, uma gramática histórica, uma edição anotada dos nossos clássicos; emfim, Portugal é dos poucos países do mundo

que não possui escrita uma história da sua civilização, podendo dizer-se outro tanto da falta de trabalhos de carácter demográfico. Pode pois afirmar-se que há um grande trabalho a efectuar nesse género, o qual ficaria a cargo dessas comissões de especialistas, entendendo-se que esses colaboradores só perceberiam pelo que produzissem. Quanto ao Conselho Superior de Instrução Pública, deveria também ser reorganizado, não só em harmonia com a distribuição dos serviços do novo Ministério, mas tendo ainda em vista dar-lhe maiores atribuições pedagógicas, formando as diversas secções em que ele se divide, verdadeiras comissões de aperfeiçoamento de ensino, que que tão bons resultados teem dado na Bélgica e em outros paizes que as teem utilizado».

*
* * *

Entregue o nosso projecto na Câmara dos Deputados nem por isso descurámos o assunto, antes seguimos com a maior atenção tudo o que se fazia e dizia dentro e fóra do Parlamento acerca dessa tão momentosa e importante questão.

Tempo depois, no Parlamento a comissão conjunta da instrução apresentava um contra-projecto que estava longe de nos satisfazer. De novo um redactor de *O Século* nos procurou para indagar da nossa opinião e esta aparece exposta, como segue no número desse jornal de 16 de novembro de 1912. Entre outras coisas dissémos então:

«Foi rialmente lamentável sob todos os pontos de vista que o Ministério de Instrução não fôsse criado logo no princípio da República. Se tal se fizesse evitar-se-iam muitos incidentes necessariamente determinados pela complexidade e delicadeza das questões pedagógicas, e sobretudo pela acumulação de serviços profundamente diferentes num mesmo Ministério — o do Interior. Quem conhece bem esta engrenagem burocrática, cheia de ferrugem, não pode deixar de admirar a variedade de aptidões que necessita pôr em jogo e a soma de trabalho que precisa desenvolver um Ministro para occorrer ás necessidades dessa pasta...». «Ora o momento que atravessamos,

— deve compreender, — não é de molde a limitar o trabalho e a intelligência dum Ministro ao comesinho despacho de todos os dias. Não pode ser!

«O nosso país atravessa, ou deve atravessar, neste momento, um período de verdadeira transformação em todos os sentidos, de verdadeira reconstrução: económica e financeira, colonial e militar, e, principalmente, pedagógica.

«Razão de sóbra teve o meu amigo, o illustre Ministro do Fomento⁽¹⁾, ao dizer há dias numa entrevista publicada no seu excelente jornal: «O nosso problema económico é principalmente um problema pedagógico». É exacto. E não se imagine que é apenas o povo que é analfabeto. Isso ainda não é de tudo o peor, porque, como sabe, há paizes onde o analfabetismo apresenta uma percentagem importante, e, comtudo, progredem nas sciências, nas letras, na indústria e no comércio. Aí tem a Bélgica para exemplo.

«A falta de cultura é mais perigosa, como deve calcular, nos dirigentes que nos dirigidos; mas não imagine que dou aqui à palavra *dirigentes* um méro significado político. Longe disso; *dirigentes* aqui significa representativos na indústria e no comércio, como na sciência e na política.

«A verdade é forçoso dize-la — desagrade a quem desagradar, e a verdade é esta: a falta de cultura das nossas classes dirigentes, com excepções, é de apavorar; o analfabetismo do nosso diplomado é, na generalidade, de fazer estremecer; emfim, a nossa *élite*, posta em confronto com as dos outros paizes mais ou menos similares do nosso — como a Bélgica, a Suissa, a Holanda, a Suécia, etc., etc., — é verdadeiramente mediocre. Escuzado será dizer que há no nosso país homens de superior cultura, mas esses homens teem uma área da influencia limitadissima, e não são ouvidos.

«O que nos falta, pois, não é apenas um povo instruído: um operário tecnicamente sabedor, um empregado do comércio e um agricultor profissionalmente preparados; o que nos falta ainda mais é o homem superiormente culto, espirito esclarecido,

(1) Referiamo-nos ao Dr. António Aurélio da Costa Ferreira, illustre pedagogo e director da Casa Pia de Lisboa, e então Ministro do Fomento.

e vontade firme, que sabe o que quer e *o que dignamente deve fazer para conseguir o que deseja*. Quando o ensino conseguir despertar em cada português um *ideal*, e souber fornecer os meios de scientifica ou tecnicamente o realizar, terão as nossas escolas cumprido perfeitamente a sua missão, e o problema económico encontrará aí a solução principal, senão a única. Ora é essa a missão do ensino, e, principalmente, do ensino superior; tenhamos nós uma *élite* digna dêste nome e o resto... mas não há resto — como diria JULES SIMON.

«Um país nestas condições a primeira coisa que tem a fazer é criar um Ministério onde todos esses assuntos sejam tratados com competência, atenção e honestidade, por um pessoal de especialistas, superiormente dirigido por um homem que, a par duma educação filosófica, tenha uma extensa ilustração nas questões de ensino».

Havia então para discussão três projectos da criação do Ministério: o do então Ministro do Interior, sr. Silvestre Falcão, o nosso apresentado por Pádua Correia, e o da comissão de instrução da Câmara dos Deputados.

Foi êste último que analisamos na referida entrevista. Aí, discutindo o pomposo e impróprio titulo de *Ministério de Instrução Pública e Belas-Artes*, diziamos nós:

«Os ministérios que tratam do ensino teem no estrangeiro diversas designações. Assim, a maior parte dos Estados do norte e oriente da Europa teem a instrução ligada com os cultos — como succede nos Estados da Alemanha, na Suécia, Austria-Hungria, Romania, etc. Outros teem a instrução isolada, — como a Bélgica, com o seu ministério das Sciências e Artes, — e a França — em o seu Ministério de Instrução Pública e Belas-Artes, etc. Na Inglaterra e América do Norte chamam-lhe Secretariado de Instrução — *Board of education*, etc.

Como parece, a comissão, suggestionada com a designação francesa, transportou-a para o seu projecto, esquecendo-se de vêr que o titulo francês corresponde a uma realidade nos serviços de administração, ao passo que o *titulo português* não passa duma simples taboleta. Vejamos:

«O Ministério de Instrução Pública e Belas-Artes em

França é constituído por um grupo de direcções gerais que formam o Ministério de Instrução propriamente dito, e por duas *divisões* que constituem o sub-secretariado das Belas-Artes. Como vê, os serviços das Belas-Artes tem ali a sua independência e individualidade burocráticas, e tanto assim que quando se enumera o pessoal ministerial francês distingue-se o Ministro de Instrução do sub-secretário das Belas-Artes, figurando agora ali no elenco governamental o sr. Guist'hau como Ministro e o sr. Leon Berard como Sub-secretário.

«Com o projecto da comissão nada disso se dá. Ao passo que no titulo aparece, pomposamente, a designação «*de Belas-Artes* — o que fazia prevêr, ao menos, uma direcção geral para tais serviços — no artigo 6.º vamos encontrar as *pobres* Belas-Artes misturadas com o ensino industrial e comercial numa mesma direcção geral.

«Na opinião da comissão — ao que parece — nada mais parecido com o formar um músico, um actor ou um pintor que preparar um engenheiro-químico ou um commercialista-chefe de escritório ou guarda-livros!!!... Se o ensino artistico tem, — por economia, — que estar junto a qualquer outro, que o esteja ao ensino superior, isto é claro, elementar». Muitas outras faltas notámos nesse projecto que, de resto, não foi discutido nem votado.

*
* * *

Finalmente, em 7 de julho de 1913 publicava o *Diário do Governo* a lei criando o Ministério de Instrução Pública.

Estava, enfim, conseguido o supremo designio pelo qual tanto havíamos trabalhado, pugnado, combatido numa campanha acêsa de cêrca de cinco anos. Porém, a lei saíra imperfeitíssima, incompletíssima, com vícios de origem que era impossível remediar ou, sequer adoçar (1). A nós paladinos da

(1) Essa lei vigorou até à publicação do Decreto com fôrça de lei n.º 4675 de 14 de julho último que reorganizou a Secretaria de Estado de Instrução Pública, e ao Decreto de 5 de setembro seguinte que lhe regulamentou os serviços. Desde já deve dizer-se que a nova reforma está longe

pulcra dama só competia agora, como funcionário, aceitá-la e cumpri-la, e, como português e republicano, atenuar o mais possível, na execução, as suas imperfeições: ia nisso o nosso dever, o prestígio da República e as conveniências do ensino.

Se alguma coisa conseguimos, durante cinco anos, na execução diária dessa defeituosa lei e com uma quasi absoluta carência de meios materiais para fazer progredir os serviços a nosso cargo, é porque o trabalho, se não vence tudo — como se diz nas Georgicas, — é, porém, um factor de transformação que à falta de outras qualidades pessoais, proporciona sempre o ensejo de cumprir o dever com honestidade quando não se pode cumpri-lo com brilhantismo.

E então satisfeitos ficaríamos se podessemos merecer o *louvor* de que fala Séneca, e que se deve conceder a «*quem faz o que deve e não o que pode*»: *Id facere, laus est, quod docet, non quod licet* (Octav., act II, se. 2).

2.º — A organização da biblioteca do novo Ministério

Publicada a lei de 7 de julho de 1913, mediou ainda algum tempo até que a nova Secretaria ficasse de vez organizada e pronta a realizar a sua alta função — o que só se conseguiu depois da publicação do regulamento, em 20 de outubro seguinte.

Entretanto, iam-se preparando as coisas para que os serviços não sofressem qualquer prejuízo na sua continuidade, ao mesmo tempo que cuidávamos de preparar o ambiente mais propício à vida progressiva do novo organismo administrativo.

Em duas coisas cuidámos logo: da organização da biblioteca do novo Ministério, e da criação do *Boletim pedagógico e administrativo* dessa Secretaria.

Quanto ao primeiro já havíamos apresentado superiormente em 16 de abril a seguinte proposta:

«É hoje prática seguida em todos os países, sem excluir o

de ser um diploma feliz. Com o andar dos tempos — o que é já fácil prevê — vê-se há que os serviços da administração central da instrução nada ganharam com ela, antes pelo contrário.

nosso, constituirem-se bibliotecas especiais junto das secretarias do Estado. É assim que teem existência desafogada e sempre progressiva as bibliotecas do Ministério do Fomento, do Ministério dos Estrangeiros, etc., etc.

«Existe também, é certo, junto das duas Direcções Gerais de Instrução um casarão pejado de livros das mais diversas origens tratando dos mais variados assuntos, desde os Almanaques de Lembranças até ao Dicionário Pedagógico de Buisson, passando pela Teologia Ascetica e Dogmática e sem excluir os tratados de finanças, obras de engenharia, etc., etc.

«É a esse *bric-à-brac* de livreria que, por eufemismo, se chama a Biblioteca da Instrução Pública.

«Tal estado de coisas não deve continuar para bem do prestígio e seriedade dos serviços da Instrução Pública — que é forçoso manter senão aumentar.

«Enfim, tal como está essa Biblioteca — deixemos passar o termo um tanto ambicioso — não serve para nada, por estar em completa desarrumação, por não ter um carácter de especialização pela falta de espaço, e por não ter catálogos.

«Dependendo essa Biblioteca desta Direcção Geral, várias vezes teem sido feitas propostas para a sua reorganização sem contudo se lograr conseguí-la.

«Pelo que acaba de ser dito, esta Repartição tem a honra de propor:

«1.º Que seja reorganizada a Biblioteca de Instrução Pública, ficando constituída, especialmente, por obras de Pedagogia Geral, História da Pedagogia, Pedologia, Psicologia aplicada à sciência da educação, metodologias e legislação escolar estrangeira e nacional sôbre estes assuntos;

«2.º Que as obras actualmente ali existentes e que nenhuma relação immediata teem com as questões do ensino, sejam enviadas para a Biblioteca Nacional ou distribuídas pelos estabelecimentos de Instrução, conforme as conveniências o indiquem».

Esse alvitre obteve logo despacho ministerial favorável. Mais tarde o sr. Secretário Geral do Ministério fazia a seguinte proposta:

«Proponho a V. Ex.^a que para regularizar o serviço e or-

ganizar a Biblioteca, seja encarregado o sr. Chefe da Repartição de ensino artistico de dar execução ao disposto na seguinte proposta auxiliado por um empregado da Biblioteca Nacional que virá para o Ministério provisóriamente. — (a.) A. Freire Andrade, 15-10-913». — Sôbre a qual incidiu o seguinte despacho: «Autorizo nos termos do Regulamento de hoje. 29-10-913. — (a.) Sousa Júnior».

3.º — Distribuição de livros por diversas Faculdades de Lisboa

Como conseqüência do cumprimento do Despacho Ministerial de 29 de outubro começou-se fazendo logo a relação das obras que deviam ir constituir a biblioteca do novo Ministério, apartando-se outras que pouco depois eram distribuídas pela Secretaria da Universidade de Lisboa e pelas Faculdades de Letras e Ciências da Capital.

Efectivamente, por iniciativa desta Repartição e por ordem superior foram distribuídas a diversas Escolas bastantes obras da antiga Biblioteca da Instrução Pública, ficando nesta depois de renovada, apenas as obras relativas a Pedagogia Geral, Metodologias, Psicologia, Pedologia e Legislação Escolar.

Á Reitoria da Universidade de Lisboa foram remetidas as seguintes obras:

M. Dujardin — *Nouveau Manuel de L'observateur au Microscope.*

E. Drincourt — *Traité de Physique.*

Francisco José de Sousa Gomes e Alvaro Rodrigues Machado — *Compendio de fisica para uso das escolas normais.*

Carlos A. Moraes d'Almeida — *Tratado elementar de electricidade.*

Pina Vidal — *Tratado elementar de optica, tómo 2.*

Ferreira Lapa — *Compendio popular de fisica e quimica, vol. 1.*

Georges Claude — *L'Électricité.*

J. Graindorge — *L'Observatoire de L'Infante D. Luiz.*

Callet — *Table portatives de logarithmes.*

- E. Marchese — *Cenno sulle Richezze minerali dell'isola di Sardegna.*
- Barbosa du Bocage — *Instrucções praticas sobre o modo de coligir, preparar e remeter productos zoologicos.*
- Barão de Castello de Paiva — *Monografia Moluscorum, etc.*
- Souto Rodrigues — *Principio de geometria analitica, vol. 2.*
- Rodolfo Guimarães — *Les mathematiques em Portugal.*
- Pereira Coutinho — *As Siliaceas de Portugal.*
- Francisco da Ponte Horta — *Estudo sintetico sobre as secções conicas.*
- Barbosa du Bocage — *Noticia de um novo genero de mamiferos insectivosos.*
- Jonh Wade — *Introdução ao estudo de quimica organica, tradução do Dr. Silva Basto.*
- Alexandre Smith — *Introducção á quimica geral, tradução do Dr. Sousa Gomes.*
- Observatorio astronomico da Tapada da Ajuda — *Observations Meridiennes de la planetá Mars.*
- *O eclipse do sol de 1900 em Portugal, Maio, 28.*
- M. Nothomb — *L'Etat de l'instrucion superieure en Belgique, Tome deuxieme.*
- Anuarios da Universidade de Coimbra, anos de 1866-67, 1867-68, 1872-73, 1873-74, 1875-76, 1876-77, 1877-78, 1881-82, 1882-83, 1884-85, 1885-86, 1886-87, 1887-88, 1891-92, 1895-96, 1896-97, 1897-98, 1899-900, 1900-901, 1904-905, 1905-906, 1906-907, 1907-908, 1908-909, 1909-910, 1910-911.*
- Anuarios da Academia Politecnica do Porto, anos de 1877-78, 1878-79, 1879-80, 1883-84, 1884-85, 1886-87, 1889-90, 1890-91, 1891-92, 1892-93, 1893-94, 1896-97, 1897-98, 1898-99, 1899-900, 1900-901, 1901-902, 1903-904.*
- Dr. José Maria de Abreu — *Legislação academica, vol. 1.*
- Anuario da Escola Medico-cirurgica de Lisboa, 1891-92, 1892-93, 1898-99.*
- Regime Vigente de instrução secundaria, Decreto de 29 de Agosto de 1905.*
- Ferreira Lobo — *As confissões dos Ministros de Portugal (1832-1871).*

- Academia Real de Sciencias — *Jornal das sciencias matematicas, fisicas e naturaes.*
- Anuarios da Direcção Geral da Administração Politica e Civil*, 9 primeiros anos.
- Boletim da Direcção Geral de Instrução Pública.*
- Antiquitates americanas*, 1837-1845.
- Nouvelle theorie de principaes elementos de la lune et du soleil.*
- Universita de Roma — *Temi del corso scolastico*, 1870-1871.
- Anaes do Observatorio de D. Luiz*, 1856-67, 1868-69, 1870-74, 1901-902; vol. 2, 1864; vol. 3, 1865; vol. 5, 1867; vol. 6, 1868-1870, 32 ano; 1886, 41 ano; 1895, 42 ano; 1896, 43 ano; 1897, 44 ano; 1898, 45 ano; 1899, 46 ano; 1900, 49 ano; 1903.
- Anaes do Observatorio de D. Luiz e postos meteorologicos*, 1893-94; 94 supplementos, 1895-1896; suplemento, 1896-97-98, 1898-1900.
- Trabalhos do observatorio meteorologico do Infante D. Luiz*, 1861-1862.
- Relatorio do serviço do Observatorio do Infante D. Luiz*, 1870-1871.
- Fernando Maria da Gama Lobo — *Notas explicativas de observações meteorologicas.*
- Observações meteorologicas da Universidade de Coimbra.*
- Resumo das Observações meteorologicas*, 1866-1890.
- Colecção de leis*, vol. 1, 1836; 3.^a série, 1833-1835; 9.^a série, 1839; 12.^a série, 1842, 1846, 1852, 1855, 1862, 1870.
- Reportorio Alfabético de legislação*, 1848 e 1867.
- Colecção de medidas legislativas de Maio a 13 de Dezembro de 1851.*
- Legislação de 1873.*

*

*

*

À Faculdade de Letras de Lisboa foram distribuidas, por proposta nossa e ordem superior, as seguintes obras:

Bullarium romanum, 21 vol.

- Freire de Oliveira — *Elementos para a historia do Municipiò de Lisboa*, 10 vol.
- Lord Macaulay — *Worka*, 8 vol.
- G. Otte Trevelyan — *The life and letters of Lord Macaulay*, 2 vol.
- Ranke — *A History of England*, 6 vol.
- Dowson — *The History of India*, 8 vol.
- Manning — *Ancient and mediaeval India*, 2 vol.
- Conde — *Historia de la dominacion de los arabes en España*, 1 vol.
- Prescott — *History of the reign of Charles the fifth*, 2 vol.
- Vaughan — *Te trident, the crescent and the cross*, 1 vol.
- Bunsen — *The Philosophy of universal history*, 2 vol.
- Herder — *Philosophie de l'histoire de l'Humanité*, 3 vol.
- João Pedro Ribeiro — *Dissertações chronologicas*, 5 vol.
- Kirk — *Histoire de Charles le Téméraire*, 3 vol.
- João Pedro Ribeiro — *Observações historicas*, 1 vol.
- Osborn — *Islam under the Khalifs of Baghdad*, v vol.
- Prescott — *Histoire du regne de Ferdinand et d'Isabelle*, 3 vol.
- *Histoire du regne de Philippe II*, 5 vol.
- Ashley — *The life of Viscount Palmerston*, 2 vol.
- Dupuis — *Origine de tous les cultes*, 10 vol. e um Atlas.
- Gladstone — *Rome and the newest fashions in religion*, 1 vol.
- Arnold — *Islam and Christianity*, 1 vol.
- H. Martin — *Histoire de France*, 5 vol.
- A. Thierry — *Œuvres*, 1 vol.
- Cordoba — *Historia de Felippe II*, 4 vol.
- Theiner — *Histoire du pontificat de Clement XIV*, 2 vol.
- White — *Revolution Belge*, 3 vol.
- Fleury — *Saint Just*, 2 vol.
- Dozy — *Histoire des musulmans d'Espagne*, 2 vol.
- Ranke — *Histoire des Osmanlis*, 1 vol.
- Alberi — *Relazioni degli ambascistori veneti*, 14 vol. e um apêndice.
- Hecketorn — *Secret societies*, 2 vol.
- Pacha — *War in Bulgaria*, 2 vol.
- Mistrali — *Da Nòvara a Roma*, 6 vol.
- Belley — *Columbus*, 1 vol.

- Smith — *Assyrian discoveries*, 1 vol.
- Marre — *Malaka*, 1 vol.
- Valbezen — *Les anglais et l'Inde*, 1 vol.
- Septenville — *Le Portugal et l'unité iberique*, 1 vol.
- Durnford — *History of the Zulu War* 1 vol.
- Maistre — *Chapitres inedites sur la Russie*, 1 vol.
- Marshall — *Catholic missione in southern India*, 1 vol.
- *Les restes de Celen*, 1 vol.
- Stebart — *Islam*, 1 vol.
- *The Ashantee War*, 1 vol.
- Muir — *The life of Mahomet*, 1 vol.
- A. Geffroy — *Lettres inédites de la princesse des Ursins*, 1 vol.
- Twmsend — *The manual of dates*, 1 vol.
- Malleson — *History of Afghanistan*, 1 vol.
- Sanches de Baena — *Notas e documentos inéditos para a biografia de J. Pinto Ribeiro*, 1 fl. 91, 3 pgs.
- J. Favre — *Rome et la république française*, 1 vol.
- Auger — *Mémoires de Grammont*, 1 vol.
- Draper — *Histoire du developpement intellectuel de l'Europe*, 3 vol.
- Busch — *Bismarck in the Franco-German war*, 2 vol.
- Southwell — *The history of the revolution de Rome*, 2 vol.
- Compana — *Voyages, relations et memoires*, 1 vol.
- Pepe — *Histoire des revolutions d'Italia*, 1 vol.
- Palmeirim — *Portugal e seus detractores*, 1 vol.
- Levy — *l'Autriche-Hongrie*, 1 vol.
- Scrutator — *Qui est responsable de la guerre*, 1 vol.
- Laveleye — *Des causes actuelles de guerre en Europe*, 1 vol.
- Benedetti — *Ma mission en Prusse*, 1 vol.
- Curci — *Le dissentiment moderne entre l'eglise et l'Italie*, 1 vol.
- Stapleton — *Intervention and non-intervention*, 1 vol.
- Cabañas — *El partido republicano de Valencia*, 1 vol.
- Visconde de Santarem — *Recherches sur la priorité de la découverte des pays situés sur la côte occidentale d'Afrique*, 1 vol.
- Burckhardt — *A civilisação da Renascença en Italya* (em inglês), 2 vol.

- Leon Ianssen — *Notice sur le manuscrit de Manuel Godinho de Eredia*, 1 vol.
- Vitteleschi — *Lettere annue*, 1 vol.
- Gimenez — *Secretos del campo carlista*, 1 vol.
- Bonghi — *Leone XIII e l'Italia*, 1 vol.
- Cherbuliez — *L'Espagne politique*, 1 vol.
- Campoamor — *Polemicas com la democracia*, 1 vol.
- Serpa Pimentel — *Da nacionalidade e do governo representativo*, 1 vol.
- Guglielmotti — *La guerra dei pirati*, 2 vol.
— *L'Angleterre et les petits états*, 1 vol.
- Bonghi — *Pio IX y su sucessor*, 1 vol.
- Vallée — *Letres de Fernand Cortez*, 1 vol.
- Barbuda — *Instruções para a India*, 1 vol.
- Madrasta — *Mappa da India*, 1 vol.
- Mazzini — *Le Pape*, 1 vol.
- E. Quinet — *France et Allemagne*, 1 vol.
- Bavoux — *La Prusse et le Rhin* — 1 vol.
- Ideville — *Journal d'un diplomate en Italie*, 1 vol.
- Guizot — *De la Démocratie en France*, 1 vol.
— *Du gouvernement de la France*, 1 vol.
- Francisco Gomes — *Le Marquis de Pombal*, 1 vol.
- D. João de Castro — *Primeiro Roteiro da Costa da India; desde Goa até Dio*, 1 vol.
- Navarrette — *Coleccion de los viages y decubrimientos*, 5 vol.
- Murdo — *History of Portugal*, 2 vol.
- Mignet — *Antonio Perez et Philippe II*, 1 vol.
- Irving — *Vie et voyages de Christophe Colomb*, 3 vol.
- Gayangos — *History of the mahomedan dynasties in Spains*, 2 vol.
- Smith — *Mohammed and Mohammedanism*, 1 vol.
- Malvezin — *Histoire des juifs à Bordeaux*, 1 vol.
- Stern — *Histoire de la republique aux Pays-Bas*, 1 vol.
- Stiegliz — *Investigações archeologicas*, 2 vol.
- Cartwright — *On papal conclaves*, 1 vol.
— *Record of the Past*, 2 vol.
- Ryer — *L'Alcoran de Mahomet*, 2 vol.
- Smith — *The Chaldean account of Genesis*, 1 vol.

- Higgins — *The Celtic Druids*, 1 vol.
 Bachofen — *Ensaio sobre o symbolo dos epitaphios dos antigos*,
 1 vol.
 Dalton — *Commentary on the new testament*, 2 vol.
 Wright — *Essays on archaeological subjects*, 2 vol.
 Pauthier — *Les livres sacrés de l'orient*, 1 vol.
 Buckle — *Histoire de la civilisation en Angleterre*, 5 vol.
Aplausos da Universidade a El-rey D. João IV, 1 vol.
 Croizer — *L'Art Khmer*, 1 vol.
 Rawlinson — *History of Herodotus*, 4 vol.
 Hamilton — *The geography of Strabo*, 3 vol.
 Beeton — *Dictionary of universal biography*, 1 vol.
 C. Pedroso — *Portuguese folk-tales*, 1 vol.
 Bunsen — *Egypt's place in universal history*, 4 vol.
 Felner — *Subsidios para a historia da India Portugueza*,
 1 vol.
The case of the United States, 1 vol.
De l'Autriche et de son avenir, 1 vol.
 Pressensé — *Le concile du Vatican*, 1 vol.
 B. d'Agreval — *Les diplomates et le droit nouveau*, 1 vol.
 Mackenzie — *La derniere maladie de Frederic le Noble*, 1 vol.
 Israel — *Origen de los americanos*, 1 vol.
 V. Abreu — *Sumario das investigações em sanscritologia*, 1 vol.
 Candido Luzitano — *Diccionario poetico*, 1 vol.
 Foscolo — *Opere scelte*, 1 vol.
 Malagola — *Della vita e delle opera di Antonio Urceo*, 1 vol.
 Israeli — *Curiosities of literature*, 1 vol.
 Sousa — *Resposta a um critico*, 1 vol.
 Pictet — *De l'affinité des langues celtiques*, 1 vol.
 Ferrer — *Los Vascongados*, 1 vol.
 Barthelemy — *Voyage du jeune Anacharsis*, 1 vol.
 Buttura — *I quattro poeti italiani*, 1 vol.
 Cannecattin — *Diccionario da lingua bunda*, 1 vol.
 Abel Botelho — *O barão de Lavos*, 1 vol.
 Marmier — *Theatre de Goethe*, 1 vol.
 Blaze — *Le Faust de Goethe*, 1 vol.
 H. Heine — *Lutece*, 1 vol.
Cancioneiro de obras de burlas, 1 vol.

- Tasso — *La Gerusalemme liberata*, 1 vol.
 Dante — *La commedia*, 1 vol.
 Williams — *Modern India and the indians*, 1 vol.
 Bigandet — *The life or legend of Gaudama*, 2 vol.
 Muir — *Metrical translations from sanskrit writers*, 10 vol.
 Lane — *Selections from the Kur-an*, 1 vol.
 Griffith — *The birth of war-god*, 1 vol.
 Cust — *The modern languages of the east indies*, 1 vol.
 Mann — *The history of indian literature*, 1 vol.
 Beal — *Texts from the budhist canon*, 1 vol.
 Breylie — *La Diplomatie et le droit nouveau*.
 Haug — *Essays on the Parsis*, 1 vol.
 Teixeira de Vasconcelos — *La ermita de Castromino*, 1 vol.
 Campbell — *Poetical works*, 1 vol.
 Sigourney — *Poems*, 1 vol.
Celtica, 3 vol.
 Longfellow — *Envangelina*, 1 vol.
 Rattazi — *Cara Patria*, 1 vol.
 José Silvestre Ribeiro — *D. Pedro Calderon de la Barca*,
 1 vol.
 Oliverii — *Selecta Graecea linguae*, 2 vol.
 Pedro de Andrade Caminha — *Poetias*, 1 vol.
 Sousa — *Vestigios da lingua arabica em Portugal*, 1 vol.
 Fr. Francisco de S. Luiz — *Glossario de vocabulos portuguezes
 etc.*, 1 vol.
 Prichard — *Celtic Nations*, 1 vol.
 Tevii — *Opuscula*, 1 vol.
 Cousier — *Manuel de la conversation française et allemande*,
 1 vol.
 Sadler — *Manuel classique de conversation française et an-
 glaise*, 1 vol.
 Milton — *Poetical works*, 1 vol.
 Homeri — *Odyssea*, 1 vol.
 Virgilio — *Opera*, 1 vol.
 Esopo — *Phedro, Nepos, Opera*, 1 vol.
Raccolta di tutti gli antichi poeti latini, 2 vol.
 Zenker — *Bibliotheca orientalis*, 1 vol.
 Barbe — *La verité sur la langue d'Oc*, 1 vol.

- Bossuet — *Œuvres choisies*, 1 vol.
 Christian — *Ossian*, 1 vol.
 Tito Livio — *Historiarum*, 6 vol.
 Staaff — *La littérature française*, 3 vol.
 Hallam — *Histoire de la littérature de l'Europe*, 4 vol.
 José Zorrilla — *Obras poeticas*, 1 vol.
Tesoro de novelistas españoles, 3 vol.
 Garrett — *Frey Luiç de Sousa*, 1 vol.
 Castilho — *O Outono*, 1 vol.
 — *As Georgicas de Vergilio*, 1 vol.
 — *Os Fastos de Ovidio*, 3 vol.
 Viale — *Alguns excerpts dos Luziadas*, 1 vol.
 Nabuco — *Camões e os Luziadas*.
 Camões — *Obras*, 3 vol.
 Juromenha — *Obras de Camões*, 2 vol.
 Pessonnaux — *Choix des dialogues des morts de Lucien*,
 1 vol.
 Sadler — *Dictionnaire anglais*, 1 vol.
 Horace — *The Odes, Epodes*, 2 vol.
Collection des auteurs latins, 7 vol.
 Virgiliu — *Opera*, 2 vol.
 — *Lexicon graecum*, 3 vol.
 Heredici — *Lexicon Graeco-latinum*, 4 vol.
Dictionnaire de l'Academie Française, 3 vol.
Civitates orbis terrarum, 3 vol.
 Wiener — *Portulan de Charles-Quint*, 1 vol.
 Korrodi — *Estudos de reconstrução sobre o Castelo de Leiria*,
 1 vol.
Worke issued by Hakluyt Society, 64 vol.
 Beeton — *Dictionary of Geography*, 1 vol.
 Carlos Ribeiro — *Reconhecimento Geologico*, 1 vol.
 Rassam — *British mission to Abyssinia*, 2 vol.
 — *Eastern Persia*, 2 vol.
 Burton — *Gorilla land*, 2 vol.
 Schweinfurth — *The heart of Africa*, 2 vol.
 Burton — *A mission to King of Dahomé*, 2 vol.
 Gorringe — *The west coast of Africa*, 3 vol.
 Stanley — *Dark continent*, 2 vol.

- Boulger — *England and Russia in central Asia*, 2 vol.
 Ross — *A voyage of discovery*, 2 vol.
 Whetham — *Pearls of the Pacific*, 1 vol.
 Harris — *The highlands of Aethiopia*, 3 vol.
 Monteiro — *Angola and the river Congo*, 2 vol.
 Cosson — *The cradle of the blue Nile*, 2 vol.
 Bogle — *Tibet*, 1 vol.
 Saunders — *Through the light continent*, 1 vol.
 Dufton — *Narrative of a through Abyssinia*, 1 vol.
 Wheeler — *Early records of british India*, 1 vol.
 Thompson — *To the central african lakes and back*, 2 vol.
 Baker — *Ismailia*, 2 vol.
 Trollope — *South Africa*, 2 vol.
 Burton — *The land of midian*, 2 vol.
 Young — *Voyages en France*, 2 vol.
 Grose — *A voyage to the east Indies*, 2 vol.
 Blunt — *Bedouin tribes of the Euphrates*, 2 vol.
 Defauconpret — *Relation du second voyage*, 2 vol.
 Thompson — *The Atlantic*, 2 vol.
 Gobineau — *Essai sur l'inegalité des races humaines*, 4 vol.
 Campbell — *Log letters from «The Challenger»*, 1 vol.
 Moseley — *Notes by a naturalist on the «Challenger»*, 1 vol.
 Grand — *Voyage historique d'Abyssinie*, 2 vol.
 Johnston — *Travels in southern Abyssinia*, 2 vol.
 Burton — *Zanzibar*, 2 vol.
 Petherick — *Travels in central Africa*, 2 vol.
 Burton — *To the gold coast for gold*, 2 vol.
 Yule — *The cook of ser Marco Polo*, 2 vol.
 Reade — *The African sketch-book*, 2 vol.
 —, — *Wanderings in west Africa*, 2 vol.
 Holub — *Seven yars in south Africa*, 2 vol.
 Sousa — *Imperio de la China*, 1 vol.
 Russel — *Nubia and Abyssinia*, 1 vol.
 Hughes — *Notes on Muhammadanism*, 1 vol.
 Lessing — *Education of the human race*, 1 vol.
 Lanoye — *L'Inde contemporaine*, 1 vol.
 Capello — *Guia para uso das cartas dos ventos e correntes do golfo de Guiné*, 1 vol.

- Hinderer — *Seventeen years in the Yoruba country*; 1 vol.
 Camara — *Diccionario Geografico*, 2 vol.
 Bunbury — *A history of ancient geography*, 2 vol.
 Forbiger — *Handbuch der alten geographie*, 3 vol.
 Pery — *Geografia e estatistica geral*, 1 vol.
 Forrester — *The prize-essay en Portugal*, 1 vol.
 Hope — *In quest of coolies*, 1 vol.
 Devereux — *A cruise in the «Gorgon»*, 1 vol.
 Whately — *Among the huts in Egypt*, 1 vol.
 Beke — *Sinai in Arabia*, 1 vol.
 Wallace — *Australasia*, 1 vol.
 Forsyth — *The slavonic provinces*, 1 vol.
 Marsh — *A ride through islam*, 1 vol.
 Jager — *Travels in the Philippines*, 1 vol.
 H. Thomas — *Eleven years in central South-Africa*, 1 vol.
 Mohr — *To the victoria falls of the Zambesi*, 1 vol.
 Gordon — *In central Africa*, 1 vol.
 — *Our trip to Burmah*, 1 vol.
 Murphy — *Rambles in north-western America*, 1 vol.
 Ball — *Journal of a tour in Marocco*, 1 vol.
 Gillmore — *On Duty*, 1 vol.
 — *A memoir of Sebastian Cabot*, 1 vol.
 Nicholls — *Life of Sebastian Cabot*, 1 vol.
 Burton — *The Nile basin*, 1 vol.
 Accurcio Garcia Ramos — *Ilha da Madeira*, 2 vol.
 Ker — *On the road to Khiva*, 1 vol.
 Forbes — *Africa*, 1 vol.
 Knox — *The new playground*, 1 vol.
 Long — *Central Africa*, 1 vol.
 El-Tounsy — *Voyage au Darfour*, 1 vol.
 Wallace — *Island life*, 1 vol.
 Young — *The two voyages of the «Pandera»*, 1 vol.
 Rae — *The country of the Meere*, 1 vol.
 — *Werne Expedition of the white Nile*, 1 vol.
 Silver — *South Africa*, 1 vol.
 Largeau — *Le Sahara algerien*, 1 vol.
 Bruce — *Travels in Abyssinia and Nubia*, 1 vol.
 Brooks — *Natal*, 1 vol.

- Flowden — *Travels in Abyssinia*, 1 vol.
 Hartmann — *Les peuples de l'Africa*, 1 vol.
 Aylward — *The Transvaal of to-day*, 1 vol.
 Skertchly — *Dahomey as it is*, 1 vol.
 Sullivan — *Dhow chasing in Zan̄ibar waters*, 1 vol.
 Markham — *The Abyssinian expedition*, 1 vol.
 Mesnier — *O Japão*, 1 vol.
 Peschel — *The races of man*, 1 vol.
 Stern — *The captive missionary*, 1 vol.
 Blanc — *A narrative of captivity in Abyssinia*, 1 vol.
 Bake — *The british captives in Abyssinia*, 1 vol.
 Davis — *Life in Asiatic Turkey*, 1 vol.
 Parkyns — *Life in Abyssinia*, 1 vol.
 Lenoir — *The fayoum or artists in Egypt*, 1 vol.
 Berton — *Un voyage sur le Colorado*, 1 vol.
 Burton — *Wit and wisdom from west Africa*, 1 vol.
 Stumm — *Russi's e advance eastward*, 1 vol.
 Lobo — *Voyage to Abyssinia*, 1 vol.
 Crawford — *Portugal old and new*, 1 vol.
 Boyle — *Through fanteeland to coomassie*, 1 vol.
 Lawson — *Wanderings in new Guinea*, 1 vol.
 Andersson — *Okavango rivers*, 1 vol.
 J. Vilhena — *As raças historicas*, 1 vol.
 Stanley — *How i found Livingstone*, 1 vol.
 Rowley — *Africa univeiled*, 1 vol.
 Henty — *The march te Magdala*, 1 vol.
 Krapf — *Travels in eastern Africa*, 1 vol.
 Piggot — *Persia*, 1 vol.
 Johnston — *The river Congo*, 1 vol.
 Burnaby — *A ride to Khiva*, 1 vol.
 Evans — *Bosnia and the Herzegovina*, 1 vol.
 Lewin — *Wild races of south-eastern India*, 1 vol.
 Baker — *The Nile tributaries of Abyssinia*, 1 vol.
 Stern — *Wanderings among the falashas in Abyssinia*, 1 vol.
 S. da R. Pitta — *Ilha da Madeira*, 1 vol.
 Burton — *The lands of Cazembe*, 1 vol.
 Guyon — *Voyage d'Alger aux Ziban*, 1 vol.
 Burton — *The gold-mines of midian*, 1 vol.

- Livingstone — *South Africa*, 1 vol.
 Hollard — *De l'homme et des races humaines*, 1 vol.
 White — *Madeira*, 1 vol.
 Bowdich — *Mission te Ashantee*, 1 vol.
 Wilkins — *Reconnoitring in Abyssinia*, 1 vol.
 Whetham — *Roraima and british Guiana*, 1 vol.
 Baines — *The gold regions of S. E. Africa*, 1 vol.
 Gebat — *Abyssinia*, 1 vol.
 Warren — *L'Inde anglaise*, 1 vol.
 Macbrair — *The Africans at home*, 1 vol.
 Weber — *Quatre ans au pays des boers*, 1 vol.
 Selve — *Le pays des négres*, 1 vol.
 Eduardo Burnay — *Da craneologia*, 1 vol.
 Armas — *Les crânes*, 1 vol.
 — *Notices sur la Suède*, 1 vol.
 Carletti — *Viaggi*, 1 vol.
 Sidenbladh — *La Suède*, 1 vol.
 Devic — *Le pays des Zendjs*, 1 vol.
 — *Extrait de la revue d'anthropologie*, 1 vol.
 Carlos Ribeiro — *Algumas estações e monumentos prehistoricos*,
 1 vol.
 Kircheri — *China*, 1 vol.
 Schwarz — *Antropology*, 1 vol.
 Beauvoir — *Voyage autour du monde*, 2 vol.
 A. F. Nogueira — *A raça negra*, 1 vol.
 Correia Barata — *Origens anthropologicas da Europa*, 1 vol.
 Amado — *L'ethnogenie du Portugal*, 1 vol.
 Fatio — *Viage de Felipe II*, 1 vol.
 Congrêe international d'anthropologie, 1 vol.
 Cahun — *Le Congo*, 1 vol.
Lettres japonaises, 1 vol.
 Branca — *Storia dei viaggiatori italiani*, 1 vol.
 Cunha — *Memoir of the teoth-relic of Ceylon*, 1 vol.
 Laveleye — *Essai sur les formes de gouvernement*, 1 vol.
 Barrot — *De la centralisation*, 1 vol.
 Masson — *Encyclopedie des enfants*, 1 vol.
 Apulée — *Contes merveilleux*, 1 vol.
 C. Macedo — *Ano biografico brasileiro*, 3 vol.

- Figaniere — *Catalogo dos manuscritos portuguezes existentes no Museu Britanico*, 1 vol.
- Cunha Rivara — *Catalogo dos manuscritos da biblioteca publica - Eborensis*, 2 vol.
- Sousa Viterbo — *Diccionario dos architectos*, 2 vol.
- Dr. Simões de Carvalho — *Memoria da Faculdade de Philo-
sophia*, 2 vol.
- Campos — *Numismatica Indo-Portugueza*, 1 vol.
- Piedade Nazareth — *Numismatica da India portugueza*, 1 vol.
- Fonseca — *Diccionario de pseudonimos*, 1 vol.
- Pando — *Taquigrafia*, 1 vol.
- Investigador portuguez*, 20 vol.
- Caetano de Sousa — *Historia genealogica da casa real portu-
gueza*, 13 vol.
- *Provas da historia genealogica da casa real portugueza*,
6 vol.

*

* *

Ainda à Faculdade de Letras de Lisboa foram distribuidas,
mais as seguintes obras:

- Vasconcelos de Abreu — *Manual para o estudo de sãoscrito
classico*, 1 vol.
- *Passos dos Lusíadas*, 1 vol.
- *Gramatica da lingua sãoscrita*, 1 vol.
- *Estudo scoliastico da epopeia portugueza*, 1 vol.
- Possidonio da Silva — *Memoire de l'archeologia*, 1 vol.
- Jevons — *Political economy*, 1 vol.
- *Logic*, 1 vol.
- La Fontaine — *Contes et nouvelles*, 2 vol.
- Havet — *Le christianismè*, 2 vol.
- Duvernois — *L'intervention française au Mexique*, 1 vol.
- Gamito — *O Muato Cazembe*, 1 vol.
- Rogers — *Education in Oxford*, 1 vol.
- Arnold — *The popular education of France*, 1 vol.
- Gardner — *Longevity*, 1 vol.
- Gubernatis — *Storie dei viaggiatori*, 1 vol.

- Gueroult — *Les theories de l'internationale*, 1 vol.
- Blois — *Un bènèdictin*, 1 vol.
- Boinette — *Le Portugal*, 1 vol.
- Schlegel — *La langue et la philosophie des indiens*, 1 vol.
- F. de B. — *Cartas*, 1 vol.
- Malliot — *Recherches sur les peuples anciens*, 3 vol.
- Valera — *Discursos*, 1 vol.
- Cooper — *Un continent perdu*, 1 vol.
- Rey — *Documents sur l'histoire de France*, 1 vol.
- Beaume — *Le Coran analysé*, 1 vol.
- Sipiere — *En Portugal*, 1 vol.
- Hutchison — *The slave trade of east Africa*, 1 vol.
- Eenens — *Les conspirations militaires*, 2 vol.
- Martin — *Le nord de l'Afrique*, 1 vol.
- Haussenville — *L'église romaine*, 5 vol.
- Testut — *L'internationale*, 2 vol.
- Coleção dos negocios de Roma*, 1 vol.
- Fromentin — *Sahra et Sahel*, 1 vol.
- Rey — *Voyage dans le Haouran*, 1 vol.
- Alba — *La revolucion española*, 1 vol.
- Sotto Maior — *Os Estados Unidos*, 2 vol.
- Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 37 vol.
- Documentos remetidos da India*, 4 vol.
- Actas das sessões da Academia Real das Sciencias*, 3 vol.
- Annaes das sciencias e letras*, 21 vol.
- João Pedro Ribeiro — *Dissertações chronologicas e criticas*,
6 vol.
- Torres & Baena — *Memorias dos Duques portuguezes*, 1 vol.
- *Cortes de Lisboa dos anos de 1697 e 1698*, 1 vol.
- Tomás Ribeiro — *Elogio historico de A. F. de Castilho*, 1 vol.
- Rezende — *Elogio historico de José de Seabra da Silva*,
1 vol.
- Luís Garrido — *Os tragicos da Grecia*, 1 vol.
- Ficalho — *Memoria sobre a malagueta*, 1 vol.
- Fr. José de Santo Antonio Moura — *Viagens de Ben-Batuta*,
2 vol.
- Francisco José d'Almeida — *Tratado de educação fysica*, 2 vol.
- Fr. João de Sousa — *Documentos arabicos*, 1 vol.

- João Baptista da Silva Lopes — *Relação da derrota naval*, etc., 1 vol.
- Breve relação da embaixada ao preste João, 1 vol.
- Septenville — *Étude historique sur le Marquis de Pombal*, 1 vol.
- Pelletan — *Profession de foi du XIX^e siècle*, 1 vol.
- Lamber — *La patrie portugaise*, 1 vol.
- Gandolphe — *La crise Macedonienne*, 1 vol.
- Francisco Palha — *Scenas contemporaneas*, 1 vol.
- Fastos da dictadura militar do Brazil*, 1 vol.
- Berard — *La politique du sultan*, 1 vol.
- Rousseau — *Associations et congregations*, 1 vol.
- Berard — *Les affaires de Crete*, 1 vol.
- Antonio Vianna — *Silva Carvalho e o seu tempo*, 3 vol.
- Roussado — *Roberto*, 1 vol.
- Vieira — *O Amazonas*, 1 vol.
- Merson — *Lisbonne*, 1 vol.
- J. Simon — *Le gouvernement de M. Thiers*, 1 vol.
- Seeley — *A grandeza da Inglaterra*, 1 vol.
- Cahun — *Le Congo*, 1 vol.
- Ular — *Un Empire Russo-Chinois*, 1 vol.
- Rousseau — *Politique française*, 1 vol.
- Berard — *Pro-Macedonia*, 1 vol.
- Pinon — *L'empire de la Méditerranée*, 1 vol.
- Chateaubriand — *Œuvres*, 6 vol.
- Cruz e Silva — *O Hyssope*, 1 vol.
- Spinola — *Lufadas*, 1 vol.
- Labra — *Portugal contemporaneo*, 1 vol.
- Mendes de Castro — *Guia do Bussaco*, 1 vol.
- Vibert — *Rimes plebeiennes*, 1 vol.
- Dr. Bernardino Machado — *Afirmações publicas*, 1 vol.
- Bibliotheca de classicos portuguezes*, 39 vol.
- Damião de Goes — *Chronica do princepe dom Joam*, 1 vol.
- Cunningham — *The ancient geography of India*, 1 vol.
- Bermejo — *Historia de la internidad y guerra civil*, 2 vol.
- Documentos relativos á questão da barca Charles et Georges*, 1 vol.
- Mijatovich — *Tomada de Constantinopla por los turcos*, 1 vol.

- Merino — *De Espana a Filipinas*, 1 vol.
 Mousinho d'Albuquerque — *Moçambique*, 1 vol.
 Gillmore — *Through Gasa Land*, 1 vol.
 Sanches de Baena — *Gil Vicente*, 1 vol.
 Hill — *Catalogue of the gree coins of Cyprus*, 1 vol.
Portugal em 1872, 1 vol.
 Smith — *A catalogue of sculpture*, 1 vol.
 Berard — *La Macedonia*.
 Joaquim Pedro Celestino Soares — *Bosquejo e documentos*,
 1 vol.
 Camara — *Viagens em Marrocos*, 1 vol.
 Whitman — *La Alemania imperial*, 1 vol.
 Soares — *Considerações sobre o futuro de Portugal*, 1 vol.
 Palmella — *Despachos*, 4 vol.
 Barão de S. Clemente — *Estatísticas parlamentares*, 5 vol.
 Pigafetta — *Primer viage al redor del mundo*, 1 vol.
 Abreu e Lima — *Correspondencia oficial*, 1 vol.
 Visconde de Santarem — *Recherches sur Americ Vespuce*, 1 vol.
 Dr. A. G. R. de Vasconcelloz — *Real capella da Universidade*,
 1 vol.
 Benoist — *Oeuvres de Virgile*, 1 vol.
 Marthe — *Oeuvres de Ciceron*, 1 vol.
 Salluste — *Opera*, 2 vol.
Oeuvres de Tacite, 1 vol.
 A. J. Teixeira — *Antonio Homem*, 1 vol.
 Conde de Villa Franca — *D. João II*, 1 vol.
 Vives — *Memoria regulamentaria*, 1 vol.
 Lope de Vega — *Obras no dramaticas*, 1 vol.
 Visconde de Paiva Manso — *Memoria sobre Lourenço Marques*,
 1 vol.
 Biker — *Collecção de tratados*, 10 vol.
 Borges de Castro — *Coleção de tratados*, 11 vol.
 Biker — *Coleção de tratados da India*, 12 vol.
 Visconde de Santarem — *Quadro elementar*, 19 vol.
Documentos apresentados ás cortes em 1874, 1 vol.
 Almada Negreiros — *Angola*, 1 vol.
 — *La main d'œuvre en Afrique*, 1 vol.
Documentos apresentados ás cortes em 1874, 1 vol.; 1887,

- 2 vol.; 1879, 2 vol.; 1884, 2 vol.; 1885, 3 vol.; 1888, 3 vol.;
1890, 2 vol.; 1891, 5 vol.
- Questões entre Portugal e a Gran-Bretanha*, 1 vol.
- Documents diplomatiques*, 1 vol.
- Resposta acerca da questão da ilha de Bolama*, 1 vol.
- Mota Feo — *Memorias sobre Angola*, 1 vol.
- José Maria Rodrigues — *A sagrada congregação do concilio*,
1 vol., 1889.
- Encyclica de S. S. o Papa Pio X*, 1 vol.
- Comission polaire internationale*, 1 vol.
- Regions polaires*, 1 vol.
- Almeida — *Nomenclatura geografica*, 1 vol.
- Vimaranis Monumenta historica*, 1 vol.
- Carta encyclica do nosso santo padre Pio X*, 1 vol.
- Dr. António José Teixeira — *Documentos para a historia dos
jesuitas*, 1 vol.
- Marques — *Iles Samoa*, 1 vol.
- C. M. de Vasconcelos — *Lucius Andreas Resendius*, 1 vol.
- Bucage — *A Columbiada*, 1 vol.
- Walls y Merino — *Folhetos*, 1 vol.
- Choffat — *Notice sur Nery Delgado*, 1 vol.
- Memoria sobre a utilidade do estudo da lingua grega*, 1 vol.
- Villa Moura — *A vida mental portugueza*, 1 vol.
- Diversas proclamações*, 1 vol.
- Macedo — *As nossas riquezas coloniaes*, 1 vol.
- Sousa Viterbo — *As poesias avulso do Dr. Miguel da Silveira*,
1 vol.
- Dr. Mendes dos Remedios — *Philomena de S. Boaventura*,
1 vol.
- *Moedas romanas da biblioteca da Universidade de
Coimbra*, 1 vol.
- Esteves Pereira — *O santo martyr Barlaam*, 1 vol.
- Lucio de Azevedo — *As cartas do padre A. Vieira*, 1 vol.
- A exposição Cervantina*, 1 vol.
- Falcão — *Livro em que se contem toda a fazenda, etc.*, 1 vol.
- O eclipse do sol de 1900*, 1 vol.
- Eduardo de Noronha — *O districto de Lourenço Marques*,
1 vol.

- H. de Carvalho — *O Lubuco*, 1 vol.
Protocole, 1 vol.
Almanach para o ano de 1799, 1 vol.
 Plinio — *Epistolae*, 1 vol.
Portraits historiques, 1 vol.
Almanach de Lisboa, 1 vol.
 Rost — *De la lengua malaya*, 1 vol.
Anuario da Universidade de Coimbra, 1 vol.
 Viale — *Miscelanea*, 1 vol.
 Gama Barros — *Historia da administração publica em Portugal*, 1 vol.
 Gervinus — *Historia du XIX siècle*, 11 vol.
 Rebêlo da Silva — *Historia de Portugal*, 5 vol.
 Zeuss — *Gramatica Celtica*, 2 vol.
 Soriano — *Historia da guerra civil*, 12 vol.
Decimo congresso dos orientalistas, 2 vol.
Obras completas do cardeal Saraiva, 10 vol.
 Zeferino Candido — *Portugal*, 3 vol.
 Fuschini — *Liquidações politicas*, 1 vol.
 — *O presente e o futuro de Portugal*, 1 vol.
 Juromenha — *Obras de Luiç de Camões*, 6 vol.
 Brito Aranha — *A obra monumental de Luiç de Camões*, 2 vol.
 J. A. de Macedo — *A Censura dos Luziadas de Luiç de Camões*,
 1 vol.
 Aragão — *Descripção das moedas cunhadas em nome dos reis*,
 1 vol.
 — *Annuaire de numismatique*, 1 vol.
 Manuel Bernardo Lopes Fernandes — *Memoria das medalhas
 e condecorações portuguezas, etc.*, 1 vol.
 Augusto de Castilho — *O districto de Lourenço Marques*,
 1 folha.
Roteiro de D. João de Castro, 1 vol.
 Silva Cordeiro — *Philosophia da Historia*, 1 vol.
 Alfredo de Leão Pimentel — *O districto de Damão*, 1 vol.
De la légitimité en Portugal, 1 vol.
A dynastia e a revolução de setembro, 1 vol.
 Ribeiro — *Hygiene colonial*, 1 vol.
 Visconde de Paiva Manso — *Historia do Congo*, 1 vol.

- Hanotaux — *Histoire de la France contemporaine*, 2 vol.
 Alexandre Magno de Castilho — *Roteiro da Costa occidental de Africa*, 2 vol.
 — *Descobrimientos dos portuguezes em Africa*, 1 vol.
 — *Études historico-géographiques*, 1 vol.
 Andrade Corvo — *Estudos sobre as provincias ultramarinas*, 4 vol.
 — *Roteiro de Lisboa a Goa*, 1 vol.
 Lesage — *Gil Blas de Santillana*, 2 vol.
 — *Estevanille Gonzalez*, 1 vol.
Obras de F. Elysio, 10 vol.
 L. Lima — *Estatistica das possessões portuguezas*, 4 vol.
Corpo diplomatico portuguez, 19 vol.
Collecção dos breves pontificios, 1 vol.
 João de Barros — *Á virgem*, 1 vol., 1903.
 Vila Moura — *A vida mental*.
 — *Diversas proclamações*.
 Dalgado — *Hitopadexa*, 1 vol.
As rimas de Francisco de Pina de Mello, 1 vol.
 Arana — *Vida e viagens de Fernão de Magalhães*, 1 vol.
Carta de El-Rei D. Manuel, 1 vol.
Epistola de El-Rei D. Manuel, 1 vol.
Preito ao Papa Julio II, 1 vol.
Copia et sumario di una letera, 1 vol.
Cartas do bispo Matheus, 1 vol.
 Dr. Leite de Vasconcellos — *Epistola ao Dr. Hugo Schuchardt*, 1 vol.
 Rodrigues — *Romanças*, 1 vol.
O Congresso de Besançon, 1 vol.
 Choffat — *Noticia sobre a carta hypsometrica de Portugal*, 1 vol.
 Proença Junior — *O Congresso prehistorico de França*, 1 vol.
 Sousa Viterbo — *Noticia de alguns arabistas*, 1 vol.
 Rocha — *Antiguidades prehistoricas*, 1 vol.
 Delgado — *Étude de stratigraphie paleontologique*, 1 vol.
 — *Le neogone continental*, 1 vol.
 Choffat — *La chaine de l'Arrabida*, 1 vol.
Archives diplomatiques, 12 anos, de 1863 a 1874 e 5 fasciculos de 1875.

- Verordnungen Reglements und Statuten über das Unterrichtswesen in Preussischen Staate*, 1 vol.
Statisti über die Minderjähriger, 1 vol.
Statistik der Unterrichtsanstalten, 2 vol.
Colecção de livros didaticos em alemão, 47 vol.
Portugaliae Monumenta Historica, 17 vol.

*
* *

Finalmente, à Faculdade de Ciências de Lisboa eram cedidas as seguintes obras:

- J. F. Montucla — *Histoire des Mathematiques*, 4 vol.
 Joannis de Loureiro — *Flora Cochinchinensis*, 2 vol.
 Ernest Haeckel — *The evolution of man*, 2 vol.
 — *The History of Creation*, 2 vol.
 C. Wyville Thomson — *The Depths of the sea*, 1 vol.
 J. Payer — *Botanique cryptogamique ou histoire des familles naturelles des plantes inferieures*, 1 vol.
 Thomas Sabaltino Nisso — *Instrução summaria sobre o modo de cultivar amoreiras*, etc.
 Jussieu — *Histoire Naturelle*, 1 vol.
 Buffon — *Histoire de ses travaux et de ses idées*, 1 vol.
 P. Flourens — *Congrés international d'anthropologie et d'archeologie prehistoriques*, 5 vol.
 — *Congrés Geologique International*, 1 vol.
 M. Edward B. Tylor — *La civilisation primitive*, 2 vol.
 James Geikie — *Prehistoric Europe A Geological Sketch*, 1 vol.
 N. Joly — *L'homme avant les métaux*, 1 vol.
 Sveen Nilsson — *The primitive inhabitants of Scandinavie*, 1 vol.
 Dr. W. F. A. Zimmermann — *L'Homme*, 1 vol.
 Julio de Mattos — *Historia Natural*, 6 vol.
First anual report of the departement of Statistica and Geology of the State of Indiana, 2 vol.
 C. Lyell e E. F. Hamy — *L'Ancienneté de l'homme prouée par la Geologia*, 1 vol.

- Emile Cartailhac — *Materiaux pour l'histoire primitive et naturelle de l'homme*, 2 vol.
- M. Duchartre — *Rapport sur les progrès de la botanique physiologique*, 1 vol.
- Don Maxime Fuertes Acebedo — *Curso de fisica elementar e nociones de quimica*, 1 vol.
- *Estudios sobre astronomia, fisica e meteorologia*, 1 vol.
- *Mineralogia asturiana*, 1 vol.
- D. Samtiago Garcia de Mendoza — *A agua*, 1 vol.
- Monsieur F. Fouqué — *Les eaux thermales de l'île de San-Miguel*, 1 vol.
- Miguel Leite Ferreira Leão, Francisco Antonio Alves e Lourenço Almeida Azevedo — *As Aguas mineraes de Moledo*, 1 vol.
- Monsieur de baron L. J. Thenard — *Traité de chimie élémentaire*, 5 vol.
- Antonio Alves Ferreira — *Hidrologie Générale, etc.*, 1 vol.
- Baron C. R. T. Krayenhoff — *Recueil des observations hydrographiques et topographiques faites en Hollande*, 1 vol.
- Antonio Venancio de Oliveira David — *Estudo sobre as geleiras actuaes*, 1 vol.
- Dawid Page — *The World's life-System*, 1 vol.
- Monsieur Coulvier-Gravier — *Recherches sur les météores*, 1 vol.
- A. Gautier — *Introduction philosophique à l'étude de la géologie*, 1 vol.
- Dr. Ch. Robin — *Traité du microscope et des injections*, 1 vol.
- M. F. Maury — *The physical geography of the sea*, 1 vol.
- L. J. d'Omalins d'Haley — *Introduction à la Géologia*, 1 vol.
- William Desborough Cooley — *Phisical Geography*, 1 vol.
- Carl Vogt — *Lehrbuch der Geologie und Petre factenkunds*, 1 vol.
- Sous la direction de A. S. de Montferrier — *Dictionnaires des sciences mathematiques pures et appliquées*, 3 vol.
- Rennaldo Gonzalez Fragoso — *Apuntes para la flora de la provincia de Senilha. Cryptogamas*, 1 folheto.
- Report of the meteorological committée of the Royal Society*, 1 vol.

- J. V. Barbosa du Bocage — *Ornithologie d'Angola*, 1 vol.
- Antonio da Costa Lima — *Estudo sobre a classificação dos animaes*, 1 folheto.
- *Resultado das investigações scientificas feitas a bordo do yacht Amelia, etc.*, 1 vol.
- F. A. Pereira da Costa — *Descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*.
- Atlas universel phisique, historique et politique*, 1 vol.
- L. B. Francoeur — *Cours complet de mathematiques*, 2 vol.
- *Uranographie ou traité elementaire d'Astronomie*, 1 vol.
- Matheus Valente do Couto — *Astronomia espherica e nautica*, 1 vol.
- F. A. Francoeur — *Astronomie Pratique*, 1 vol.
- Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto — *Elementos de astronomia*, 1 vol.
- Izidoro Kuguenet — *Asphaltes et naphtes, etc.*, 1 vol.
- Natural history (conditions of the State corbinet)*, 1 vol.
- Virgilio Machado — *A electricidade*, 1 vol.
- Rapport sur les travaux géologiques, topografiques, hydrografiques et geodesiques du Portugal*, 1 vol.
- Alfredo Augusto Schiappa Monteiro de Carvalho — *Memoire de geometrie descriptive*, 1 folheto.
- Ch. Vacquant — *Cours de geometrie élémentaire*, 1 vol.
- Joseph Bertrand — *Traité d'Algèbre*, 2 vol.
- Conselheiro Joaquim Henriques Fradesso da Silveira — *Relatorio do Congresso Meteorologico*, 1 vol.
- Louis Figuier — *Le savant du foyer*, 1 vol.
- *Les Oiseaux*, 1 vol.
- *Histoire des plantes*, 1 vol.
- *Les Poissons*, 1 vol.
- *La terre avant le deluge*, 1 vol.
- *Les Insectes*, 1 vol.
- *Les mamiferes*, 1 vol.
- *Les races humaines*, 1 vol.
- Dr. L. Pelletan — *Le Microscope, son emploi et ses aplicaciones*, 1 vol.
- A. d'Wurtz — *Chimie pure et apliquée*, 5 vol.
- On the fertilisation of orchide by insectes*, 1 vol.

- Fonseca Benevides — *Compendio de Botanica*, 2 vol.
 Visconde de Villa Maior — *Tratado de vinificação para vinhos genuinos*, 1 vol.
 João Ignacio Ferreira Lapa — *Technologie rural ou arte chemicas, agricolas e florestaes*, 1 vol.
 — *Chimica agricola, etc.*, 1 vol.
Nouveau dictionnaire d'histoire naturelle, etc., 24 vol.
 Dr. Paul Topinard — *L'Anthropologie*, 1 vol.
 Charles Darwin — *Fertilisation of orchids*, 1 vol.
 Arthur Henfrey — *The vegetation of Europe, etc.*, 1 vol.
 Aug. Pyramus de Candolle — *Theorie élémentaire de la botanique, etc.*, 1 vol.
 Conde de Ficalho — *Plantas uteis da Africa portugueza*, 1 vol.
 Garcia da Horta — *Coloquio dos simples e drogas da India*, obra comentada pelo Conde de Ficalho, 2 vol.
A treatise on the climate and meteorology of Madeira, 1 vol.
Icones plantarum medicinalium, etc., 1 vol.
Plantas medicinales, etc., 3 vol.
Plantas officinales, etc., 1 vol.

4.º — Boletim do Ministério de Instrução

Logo após a proclamação da República e a nossa nomeação para a Direcção Geral da Instrução Secundária começámos a insistir superiormente para que fôsse reorganizado, sôbre novas bases, o *Boletim de Instrução Pública* (1), pois custavamos a compreender que a República viesse fazer terminar toda a comunicação pedagógica e técnica da administração central

(1) O *Boletim* havia tido uma certa notoriedade durante o tempo em que o sr. dr. Abel de Andrade foi Director geral de Instrução Secundária. Mas, veio a *moralidade triunfante* de João Franco e acabou com êle a título de sair muito caro e não correr bem a sua administração. Apareceram então uns modestos *Apêndices* ao *Diário do Governo* onde eram publicados ao acaso, desconexamente, indistintamente, relatórios de pensionistas, artigos de vulgarização pedagógica, de bibliografia, etc., etc.

Não há dúvida que a primeira fase do *Boletim* foi brilhante, estando aí a atestá-lo os quatro magníficos volumes que vão de 1902 a 1905.

do ensino com o professorado, que — quanto a nós — devia fazer-se, principalmente, por meio do *Boletim*. Sempre nos pareceu que as relações da Administração do Ensino com o professorado do país não se deviam limitar à simples e empírica correspondência de character administrativo e disciplinar — aquela fastidiosa e esta antipática; mas antes considerávamos que êsse contacto com o professorado devia ser, principalmente, de ordem moral (1).

(1) O *Boletim*, segundo o nosso projecto, submetido à apreciação superior, devia ser constituído por duas secções: a 1.ª secção — *pedagógica*, destinada a artigos de criação scientifica, de vulgarização, e de bibliografia das sciências pedagógicas; a 2.ª — *administrativa*, destinada à publicação dos diplomas officiaes emanados do Ministério, e à da lista do pessoal docente e administrativo dependente do Ministério pela sua antiguidade e conforme as demais condições legais exigidas para promoção ou para diuturnidade. A publicação periódica dessa lista graduada do pessoal sempre nos pareceu grandemente necessária como uma boa medida de alcance moral. Se ela, desde que a vimos propondo — de 1911 para cá, — se houvesse posto em execução, já ha muito que teria desaparecido do espirito dos professores e demais funcionários da Instrução, a suspeição de que as influências políticas e as amizades pessoais são a principal causa da melhoria de situação desses funcionários, com esquecimento, por vezes, do mérito, antiguidade, assiduidade, zêlo e outros importantissimos factores que deviam sempre constituir o coeficiente necessário para essa melhoria. Talvez alguns políticos mais boçais e deshonestos não sympathisassem com essa medida, mas esses mesmos, pensando melhor, verião que, não podendo ser sempre govêrno, muito terião a lucrar com ela, pois constituiria uma excelente garantia quando o seu partido fôsse para... a opposição. De resto, é esta tendência geral seguida por toda a parte, e, até mesmo entre nós no exêrcito na marinha, e com o pessoal de justiça e de outras Secretarias. Assim, as promoções fazem-se à vista de todos — automaticamente.

Quando, — em 1910 e 1911 — estivemos chefiando a 3.ª Repartição (pessoal) da antiga Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial, fizemos remeter a todos os estabelecimentos dela dependentes, impressos destinados à organização dum cadastro completo desse pessoal, onde, além da idade e tempo de serviço, se inquiria dos titulos scientificos e academicos, das obras publicadas, dos relatórios apresentados, das comissões de serviço, etc., dos funcionários; e até se pedia que esses funcionários enviassem para a biblioteca do Ministério as obras que tivessem publicado. Ao passo que o critério da antiguidade é quasi o unico seguido

Êle devia ter como *objectivo* immediato um acréscimo de cultura dêsse professorado; como elevado *fim* a demonstração dos desvelos e cuidados que à Administração merecia êsse professorado — e que não se demonstrando apenas por aumentos de vencimento, também se comprova por um acréscimo de assistência moral, e de consideração. Como *meios* dessa aproximação tínhamos: a *Biblioteca da Instrução Pública* — que, convenientemente especializada e confinada às obras sôbre sciências pedagógicas, seria patenteada logo ao professorado da capital, cuidando-se a seguir de irradiar a sua acção — quer pela remessa de bibliotecas pedagógicas moveis e temporárias, quer pela fundação sucessiva de bibliotecas nas sédes dos círculos escolares primários, e nas próprias escolas — uma por cada terra; e o *Boletim da Instrução Pública* que devia ser — principalmente para os professores primários, — e um tanto para os secundários, — um guia, um orientador, um educador mensal ao domicilio daquêles que vivendo longe dos três centros da maior actividade intellectual do país: Lisboa, Coímbra e Pôrto, — e exactamente por isso — necessitam conhecer os progressos que se vão realizando nos métodos e processos de ensino, e devem estar ao facto das obras estrangeiras e nacionais que vão sendo publicadas a fim de poderem ler aquellas que mais lhes interessem (1).

para a promoção nos serviços militares, sempre entendemos que entre professores e outro pessoal técnico da Instrução, o mérito pessoal — concretizado nos trabalhos publicados, em relatórios de serviço, teses de congressos, etc., — devia constituir um importante coeficiente de apreciação nas melhorias, não apenas dos mais velhos e antigos, mas, principalmente, dos mais habéis, dos mais competentes, sabedores e estudiosos.

O certo é que quando passámos a chefiar a 2.ª Repartição perdeu-se a continuidade na execução dessa medida, e não se pensou, naturalmente, mais nos questionários e na execução de tão útil quão moral providência.

(1) Assim se comprehende e se procede por toda a parte, — quer por iniciativa dos proprios governos, quer pelas exigências do mesmo professorado — como se pode ver percorrendo, entre tantissimos outros trabalhos —: *Le manuel général de l'instruction primaire*; a bela colecção de *Anuarios* do professorado inglês publicados em Londres sob o título de *The school-master's year book and educational directory*; um artigo de H. L. Upton

Porém, deve dizer-se, com toda a sinceridade, que ambos esses meios falharam por completo: a *Biblioteca do Ministério* tem sido um órgão inativo, morto, inutil, mercê das deficiências de pessoal e material; o *Boletim* — a cargo da antiga Secretaria Geral do Ministério e entregue a simples funcionários administrativos — tem aparecido muito irregularmente, e de modo nenhum satisfaz aos fins que tivemos em vista quando propuzemos a sua criação. Então expuzemos muito concreta e desenvolvidamente o plano a seguir na publicação dessa Revista-boletim: mixto de revista pedagógica e de boletim administrativo — muito mais importante a primeira que o segundo.

sob o título de *The probleme of public Education*, na *Education monthly* de Dezembro de 1911, pág. 514; um artigo de Gros acerca de *Le classement du personnel administratif dans l'enseignement secondaire*, na revista *L'Enseignement secondaire*, de 1912, pág. 238; um sólido estudo de Meyer, acerca da situação do professorado primário na Alemanha, na revista *Der Sämernann*, de Leipzig, de 1912, pág. 498; uma sucinta mas completa monografia de Reinländer acerca da situação social do professor primário alemão em 1912, sob o título *Die soziale Stellung des Volksschullehress*, onde o autor, depois de mostrar a situação inferior em que ao tempo estava o professor primário alemão, reclama do govêrno, a par duma melhora de situação material, todas as facilidades para o professor popular poder seguir cursos de aperfeiçoamento nas universidades, etc.

São igualmente dignos de nota — e por isso de consulta — o *Annuaire de l'Enseignement primaire*, editado por F. Martel, que além da lista do pessoal primário francês publica artigos especiais de metodologia do ensino primário, etc.; *The Public Schools Year Book* que costuma ser um forte volume de mais de 800 páginas com informações sôbre todo o ensino inglês; o *Annuaire de l'Instruction Publique et des Beaux-Arts*, que aparece anualmente em França, com todas as indicações mais importantes acerca da constituição dos serviços de instrução pública e de belas-artes em França desde a organização e funcionamento do Ministério até às escolas primárias, terminando por um extracto da legislação de ensino mais importante.

Tambem é digna de nota a *Schule der Zukunft*, que é uma série de conferências feitas por Hellmers, Ostwald, W. Bölsche, J. Petzold, J. Wincken, J. Tews, e A. Klaar, acerca da *Escola do Futuro*, como o seu título indica; os diversos *Anuários* publicados pelo *College of Preceptors*, de Londres, — curiosa instituição tendente a desenvolver a cultura dos professores associados, a conseguir-lhes melhora de situação material e moral, com 70 anos de existência, tendo a seu cargo a publicação do *Educational Times*, que é a revista de pedagogia mais em voga em toda a Inglaterra.

O actual *Boletim* não satisfaz aos seus mais importantes objectivos de instrução post-escolar do professorado, e de vulgarização científica, quer pela sua deficiente contestura geral, quer pela falta de secções importantes — como a de bibliografia pedagógica, crónicas dos ensinos primário, secundário, etc., no estrangeiro e em Portugal; artigos sôbre o movimento pedagógico estudado através das revistas e jornais estrangeiros e portugueses, etc. Enfim, no actual *Boletim* tem-se notado, lamentavelmente, a ausência das importantes secções que acabamos de enumerar, além de outras, e a falta de colaboração efectiva a cargo de especialistas para as diversas questões de ensino (1).

(1) Lá fóra a acção dos governos não se faz sentir mais na publicação oficial de anuários, boletins e revistas pedagógicas — apezar de todos terem os seus órgãos de publicação — porque se lá fóra se crise existe nesse ramo de publicações é a da abundância. Assim, só em Leipzig aparecem — que nós sabemos — cêrca de vinte grandes publicações periódicas da especialidade desde os vários *Arquivos Pedagógicos* até às diversas *Zeitschriften* de pedagogia e de sciências conexas; outro tanto pode dizer-se de Paris, Londres e Berlim, aparecendo também em Viena, Lancaster, Colónia, Iena, Worcester, Munich, Gotha, New-York, Boston, etc.

Mas não se imagine que é só nas cidades das grandes nações que aparecem publicações importantes de character pedagogico; a pequena Génèbra tem visto aparecer, além dos seus importantissimos *Archives de Psychologie*, publicados por Th. Flournoy e Ed. Claparède, o *Bulletin de la Société Pédagogique Genevoise*, *L'Intermédiaire des Educateurs*, e uma multidão de *memórias, relatórios e comunicações* de Th. Flournoy, Ed. Claparède, A. Lemaître, e de muitos outros sôbre os trabalhos efectuados no modelar Laboratório de Psicologia de Génève, que o illustre prof. dr. Alves dos Santos tão bem conhece. Génève tem visto, ainda, efectuar-se ali congressos internacionais de Filosofia, Psicologia e outros que muito se prendem com as sciências pedagógicas, devendo notar-se que tudo isto se passa numa pequena cidade de cêrca de 110.000 habitantes. O mesmo se podia dizer de Zurich, Basileia, Berne e Lausane, tudo pequenas cidades dessa minúscula Suíssa que terá pouco mais ou menos 3.500:000 habitantes. A mesma febre de renovação e progresso caracteriza, no que respeita a pedagogia, a Bélgica, a Holanda, os países scandinavos.

Portugal com 6.000:000 de habitantes só no continente, não vê aparecer em todo o seu território uma só bôa publicação periódica sôbre sciências pedagógicas. Para obviar ao grande inconveniente resultante de tão lamentavel falta — que é, além do mais, um indicio pavoroso da preguiça

5.º — Outras iniciativas

A) Os Anuários dos liceus

Ácerca dos *Anuários* publicados pelos diversos liceus do país apresentámos superiormente, em 6 de Outubro de 1913, a seguinte proposta:

«Em obediência ao n.º 19.º do artigo 129.º do regulamento vigente da instrução secundária de 14 de Agosto de 1895 costumam os liceus publicar os seus *Anuários*. Efectivamente, nessa disposição legal que passou para o regime actual do ensino secundário, indicam-se como devendo fazer parte dos *Anuários*: o quadro da distribuição das disciplinas pelas classes e por professores, os horários, a distribuição dos alunos pelas aulas, a nota dos exames e as classificações que neles obtiveram os estudantes e «quaisquer outras informações que completem a ideia do estado literário e económico do liceu». Assim termina o mencionado n.º 19.º do artigo regulamentar, entendendo-se por aqui que nesses *Anuários* devem aparecer as informações sobre toda a vida *pedagógica e económica dos liceus*.

«Ora se fôssemos a analisar essa vida pedagógica de certos liceus pelas informações — ou falta de informações — dos *Anuários* bem desagradável teria que ser o nosso juízo sôbre esses liceus, e portanto sôbre o seu corpo docente — o que seria duma injustiça flagrante.

«Bem certos estamos que a esses liceus não faltará a dedicação do seu professorado pelo ensino, havendo, quando muito, o esquecimento na realização da última parte do n.º 19.º do artigo 129.º do decreto de 14 de Agosto de 1895.

«Tem, pois, esta proposta o intuito de chamar a atenção dos directores dos estabelecimentos do ensino secundário oficial

mental dum povo que nada produz nem cria na quasi totalidade dos ramos do saber humano, limitando-se, quando muito, a repetir o que lá fóra se inventa, descobre e produz — propuzemos superiormente a criação da Revista-boletim do nosso Ministério de Instrução. Fez-se o que havíamos proposto? Responda quem lêr os números aparecidos dessa publicação.

para o cumprimento exacto e completo da citada disposição da lei.

«Em tais circunstâncias os *Anuários* deixariam de ser as sonolentas e incaracterísticas listas de nomes de professores e alunos, que certos liceus publicam, para serem repositórios interessantes dos esforços feitos, das tentativas executadas, dos empreendimentos bem sucedidos sempre no sentido de fornecer aos alunos um ensino harmónico, de maneira a preparar neles homens duma cultura bem equilibrada e completa.

«Enfim, os *Anuários* dos liceus deviam reflectir com bastante exactidão todo êsse trabalho de aperfeiçoamento no ensino que deve constituir o desejo máximo dum professorado que preze elevadamente o prestígio da sua profissão.

«Pela sua leitura se ficaria fazendo ideia das aptidões dirigentes dos reitores, dos esforços, dedicação e competência dos directores de turma e do professorado em geral, habilitando assim a administração central do ensino secundário a conhecer e distinguir os professores que põem toda a sua boa vontade e inteligência ao serviço da grande causa do ensino.

«O desenvolvimento da biblioteca e dos gabinetes de física, de geografia e de mineralogia, de zoologia, dos laboratórios de química, dos hortos; enfim, os melhoramentos das instalações e mobiliário; a prática da antropometria e da higiene escolares: as investigações pedológicas, etc., são factos sobremodo importantes e dignos de figurar nos *Anuários* como o são o estabelecimento duma aula de trabalhos manuais; a realização de excursões para o estudo da geografia, da geologia, e da fauna e flora locais; as sessões de arte onde, por meio de projecções, se apresentem e se expliquem as grandes obras de architectura ou os primôres da escultura, sem de modo algum esquecer a música, a pintura e a poesia com as visitas aos museus de Arte, às audições vocais e instrumentais, etc., etc.

«Muito seria para desejar ver figurar nesses *Anuários* as várias ligas, comissões, sociedades e associações de estudantes; umas para desenvolverem a gôsto pela leitura, pelos trabalhos scientificos e pela divulgação das principais práticas da higiene; outras de intuitos artisticos para a realização de exposições de desenhos e pinturas, para a constituição de sextetos ou pequenas

orquestras, não esquecendo que o canto coral a todos os estudantes deve envolver e estreitar.

«Tambem conviria ver representar nesses *Anuários* as associações escolares de character sportivo para os jógos, a ginástica, o *scouting*, etc.

«Um anuário de cada liceu, feito nestas condições, seria então um reflexo nitido de toda a vida escolar, um documento digno de ser lido não só pelos portuguezes que se interessam pelo progresso do ensino nacional, mas ainda por estrangeiros, podendo colocar-se ao lado das publicações similares impressas em países progressivos.»

Apelando, pois, para o patriotismo e dedicação de S. Ex.^a o Ministro, pelas questões do ensino, propusemos que fosse enviada aos liceus uma circular redigida no sentido da nossa proposta.

Efectivamente, essa proposta da circular teve despacho favorável do Ex.^{mo} Ministro da Instrução Pública, dr. Sousa Junior, em 29 de Outubro de 1913. E devido a ela foi publicada no *Diário do Govêrno*, n.º 257, de 1913, a seguinte circular:

«Tendo-se reconhecido que os relatórios anuais dos reitores dos liceus, organizados nos termos do número 19.º do artigo 129.º do decreto regulamentar de 14 de Agosto de 1895 por se limitarem a simples registos de alunos matriculados, notas, horários e semelhantes, não satisfazem ao intuito pedagógico que a estas publicações deve ser attribuido; e convindo dar-lhes o character e importância que merecem a bem do ensino secundário, determina o Ex.^{mo} Ministro que a atenção dos reitores dos liceus seja solicitada para êste assunto, de fôrma que d'ora ávante os *Anuários* insiram quaisquer trabalhos de natureza pedagógica e exercícios de alunos que de tal distincção sejam dignos, o que tudo o Ex.^{mo} Ministro espera do seu zêlo e dedicação pelo ensino.

«Repartição da Instrução Secundária, em 1 de Novembro de 1913.— O Secretário Geral, (a.) A. Freire d'Andrade (1).»

(1) Esta circular não foi por nós redigida, pois ao tempo já estávamos

B) A obra pedagógica da República

Poucos dias depois apresentámos a S. Ex.^a o Ministro a seguinte proposta:

«Ex.^{mo} Sr. Ministro. — É hoje prática seguida em todos os países civilizados a publicação de monografias sôbre os serviços públicos. Umaz vezes são essas publicações destinadas á representação das nacionalidades nos grandes certamens do pensamento e da actividade humana — como são os congressos e as exposições internacionais; outras, como é o caso presente, são essas monografias justificadas pela impugnação estrangeira ácêrca dos esforços dum país no progresso da civilização humana.

«Todos os países no campo da política externa teem seguido de longa data essa prática, podendo dizer-se que desde os congressos de Viena e Berlim, os livros brancos, azues, amarelos, etc.; constituem repositórios interessantissimos para o estudo da política externa dos vários países.

«No dominio da política e da administração internas também tem sido ultimamente prática seguida em diversos países a publicação de estudos sôbre a organização dos serviços. A Finlândia, a Dinamarca, a Suécia, a Noruega, a Russia, a Argentina, o Brasil, enfim, todos os países que pela sua pequenez ou pela sua juventude possam merecer dúvidas sôbre o contingente com que contribuem para a civilização geral, procuram mostrar com essas publicações que também eles são pioneiros esforçados na bôa cruzada da sciência, da arte e da indústria.

«E a verdade é que essas publicações teem dado os melhores resultados.

«Entre as publicações que neste género se teem feito, apparecem em bôa quantidade as que dizem respeito ao ensino.

«Neste momento em que portuguezes degenerados de mãos

chefiando a Repartição de Instrução Artística. Ela é demasiadamente succinta, sendo lacónica e incompleta em muitos pontos importantes, como pode ver-se comparando o teor da nossa proposta com a redacção dessa circular.

dadas com estrangeiros cubiçosos estendem por toda a Europa uma tenaz e intensa propaganda contra o nosso país e o seu regimen, parece a esta Repartição da mais alta conveniência —, e a bem da verdade e do patriotismo publicar uma monografia onde serenamente — como é mistér em publicações de caracter scientifico — mas com dados positivos: extractos de leis e regulamentos, estatisticas, fotografias e transcrições dos orçamentos, se mostre bem claramente o desenvolvimento que tem tido o ensino nacional desde a implantação do novo regimen, mercê dos govêrnos da República.

«Pode a República ufanar-se da grande atenção que lhe tem merecido todas as questões de ensino como:

- «a) A criação do Ministério da Instrução Pública;
- «b) Reforma de todo o ensino superior;
- «c) Creação de duas Faculdades de Lêtras, de duas Escolas Normais Superiores, e de uma Faculdade de Direito;
- «d) Creação de três Faculdades de Ciências;
- «e) Reorganização e progresso do ensino agrícola, commercial e industrial;
- «f) Reorganização e progresso dos ensinos artistico e dos serviços de belas-artes;
- «g) Creação de muitos musêus e enriquecimento dos já existentes;
- «h) Desenvolvimento enorme dos serviços biblioteconómicos e arquivisticos;
- «i) Aumento de dotações de todos os serviços de ensino;
- «j) Edificação, em via, de dois liceus e de uma escola normal para ambos os sexos;
- «k) Desenvolvimento do ensino primário e criação de algumas centenas de escolas;
- «l) Estabelecimento de dezenas de escolas móveis por conta do Estado;
- «m) Melhoramento nas instalações de vários licêus pela utilização das casas congreganistas, e devido ao grande aumento nas dotações do Estado para mobiliário escolar e mais material didático, etc., etc.

«A Repartição tem pois a honra de propôr que se publique

em francês uma monografia sôbre os progressos do ensino no nosso país desde a implantação da República, constituída por uma introdução geral seguida de relatos feitos e assinados pelos directores dos estabelecimentos de ensino público (escolas, hospitais escolares, bibliotecas, museus, etc.).

« Repartição de Instrução Artística, em 6 de Novembro de 1913. — O Chefe da Repartição, (a.) *Antonio Ferrão.* »

Por amor à verdade deve dizer-se que essa proposta não teve andamento, não se fazendo a publicação que lembrávamos. Diz-se que por falta de verba nada se fez. Porém, queremos parecer que a falta de energia de quem tinha por função mandar e dirigir, a resistência passiva de uns, a deficiência de zêlo de outros, somadas com a falta da nítida e rápida compreensão de muitos quanto à importância da obra proposta, e a ausência de interêsse de bastantes por tudo o que não se exteriorisa em gratificações, ajudas de custo ou subvenções, todo esse somatório de dificuldades — que teem acarretado tão má fama à nossa burocracia — constituiu o insuperável obstáculo à efectivação dessa proposta⁽¹⁾.

(1) O *Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública* começou a aparecer em Março de 1916, isto é mais de cinco anos depois das nossas diligências objectivadas nas propostas e planos que acima expuzemos. No artigo de apresentação do *Boletim* faz-se uma sùmula muito rápida, e por isso incompleta d'A obra *pedagógica da República*: porém, redigido por quem, naturalmente, não trabalhou na importante obra pedagógica do Governo Provisório — e que vai de 5 de Outubro de 1910 aos fins de Maio de 1911 — passa em branco toda essa obra notável, que, na sua quasi totalidade, ainda está de pé apesar da má vontade de muitos e dos despeitos de bastantes, tudo isso junto à ignorância do maior número.

Talvez ainda um dia venhamos a tratar, com a pormenorisação e o detalhe necessários em tão sérios assuntos, do que foi a obra pedagógica do primeiro govêrno da República, não para relatar o nosso esforço, que foi muito grande, muito intenso, e depois tão ingratamente recompensado — mas adiante! — mas porque defendendo todo esse trabalho pugnamos pelo que consideramos ainda hoje a mais notável obra moral da República, apesar da incoordenação de muitas das suas medidas e das lamentáveis omissões cometidas, principalmente com a não criação do Ministério de Instrução Pública, e com a falta da reforma do ensino secundário que cor-

Enfim, nós cumprimos o nosso dever de funcionário, de republicano e de português: o resto é-nos estranho (1).

tou, desastrosamente, a continuidade do ensino primário com o superior nos seus dois grandes tipos; o universitário — ou da ciência pura, e o técnico — ou da ciência aplicada.

Ainda ultimamente ouvimos uma afinadíssima orquestra de elogios ao *Estatuto Universitário* promulgado em 1918; pois coteje-se esse diploma com a *Constituição Universitária* de 11 de Abril de 1911, e diplomas conexos, e vêr-se há que tanto no seu *espírito*, como, até, por vezes, na sua redacção a diferença é nula no que respeita ao texto dos diplomas. Apenas a tabela de vencimentos que segue o *Estatuto* de 1918, difere dos orçamentos até então fixados. Pela nova tabela dêsse decreto os vencimentos do professorado universitário são melhorados notavelmente: eis o segrêdo da grande fama do *Estatuto* sidonista!

(1) Como já dissemos no artigo de apresentação do *Boletim* faz-se uma incompleta sùmula da obra pedagógica da República. Trata-se dum artigo leve, rápido, fugaz, sem qualquer objectividade ou documentação, e, por isso, muito diferente do que seria de esperar e de desejar do seu promettedor título e do lugar onde apareceu.

Também, a partir do n.º 2 dessa publicação, aparecem uns quadros com os seguintes títulos e sub-títulos: *A obra pedagógica da República. Estatísticas. Escolas primárias oficiais existentes em 31 de Dezembro de 1915, com a indicação das que foram criadas pela República.* Se alguém fôsse estudar e avaliar a *Obra pedagógica da República* por essas incaracterísticas listas de escolas primárias, não ficaria fazendo grande ideia do muito que a República tem feito já pelo ensino público. Esses títulos ambiciosos justificam-se em *en-têtes* de réclamo nas empresas de índole particular, mas não se desculpam tais ideologias como títulos numa publicação oficial.

A obra que nós propunhamos em 1913, sendo, pois, muito diferente da que aí fica apontada, está ainda por fazer. É que não havia verba para gratificações! Se se tratasse duma rendosa sindicância, apareciam logo os arrematantes dêste género de trabalho a disputar proveito e a honra de prestarem mais um *importante serviço*. . . ao regime à razão cinco escudos por dia para o sindicante e três para o secretário. Também não se tratava de nenhuma dessas numerosas e eternas comissões de regulamentação de ensino que fazem, desfazem e refazem projectos de lei, regulamentos, programas, etc., etc., para o que se reúnem às noites, à razão de três escudos por cabeça e sessão, sendo de notar aí interessantíssimos milagres de ubiquidade praticados por pessoas que nas mesmas noites, e às mesmas horas, assistem aos trabalhos de duas comissões diferentes, pelo que cobram *legitimamente*. . . seis escudos por noite, àlém de outras possíveis gratificações por serviços extraordinarios de serões. *Fronti nulla fides*, dizia o espirituoso Juvenal.

Nada disso era possível com o trabalho bem patriótico e republicano

C) A vida e obra governativa do 1.º Marquês de Pombal

Já de ha muito vinhamos pensando na necessidade de ser publicado um desenvolvido e bem documentado trabalho acêrca da vida e obra de govêrno do inclito ministro de D. José I.

No segundo semestre de 1916 haviamos tido a felicidade de ir encontrar no Ministério da Justiça onze importantes volumes de manuscritos, — entre códices, maços, fólhos e papeis diversos, — todos relativos aos ultimos anos da vida do 1.º Marquês de Pombal, e que, depois de estudados por nós, foram incorporados na Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional⁽¹⁾.

Acêrca dessa excelente colecção documental escrevemos nós ultimamente: «Os processos recentemente incorporados, onde se relatam todos os sucessos da perseguição de que foi vitima Sebastião José, constituem um corpo de documentos históricos do mais alto valor. Nem a obra de Ferraz Gramoza, *Successos de Portugal*, nem *L'Administration de S. J. Carvalho*, nem as *Memórias*, de Smith — coevas, quási do govêrno pombalino, nem o mais recente *Perfil do Marquês de Pombal*, de Camilo Castelo Branco, descrevem com minúcia e detalhe o processo de que foi vitima Sebastião José. A razão é porque o não conheceram, como confessa Camilo⁽²⁾».

Logo a seguir ao nosso estudo dos papeis pombalinos recém-descobertos, apresentávamos a despacho uma proposta larga-

que propunhamos. Aí tudo devia ser bem republicano e, por isso, bem económico, desde o objectivo e dos fins a ter em vista até aos lisos meios de os atingir.

Paciência! Foi, talvez, melhor assim. Evitaram-se dois males qual dêles o maior: mais uma pequena sangria nos cofres publicos, e mais um abôrto em letra redonda.

É que a notável fauna dos A. Picard e dos H. Poincaré, dos W. Rein, dos Credaro e dos Altamira, não se reproduz no nosso meio.

(1) Vid. adiante, no paragrafo do *Serviço de incorporações*, o pequeno inventário dos 7 volumes incorporados por nossas diligências na Biblioteca Nacional de Lisboa.

(2) Ver a nossa brochura sôbre a *Vida e obra do 1.º Marquês de Pombal*, pág. 5.

mente fundamentada seguida do plano geral da obra a publicar, e dos sumários do 1.º e 2.º volumes dêsse trabalho (1).

Justificando a necessidade dessa publicação escrevemos então nós: «Raros são os grandes vultos do século XVIII que não teem os seus biógrafos e comentadores, os seus editores e tratadistas, havendo mesmo alguns que teem dado origem a bibliografias extensas, a bibliotecas inteiras.

«Alberoni, — o filho dum jardineiro e ele próprio jardineiro na sua infância, — tornado primeiro ministro de Filipe V, ou antes de Isabel Farnese, — desde a publicação da sua *Correspondência*, na edição de Sestri, de 1720, até à recente obra de E. Bourgeois, *La Diplomatie secrète au XVIII^e siècle*, no seu tomo II, sôbre *Philippe V et la politique d'Alberoni*, 1910, — tem-se tornado assunto de muitos volumes.

«O mesmo se pode dizer do abade Dubois, o primeiro do Regente e de Luiz XV, que, — desde a obra de Seillac até aos artigos de Cheruel na *Revue Historique*, e à biografia bem documentada de Bliard, — tem sido muito estudado.

«D'Argenson, durante anos o *premier* de Luiz XV, só na *Colecção da História de França* ocupa nove encorpados volumes com o seu *Journal*, na edição Rathery.

«O célebre Conde de Broglie, um dos mais inteligentes e operosos agentes secretos de Luiz XV, além de encher algumas caixas da série K dos *Arquivos Nacionais* de Paris com a sua correspondência, secreta tem provocado uma grande quantidade de livros e artigos de revistas (2).

«Choiseul, — que «il n'eut jamais de hautes vues, ni même, surtout au début, de système politique nettement arrêté», no dizer de H. Vast (3), e que deveu a sua situação a uma baixa intriga amorosa, — desde as suas *Memórias*, edição de Soulavie, de 1790, em dois volumes, até à recente obra de Le Glay — enche algumas estantes com os trabalhos escritos a seu respeito.

(1) Vid. o nosso citado trabalho.

(2) Efectivamente, nos *Arquivos Nacionais* de Paris figuram os papeis de Broglie, serie K, n.ºs 1363, 1888, 3366 e 3375.

(3) In *Histoire Générale*, de Lavisse e Rambaud. VIII. *La guerre de sept ans en Europe*, pág. 246.

«Maupéou — a mais prestigiosa figura do *triumvirato* que deitou abaixo Choiseul — com quanto fôsse mais um homem de expedientes que um homem de Estado, tem sido objecto de numerosos estudos, como os de Flammermont e outros (1).

«Também os estadistas ingleses do século XVIII tem sido muito estudados como o provam: os quatro volumes das *Memoirs* escritas por H. Walpole, edição de R. Barker, 1894, os dois volumes do seu *Journal*, e os nove volumes das suas *Letters*; os quatro volumes dos *Papers*, de Grenville; os quatro volumes das *Memoirs* de Rockingan; os oito volumes da *Correspondência* de Chatam, além dos trabalhos de Macaulay e da biografia de W. Pitt, por Stanhope, A. von Ruville, e duma imensidade de outros estudos acêrca dos homens e acontecimentos dessa época tão agitada da vida inglesa».

Mais adiante, justificando a nossa proposta continuavamos:

«Vai sendo tempo de dignificar também a grande figura do nosso Marquês de Pombal, apresentando-o tal êle foi com as suas grandes qualidades e não pequenos defeitos. Torna-se necessário estudá-lo na sua obra governativa, nos seus relatos e preambulos numerosos e prolixos, e na sua correspondência.

«Tem-se estudado Pombal abstraindo das circunstâncias do seu tempo e do seu meio. É possível que assim se possa agradar aos inimigos dêle, atribuindo-lhe os êrros do seu tempo e os defeitos da sua época, ou se possa satisfazer os seus pouco criticos admiradores que nele só vêem um super-homem.

«Tais estudos isolados podem satisfazer os seus apaixonados detratores ou admiradores, mas não satisfazem o historiador.

«Importa estudar Pombal nas fontes históricas mais convenientes, ou na documentação mais completa, não esquecendo a aplicação cuidadosa dos modernos processos da crítica histórica. Mas não menos importa estudar Pombal integrando-o sempre no seu meio e no seu tempo.

(1) Sobre Maupéou veja-se o interessante *Journal de la révolution opérée*, par M. Maupéou, 1771-74, Londres, 5 vols.

« Os êrros e os excessos dêle são os êrros e os excessos do seu tempo, em grande parte. A sua orientação governativa, regalista, a sua tendência reformadora, o seu character centralizador e absorvente, a sua administração *paperassière* são outras tantas características da sua época e constituem as normas seguidas no govêrno e na administração de todas as nações da Europa durante o século XVIII (1) ».

A seguir propunhamos que pelo Ministério fôsse levada a efeito a publicação dum desenvolvido estudo acêrca da *Vida e obra governativa do 1.º Marquês de Pombal*, e diziamos:

« Essa obra constituída em grande parte pela publicação, em excertos, estratos ou integralmente, das peças de correspondência e relatorios de Pombal que mais interessam à sua biografia e à história do seu tempo, poderia ser composta de seis volumes, como segue:

- « 1.º volume — A Europa durante o século XVIII;
- « 2.º volume — O Marquês de Pombal como diplomata;
- « 3.º volume — O govêrno do Marquês de Pombal. Obra política;
- « 4.º volume — O govêrno do Marquês de Pombal. As reformas económicas;
- « 5.º volume — O govêrno do Marquês de Pombal. As questões de ensino;
- « 6.º volume — O processo contra o Marquês de Pombal (2) ».

A seguir expuzêmos, em relatório, bastante analítico, os principais assuntos a versar nos dois primeiros volumes, e indicámos qual o *espírito* e a orientação, que, em nosso entender, deviam presidir à elaboração de tal obra.

Apresentado o processo a Despacho, logo o sr. dr. Lopes Martins, distinto professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Pôrto, e, ao tempo ilustre Ministro da Instrução, em 28 de Outubro de 1915 determinava que fôsse lavrado o decreto encarregando-nos de elaborar êsse trabalho. Efectiva-

(1) Vid. o nosso trabalho citado, págs. 8-10.

(2) Ibid., pág. 10.

mente, por decreto de 30 do mesmo mês publicado sob o n.º 2.049, no *Diário do Governo* de 18 de Novembro seguinte, eramos nomeado em comissão completamente gratuita para escrever a obra que havíamos proposto, e tal como a havíamos projectado.

Logo começámos trabalhando na factura do primeiro volume.

Sôbre o assunto escreviamos mais tarde:

«Não obstante esta comissão ser completamente gratuita e de a estarmos desempenhando cumulativamente com todo o trabalho a nosso cargo como chefe da Repartição de Instrução Artística — todo o serviço de expediente, propostas para a criação e reorganização de serviços vários, etc. — um ano depois estava pronto a entrar no prélo o primeiro volume acêrca d'*A Europa no século XVIII*.

«Por diversas vezes temos solicitado que na tabela de despesas do Ministério de Instrução seja fixada uma verba, não para nós, mas para a impressão da obra de que o Governo, muito espontaneamente nos encarregou, e que nós temos desempenhado sem o menor encargo para o Estado. Porém, até agora, todas as diligências para conseguirmos a impressão do nosso trabalho pelo Estado teem sido improficuas.⁽¹⁾»

Era natural que o país quizesse conhecer qual «o espirito, o ponto de vista, o critério, enfim, que nos orientará na elaboração dessa obra, qual a disposição que entendemos dever dar às materias versadas nos dois primeiros volumes, e, finalmente, quais os principais assuntos que ali tencionamos tratar». Na verdade, tratava-se, de uma obra publicada por conta do Estado, e por isso julgámos do nosso dever tornar público o nosso plano do trabalho.

Efectivamente, em 23 de Maio de 1916 fazíamos uma *Comunicação* à Academia de Sciências de Portugal expondo com bastante detalhe o plano geral da obra e os sumários dos dois primeiros volumes. Em 1917 aparecia publicada essa *Comunicação*⁽²⁾.

(1) Vid. o nosso trabalho citado, págs. 69-70.

(2) Essa *Comunicação* consistiu no trabalho que temos vindo a citar.

Deviamos ao país uma explicação, e aí ficava ela.

D'então para cá temos lembrado junto de quem de direito: ministros, senadores, deputados, etc., para que seja incluída nos orçamentos a verba necessária para a impressão do primeiro e segundo volumes, ou do primeiro ao menos. Mas nada, absolutamente nada temos conseguido. Enfim, os anos vão passando e continúa a ser quasi desconhecida a obra de govêrno do Marquês de Pombal, e muito mais o seria se não fôsse o belo livro do sr. J. Lucio de Azevedo sôbre *O Marquês de Pombal e a sua época*.

Apezar de continuar quasi desconhecida, duma forma objectiva, essa notável figura da nossa história, toda a gente faz discursos a respeito do insigne marquês. Este aponta-o como môdêlo a seguir hoje!! Outro vê-o já reproduzido agora, por uma estranha metempsicose, e encarnado em determinada pessoa nossa contemporânea. Outro vê em Pombal um precursor directo da República, um pioneiro do 5 de Outubro!! etc., etc. (1).

Enfim, quando quizerem dotar o trabalho inscrevam-lhe a verba necessária à publicação; se o não quizerem fazer jámais não o façam, mas não venham dizer ao povo que admiram a grande obra de Pombal, porque então talvez nós usêmos do legítimo direito de lhes dizer que mentem, porque só se admira aquilo que se viu, que se estudou, que se compreendeu; e a obra de Pombal só se pode conhecer e compreender com profundesa em contacto com os seus *papeis*, que, se ainda não são conhecidos — porque não estão publicados — é devido exactamente à completa indiferença dos que teimam em dizer-se seus admiradores.

(1) Seria curioso inquirir quantas das pessoas que hão feito discursos sôbre a obra de Pombal teem frequentado a *Colecção Pombalina* da Bibliotheca Nacional de Lisboa, e aí feito estudos sôbre o ilustre marquês. Crêmos firmemente que de cem fogosos oradores, noventa e cinco nunca lá puzeram os pés, e a grande maioria dêstes não suspeita, sequer, que exista tão rico depósito de manuscritos sôbre Pombal.

D) Investigações e publicações históricas.
Inéditos da História de Portugal

Além das propostas apresentadas superiormente, tendo uma como objectivo a publicação dum trabalho sôbre a *Vida e obra governativa do 1.º Marquês de Pombal* — como acabámos de vêr, e tendo a outra por fim a investigação e inventariação dos manuscritos portuguezes ou relativos a Portugal, e existentes em bibliotecas e arquivos estrangeiros, — de que adeante trataremos, — tambem nós propuzemos superiormente, entre outras medidas, a publicação duma *Colecção de inéditos da História de Portugal*, e a duma série de *Biografias de Portuguezes Ilustres*. Efectivamente, em 21 de Junho de 1918 apresentavamos a Despacho a referida proposta, que é como segue:

«Tivemos ha dias a honra de expôr a V. Ex.^a quanto seria para desejar que se iniciasse, e prosseguisse sistemáticamente, a publicação dos despachos, relatórios, officios, comunicados e demais papeis ostensivos e confidentiais de natureza política, diplomática, militar, administrativa, jurídica e económica, que constituem o admiravel recheio dos arquivos do Estado e de muitos cartórios particulares (1).

«Depois que Leopoldo Ranke, no meado do século XIX, subordinou, em História, as questões de nacionalidade ao ponto de vista europeu, e que nas suas obras demonstrou à evidência que a evolução histórica dum povo não é um fenómeno que se limite e circunscreva a um agregado humano, e que, portanto, não deve ele ser estudado isoladamente, mas antes o devemos considerar integrado no agrupamento europeu — romano-germânico do seu tempo, as teorias nacionalistas da historiografia do período romântico teem-se modificado, alargado e esclarecido.

(1) O Relatório a que aludimos ficou, para estudo, no gabinete de S. Ex.^a o Ministro a seguir a um dos nossos Despachos com o sr. dr. Alfredo de Magalhães. Como não mais vimos tal processo, e não ficámos com cópia dele, eis a razão porque não vai reproduzido acima.

«Se é certo que já antes de Ranke, Voltaire no seu *Século de Luiz XIV* e Planck na *História da Igreja Católica*, tinham seguido na elaboração destas obras o ponto de vista geral — europeu —, como Baur e Niebuhr haviam já aplicado às fontes escritas a análise filológica, foi, incontestavelmente, o «mestre do método filológico-crítico» — como lhe chama Fueter — Ranke que na sua *Deutsche Geschichte im Zeitalter des Reformacion*, nos *Zwölf Bücher preussisches Geschichte*, e nas *Französische Geschichte e Englische Geschichte* (principalmente no estudo dos séculos XVI e XVII), quem comprova que os relatórios e os despachos diplomáticos são as melhores fontes para o estudo da história moderna.

«Depois de Ranke surge uma legião de discípulos, partidários e outros seguidores dos processos de elaboração e crítica históricas preconizados pelo antigo professor da Universidade de Berlim. Entre esses encontra-se Schaeffer que, fiel ao critério do Mestre, escreveu a sua conhecida *História de Portugal*, que é ainda hoje a obra mais completa e perfeita que possuímos no género.

«Tambem seguem esse ponto de vista, entre outros, Waitz, Gesebreckt, Freemann, Wolf, Flathe, Droysen, Karl Ritter, Curtius, Gervinus, Sybel, Dahlman, Hauser, Treischke, Duncker, Freytag, Janssen, etc. — na Alemanha; Macaulay, Filay, Buckle, Loeky e Stephen — na Inglaterra; Guizot, Tocqueville, Taine, Sorel, e outros historiadores francezes contemporâneos como Monod, Seignobos, Lavissee, Rambaud, Debidour, Aulard, Barbey, F. Fauchille, R. Waddington, L. Pingaud, G. Hanotaux, Morel-Fatio, Geoffroy de Grandemaïson, etc.

«Em harmonia com esta metódica da historiografia contemporânea, os governos dos grandes e pequenos Estados passaram a organizar os seus arquivos políticos, diplomáticos e militares em função dos estudos históricos: pondo em ordem as suas colleções e os seus núcleos; inventariando e catalogando as suas espécies; e publicando sistematicamente aqueles *fundos* que mais importância e interêsse apresentam para o conhecimento dos acontecimentos e dos homens mais marcantes do passado.

«E não se imagine que é necessário recorrer aos exemplos

da França⁽¹⁾ e, especialmente, da Inglaterra — que dispõe da magnífica organização do *State Paper Office* e do *Foreign Offices Records*, que pode orgulhar-se com a publicação dos *Calendars of the mss.* e com os importantes trabalhos da *Royal Commission on historical manuscripts*; ou da Itália que dispõe duma excelente organização de bibliotecas e arquivos e pode ufanar-se da notável obra de Mazzatinti — *Gli Archivi della Storia d'Italia*. Também pequenos países, como a operosa Holanda⁽²⁾, a minuscula Suíça e a industriosa Bélgica, oferecem-nos modelos excelentes de solicitude e inteligência no que respeita a tal ordem de trabalhos. Assim, para citar, de fugida, só a Bélgica basta atentar nas dezenas de volumes publicados por ordem do Governo sob o título de *Documentos inéditos*, e onde Gachard, Charles Paillard, Ch. Piot, e muitos outros teem colligido milhares de manuscritos até então inéditos⁽³⁾.

«Seria escusado dizer que em Portugal pouco se tem feito

(1) Vid. o nosso trabalho — *Da Importância dos Documentos Diplomáticos em História*, págs. 22-32.

(2) O notável prof. Langlois, da Sorbonne, muito parco em elogios, diz o seguinte ao iniciar o seu estudo dos serviços arquivísticos na Holanda:

«Les archives publiques ont été depuis le milieu du XIX^e siècle l'objet de la sollicitude particulière du Gouvernement des Pays-Bas. Non seulement des Rapports officiels (*Verslagen*) sont publiés chaque année sur l'état des archives du royaume, mais le gouvernement donne des marques d'intérêt à l'étude de l'histoire nationale en faisant examiner les archives des autres pays au point de vue de cette histoire».

In Manuel de Bibliographie Historique, 1901-1904, pág. 468.

Acêrca do progresso desses serviços na Holanda, vêr, também, um estudo de P. J. Blok na *Revue historique*, 1895, pág. 133.

O mesmo eminente Langlois referindo-se na sua citada obra, a Portugal dispara-nos logo de entrada este justificável cumprimento: «Le Gouvernement portugais ne s'est pas occupé jusqu'à present de faire inventarier les dépôts de documents du pays. . .».

Compare-se a diferença de consideração e de tratamento por parte do mesmo erudito, e por ela poderá ajuizar-se como é grande o contraste entre esses dois países, que sendo tão comparáveis em extensão e população são tão diferentes em cultura.

(3) Vid. *Trabalhos*, de Gachard; e *Les Archives en Belgique*, pour Edouard Laboir.

sobre tais assuntos, continuando por catalogar muitas das mais importantes colecções e *fundos* dos nossos mais valiosos arquivos; e nada — pode dizer-se — tem sido publicado dos seus recheios.

«Não admira, pois, que pouquíssimas sejam as obras de história até hoje publicadas entre nós que consigam sair victoriosas duma crítica rigorosamente sciêntifica. É que elas baseiam-se mais em conjecturas do que nos documentos, e... *«sem documentos não ha história».*»

Seguia-se a proposta para ser levada a efeito, ao tempo, pela Secretaria d'Estado da Instrução Pública a elaboração de duas colecções de trabalhos: uma destinada à publicação, prefaciada e anotada, de *Documentos inéditos relativos à História de Portugal*; e outra à publicação de *Biografias de Portuguezes Ilustres*.

S. ex.^a o sr. Secretário d'Estado, Dr. Alfredo de Magalhães, por seu despacho de 30 de Junho de 1918, encarregou-nos de efectuar as referidas publicações, fixando logo a competente verba anual para a impressão dos trabalhos, a fim de ser levada a efeito uma obra tão necessária, e de ser dado, desde logo, cumprimento a tão patriótico quão expontâneo Despacho (1).

(1) Enfim, iamos começar a dar execução ao que propozemos no artigo 4.º do nosso projecto do Ministério de Instrução, e que figura a páginas 8 e 9 dêste Relatório.

Aí tínhamos indicado a criação duma série de comissões de trabalhos sciêntificos. Porém, calculáramos logo o insuccesso a que ella estava condemnada. Se se tratasse de quaisquer comissões politicas ou dos tais *moinhos pedagógicos* das comissões do Ministério, enfim, de qualquer associação ou sindicato de socorros mútuos de gratificações e ajudas de custo onde pudesse entrar todo o *bicho carêta*, então era certo o successo; nós teriamos apoteóse como salvador de qualquer coisa e, principalmente, das finanças dos... comissionados, se bem que à custa das finanças públicas.

Mas aquilo não era moita donde saísse o coelho que os *caçadores* de nichos, ajudas de custo e gratificações almejavam. Isto de trabalhar na factura dum grande dicionário de portuguezes, duma história da lingua e da literatura nacionais, duma gramática histórica portuguesa, das edições anotadas dos nossos principais escritores; isto de elaborar uma completa geografia de Portugal e colónias; de publicar, com introduções e notas,

Desejando nós corresponder, com toda a possível solicitude, à elevada distinção com que o ex.^{mo} Secretário d'Estado nos honrou, iniciámos logo, nos arquivos históricos do Ministério dos Estrangeiros, os nossos trabalhos de investigação, estando prestes a sair da Imprensa da Universidade de Coimbra o 1.^o volume da *Colecção de Inéditos*, que consta da Correspondência diplomática — prefaciada e anotada — de D. Alexandre de Sousa e Holstein quando esteve em Berlim, em 1789-90, como ministro plenipotenciário de Portugal.

colecções de inéditos da nossa história, etc., etc., é obra muito séria que demanda muito estudo e saber, enfim, não é obra, repetimos, para qualquer *bicho carêta*.

O resultado era previsto e óbvio. Nada se fez. Nada se fez em sete séculos de absolutismo; nada se fez em oitenta anos de constitucionalismo, e só agora se começa, ainda, em nove anos de República.

Assim, Portugal continua a ser a única — absolutamente a única — nação da Europa que não tem um bom dicionário e uma completa gramática da sua língua; que não conhece scientificamente o seu território, o seu clima, a sua flora e fauna; a constituição, origens, evolução e movimentos da sua população, enfim; que não tem uma História da sua Civilização, etc.

Não havia, parece-nos, obra mais patriótica e civilisadora, nem mais urgente, que a que tínhamos esboçado no referido artigo 4.^o do nosso projecto.

De que nos serve berrar, a todas as horas, contra os impérios centrais se para conhecermos a geomorfologia do nosso território temos que recorrer aos seus homens, de ciência, como Suess, Penck, Theobaldo Fischer, etc.; para conhecermos a nossa paisagem vegetal não podemos prescindir do dinamarquês Warming e dos trabalhos de Schimper; e para compreendermos a relação entre os agentes ecológicos, as condições edáficas e as manifestações da vida no nosso território, lá temos que ir aos trabalhos de Ed. Hahn, de Hettner, etc. Enfim, por suprema ironia do distinto, basta que se diga que se queremos conhecer o nosso passado temos que recorrer infalivelmente ao alemão Schaeffer.

Para sairmos de tão extranha quão vergonhosa situação é que propunhamos que se fizesse ciência portugueza, que se estudasse o nosso país nos seus diferentes aspectos.

Mas tudo isso era abstracto e complexo em demasia para alguns politicos ignorantes e para o nosso *patriota* de filarmónica, de foguete e de morteiro, — aliás excelente pessoa.

Que belo país! Que heroico e dedicado povo! Que falhadas *élites*! Que modestos dirigentes temos tido!

Êsse volume constitue uma comemoração modesta, — se bem que, talvez, a única official no género, — da nossa intervenção na guerra. A ele seguir-se-ão outros de documentos políticos, militares, diplomáticos, jurídicos e económicos, dos nossos depósitos públicos e de diversos arquivos particulares — alguns dos quais são muito valiosos (1).

Escusado será dizer que essa comissão de serviço é absolutamente gratuita, sendo desempenhada cumulativamente com os serviços da nossa nova situação de presidente da Comissão de Educação Popular, para que fômos nomeado por portaria de 15 de Agosto de 1918 (2).

(1) O segundo volume que começou a entrar no prélo consiste na colecção de documentos relativos á história da chamada conspiração de 1817, ou de Gomes Freire. Trata-se duma reconstituição documental dêsse ainda tão obscuro e conjectural acontecimento trágico, servindo-nos do núcleo de manuscritos do maço 17 do *fundo* da Intendência da Polícia, da Torre do Tombo, muito completado com o magnifico recheio de dois arquivos particulares. Outros volumes estão já prontos no original, trazendo nós em estudo e preparação mais trabalhos para esta pequena colecção.

Como o povo — que é quem tudo paga — tem o mais que legítimo direito de conhecer como se gasta o seu dinheiro, logo que esta bem fatigante, posto que absolutamente gratuita, comissão de serviço complete um ano de existência publicaremos o relato dos nossos trabalhos.

(2) De resto, os serviços dessa comissão de tão pomposo título, nunca nos ocuparam muito tempo. A culpa não foi nossa. Além de nunca ter tido um centavo de dotação para realisar a importante obra extra-escolar que lhe estava naturalmente designada, pouco depois da sua instalação foi-lhe notificado mandado de despejo da sala onde funcionava; e mais tarde foi pura e simplesmente extinta. *Requiescat in pace!*

Educação popular! Eis uma linda expressão para uma *tirada* de começo, uma sugestiva frase para um programa partidário, ou um atraente *cabeçalho* para um artigo político. De resto, para mais nada tem servido.

Os dirigentes republicanos tem cuidado pouco dessa *educação popular*, de que tanto mais se fala quanto mais se despresa. O povo mais esclarecido é republicano por intuição, porque o espirito do tempo o faz amar a República, mas não porque os chamados dirigentes republicanos hajam procurado realisar a sua educação cívica e moral.

Assim, a única entidade que oficialmente tem existido para cuidar da *educação popular* teve a vida efémera que se viu. E o mais curioso é que o diploma que extinguiu esse organismo da *educação popular* — o decreto-lei de 13 de Março de 1919 — criou duma assentada quatro logares de

E) A pequena biblioteca da Repartição
de Instrução Artística

Organizada a Repartição, correndo normalmente os seus serviços, procurámos logo criar uma pequena biblioteca especializada onde houvesse algumas obras de consulta imediata, e, principalmente, uma colecção de legislação estrangeira de belas-artes, tão necessária para o estudo a elaboração de pareceres, consultas, relatórios, propostas e projectos de lei, decretos, portarias, etc.

Logo em 26 de Novembro de 1913, era dirigido ao Ministério dos Estrangeiros um officio solicitando, por intermédio dos representantes de Portugal no estrangeiro, exemplares de legislação de character artistico em uso nos principais Estados da Europa. Mais tarde, em 1914, na nossa viagem em missão official a Espanha, França e Bélgica, conseguimos trazer bastantes brochuras que muito gentilmente nos foram oferecidas nos Ministérios de Instrução desses países.

Assim, conseguimos organizar, quasi sem a menor despesa para o Estado, uma pequena mas valiosa colecção de legisla-

directores gerais, o que equivale a um aumento de despesa de 10.000 escudos, além do resultante com o acréscimo de outro pessoal.

E lembrar-se a gente que com aquella quantia, ou metade, ou mesmo um quinto, muito teríamos feito em favor da instrução popular, como se verá quando publicarmos o nosso relatório!

Para a educação popular nunca houve um centavo, mas para directores gerais appareceram logo 10.000 escudos!

O que tem feito mal à República tem sido o escalracho que vindo da monarchia sem outro ideal que não seja satisfazer as suas vaidades e encher o estomago, tem-se infiltrado no nosso regimen para o explorar e comprometer.

Procurem bem quais os inspiradores e autores da recente reorganização do *Ministerio de Instrução*, e lá encontrarão esses antigos monárquicos, egoistas e sórdidos adeptos da máxima horaciana: «*Virtus post nummos*».

Que lhes importa a *educação popular*? Eles dirão, repetindo Boileau:

L'argent, l'argent dit-on, sans lui tout est stérile;
La vertu sans argent n'est qu'un meuble inutile.

ção estrangeira sôbre belas-artes, que contém, entre outras, as seguintes peças:

Legislação estrangeira

a) Administração central das belas-artes

- Decreto relativo à organização da Administração Central das Belas-Artes em França (nomeações, promoções e disciplina).
- Legislação relativa à Secção de Belas-Artes do Ministério de Instrução Pública de Espanha (índice da legislação).
- Regulamento interno do Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes de Espanha.
- Orçamento do Ministério da Instrução Pública de Espanha, para 1913.
- Orçamento das despesas do Ministério da Instrução Pública e das Belas-Artes de França, para 1914.
- Relatórios da Comissão de Finanças do Senado Francês sôbre o projecto do orçamento para 1914.
- Relatório de René Viviani, em nome da Comissão dos Deputados, sôbre o projecto de orçamento da Instrução Pública para 1912.
- Relatório da Comissão Geral do Orçamento da Camara dos Deputados italiana, à cerca da previsão das despesas no Ministério da Instrução no ano de 1913-1914.
- Orçamento da despesa do Ministério de Instrução de Itália, para o ano económico de 1913-1914.
- Orçamento da despesa do Ministério da Instrução italiano para o ano económico de 1913-1914.
- Organização dos Serviços das Belas-Artes da Bélgica.

b) Ensino musical

LEGISLAÇÃO ITALIANA

- Regulamentos e programas do Conservatório de Santa Cecilia, de Roma.
- Regulamento didático, disciplinar e administrativo do Conservatório de Milão.
- Regulamento do Conservatório de Napoles.

- Regulamento e programas do Conservatório de Bolonha.
- Extrato do Regulamento do Conservatório José Verdi, de Turim, etc.

LEGISLAÇÃO FRANCESA

- Regulamentos organicos de 8 de Outubro de 1905, do Conservatório de Paris.
- Regulamento do Conservatório de Lille.

LEGISLAÇÃO BELGA

- Regulamento do Conservatório de Bruxellas.
- Anuário do Conservatório de Bruxellas.
- Regulamento do Conservatório de Anvers.
- Regulamento dos concursos de composição musical.

LEGISLAÇÃO ESPANHOLA

- Regulamento do Conservatório de Madrid.
- Regulamentos do Conservatório de Barcelona.

c) Teatros

FRANÇA

- Colecção de leis, decretos e regulamentos.
- Caderno de encargos do Teatro Nacional da Ópera.
- Caderno de encargos do Teatro Nacional da Ópera-Cómica.
- Caderno de encargos do Teatro Nacional do Odeon.

d) Belas-artes plástica e monumentos

ITALIA

- Lei de 12 de Junho de 1902 sôbre a conservação de monumentos e de objectos artísticos e arqueológicos.
- Regulamento de 17 de Julho de 1904 sôbre a conservação de monumentos e de objectos de arte e arqueologia, e sôbre a exportação dêsses objectos.
- Leis de 27 de Junho de 1907 sôbre pessoal de belas-artes.
- Decretos de 1 de Agosto de 1907 regulamentando as leis de 27 de Junho.

- Regulamentos para a execução das leis de 20 de Junho de 1909 e de 29 de Junho de 1912, sôbre a conservação de obras de arte, peças arqueológicas e monumentos.

FRANÇA

- Regulamento dos serviços de conservação das Fábricas Nacionais.
- Decreto de 22 de Março de 1908 sôbre a organização dos serviços de arquitectura, construções civis e palácios nacionais.
- Decreto de 30 de Junho de 1909 fixando os quadros e vencimentos do pessoal empregado no serviço das aguas de Versailles e de Marly.
- Regulamento sôbre os serviços das aguas de Versailles e de Marly.
- Decreto de 19 de Julho de 1909 sôbre organização geral, nomeação, promoção e disciplina do pessoal do serviço das aguas de Versailles e de Marly.
- Regulamento de 9 de Dezembro de 1909 relativo aos serviços de construções civis e palacios nacionais (predios e jardins).
- Decreto de 13 de Maio de 1911 reorganizando o Conselho Geral das Construções Civis e a inspecção dos serviços de arquitectura do Estado.
- Regulamento da administração do mobiliário nacional.
- Leis e decretos relativos à conservação dos Monumentos Nacionais.
- Decreto sobre a organização dos museus nacionais e da Escola do Louvre.
- Regulamento âcerca dos requerimentos e condições do trabalho nas salas e galerias dos Museus Nacionais.
- Decreto fixando o regime de aposentação applicavel aos empregados auxiliares dos museus nacionais.
- Decreto relativo à organização dos monumentos nacionais e da Escola do Louvre.
- Ordem de serviço relativa ao deslocamento das obras d'arte.

ESPAÑA

- Regulamento para o regime dos Museus Arqueológicos.

SUISSA

- Regulamento acêrca da conservação dos objectos d'arte e dos monumentos históricos.

BÉLGICA

- Decretos e regulamento sôbre as funções da Real Comissão dos Monumentos.
- Decretos sôbre a conservação de monumentos e de sítios de interêsse artístico, histórico arqueológico ou turístico.

e) Escolas de belas-artes

FRANÇA

- Regulamento da Escola Nacional de Belas-Artes, 1912.
- Condições de admissão à Escola Nacional de Dijon.
- Regulamento da Escola Nacional de Arte Decorativa de Limoges.
- Regulamento interno e programas da Escola Nacional da Arte Decorativa de Nice.
- Regulamento e programa da Escola Nacional das Artes Industriais de Roubaix.
- Regulamento e programas da Escola Nacional das Artes Decorativas de Paris.

BÉLGICA

- Programa da Academia Real das Belas-Artes de Anvers.

ALEMANHA

- Dois boletins do Ministério dos Cultos e da Instrução da Baviera, com legislação de belas-artes.
- Diversos *Versügungen* e *Vorschriften* sôbre belas-artes.
- Regulamento dos estudos da Academia Real de Artes Plásticas de Dresde.
- Horários e planos de estudos dos cursos elementares, médios e superiores da Academia de Belas-Artes de Dresde.
- Orçamento de belas-artes.
- Breve resumo acêrca da organização de belas-artes na Alemanha.

f) Legislação sobre propriedade literária e artística.

- Texto da Convenção de Berne, de 9 de Setembro de 1886.
- Documentação variada (circulares, propostas e projectos e relatos das sessões) e acta adoptada pela conferência de Berlim, em 13 de Novembro de 1908, para a protecção das obras literárias e artísticas.
- *Convention de Berne revisée*.
- Sinópse dos tratados de Portugal com outras potências.

g) Legislação diversa

- *Annual Report of the Education Department* (Estados Unidos), de 1912 e 1913.
- *Annuaire de législation étrangère*, de 1881, 1892, 1895, 1896, 1897 e 1898.

Obras diversas

Além da colecção completa de legislação portuguesa, duma colecção de legislação pedagógica e dos diversos códigos nacionais, contém a pequena biblioteca da Repartição, entre outras, as seguintes obras:

- H. Berteley, *Droit Administratif*.
- M. Dieulafoy, *Espagne et Portugal (Histoire General de l'Art)*.
- José de Figueiredo, *O pintor Nuno Gonçalves*.
- Nicolas Butler, *Education in the United Stats*, 1910.
- Teixeira de Aragão, *Descrição historica das moedas romanas*.
- Teixeira de Aragão, *Moedas cunhadas*, etc.
- Martins Sarmiento, *Os argonautas*.
- Estácio de Veiga, *Antiguidades monumentaes do Algarve*.
- Caumont, *Archéologie*.
- Leite de Vasconcelos, *As religiões da Lusitania*, vols. II e III.
- Leite de Vasconcelos, *Revista Lusitana*.
- Leite de Vasconcelos, *Archeologo Portuguez*.

- Júlio de Castilho, *Lisboa antiga*.
- Lino d'Assunção, *As ultimas freiras*.
- Franco Monteiro, *As donatarias de Alemquer*.
- Delfim de Oliveira, *Notícias de Penella*.
- Liberato Teles, *Pavimentos*.
- Sousa Refoios, *O Colegio de S. Fiel*.
- José Queirós, *A Ceramica Portugueza*.
- José Queirós, *As olarias de Monte Sinay*.
- Ribeiro Saraiva, *Diario*, 1.º vol.
- J. Bensaude, *Astronomie Nautique*.
- Zacuto, *Almanach Perpetuo*, reprod. fac.-simil dirigida por Joaquim Bensaúde.
- Faleiro, *Arte del Marear*, reprod. fac.-simil. dirigida por J. Bensaúde.
- Filipe Simões, *Escritos diversos*.
- Filipe Simões, *A exposição Retrospectiva de Arte Ornamental*, 1882.
- Joaquim de Vasconcelos, *Catalogo da Ceramica Portugueza da Camara Municipal do Porto*.
- *Guia do Museu Municipal do Porto*.
- *A Arte e Natureza em Portugal*, 8 t.
- *Arte Religiosa em Portugal*, fasc. 1 a 8.
- *A Terra Portugueza*, revista de etnologia.
- *Monuments de l'Art Arabe*.
- Eugene Morel, *Bibliothèques*, 2 vols.
- A. Soubies, *La Comédie Française depuis l'époque romantique*.
- A. Soubies, *Soixante neuf ans a l'Opera-Comique*.
- A. Soubies, *Soixante sept ans a l'Opera*.
- Henry de Curzon, *Croquis d'Artistes*.
- *L'Année Musical*, de 1913.
- Mesnard, *Essais de critique musicale*.
- W. Lenz, *Beethoven et ses trois styles*.
- H. Imbert, *Nouveaux Profils de Musiciens*.
- *Le Theatre*. Rev. 1905.
- *Musica*. Alguns numeros desta revista.
- *Comedia*. Alguns numeros desta revista.
- Maurice Kufferath, *L'Art de diriger (l'orchestre)*. 1909.

Por falta de verba deixaram de ser adquiridas muitas outras que requisitámos, contando-se entre estas os trabalhos de G. Fink; Félix Grenier, Wanda Landowska, Ph. Spitta, J. Tiersot e A. Pirro, acerca de J. S. Bach; as obras de A. Schindler, Thayer, V. Wilder Moschelès, Wasielewski, Michel Brenet, J.-G. Prod'homme, H. de Curzon e J. Chantavoine acerca de Beethoven, das suas sinfonias e dos seus *lieder*; Boislisle, *Les débuts de l'opera française à Paris*; Nutter e Thoinan, *Les origines de l'Opera français*; Gustave Chouquet, *Histoire de la musique dramatique en France*; Romain Rolland, *Histoire de l'Opera en Europe avant Lully et Scarlatti*; Julien Tiersot, *Histoire de la chanson populaire en France*; as obras de Arthur Pougin sobre Lully e a sua *Les vrais créateurs de l'opéra français*, Perrin et Cambert; as obras de A. Pougin, M. Brenet e Lionel de la Laurencie sobre Rameau; M. Brenet, *Histoire de la symphonie à orchestre depuis ses origines jusqu'à Beethoven*; do mesmo, *Les Concerts en France sous l'ancien régime*; as obras de Pohl e de M. Brenet sobre Haydn; os importantes trabalhos de Pierre Aubry sobre a história da música franceza; H. Lavoix, *La musique au siècle de saint Louis*; as obras de H. Riemann e de Ch. Lalo sobre estética musical; a de Lichtenberger sobre Wagner; a colecção de biografias de músicos célebres publicada sob a direcção de J. Chantavoine pela livraria Félix Alcan; a colecção de *L'Année Musicale*; os dois importantes volumes de Wyzewa e Saint-Foix sobre *W.-A. Mozart. Sa vie musicale et son œuvre, de l'enfance à la pleine maturité (1756-1777)*; as obras de Albert Lavignac, de Maurice Kufferath, etc., etc.

Quanto às artes plásticas pretendemos fazer comprar para a biblioteca da Repartição algumas obras, entre as quais figuravam diversas monografias da colecção *Les Grandes Artistes* do editor Laurens, e da intitulada *Les Maitres de l'Art*; as obras de Gonse sobre *Chefs d'œuvre des musées de France* e *L'Art Gothique*; alguns trabalhos de Collignon, Rayet e Thoman sobre a arqueologia e arte gregas; os de Martha sobre a arte etrusca; *Le Cicerone* de Burckardt, trad. Gerard; diversos volumes da *Bibliothèque de l'enseignement des Beaux-*

Arts; Lasteyrie, *Études sur la sculpture française au moyen âge*; diversas obras de Salomen Reinach sôbre arqueologia e história de arte; Quicherat, *Mélanges d'archéologie du moyen âge*, etc., etc. (1).

(1) Como se tem visto, o que caracteriza a dinâmica interna do nosso malfadado Ministério da Instrução é a constante falta de verba para tudo que tem em vista um acréscimo de cultura. Comprar livros, desenvolver bibliotecas, catalogar manuscritos, fundar cursos de aperfeiçoamento para professores primários e crear bibliotecas móveis pedagógicas para esses professores, organizar bibliotecas populares, subvencionar bibliotecas municipais, abrir concursos para a elaboração de manuais da história pátria e de instrução moral e cívica, subvencionar professores e outros funcionários que vão lá fóra fazer os seus cursos ou seus estágios de aperfeiçoamento, tudo isso é impossível, porque a resposta invariável é sempre: *não ha verba*.

Enfim, para tudo o que tem em vista um acréscimo de valorisação mental e moral é sabido que não ha verba. Mas para o *resto* sempre aparece, por aqui ou por ali, uma disponibilidade que estava esquecida, quando não se recorre ao refôrço por transferência de verba ou por crédito extraordinário.

Quantas coisas belas, progressivas e uteis se podiam realizar só com o que absorvem anualmente alguns escusados serviços, e com o que custam as sindicâncias, bastando que se diga que só uma destas custou ao Estado mais de 1.000 escudos, segundo informaram os jornais, e ainda não acabou.

PARTE I

Bibliotecas e arquivos

CAPÍTULO I

Dos serviços das bibliotecas eruditas e arquivos

Reformas de serviços efectuadas desde 1913

Grande tem sido o labôr effectuado nos serviços das bibliotecas eruditas e arquivos do Estado devido, principalmente, à iniciativa fecunda, à acção propulsora e ao esforço inteligente e activo da Inspeccão das Bibliotecas Eruditas, o mesmo é dizer que à competência e zêlo do illustre funcionário que nesses serviços tem superintendido, o sr. dr. Júlio Dantas.

É certo que a Repartição de Instrução Artística, por onde corriam os serviços das Bibliotecas e Arquivos Públicos, contribuiu tanto quanto que lhe foi possível para a execução e o successo de muitas das medidas tomadas em favor do progresso dêsses serviços, mas não é menos exacto que a quasi totalidade de tais medidas foram da exclusiva iniciativa dêsse muito illustre e zeloso funcionário. Os três anos e meio que este relatório, principalmente, abrange quanto aos serviços de bibliotecas e arquivos, são caracterizados por um importante esforço em favor do desenvolvimento e da bôa organização dos nossos serviços biblioteconómicos e arquivísticos.

Seguindo o simples nexa cronológico vêmos que, por portaria de 20 de Agosto de 1913 e por diligências da Inspeccão das Bibliotecas Eruditas, era determinada a incorporação de todo o arquivo do Cabido de Évora, códices e documentos avulsos, bem como o competente mobiliário na biblioteca pública da

mesma cidade (1); por portaria de 11 de Setembro seguinte determinava-se que as pessoas que utilizem, extratem ou publiquem documentos pertencentes aos arquivos do Estado enviem a esses estabelecimentos um exemplar da obra impressa onde venham publicados, extratados ou trasladados os documentos das suas colecções; por decreto de 4 de Setembro do mesmo ano se determinava o processo de fiscalização das obrigações impostas ás tipografias pela lei da imprensa; pelo decreto de 11 de Setembro seguinte era creado o Estágio de arquivistas a fim de habilitar convenientemente o pessoal destinado aos arquivos das secretarias e demais serviços do Estado; por avisos de 20 de Setembro do mesmo ano se dava cumprimento ao disposto no artigo 2.º do decreto que criou o estágio de arquivistas, publicando-se os programas das aulas de arquivologia, paleografia e biblioteconomia (2).

Por decreto de 21 de Maio de 1914 tornava-se permanente

(1) Por portaria de 30 de Agosto era encarregado o 1.º conservador da Torre do Tombo, Pedro S. Bartolomeu de Azevedo, «de elaborar um compendio de paleografia, com especial applicação à leitura dos códices, diplomas e cartas dos arquivos e cartórios portuguezes, acompanhado de *fac-similes* e respectivos traslados de documentos dos mesmos arquivos desde o século ix até o século xvii, e seguido dum dicionário das abreviaturas latinas e portuguezas mais frequentes nos mencionados códices, diplomas e cartas dos nossos arquivos e cartorios».

Vai em seis anos que o Governô mandou elaborar esse trabalho, pois ainda não se publicou um *fac-simile*, nem uma abreviatura. Segundo nos informou o sr. Pedró de Azevedo a parte literária do trabalho está pronta no original, e se a obra nem sequer iniciou a sua composição, foi porque em mais de cinco anos ainda se não poz à disposição dêsse funcionário a verba necessária para tão útil e urgente publicação. Sempre a falta de verba!

Entretanto, quem quizer estudar o assunto tem que recorrer aos compêndios e manuais espanhois desta especialidade como o do Padre Merino, Muñoz y Rivero, Colomera, Las Casas, ou outro.

(2) Já, anteriormente, por decretos de 12 de Outubro de 1912 haviam sido incorporados no Arquivo Nacional os arquivos notariais de Lisboa e seu termo dados por findos em 31 de Dezembro de 1870; e transferidos para o mesmo Arquivo os livros antigos de juramentos dos notários do reino, os livros de notas do antigo notário Manoel Bernardino Soares de Brito, 385 livros de registo dos testamentos, todos os processos civis e crimes, julgados, prescriptos, e até então arquivados no Tribunal da Relação de Lisboa.

o estágio de arquivistas já anteriormente creado, e por decreto de 10 de Setembro seguinte eram regulamentados os serviços dêsse interessante curso prático⁽¹⁾. Por decreto de 8 de Outubro era regulamentado o serviço de saneamento e desinfecção de livros instalado na Biblioteca Nacional de Lisboa; por decreto de 23 de Março de 1915 foi reorganizada a Junta Consultiva das Bibliotecas e Arquivos Nacionais⁽²⁾; por decreto de 9 de Junho do mesmo ano foram incorporados nos Arquivos do Estado os cartórios paroquiais⁽³⁾; por decreto do mesmo mês e ano foi creado no antigo convento da Estrêla o *Arquivo dos Feitos Findos*, constituído pelos processos civis e crimes prescritos e arquivados até então no Tribunal da Relação de Lisboa⁽⁴⁾.

(1) O ensino devia ter um character essencialmente prático, e incidir sobre arquivologia, paleografia e biblioteconomia, em harmonia com o disposto no decreto de 11 de Setembro de 1913. A primeira e terceira matérias ficaram com aulas bi-semanais, e á paleografia três vezes por semana.

(2) Nesse diploma, da nossa inteira responsabilidade, procurámos dar á junta consultiva das Bibliotecas e Arquivos Nacionais atribuições técnicas, limitando ao mínimo as suas funções administrativas. Assim, pelo n.º 11.º das suas atribuições ficava com competência de «promover o estudo da organização das bibliotecas e arquivos do estrangeiro, dos aperfeiçoamentos introduzidos nas suas instalações e dos meios adoptados para assegurar a conservação das espécies». Pelo n.º 12.º competia-lhe «Organizar a representação de Portugal nas exposições e congressos internacionais onde a arquivologia, a bibliognosia, a bibliografia, a biblioquiância, a biblioteconomia, a diplomática, a paleografia, a esfragística e a numismática sejam versadas».

(3) Este decreto tinha em vista: 1.º «Promover a desaccumulação dos livros de registo paroquial, alguns dos quais remontam à primeira metade do século XVI», e que até então encontravam-se nas conservatórias, repartições do registo civil e nos governos civis; 2.º Salvar das contingências a que estavam sujeitos nos edificios impróprios para a sua guarda e conservação os livros do registo paroquial, dado o seu «alto valor histórico, genealógico, demográfico e jurídico».

(4) Esse decreto tinha em vista: «definir a situação que no quadro dos estabelecimentos arquivísticos subordinados à Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos Nacionais, fica ocupando o arquivo existente no Convento da Estrêla, composto de 900:000 processos judiciais já findos». Esses processos civis e crimes julgados, prescritos e mandados arquivar, estavam no Tribunal da Relação de Lisboa e foram entregues à Inspecção das Bibliotecas, nos termos do decreto de 12 de Outubro de 1912.

Ao entrar no ano seguinte, de 1916, vêmos que por decreto de 18 de Fevereiro é creado um novo arquivo no edificio do extinto Paço de S. Vicente destinado a albergar os livros de registos paroquiais; por decreto de 3 de Agosto do mesmo ano é creada em Leiria uma Biblioteca Erudita e um Arquivo Distrital⁽¹⁾; por decreto de 2 de Setembro seguinte são transferidos para os arquivos do Estado os cartórios notariais de Lisboa e Pôrto⁽²⁾; por decreto de 29 de Novembro é creada uma Biblioteca Pública e um Arquivo Distrital em Bragança⁽³⁾; e também, nos termos dum decreto da mesma data, foi creado um arquivo distrital anexo à Biblioteca Pública de Évora⁽⁴⁾.

(1) O fundo primitivo da Biblioteca ficou constituido pelas livrarias dos extintos paço episcopal e seminário diocesano; pela livraria e colecção numismática da extinta Casa Congreganista da Portela; e pela livraria oferecida pelo sr. T. A. L. de Sousa Larcher.

Quanto ao arquivo ficou ele formado pelas seguintes colecções: os documentos provenientes da antiga mitra e seminário diocesano; os documentos originários dos conventos da extinta diocese; os cartórios paroquiais do extinto bispado de Leiria, bem como os paroquiais do distrito; os cartórios notariais do distrito; o arquivo da Câmara; os arquivos dos hospitais, confrarias e misericórdias do distrito; os dos estabelecimentos fabris estaduais de criação pombalina existentes na região; o arquivo da Casa da Nazareth; os processos crimes arquivados; e todos os processos e documentos provenientes de repartições extintas e de serviços cessantes do distrito.

(2) Com essa medida procurou-se guardar e conservar nos arquivos distritais e bibliotecas públicas do Estado « os livros de notas, documentos e livros diversos pertencentes aos cartórios notariais das comarcas dos distritos judiciais das Relações de Lisboa e Porto, anteriores ao período de cincoenta anos, contados desde a data da sua transferência ».

(3) O recheio da biblioteca ficou constituido: pela livraria da mitra brigantina; pelo da antiga Junta Geral do Distrito; pela livraria do Seminário Diocesano de Bragança; e pelas obras literárias que a Câmara possui. O arquivo englobou as seguintes colecções: cartório do Cabido; os documentos provenientes dos extintos mosteiros de S. Bento e Santa Clara de Bragança e Santa Clara de Vinhais; os documentos provenientes das casas congreganistas extintas, Asilo de S. Bento, Casa Franciscana de Izeda, Oblatas de Fornos de Leiria e de Monfeita; os cartórios notariais do distrito; os processos crimes julgados, prescritos e arquivados; todos os processos e documentos provenientes de repartições extintas e de serviços cessantes.

(4) O novo arquivo distrital de Évora ficou constituido com: o cartório

Durante o primeiro semestre de 1917 poucas fôram as providências legislativas ou regulamentares tomadas sôbre os serviços das bibliotecas eruditas e arquivos do Estado. Nesse ano aparecem os seguintes diplomas: decreto de 28 de Março, supprimindo a leitura nocturna na Biblioteca Nacional de Lisboa, ficando essa leitura pública a ser executada das 10 às 19 horas, de 15 de Março a 15 de Setembro, e até às 18 nos outros meses; decreto n.º 3.076, de 6 de abril, regulando a nomeação e promoção do pessoal das Bibliotecas e Arquivos Nacionais.

Porê, no segundo semestre surgem diplomas da maior importância, como a criação do Arquivo Distrital de Braga, e a fundação do Arquivo das Congregações no Quelhas.

É certo que algumas dessas providências ainda não deram o proveito que o público estudioso tem, legitimamente, direito a esperar delas. Mas, é de esperar, e muito de desejar, que tais inovações passem do fácil terreno duma existência teórica e falaz no *Diário do Governo*, para o das immediatas e eficazes realisações, pois, certamente, não é para ter bibliotecas e arquivos fechados ou sem catálogos nem índices que o Estado os cria e subvenciona.

Vejamos, pois, quais fôram os diplomas que, nesse departamento administrativo, criaram e organizaram serviços.

Pelo decreto 3.286, de 11 de Agosto de 1917, era criado um arquivo distrital anexo à Biblioteca Pública de Braga, tendo ficado constituído pelas seguintes colecções: a) Cartório do Cabido bracarense, com o corpo de armários em que se encontrava instalado; b) Arquivo da Sé (já incorporado); c) Cartório da Mitra (já incorporado); d) Cartório da Câmara Eclesiástica; e) Documentos dos extintos mosteiros, existente na Inspeção de Finanças; f) Documentos da antiga provedoria e resíduos; g) Documentos da antiga perfeitura do Minho; h) Cartórios dos hospitais, confrarias e misericórdias do distrito, na parte des-

do Cabido e o da extinta provedoria e mosteiro da arquidiocese de Évora; papeis da Câmara Eclesiástica; cartórios paroquiais e notariais do distrito; processos crimes, cíveis e orfanológicos findos antes dos últimos cinquenta anos; e todos os documentos e processos das extintas repartições e dos serviços findos do distrito.

necessária a sua administração; *i*) Cartórios paroquiais do distrito; *j*) Cartórios notariais do distrito; *l*) Processos crimes, cíveis e orfanológicos, dados por findos antes dos últimos trinta anos; *m*) Todos os documentos e processos provenientes de repartições extintas e serviços cessantes do distrito, que, nos termos da lei geral, devessem dar entrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Nos termos do decreto n.º 3.298, de 15 de Agosto, era incorporada, provisoriamente, na Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos a biblioteca do extinto Colégio de Campolide, não sendo aberta ao público enquanto houvesse pendentes, do Tribunal da Háia, reclamações acerca da sua propriedade.

Pelo decreto n.º 3.410, de 28 de Setembro, era criado e instalado no edificio do Quelhas, o arquivo das congregações dependente do Ministério de Instrução Pública por intermédio da Inspeção das Bibliotecas Eruditas «e destinado a recolher, organizar e inventariar o espólio documental das congregações religiosas existentes em Portugal à data da proclamação da República».

Esse interessante arquivo é constituído pelas espécies provenientes das seguintes congregações religiosas: jesuitas; doro-teas; franciscanos; franciscanas (trinas, missionárias de Maria); dominicanos; dominicanas (1.ª e 3.ª ordem); padres das missões (lazaristas ou frades de S. Vicente de Paula); irmãs da caridade; padres do Espírito Santo; irmãs de S. José de Cluny; salesianos; salésias; beneditinos; hospitalários de S. João de Deus; padres redentoristas; missionários filhos do Sagrado Coração de Maria; ursulinas; carmelitas; irmãs do Bom Pastor; irmãzinhas dos pobres; irmãs do Sagrado Coração de Maria (*Sacré Cœur*); Congregação de Santa Teresa de Jesus; oblatas do Menino Jesus; Irmãs da Imaculada Conceição; Congregação de Jesus, Maria José; freiras servitas.

Esse arquivo consta de três secções: Muséu; Arquivo propriamente dito; e Biblioteca.

A secção do muséu compreende: *a*) Iconografia (iconografia propriamente dita, agiografia, imaginária, medalhística religiosa; *b*) Indumentária congreganista (hábitos, roupetas, sandálias, cordões, etc.); *c*) Litúrgia (paramentos, objectos de

culto); *d*) Mobiliário (leitos, catres, oratórios, relicários, genuflexórios, confessionários de diferentes tipos, etc.); *e*) Bandeiras, estandartes de congregações, etc.); *f*) Material pedagógico.

A secção de arquivos consta das seguintes colecções de documentos: *a*) Estatuais (estatutos, constituições, regras, diplomas pontifícios, provisões episcopais); *b*) Estatísticas, (catálogos dos congreganistas, número de casas das várias ordens, população dos colégios); *c*) Administrativos (livros de administração, contas, receita e despesa); *d*) Associativos (associações de filhas de Maria, Apostolado da Oração, congregações de alunos externos, etc.); *e*) Políticos (cartas e outros documentos relativos à intervenção de elementos congreganistas na política interna e externa); *f*) Jurisdicionais (processos e demandas relativos a bens de congregação, etc.); *g*) Pedagógicos (selecção do professorado, orientação pedagógica, composições de futuros professores); *h*) Didáticos (sistema de ensino nos colégios congreganistas, composições de estudantes e colegiais); *i*) Educativos (processos de educação, regulamentares, primeiras comunhões, etc.); *j*) Missionarísticos (missões na metrópole e colónias, método, resultados); *l*) Epístolas.

A secção de biblioteca compreende: *a*) Obras teológicas (tratados de teologia moral, escritura sacra, etc.); *b*) Obras místicas (livros de devoção, sermonários); *c*) Obras históricas (história de cada congregação, *Institutum*); *d*) Obras biográficas (vidas de fundadores, iniciadores, patriarcas das ordens, congreganistas ilustres); *e*) Obras pedagógicas (tratados de pedagogia, etc.); *f*) Obras didáticas (compêndios, livros de estudo, etc.); *g*) Hemerografia (jornais, revistas publicadas pelas congregações, folhetos de propaganda religiosa e política, etc.)⁽¹⁾.

É este o último decreto que, sôbre a criação dos serviços

(1) Não podemos deixar de fazer uma observação ao que dispõe o art. 8.º dêsse decreto, segundo o qual «nenhum documento da secção arquivo poderá ser facultado para leitura, cópia ou reprodução fotográfica sem expressa autorização ministerial, precedendo informação favorável da Inspecção das Bibliotecas e Arquivos».

Esta disposição aplicada a *todos os documentos* dificulta o estudo, e

de arquivos e bibliotecas, aparece no *Diário do Governo*, antes da revolução de 5 de Dezembro, até ao fim do ano de 1917.

*

* *

Durante o ano de 1918 foi extensa a legislação que saiu pelo Ministério de Instrução Pública sobre os serviços de arquivos e bibliotecas.

Logo pela portaria n.º 1.222, de 9 de Fevereiro, era encarregada a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos de organizar a Bibliografia Histórica Portuguesa; e pela portaria n.º 1.237, de 26 de Fevereiro, era encarregada a Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais de organizar a Bibliografia Portuguesa das Ciências Histórico-Naturais fixando-se tanto num como noutro diploma algumas das condições a satisfazer na elaboração dessas bibliografias (1).

O primeiro diploma que nos aparece sobre serviços de bi-

chega a ser ridícula pela tirania, e pelo espírito absorvente que documenta.

Que demónio de inconveniente haverá para o Estado — que se encontra separado da igreja, e mesmo que o não estivesse — que um estudioso consulte as estatísticas do « número de casas de várias ordens e da população dos colégios »; os documentos relativos à « orientação pedagógica », às « composições de estudantes e colegiais », etc.?

Não compreendemos tão obsolêta quão prejudicial e reaccionária medida, que vem tornar quasi inútil para os estudiosos esse arquivo.

Quando é que em Portugal o Estado e os funcionários dos arquivos e bibliotecas se convencerão que os depósitos públicos de manuscritos e livros não existem para asilo, utilidade e disfruto privativo dos seus empregados, mas sim, e exclusivamente, para uso e estudo do público?

Parece que esta verdade elementar e intuitiva que tem dado volta a todo o mundo ainda não chegou até nós. Dêste modo, a criação de certos serviços torna-se, por vezes, illusória, pois o público estudioso nada aproveita com tais novos serviços — simples eufemismo, às vezes, de nichos para empregadagem; e mero motivo para figurar no diário oficial, e nos outros jornais, mais um decreto.

(1) Concordamos com esta iniciativa. É vergonhoso que Portugal seja o único país que não tenha coligida a sua bibliografia histórica, pois a *Bibliografia de História Portuguesa*, de Fignière, que, quando appareceu em

bibliotecas e arquivos do Estado, surge no *Diário do Governo*, de 6 de Março e 13 de Abril e consiste no decreto n.º 3.886, de 28 de Fevereiro, concedendo à Biblioteca Nacional de Lisboa a sua autonomia administrativa. Por esse diploma ficou encarregado da sua administração um conselho composto do director, que é o presidente, por dois primeiros bibliotecários eleitos em Junho de cada ano e pelo secretário da Biblioteca que servirá de tesoureiro.

Pelo decreto 4.003, de 28 de Março passava « a funcionar como organismo independente e com direcção privativa a secção popular da Biblioteca Nacional de Lisboa »; e pela portaria de 15 de Maio, era mandada instalar essa biblioteca no salão nobre do Teatro de S. Carlos (1).

No mesmo *Diário*, de 1 de Abril, aparecem mais dois diplomas sobre os serviços biblioteconómicos, sendo o primeiro o n.º 4.004, que teve em vista fixar o pessoal da Biblioteca Nacional de Lisboa, e marcar-lhe os competentes vencimentos.

O segundo, é o decreto n.º 4:005, e tem por fim reorganizar a Biblioteca da Ajuda, criando anexo um depósito geral de livros. Este depósito é destinado:

a) A receber as colecções ou núcleos de livraria que por qualquer forma revertam para a posse do Estado... b) A receber de todas as bibliotecas do Estado as obras trunçadas ou as colecções incompletas... c) A organizar os núcleos ou fundos de livraria e as colecções de duplicados destinadas a bibliotecas em formação... d) A servir de depósito provisório dos documentos recentes provenientes dos serviços das secretarias de Estado.

No *Diário* de 20 de Abril aparecia o decreto 4.114 que

1851, já vinha atrasada, não satisfaz hoje, de modo algum, os investigadores. Mas, quando teremos as tais bibliografias?

(1) Ia, enfim, ter lugar o que nós dois anos antes havíamos proposto superiormente, e como então havíamos lembrado a nova Biblioteca Popular de Lisboa foi instalar-se no salão nobre do Teatro de S. Carlos. Essa providência era acertada, e os *considerandos* que precedem o decreto põem bem a questão.

aprovava o regulamento de registo da propriedade literária, ficando tal registo a cargo da Biblioteca Nacional.

No *Diário* de 29 de Maio apparecem bastantes diplomas sobre serviços de bibliotecas e arquivos públicos. Assim, o decreto 4:308 preceitua sobre a forma de ser admitido a ler na Biblioteca Nacional, passando tal admissão a ser feita mediante a apresentação de um bilhete especial; o decreto 4:309 regula o empréstimo das espécies que se guardam na Biblioteca Nacional; pelo n.º 4:310 é determinado às oficinas tipográficas públicas e particulares, estabelecidas no território da República, que remetam, na primeira semana de cada mês, à Biblioteca Nacional de Lisboa, um exemplar de cada uma das obras impressas nos seus prélos durante o mês anterior.

O decreto 4:311 concede autonomia administrativa ao Arquivo Nacional, ficando-lhe subordinados os Arquivos dos Feitos Findos, do Registo Paroquial e das Congregações; e sendo a sua administração exercida por um conselho administrativo, composto pelo director e por dois vogais eleitos entre os primeiros conservadores, um dos quais, por designação do director, servirá de tesoureiro.

Pelo decreto 4:312 são reorganizadas as Bibliotecas Eruditas e Arquivos, sendo extinta a secretaria geral das Bibliotecas e determinadas as atribuições do inspector; ali determina-se que «em todas as bibliotecas e arquivos dependentes do Ministério de Instrução Pública será uniforme o sistema de catalogação», sendo o sistema seguido nas bibliotecas o que foi pôsto em vigôr e publicado no *Diário do Governo* de 30 de Agosto de 1912. Esse decreto, depois de indicar os fins da Biblioteca Nacional de Lisboa e da Torre do Tombo, expõe quais as atribuições do director da Biblioteca Nacional; fala da forma de preencher as vagas que se forem dando na Biblioteca Nacional e no Arquivo da Torre do Tombo, da direcção do curso superior de bibliotecários arquivistas caber à Faculdade de Letras de Lisboa, e da regência das cadeiras técnicas de bibliologia, biblioteconomia, paleografia diplomática, esfragística, arquivologia e numismática; e concede a diuturnidade de serviço, constante de 10% do vencimento de 10 em 10 anos, até o máximo de 30 anos.

Pelo decreto 4.313 são iguallados os vencimentos do pessoal da Biblioteca Popular de Lisboa aos do pessoal da Biblioteca Nacional; pelo n.º 4.314 é fixada em 2.500~~00~~ a dotação para despesas de material e expediente da Biblioteca Popular e das Bibliotecas Móveis.

No *Diário do Governo* de 19 de Junho (1.ª série), aparece o decreto 4.430 regulamentando os serviços da Biblioteca Nacional de Lisboa. Aí começa-se por indicar os fins da Biblioteca Nacional e que são: a) Guardar, conservar e organizar a bibliografia da língua portuguesa e a estrangeira sôbre assuntos portugueses; b) registar e guardar os legítimos direitos de autores, editores, seus herdeiros e legatários em matéria de propriedade literária; c) Proporcionar aos estudiosos os necessários elementos de leitura, consulta e informação bibliográfica; d) Guardar, conservar e organizar quaisquer outros depósitos confiados à sua guarda, ainda que não sejam de natureza bibliográfica, como manuscritos, estampas, moedas, e mapas, mas cuja conservação não caiba ao Arquivo Nacional.

Pelo artigo 4.º é a Biblioteca dividida, topograficamente, nas seguintes secções: I. Paliografia; II. História e geografia; III. Ciências civis; IV. Literatura; V. Religiões; VI. Jornais e revistas; VII. Ciências e artes; VIII. Belas-artes; IX. Cartografia; X. Biblias; XI. Secção ultramarina; XII. Reservados e manuscritos (compreendendo encadernações, colecção Bodoni, códices alcobacenses); XIII. Gabinete de numismática; XIV. Arquivo da conservatória do registo da propriedade literária; XV. Salas especiais: livrarias do Varatojo, de Fialho de Almeida, de Júlio Cesar Machado e Barbosa Colen.

Para distribuição do pessoal superior essas secções são agrupadas nas seguintes divisões: poligrafia, história e geografia; ciências civis e literatura; religiões; jornais e revistas, ciências, artes e belas-artes; cartografia; biblias e secção ultramarina; reservados e manuscritos.

No artigo veem enumerados como catálogos que ali devem existir, os seguintes: Catálogo geral onomástico; Catálogo geral de títulos; Catálogo geral ideográfico-cronológico; Catálogo sistemático por secções; Catálogo geral topográfico; Catálogo alfabético do registo de entrada; e Catálogo alfabético do re-

gisto de propriedade literária. Êsses catálogos são organizados em harmonia com as bases técnicas publicadas no *Diário do Govêrno* de 30 de Agosto de 1912.

Depois, seguem-se diversas disposições sem importância de maior, já muito conhecidas e vulgares. Mais adiante, pelo art. 26.º, indicam-se as atribuições dos primeiros e segundos conservadores, as quais são: dirigir as divisões; elaborar, rever e aperfeiçoar os respectivos catálogos; zelar pela conservação das secções, pedindo ao director as necessárias providências; presidir às salas de leitura.

No art. 36.º figura uma curiosa disposição onde, depois de dizer-se que os serviços ordinários principiam às 11 horas e terminam às 17, determina-se: «É permitido a qualquer funcionário superior que tenha outro cargo oficial, de comprovada incompatibilidade com êste horário, prestar o seu serviço na B. N. das 13 às 19 horas».

O capítulo IV trata da leitura pública. Aí diz-se que a leitura dura das 11 às 17 horas nas secções reservadas, e das 11 às 19 na sala da leitura geral. No art. 57.º dispõe-se acertadamente que na sala de leitura geral haja uma exposição permanente de revistas portuguezas e estrangeiras. Pelo art. 58.º dispõe-se que se não facultam livros e revistas com as fôlhas por abrir. Pelo art. 59.º dispõe-se que «Só é permitido o acesso às salas de leitura da Biblioteca a quem estiver munido de um bilhete de admissão».

O decreto 4:435, de 18 de Junho de 1918 autoriza a instalação de uma oficina de encadernação e reparação de livros, criada «não só com o objectivo de economia e segurança, mas também com o intuito artístico de promover a revivescência dos motivos ornamentais usados nas antigas oficinas portuguezas».

Em 18 de Setembro apparecia, no *Diário do Govêrno*, a curiosa portaria 1:535, pela qual manda o Govêrno da República «que seja publicamente declarado que se acha revogada a seguinte legislação sôbre bibliotecas eruditas e arquivos». Aí vem citado o decreto com fôrça de lei de 18 de março de 1911; os decretos de 20 de Janeiro, 21 de Setembro, 31 de Agosto e 12 de Outubro de 1912, etc.

Pelo decreto 4:885, de 5 de Outubro de 1918, é aprovado e mandado pôr em execução o regulamento do curso superior de bibliotecário-arquivista.

Dada a importância dêsse decreto e dos serviços que êle regula, vamos resumir os primeiros *considerandos*.

Aí nota-se que o curso superior de bibliotecário arquivista desde a sua instituição, nos termos do art. 13.º do decreto de 29 de dezembro de 1887 e da reorganização pelo art. 23.º do decreto n.º 6 de 24 de dezembro de 1901, foi sempre pouco frequentado e enquanto esteve anexo ao extinto Curso Superior de Letras, e deixou por completo de ter frequência depois que, por decreto de 14 de Junho de 1913, foi estabelecida a equiparação entre as antigas disciplinas professadas naquêlê estabelecimento de ensino e as actuais cadeiras da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa ».

No segundo «considerando» diz-se que para assegurar a frequência dêste curso seria, portanto, necessário reduzir o número das disciplinas de character teórico que o constituíam, aumentando as disciplinas de character prático professadas no Arquivo da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional.

Pelo art. 1.º o Curso superior de bibliotecário-arquivista fica anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sendo o seu ensino distribuido por três anos, com a seguinte disposição:

1.º ano: Filologia portuguesa, latim medieval e bárbaro, história de Portugal (1.ª parte), curso prático de língua francesa, paleografia (1.ª parte), e bibliologia;

2.º ano: História de Portugal (2.ª parte), curso prático da língua francesa, curso prático da língua inglesa ou da língua alemã, paleografia (2.ª parte), diplomática, numismática geral e medalhista, e biblioteconomia, com um curso trimestral anexo sobre higiene das espécies bibliacas;

3.º ano: História medieval, história moderna e contemporânea, curso prático da língua inglesa ou da língua alemã, arquivologia, numismática portuguesa e esfragística.

As disciplinas de numismática geral e medalhística, de numismática portuguesa e de esfragística, compreendem um só semestre.

Pelo art. 2.º fica-se sabendo que as disciplinas teóricas, isto é, as não profissionais, são leccionadas na Faculdade de Lisboa. Pelos arts. 3.º e 4.º sabe-se que os cursos práticos de paleografia, diplomática, arquivologia e esfragística funcionam na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional, sendo regidos pelos primeiros e segundos conservadores d'esses estabelecimentos, sob proposta do director da Faculdade de Letras.

O § 1.º do art. 4.º determina que «se fôr de conveniência para o ensino, poderá a primeira parte do curso biennial de paleografia ser regida por algum funcionário do Arquivo Nacional, que tenha reconhecida competência, ainda que não possua a categoria de conservador».

Pelo § 2.º legisla-se que «o curso trimestral de hygiene das espécies bibliacas será regido por um naturalista, contratado pelo director da Faculdade com a gratificação de 150 \mathfrak{r} . A Biblioteca Nacional deverá organizar um laboratório destinado a estes estudos, o qual será dotado com verba especial».

Pelo art. 5.º diz-se que os conservadores que exercerem o ensino serão equiparados «como professores daqueles cursos, aos assistentes da Faculdade de Letras e, como tais dependentes do respectivo director».

Pelo art. 11.º diz-se «que os alunos do curso de bibliotecário-arquivista são obrigados aos mesmos trabalhos escolares que os alunos dos cursos gerais da Faculdade de Letras». Porém, pelo art. 8.º ficou-se sabendo que se podiam matricular nesse curso indivíduos habilitados com o curso complementar de letras dos liceus e os habilitados com o curso do magistério primário que fôsses aprovados num exame de admissão feito perante a Faculdade, constando de provas de portuguez, latim, inglês ou alemão, à escolha do examinando, francês e história de Portugal.

Pelo art. 17.º determina-se quais as provas que são de duas ordens: escritas e orais.

Por último diremos que o diploma custa 50 \mathfrak{r} .

Pelo decreto 4.888, de 17 de Setembro, publicado em 12 de Outubro, é aprovado o regulamento interno da Biblioteca Popular de Lisboa.

Pela portaria 1:620, de 24 de Dezembro diz que «estando-se a proceder na Biblioteca Nacional à remodelação da Divisão C — Religiões», e havendo-se reconhecido os inconvenientes da secção de «Bíblías» então distanciada desta, com a qual tem as maiores afinidades, e encorporada na «Divisão F — Ultramarinas» é mandada agregar a secção de «Bíblías» à «Divisão C — Religiões» da Biblioteca,

Nenhuma legislação mais appareceu durante o ano de 1918 sôbre os serviços de bibliotecas e arquivos; se bem que toda a apontada seja bastante. Falta, porém, saber se toda ela é boa; se correspondeu à necessidade dos serviços, e às habilitações e aptidões dos empregados chamados a executá-la; e se é de esperar que a sua acção seja profícua. É isso que mais adiante estudaremos.

*

* *

Mas, não se tem limitado a essas medidas de importância a acção desenvolvida por este Ministério no departamento dos serviços das bibliotecas eruditas e arquivos. Outras providências não menos urgentes e primaciais tem sido tomadas em favor da guarda e conservação do nosso património bibliaco e documental. Efectivamente, deve recordar-se, com respeito e admiração, os grandes serviços de incorporações que tem sido levados a efeito pela República, salvando da destruição do tempo ou dos homens, da dispersão e do mistério muitas livrarias das antigas casas congreganistas, das mitras, seminários e antigos paços; os arquivos das colegiadas, cabidos e sés, bem como os cartórios dos notários e da nobreza; os arquivos dos tribunais e de outras instituições do Estado, quer já extintas, quer ainda existentes, mas antigas, — núcleos êsses caídos sob a alçada do Estado ou pela lei da separação do Estado da Igreja, ou por legislação posterior — na sua quasi totalidade emanada dêste Ministério.

Porém, deve dizer-se que todo êste trabalho gigantesco de reorganização de serviços, e de incorporação e guarda em massa de núcleos dispersos, tem prejudicado grandemente os trabalhos de inventário e catalogação dos *corpos* antigos dos

nossos arquivos. Tal inconveniente explica-se, em parte, pela deficiência das verbas e pela variedade dos serviços existentes nesses estabelecimentos, todos êles igualmente importantes e inadiáveis, e em parte, também, pela falta duma conveniente regulamentação, especializando-os em secções, e dando aos chefes de serviço a liberdade — e a resultante responsabilidade — para desenvolverem e fazerem progredir os trabalhos de inventário e catalogação dos *corpos* a seu cargo. Não se deve esquecer que o objectivo a atingir com as incorporações dos documentos e livros nas bibliotecas e arquivos do Estado não se pôde limitar a assegurar a sua conservação, pois tem também por fim valorizá-los, tornando-os accessíveis e úteis aos estudiosos — o que só se poderá conseguir inventariando-os e catalogando-os convenientemente (1).

(1) Os serviços de catalogação de manuscritos são, por toda a parte, levados à perfeição máxima. Mas os grandes depósitos do estrangeiro não se limitam a patentear ao público os seus inventários e catálogos autografados; antes tratam logo de os publicar. É ver a notável obra de catalogação impressa dos depósitos documentais de França, da Inglaterra e da Itália. Entre tantíssimos outros exemplos basta que citeamos a importantíssima colecção dos *Inventari dei manuscritti dei biblioteche d'Italia*, iniciada pelo malogrado erudito Mazatinti, e continuada por Albano Sorbelli em colaboração com especialistas muito competentes. O tomo xiv, recentemente publicado destina-se a descrever os manuscritos da biblioteca Ambrosiana de Bolonha, da biblioteca comunal, da biblioteca Cionini, dos *fundos* Scarbelli-Zunti do museu de Parma, e das bibliotecas dêste estabelecimento, etc. O tomo xv é reservado inteiramente aos manuscritos da biblioteca universitária de Bolonha. E, de tal modo estão afinados os serviços de investigação e catalogação lá fóra que anualmente aparecem publicados os catálogos das aquisições feitas no período anual imediatamente anterior. Assim, o antigo conservador da Biblioteca Nacional de Paris, Henri Omont tem publicado em cada ano um repertório das *Nouvelles acquisitions du Departement des manuscrits latins et français*. E como se essa obra não fôsse — a par de diversos estudos de notável erudição — mais que suficiente para nos fazer admirar o seu trabalho benemérito, ainda em 1912 publicou o inventário das novas aquisições feitas na secção dos manuscritos da *Bibliothèque Nationale*, desde 1891 a 1910, em continuação do *Inventaire alphabétique* do célebre Leopoldo Deslisle, acerca dos manuscritos adquiridos pela Biblioteca Nacional de Paris, desde 1875 a 1891.

Esse mesmo notável esforço em proveito da catalogação dia a dia das

Mas, não basta reformar os serviços e estender a acção dirigente, técnica e administrativa, da Inspecção das Bibliotecas Eruditas, como não basta efectuar incorporações de *fundos* e núcleos de livros e manuscritos, nem efectuar mais ou menos pronta e perfeitamente os inventários sumários ou analíticos, ou os catálogos das espécies guardadas; é necessário ter também em vista as instalações dessas espécies e as competentes salas da leitura pública. Quer dizer: é essencial cuidar de todo o aparelho que constitue a característica material de edificios destinados a sédes de bibliotecas e arquivos. Também neste sentido a Inspecção das Bibliotecas tem trabalhado com a costumada solicitude para que se efectuem as obras indispensáveis na Biblioteca Nacional, dotando, ao menos, êste estabelecimento com uma nova sala de leitura que faça esquecer a actual — tão anti-higiénica como inestética. Nessas diligências sempre esta Repartição acompanhou a Inspecção das Bibliotecas, oficial e officiosamente, quer junto do antigo Ministério do Fomento para as obras serem levadas a efeito pela Direcção de Obras Públicas, quer junto do Parlamento para ser votada e inscrita no orçamento a verba conveniente a fim de, por-empreitada, ser construída a nova sala.

Como as circunstâncias não permitissem a consecução de tais projectos, tivemos a honra de apresentar a S. Ex.^a o Ministro uma proposta largamente fundamentada para que a secção popular da Biblioteca Nacional saísse do velho edificio de

novas aquisições e da publicação dêsse inventários-catálogos tem animado os países pequenos como a Bélgica, a Suíça e Holanda. Só Portugal continúa numa situação de inferioridade que todos os estudiosos lamentam, sem se saber como sair dela, dadas as deficiências de verba, e, principalmente, a carência de hábitos de trabalho — dêsse trabalho beneditino, mas inglório, se bem que utilíssimo — de catalogação por parte do pessoal dos depósitos do Estado. Também são outros obstáculos a falta de conveniente preparação técnica de alguns empregados, devido a não terem entrado por concurso ou segundo os dictames legais e as conveniências do serviço, emfim, o desalento e a falta de estímulos que sentem muitos funcionários por verem que são colocados a seu lado ou acima de si aqueles que os inopinados acasos da politica, — e não o direito da lei e do mérito próprio, — a tal situação guindaram.

S. Francisco, e fôsse instalada, a falta de melhor, no salão nobre do Teatro de S. Carlos; pois essa casa facilmente se adaptaria a uma biblioteca popular, com a competente sala de jornais ou hemeroteca, ampla, clara, com bom ar, grande pé direito, boa iluminação natural e eléctrica, emfim, agradável e cômoda. Porém, as circunstâncias, constantemente, vieram contraíar os nossos desejos; e não se sabe até quando a primeira biblioteca erudita do país continuará a dispôr duma sala escura e incomoda do velho convento de S. Francisco, onde ao estudioso, habituado à leitura dos velhos códices e das obras de alta erudição, e desejoso de ter todas as facilidades de estudo e de consulta, todas elas faltam, desde a simples faculdade de manusear os catálogos e índices dos *fundos* dessa biblioteca, até à facilidade de leitura dos dicionários e enciclopédias; cronologias; histórias gerais e nacionais; atlas históricos e modernos de geografia; colecções de inéditos das histórias estrangeiras e portuguesas; colecções de *corpus*, de *monumentos históricos*; bibliografias; biografias, emfim, as mais importantes obras de consulta imediata — que constituem a *ferramenta* do investigador, do erudito, do historiador, — e que nas bibliotecas estrangeiras estão à disposição dos leitores, independentemente de requisição (1).

(1) É justo, porém, dizer que com as autonomias concedida à secção popular da Biblioteca Nacional pela criação da Biblioteca Popular de Lisboa, por decreto de 28 de Março de 1918, e com a sua instalação no salão nobre do Teatro de S. Carlos o serviço de leitura da Biblioteca Nacional melhorou muito. E depois, também, das obras mandadas efectuar ultimamente na velha e acaçapada sala da biblioteca de S. Francisco, e com o seu mobiliário actual já começa a haver ali um ambiente favorável aos estudos sérios, desde o indispensável sossêgo e necessário aceio até comodidade relativa, mas inegável, que já ali se disfruta: cousas essas noutros tempos inteiramente desconhecidas dos estudiosos *habitués* do velho e infecto casarão. Porém, o defeito principal subsiste, porque trata-se dum vício de origem; e este só será suprido com a construção duma nova sala com o dispositivo e todos os aperfeiçoamentos requeridos por tal género de construções.

Ha seis ou sete anos que a edificação dessa sala tem vindo a ser pedida official e officiosamente, sem que nada se haja conseguido ainda. Quantos milhares de contos se tem gasto de então para cá nas obras do Estado!

CAPÍTULO II

Serviço de incorporações nas bibliotecas e arquivos do Estado

É muito importante a obra realizada pela Inspeção das Bibliotecas Eruditas no que respeita ao serviço de incorporações.

Como muito bem diz o ilustre Inspector no seu interessante relatório sobre o primeiro ciclo de tais serviços: «Incorporar nas bibliotecas e arquivos do Estado os monumentos paleográficos e o património da livraria nacional, não é apenas salvá-los duma eventual destruição, reunindo-os, instalando-os e conservando-os: é colocá-los em condições de os tornar úteis, facilitando a sua consulta, promovendo a sua catalogação, inventariando, sumariando, vulgarizando documentos pela publicação de índices, de repertórios, de colecções».

Tem sido incorporadas muitas livrarias das casas congreganistas extintas, bem como as livrarias das mitras e seminários; os arquivos das sés, cabidos e antigas colegiadas; os cartórios notariais; ricas colecções de documentos pertencentes aos tribunais, repartições e extintas instituições do Estado.

Todo esse notável trabalho tem sido proposto e dirigido pelo zeloso inspector das Bibliotecas Eruditas, sr. dr. Júlio Dantas, limitando-se neste ponto a Repartição — quasi exclusivamente — a acompanhar com muita satisfação todos esses importantes serviços, havendo colaborado e agido sempre com o maior agrado em tudo para que lhe foi solicitada a sua atenção.

Os relatórios das incorporações feitas pela Inspeção das Bibliotecas estão publicados⁽¹⁾, e por elles vê-se que deram entrada nos depósitos públicos milhares de espécies bibliacas e paleográficas existentes no *Convento e Seminário de Santo An-*

(1) Vide *Serviço de Incorporações pela Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos*, por Júlio Dantas. In *Anaes das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, vol. I, n.º 1, págg. 1 a 8; *O Segundo Ciclo de Incorporações*, por Júlio Dantas. In *Anaes*, etc., vol. II, n.º 8.

tónio de Varatojo; Casas Congreganistas do Barro; S. Francisco de Setubal; Mosteiro do Lourical; Convento das Franzezinhas, de Lisboa (Santo Sacrificio); conventos do arcebispado de Braga; manuscritos dos seguintes mosteiros da diocese de Évora: Santa Clara, Santa Catarina de Sena, Santa Mónica, S. Bento, S. José, S. Salvador, Nossa Senhora do Paraizo, de Évora; Saudação, Luz, Santissimo, de Montemor; Chagas, Nossa Senhora da Esperança, Santa Cruz, de Vila Viçosa; Servas, de Borba; e Maltezas, de Extremoz; pergaminhos de Vilar de Frades; livreria e papeis do Colégio de S. Bernardino, de Peniche; livreria da casa de S. Vicente de Paula dos lazaristas de Arroios; livreria da casa congreganista da Portela; livrerias da Mitra Patriarcal, do Seminário patriarcal de Santarem, do Seminário diocesano de Portalegre, do Seminário de Évora, do Seminário e Paço Episcopal de Vizeu, do Seminário e Paço Episcopal da Guarda, do Paço Episcopal de Lamego, da Mitra e Seminário de Leiria; arquivos da mitra patriarcal de Lisboa, dos cabidos de Vizeu e Évora, da Sé e da Mitra de Braga, das antigas colegiadas de S. Pedro e de Santa Maria do Castelo, de Torres Vedras, da Livreria Patriarcal; cartórios notariaes de Lisboa e seu termo, do notário Bernardino Soares de Brito; registo geral de testamentos; seis centos mil processos civeis e crimes, findos, provenientes da Relação de Lisboa; cartório da Nobreza; documentos provenientes do Arquivo da Ordem Terceira de S. Francisco de Lisboa; pergaminhos de S. Salvador de Vilar de Frades; cartórios do cabido e da mitra de Lamego; livros e papeis provenientes do Paço das Necessidades; cartórios paroquiais de Lisboa, Porto (antigo bispado de Penafiel), de Santarem, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Faro, Évora e Leiria; cartórios notariaes de diversos pontos do país, cartório do Hospital das Caldas da Rainha; papeis da igreja paroquial de S. Lourenço de Carnide, etc.

*

* * *

Além de todas estas incorporações promovidas pela Inspec-

ção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos também nós, directamente, alguma coisa fizemos nêsse sentido, sendo por nossa iniciativa e diligências transferidas do Ministério da Justiça para a *Secção Pombalina* da Biblioteca Nacional de Lisboa as seguintes espécies:

1.º Onze importantes volumes, entre códices, maços, fólhos e manuscritos avulsos, relativos aos últimos anos da vida do primeiro Marquês de Pombal, e que são os seguintes pela sua ordem cronológica:

Volume 1.º Códice não numerado com minutas e cópias de cartas de e para o Marquês de Pombal, desde 12 de Março de 1777 até 5 de Dezembro do mesmo ano. As cartas do Marquês contêm muitas emendas, aditamentos, comentários e diversas observações feitas pelo próprio punho dêsse titular.

Nêste códice figura também uma «Relação pertencente ao que se passou no negócio da Senhora Condessa da Redinha». Trata-se aí da questão entre D. Francisca de Pópulo de Lorena Silveira Sousa e Albuquerque e seu marido, o segundo filho de Pombal, José Francisco de Carvalho Melo e Daun, sendo a *Relação* feita pelo primogénito do Marquês, o conde de Oeiras, e dirigida a seu pai.

Contêm ainda êste volume uma «Representação da Junta da Fazenda ao Senado da Camara» âcerca do projecto da supressão da mesma Junta.

Vol. 2.º Códice não numerado contendo correspondência diversa e diferentes peças relativas ao «Libello contra o Marquez de Pombal» apresentado pelo «Beneficiado Jacintho d'Oliveira de Abreu e Lima assistente na côrte de Roma» «... em que lhe quiere pedir a restituição de hum casal chamado da Fervença sito no termo de Cintra». As minutas dêste volume contêm muitas notas e aditamentos feitos pelo próprio punho do Marquês.

Dêste códice consta ainda uma relação das dívidas do Marquês quando, desterrado, saiu de Lisboa para Pombal, terminando pela cópia, em letra da época, duma escritura efectuada em 1 de Agosto, de 1778, e pela qual ficou resolvida a questão do casal da Fervença.

Vol. 3.º Um maço de minutas, resenhas e cópias (da época) de correspondência vária de e para o Marquês de Pombal, sendo a primeira uma carta do Marquês a seu filho conde de Oeiras, datada de Pombal, em 3 de Janeiro de 1778, e a última uma carta do mesmo para o mesmo, de Junho de 1779.

Vol. 4.º «Processo de Libello Infame de Francisco Jorge Caldeira Soares Galharado de Mendanha por elle offerecido na correição do Cível do Porto», 1778.

As peças dêste códice são, na sua maior parte, constituidas por minutas ou rascunhos cheios de entrelinhas e emendas à margem, etc., feitas pelo próprio punho do Marquês.

Vol. 5.º Códice com a «*Contrariedade* do Libello offerecido por Francisco Joze Caldeira Soares Galhado contra o Marquez de Pombal.»

Este códice é uma cópia em excelente letra, muita limpa e bem conservada, da *Contrariedade*, existente em minutas ou rascunhos, com emendas de Pombal, nô códice anterior. Após as sete partes da *Contrariedade* seguem-se os *seis apensos* numa linda cópia, em bela letra de secretaria dos fins do século xviii.

Vol. 6.º Um volumoso códice com os «Autos do Processo instituido contra o Marquez de Pombal em execução do decreto de 26 de Setembro de 1779».

Vol. 7.º Um in-fólio manuscrito original, contendo os autos de declarações prestadas no processo contra o Marquês sôbre abuso de autoridade.

Vol. 8.º Fólio com cópia dum requerimento do Marquês dirigido à rainha D. Maria (sem data).

Vol. 9.º Fólio com original do auto de perguntas àcerca das sete cópias da *Contrariedade* e dos *seis apensos* mandados fazer pelo Marquês de Pombal (Outubro de 1779).

Vol. 10.º Fólio manuscrito contendo o catálogo das testemunhas apresentadas pelo Marquês de Pombal para fundamentar a *Contrariedade*, catálogo dos documentos que servem de base à *Contrariedade*, etc.

Vol. 11.º Cópia da sentença proferida por D. Maria I em 16 de Agosto de 1781 contra o Marquês de Pombal «determinando perdoar-lhe as penas corporaes que lhe deveriam ser

impostas, e ordenando que se conserve fóra da Corte na distancia de 20 léguas» (1).

2.º O processo instaurado a Frei Manuel de Sant'Ana por se ter manifestado contra o govêrno do Marquês de Pombal.

3.º Cópia do processo dos Távoras feita por ordem do sr. dr. Júlio de Vilhena, quando foi ministro da Justiça (2).

(1) A importância dessa incorporação reside na circunstância de muitas das peças transferidas serem não só desconhecidas, como maximamente autênticas, por constituírem, naturalmente, as únicas sobreviventes da destruição ordenada pelo govêrno mariano. É sabido que nem Ferraz Gramoza nos *Sucessos de Portugal*, nem *L'Administration de S. J. Carvalho*, nem as *Memórias* de Smith, ou o *Perfil do Marquês de Pombal* escrito por Camilo, e tantas outras obras antigas e modernas, tratam com minúcia do processo de que foi vítima Pombal. A razão é porque não conheceram, não viram êsse processo, como o próprio Camilo confessa quando diz no aludido *Perfil*: «Não é conhecida em Portugal alguma das sete cópias que o Marquês espalhou com a sua resposta! O govêrno fez queimar as cópias que houve à mão e decretou rigorosas penas a quem as retivesse. Um dêsses traslados poude refugiar-se em Inglaterra».

Efectivamente, por decreto de 3 de Outubro de 1779 se determinava: «que tudo o mais processado, e documentos não necessários á questão da Lesão, fiquem perpetuamente suprimidos...». Esse decreto *obrigava* «os Advogados e Procuradores das ditas Pártes a entregar os originaes porque copiaram o Libello, contrariedade e Apensos, e quantas copias se fizeram; que todos os referidos papeis que assim forem entregues se queimarão perante o juiz da cauza, e os Escrivães, que disto farão Auto...».

Da *pena do fogo* escaparam, ao que parece: uma cópia que está no Museu Britânico, e que Figanière descreve no seu famoso *Catálogo dos Manuscritos Portugueses existentes no Museu Britânico*; uma outra que está na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, e que o sr. Alvaro Neves descreve com desenvolvimento numa interessante *Nôta ao «Perfil do Marquês de Pombal», de Camilo Castelo Branco*: que é, assim, também, uma cópia da cópia; algumas outras cópias de cópias, existentes na *Colecção Pombalina* da Biblioteca Nacional, e, ao que se diz, em alguns arquivos particulares.

Mas, ao que parece, nenhuma dessas espécies tem o valor histórico e paleográfico das que por nossa iniciativa foram transferidas para a *Colecção Pombalina* por serem estas as mais autênticas e, naturalmente, completas.

Vid. a nossa brochura: *A Vida e Obra Governativa do 1.º Marquês de Pombal* (Plano de sumários do 1.º e 2.º volumes), págg. 5-7.

(2) Quando comunicámos superiormente que haviam sido incorpora-



É de calcular a importância que apresentam para os estudos históricos as incorporações que acabamos de enunciar, e por isso de concluir é que foi inestimável o serviço prestado pela Inspeção das Bibliotecas Eruditas.

Para se aquilatar do valor da colheita realizada basta que salientemos entre outras espécies incorporadas: «Cento e setenta pergaminhos avulsos do seculo XIII ao sec. XVI: cartas regias, bulas, breves, sentenças, documentos relativos ás indústrias locais, etc. (1)», que, provenientes do Arquivo do Cabido de Vizeu, recolheram ao Arquivo Nacional; «livros de eleições das abadessas e quierarias do convento do Santissimo Crucifixo de Lisboa; livros dos capitulos provinciaes dos carmelitas descalços da Provincia de S. Filipe de Portugal desde o anno de 1612; livro de obitos dos conegos regrantes de S. Vicente (séculos XVI a XVIII); livro dos noviços do Convento de Nossa Senhora dos Remedios dos carmelitas descalços (1639), ... estatutos da colegiada de Santo Antão do Tojal...»: tudo isso proveniente da livraria da Mitra Patriarcal de Lisboa. Também foram incorporados: uma importantissima colecção de pergaminhos vindos das extintas colegiadas de S. Pedro e de Santa Maria de Torres Vedras; o livro do Armeiro-Mór vindo do Paço das Necessidades, que foi, para o Arquivo Nacional, etc.

Porém, foi nos cartórios do cabido e da mitra de Lamego que a colheita foi, quanto a nós, mais importante e frutuosa.

das estas tão valiosas espécies, S. Ex.^a o Ministro lançou sobre o nosso relatório o seguinte despacho: «Com muito prazer tomo conhecimento da intelligente iniciativa e solícitas diligencias da Repartição, coroadas de lisongeiro successo. Por isso significo-lhe o meu aplauso e louvor, especializando o seu chefe. — 3-3-917. — Joaquim Pedro Martins.»

Vide *Arquivo da Repartição Artística*. Proc. n.º 286, liv. 4.

(1) *Serviço de incorporações*, etc. In *Anaes das Bibliotecas*, vol. 1, n.º 1, pag. 4.

Para se avaliar da importância do *fundo* recolhido hoje no Arquivo da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional, pedimos licença para transcrever o inventário sumário dêsse *fundo* que figura no interessante relatório do sr. inspector das Bibliotecas Eruditas, e que é como segue:

«a) *Cartório do cabido de Lamego*. — Colecção muito importante, quer sob o aspecto histórico, quer sob o aspecto diplomático e paleográfico. — 64 códices, oito dos quais membranceos, e 2.192 documentos avulsos em pergaminho e papel. Os oito códices membranceos são: 1.º *Martirologio antigo da Sé de Lamego*, códice de pergaminho, século XIII, 166 fls. num., tendo na primeira fôlha o *Chronicon Lamecense* (publ. por João Pedro Ribeiro, *Dissertações*, tomo IV, parte IV, pág. 183; por Frei Fortunato de S. Boaventura, *Hist.-Chr. e Crit. de Alcobaca*, pág. 166, e por Herculano, *Port. Mon. Historica, Scriptores*, I, 19), a que segue, até fls. 86, um Martirologio, letra meio-gótica, iniciais a vermelhão; de fls. 87 até 150, um Obituário, copiado de outro mais antigo, em 1262, pelo tabelião Martim Gonçalves, letra francesa, iniciais cubitais ornadas; de fls. 151 a 155, officios do rito lamecense, em notação neumática primitiva irregular (séc. XIII); de fls. 155 v. a 164, serve de cartulário, exarando actos públicos; termina por uma provisão do bispo de Lamego D. Manoel de Noronha, o *Magnífico*, datado de 1556. — 2.º *Livro dos óbitos da Sé de Lamego*, códice de pergaminho, século XVI, 64 fls. num. e 1^{s/n.}, frontispício com tarja iluminada, titulo a vermelhão; tem na guarda, em letra do século XVIII, a nota: «este livro de nada serve, é traslado de parte do Martirologio ant.º»; cópia parcial do códice anterior. — 3.º *Ordo advocandum et examinandum seu consecrandum electum in episcopum*, códice em pergaminho, letra do século XIII, inicial ornada a côres, titulo a vermelhão, ceremonial antigo da Sé de Lamego, contendo canto-chão em notação neumática primitiva. — 4.º *Estatutos antigos do cabido de Lamego*, códice membranceo, 28 fls. num., letra dos séculos XIV e XV; o estatuto mais antigo é datado de 1353; na última fôlha foi lançada, no século XVI, uma provisão do bispo D. Agostinho de Noronha, datada de 1542, acêrca dos padres doentes do bispado. — 5.º *Tombo do Daya-*

do, fólio máximo de pergaminho, 29 fls. inum., século xv. — 6.º) *Tombo do cabido da Sé*, fólio máximo em pergaminho, 11 fls. inum., século xv. — 7.º) *Livro de pergaminho dos prazos*, fólio máximo, 47 fls., século xvi. — 8.º) *Inquirições de D. Afonso III*, códice de pergaminho, letra do século xv, capitular ornada, traslado autêntico, passado na Torre do Tombo, em 1427, a requerimento do bispo, cabido e concelho de Lamego. — Entre os códices de papel, em parte trasladados de livros antigos do cartório, que se perderam, relativos à administração dos bens do cabido, tombos, prazos, testamentos, sentenças, capelas, padroados, doações, fóros, compras, vendas, contratos, escambos, encontra-se o livro denominado *Apegação do Aro de Lamego*, importante códice de papel, 190 fls., letra do século xv, contendo as inquirições novas, começadas em 1432, na longa demanda entre o cabido lamecense e o marechal Gonçalo Vasques Coutinho; e outro, que com êste se relaciona, fol. max. letra do século xix, leitura nova de todas as inquirições sentenças sôbre o Aro de Lamego e seus reguengos. — Os documentos avulsos, em pergaminho e papel, compreendem: diplomas pontifícios (1209 a 1857); concordatas (1130 a 1700); compras, vendas e escambos (1130 a 1700), doações, mercês e cartas régias (1171 a 1789); estatutos (1223 a 1792); inquirições (1407 a 1429); padroados (1230 a 1614); prazos do cabido (1238 a 1713); sentenças (1243 a 1608); testamentos, óbitos e capelas (1224 a 1550). — Há um *Index de todos os documentos do cartorio do cabido de Lamego*, que tem a nota: «este index nada vale». — Incorporado no Arquivo da Torre do Tombo.

«b) *Cartório da mitra de Lamego*. — 78 códices, um dos quais de pergaminho, fol. max., iluminado, iniciais ornadas, pastas com cantos e brochas de ferragem: *Liber quarundã festivitātũ respõsoria, et añas ad matutinũ tantũ continẽs, labore, ac industria Pãtaleonis a Rocha Magalhães Portuencis, prefecti in hac ipsa Lamacẽn ecclesia... kalẽdis Junij año Dñi 1667*. — Algumas espécies de interêsse: o processo apostólico na causa da beatificação e canonização de Santa Mafalda, rainha de Castela, filha de Sancho I de Portugal, reli-

giosa no mosteiro de Arouca; a sentença dada em 1729 contra a corôa e seus procuradores da comarca de Lamego, sendo bispo D. Nuno Alvares Pereira de Melo, frontispício iluminado; papeis manuscritos do Padre António Vieira; *Directorium ad omnes festivitates in quibus officari debent presules hujus cœnobii S.^{te} Crucis Lamecensis*, 1782, fol. max.; livros das visitações do convento das Chagas de Lamego (1662 a 1760), da Igreja matriz de S. Martinho da vila de Ranhados (1655 a 1759), de N.^a S.^a da Conceição de Rossas de Arouca (1694 a 1788); onze peças de poesias várias. Os restantes códices dizem respeito á administração dos bens da mitra: prazos e fóros do século XVI; tombos e prazos renovados de 1572 a 1723; prazos renovados durante o episcopado de D. Luís de Sousa (1671); prazos renovados de 1684 a 1766; traslados do *Liv. I de Emprazamentos*, feitos por ordem do bispo D. Frei Manoel Coutinho (1742); onze *Livros do Tombo* de todos os bens, rendas, foros e dizimos da mitra de Lamego, mandados escrever pelo bispo D. Manoel de Vasconcelos Pereira (1772 a 1776); tomo das rendas da Collegiada de S. Salvador de Resende; prazos da mitra, de 1673 a 1767; arrematações das rendas da mitra (1721 a 1733); assentos da finta (1708); despesas da mitra lamecense (1786 a 1819); livro das esmolas (1720 a 1797); assentos das condenações e comutações dos degredos para a fábrica da Sé (1723 a 1834); despesas das obras da Sé (1746); catálogo das esmolas dos arciprestados de S. Pedro de Penedôno, Salvador do Vale de Arouca e Santa Maria de Lalem para o subsídio à Santa Sé na guerra contra o Turco (1716); inventários das alfaias e móveis da mitra de Lamego no paço episcopal (1821-1826-1860); inventário dos objectos pertencentes à capela da Senhora da Lapa (1839); contas de confrarias; registo das pastorais do bispado de Lamego (terceiro quartel do século XVIII); estatutos da Igreja conventual de N.^a S.^a da Vila de Barcos (1792), etc. — Incorporado parte no Arquivo da Torre do Tombo, parte na Biblioteca Nacional de Lisboa (1).»

Por êste simples enunciado das espécies dos cartórios do

(1) In *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, vol. II, n.º 8.

cabido e da mitra de Lamego, recentemente incorporadas no Arquivo da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Lisboa, pode aquilatar-se a extraordinária riqueza documentária e bibliaca que a República tem salvo da ruína e do desaparecimento definitivos.

CAPÍTULO III

A conservação de manuscritos e os estudos históricos no antigo regime

Quando se atenta na forma solícita como o govêrno da República tem cuidado da incorporação, guarda e conservação dos últimos vestígios da nossa riqueza bibliaca e paleográfica dispersos pelas casas congreganistas, mitras, seminários, cabidos, colegiadas, etc., e se compára com a maneira como no antigo regimen tão valiosos recheios eram, por vezes, tratados, é que se avalia como é injusta — chegando a ser insensata — a maneira como certos elementos reacionários teem atacado a administração dos serviços das bibliotecas e arquivos durante a República.

Para que se veja como durante o antigo regimen — nas suas fases absolutista e constitucional — eram tratados tão importantes serviços, vamos transcrever uma curiosíssima carta do notável erudito João Pedro Ribeiro ao não menos ilustre arcebispo de Evora, Manuel do Cenáculo, e o excerto dum livro do cultíssimo escritor sr. José Caldas, acêrca da forma como foram tratados, depois da lei de 1833, os cartórios conventuais de Viana do Castelo — caso êsse que, na opinião insuspeita do erudito sr. Pedro d'Azevedo, conservador da Torre do Tombo, esteve longe de ser esporádico, antes sendo vulgar (1).

João Pedro Ribeiro, ao escrever a interessantíssima carta que publicamos a seguir, era já considerado um dos mais reputados eruditos do seu tempo. Em 1790 havia sido encarregado pela Academia Real das Sciências de ir, com José Ferreira Gordo, estudar os recheios dos cartórios dos conventos.

(1) Vid. *Revista de História*.

Porém, F. Gordo foi destinado a realizar o estudo das livrarias e dos arquivos espanhois, reservando-se P. Ribeiro para o estudo dos portuguezes (1).

É em resultado do que viu nesse inquérito aos arquivos e cartórios do país que êle em 1798 publica as suas *Observações históricas e criticas de diplomatica portugueza*, e dirige, pouco antes a D. Fr. Manuel do Cenáculo a carta seguinte:

«Ex.^{mo} e R.^{mo} Sr. — Como pertende ainda V. Ex.^a se ache nos cartorios de Braga essa preciosidade, dipois da proscricção q̃ praticou no principio deste sec. o Conego Fabriqueiro Bento Macil, vendendo a Livreiros, e Bate folhas todos os codices q̃ encontrou de letra *rabuda*, como inintellegiveis, e consta eram Biblias, Missaes, Breviarios, codices de Concilios e de Padres? No Cartorio do Cabido do Porto existe o libelo contra um Cartorario por ter dado o mesmo fim a arrobas de Pergaminhos: outro da mesma Sé cortou os sellos todos para poder encadernar os Pergaminhos, e os juntou em huma gaveta. Outro Cartorario do Cabido de Viçeu levou para caza todos os q̃ achou q̃ não servião, por serem de letra *emperrada*, e fez Auto de Fé no seu quintal; de forma que as Doaçoins de D. Fernando de Leão áquella Sé, e outros Documentos coevos, e anteriores á nossa Monarchia em vão se lá procurão.

«Tudo isto são factos do illuminado sec. 18 dipois de se terem salvado de seculos barbaros e de carnagem. Contra estas e outras semelhantes bestialidades tenho tocado a rebate em duas Observaçoins, que servem de Preambulo ás Memorias para Ordenar o Compendio da Diplomatica Portugueza. Como me derão treguas para o exercicio da Cadeira em quanto não tivesse ordenado, como me cheguey a desenganar, q̃ obras deste assumpto, ainda as de Hespanha, apenas me podião dar

(1) Ferreira Gordo publicou, como resultado dessa missão, nas *Memorias de Litteratura Portugueza*, da Academia das Sciências de Lisboa, t. III, 1792, uns *Apontamentos* «Para a Historia Civil e Litteraria de Portugal e seus Dominios, collegidos dos Manuscriptos assim nacionaes, como estrangeiros, que existem na Biblioteca Real de Madrid, na do Escorial, e nas de alguns Senhores e Letrados da Côrte de Madrid».

Sobre a missão de estudo de Ferreira Gordo, vide o nosso opúsculo: *Os Arquivos de História de Portugal no Estrangeiro*, 1916, págs. 30-32.

o methodo, tendo tudo chegado sempre atrazado a esta Península, e ultimos fins de Hespanha; tive de recorrer á minha colheita que existe a garnel, e q̃ tenho primeiro de arranjar. Este mesmo trabalho julguey melhor hir logo publicando em meras Observaçõins, para me forrar a mayor apparatus, e levão a mayor apparatus, e levão a bandeira as duas seguintes — Estado actual dos Cartorios, e necessidade de acautelar a sua total ruina. — Cautellas necessarias acerca dos Documentos falsos e viciados, q̃ se achão nos Cartorios (1), e sobre Copias infieis q̃ se tem dado a Publico de originaes verdadeiros, oú que nunca existirão, se não na mente dos Impostores, taes como Brito,

(1) Efectivamente, nas *Observações Históricas e Criticas para servirem de Memória ao sistema de Diplomática portuguesa*, cuja parte primeira foi publicada pela Academia das Sciências em 1798, João Pedro Ribeiro logo na *Observação I* fala desenvolvidamente *Sôbre o estado actual dos cartórios do reino, e necessidade de acautelar pelos meios oportunos a sua total ruina*, págs. 1-58. Na *Observação II* escreve uma desenvolvida memória: *Sobre a cautela com que devem ser consultados os documentos dos cartorios de Portugal, e os que delles atégora se teem publicado*, págs. 59-88.

Na primeira *Memória* Ribeiro faz um rápido descritivo dos arquivos das comarcas do Porto, Coimbra, Viana da Foz do Lima, Vila Nova da Cerveira, Vila do Conde, Barcelos, Torres Vedras, Aveiro, Valença do Minho, Leiria, etc., notando por toda a parte o desarraño, a confusão e o abandono mais descaroável, que deu em resultado a perda do importantíssimo recheio de muitos dêsses depósitos. J. P. R. não foi mais feliz no estudo dos cartórios de mosteiros. Apenas o cartório do Mosteiro de Pendorada foi lídima excepção pela conservação e arrumo dos seus *fundos* — onde havia manuscritos do século x e muitos dos séculos xi e xii, encontrando-se ainda em regular ordem os de Paço de Sousa — onde havia peças do meado do século xii, — sendo o *Livro de Doações* um manuscrito do século x, — até meados do século xiii. Também são dignos de nota os recheios dos mosteiros de Bostello, Santo Tirso, Pombeiro, Arnoya; o resto da documentação do mosteiro de Reffoyos de Basto que escapou ao incêndio do seu cartório; e é de salientar o pequeno recheio dos cartórios do mosteiro de Travanca, Couto de Cucujães, Carvoeiro, Palma, Cabanas, S. Romão de Neiva, Ganfey, etc., etc.

Na *Observação II*, fala desenvolvidamente dos documentos apócrifos que encontrou em alguns cartórios e escreve sôbre as *Copias tiradas imperitamente de originaes verdadeiros, ou que se dizem tiradas de originaes que nunca existiram*. Assim, mostra Ribeiro o desmazelo em que encontrou a maioria dos cartórios que visitou, e o processo de trabalho de alguns antigos cronistas.

Lousada, etc. (1). Estão concluidas e tirando-se a limpo para enviar a Lisboa. Se a perturbação actual tivesse cessado, já lá estaria; pois quando dali parti estavam os animos dispostos a desencadernar da Universidade a minha Cadeira, e fazel-a principiar logo a ler em Lisboa. O Amigo Fr. Joaquim pede soccorro, e tem razão (2). Elle me remette já neste Correio as

(1) Ribeiro alude aqui a Fr. Bernardo de Brito, e a Gaspar Alvares de Louzada Machado que servia de escrivão da Torre do Tombo no tempo da dominação filipina. Ao contrário dos elogios que lhe dirigiram Barbosa, Gabriel Pereira de Castro, D. Rodrigo da Cunha no *Catálogo dos bispos do Porto*, e Fr. António Brandão na *Monarchia lusitana*, os eruditos do fim do século XVIII, como Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, Fr. Joaquim de Santo Agostinho, Fr. Manuel de Figueiredo, João Pedro Ribeiro e D. António da Visitação apodam Louzada de ser ignorante em cronologia, inepto em crítica, não duvidando em substituir o saber e a habilidade que lhe faltavam pela invenção que fez dele «um dos mais insignes falsários que produziu o século XVI em Portugal, na Europa», *In Inocência, Dicionário bibliográfico*, t. III, pág. 122.

Ribeiro, na *Observação II*, págs. 82 e 83 das suas *Observações de diplomática portugueza*, torna a referir-se às leviandades de Fr. Bernardo de Brito e aos processos de trabalho de Louzada, dizendo que os dêste tem o *cunho de mentira e impostura*...

(2) João Pedro Ribeiro, falando de Fr. Joaquim não queria, certamente, referir-se a Fr. Joaquim Forjaz, eremita agustiniano, sócio da Academia das Sciências, autor de várias *Orações e Elogios*, e duma *Memória sobre algumas décadas inéditas de Diogo de Couto*, que saiu no tomo primeiro das *Memórias de literatura da Academia*, e que morreu no ano seguinte ao da carta de J. P. Ribeiro, isto é, em 30 de Outubro de 1798. Também êle não aludia a um Fr. Joaquim de Azevedo, eremita calçado de Santo Agostinho que pouco antes havia publicado (em 1796) uma *Historia da paixão de nosso senhor Jesus Christo*; nem falava do monge beneditino D. Fr. Joaquim de Santa Clara, depois arcebispo de Évora, lente de Teologia da Universidade e autor da célebre e tão discutida *Oração funebre* recitada nas exéquias do 1.º Marquês de Pombal; nem aludia ao eremita agustiniano Fr. Joaquim Rodrigues, futuro panegirista de Wellesley. Podia o notável diplomata referir-se a Fr. Joaquim de Santo Agostinho, o erudito eremita agustiniano, também sócio da Academia e também por esta encarregado de examinar os cartórios do reino, e que já então havia publicado importantes trabalhos como a *Memoria sobre uma chronica inédita da conquista do Algarve*, a *Memoria sobre as Moedas do Reino e conquistas* — que figuram no tomo primeiro das *Memórias de literatura da Academia*, e que no tomo quinto da mesma colecção pública, em 1793, a célebre *Memoria sobre os codices, manuscritos e cartorio do Real Mosteiro de Alcobaca* —

Provas da impressão, q̄ está no sec. 10. e elle com todo pezo. Pouco espere V. Ex.^a na linha Ecclesiastica apesar do meu rebusco. Apenas se achará quanto baste refundir, (como se faz indispensavel) o cathalogo dos Prelados do Reyno em certos seculos. Já na Thebaida Port. leria V. Ex.^a na Parte 2.^a pag. 264, 268 a especie confuza de hua vezita Apostolica em Portugal. Achey della especificação pela era 1416 no Arcebisado de Braga, sendo os vezitadores D. Lourenço de Lamego, o Chantre de Braga Vasco Domingues, no impedimento do Bispo de Silves-3.^o Vezitador. — No Mosteiro de Pombeiro fazem renovar a observancia da regra em certos pontos em q̄ havia relaxação. Na Igreja Parrochial de S. Fins do Torno mandão o seguinte — se ponha hua taboa no Domingal das Missas, hua crux de comungar e se pintem as *magestades* (imagens) q̄ o Parrocho nam tenha barregam: q̄ tenha os Livros dos Sacramentos *pendenças* (Canones penitenciaes) e dos cazos reservados ao Papa e ao Bispo, que tenha rol dos freguezes para ver os que som revees a demandar os Sacramentos: que os faça comungar ao menos hua vez no anno e menefestar trez vezes: *que baptise em jejum*: q̄ nom tome mais que dous ou tres padrinhos: e q̄ nom seja marido e molher nem pessoa d'ordem nem infiel: que faça hostias cada mez: q̄ diga aos fre-

cua critica contra a maneira como está redigido o *Index Collec. Bibl. Alcob.* Olisipon., 1775, e acêrca dos péssimos processos de trabalho histórico de Fr. Bernardo de Brito, — leviano, como diz Figueiredo, em acreditar nas *patranhas de P. Héguera e seus aliados*, — excitou os padres de Alcobaca que pela pena de Fr. Francisco Roballo vieram logo à estacada com um *Exame critico* defender a honra... historiográfica do... convento das arremetidas do numismáta e erudito eremita Fr. Joaquim.

Não é, pois, a Fr. Joaquim de Santo Agostinho que alude Ribeiro nesta carta, mas sim ao franciscano Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, que já então havia publicado o seu grosso volume de *Sermões apostolicos e originariamente portuguezes* e preparava a impressão do primeiro volume do seu notável *Elucidario*. Esse tómo é precedido dum *Preliminar* onde Viterbo estuda a origem e evolução da língua portuguesa em «*sinco idades, ou periodos*». As provas de impressão a que acima se refere Ribeiro devem ser as que correspondem ás páginas vii e viii, onde o filólogo se refere à falta de instrução e disciplina dos conventos, e à ignorância dos eclesiásticos chamados *letrados* que aos reis e nobres serviam de *secretários, clérigos* ou *capelães*.

guezes a Ave Maria e Pater noster (Bem abreviado cathecismo!) aos domingos e festas: que tenha oleo de enfermos, e obrigue aos freguezes a pedir a uncção; que admoeste os sorteiros e os que vão aos advinhos; que baptise os parvos antes de outo dias; que antes que algum faça spozoiros seja o dicto feito por tres domingos, e que no 3.^o Domingo dentro da Igreja os faça perante si: que nom scomungue ninguem senão por scripto, e precedendo as tres canonicas admoestaçoens: que faça a barba e coroa cada mez: que rezida na Igreja: que renove o Corpo de Deus cada quinze dias etc. Na deposição que fizerão ao Arcebispo de Braga D. Lourenço e de que elle se desforçou por sentença Apostolica do Anno de 1381, que publicou em Synodo do mesmo anno, figura o mesmo Bispo de Silves D. Martinho, o chantre e o Bispo de Coimbra. Naquelle processo aparece este Prelado de Coimbra, e dipois de Toledo, com hum bom guerreiro, e por tal escomungado, o de Silves como ambicionando a Mitra Bracharense, sendo hum simples clerigo de Braga, e por lhe preferirem D. Lourenço o calumniou em Avinhão e foy por isso duas vezes escomungado. O chantre de Braga escomungado por homicida e conspirador contra D. Guilherme de Braga, e dipois d'Arles e D. João Arcebispo d'aquella Metropole, e dipois Patriarcha d'Alexandria, contra os quaes conspirou com mam armada, havendo mortes de parte a parte, incondente tãobem, e por tal prezo no Reynado de D. Pedro 1.^o. Exaqui dignos Veziadores para serem elleitos em hum seculo em que reynava D. Fernando. Não será nova a V. Ex.^a a duvida do Bispo do Porto D. Pedro Affonso em Salamanca, q̄ consultou ali sobre a continuação da Missa tendo bebido um copo de agua, achando D. D. que o julgassem licito. Consta do Cartorio da Camera do Porto, e me parece o refere tãobem o Cathalogo dos Bispos daquella Igreja. Athé o seculo 14 acho a concessão das Indulgencias debaixo do theor de remissão de penna Canonica. Encontro por esse tempo constituições q̄ obrigão os Parrochos a entender ao menos Latim ao pé da letra; mas vejo-as frequentemente dispensadas em Braga e Porto, com tanto q̄ mostrassem ter estudado bem algum Larraga daquellas Eras. De 7 conegos (não conversos) do Mosteiro de V.^a boa, só o Prior

sabia escrever! No seculo 16 se diz hum tal, no frontespicio de huma Provizão ser capellão da Raynha, e commissario da *Madre Santa Cruzada*. No seculo 14 aparece instituido no Bispado do Porto em hua Parrochia hum menor de 14 annos. Aquelle mesmo D. Lourenço de Braga, sendo ainda Deão do Porto fazendo executar hum breve da Penitenciaria alcançado por duas Apostatas do Mosteiro de Semide, que as manda recolher ao Mosteiro *ejusdem ordinis et observantiæ* lhe assignou o Mosteiro de Religiozos de Pedrozo tendo quatro de Religiozas Bentas no Bispado. O Bispo de Ceuta D. Francisco e como tal Prelado no territorio de Valença desmembrado de Tuy, facultada a Huma Religioza Benedictina recolher-se ao Convento que quizer, ou viver em sua casa, por conhecer a sua honestidade e *e porquẽ temos sabido e por experiencia visto que os (conventos) deste Bispado e do Arcebispado notorio he como vivem e quão pouca Religiam nelles ha onde por ventura ella tornaria atrás do seu bom viver e nome. Nós quẽ ha muitos annos o praticamos o sabemos etc.* Tem a data de 11 de Outubro de 1512. Com effeito em 1508 D. Manuel por hum Alvará prohibio a certos Ecclesiasticos e leigos hirem a Villa do Conde por credito do Mosteiro e que mais naquella Villa entrassem Clerigos e seculares ou Regulares; excepto o Prelado mayor na occazião da Vizita do Mosteiro. Quem forão a ultima Abbadessa e Comp.^a do convento de Recião em Lamego o calou a Benedictina, mas consta de hum processo no cartorio dos Loyos de Lamego, em que hum Prelado da mesma Diocese figura com a mesma Abbadeça, se tal nome merece quem só teve o titulo, e se conservou em trajo secular, divagando, cazando segunda vez, vivo o primeiro marido, etc. Exaqui anedoctas taes quaes se encontrão: muito pouco de ritos e Disciplina, menos respectivo á moral, apezar das minhas diligencias que isto tinhão por primeiras vistas, e a historia da Jurisprudencia. Tanto podia o meu Estado, e a profissão de Canonista quando de repente me degradarão para o circulo da Diplomatica, e de que já me fez cargo: hum Prelado respeitavel, tratando o cazo de apostasia; ainda que isto não passava do tom jocosario, e não era de veras, sempre me desforcey no mesmo ar com a Apologia de V. Ex.^a pelos Es-

tudos Físicos do Clero, que tinha lido. Insensivelmente me aproveitei do assumpto, para aliviar o enfadonho trabalho, por que tenho passado ha dous mezes. Julgo comtudo que semelhantes especies não enfatiarão a V. Ex.^a. Esquecia-me dizer que um Carmelita Dr. Theologo, Fr. Manuel Nicolau, a quem tinha comunicado os Fragmentos de Fr. João Alz. actualmente os analysa em hua Memoria Philologica que pensa enviar á Academia. Elle tem bastante estudo e gosto na nossa Linguagem, e leva hum plano menos mau. Os Extractos das tres versoins do mesmo Fr. João Alz., de que nas cartas faz menção os conservo com os de outros Documentos, para o Glozario Latino-Luzitano da meya idade; pois Du Cange em quasi nada serve para cá. De tudo ha tãobem copias na Academia, que enviei; mas ninguem se arroja ao trabalho. Poucos não podem muito e só em me lembrar os Livros dos Testamentos de Lorvão, de Mumadona de Guimarains, Preto de Coimbra, Censual do Porto, Fidei de Braga, e os respectivos Cartorios, se me oferece tarefa para centenas de annos, que vivera a haver de fazer o exame pelo molde do que athé aqui tenho colligido de outros Cartorios menos fartos⁽¹⁾.

«Não molesto mais a V. Ex.^a que Deus guarde. — Coimbra, 20 de Novembro de 1797. — De V. Ex.^a rev.^{te} s.^o — *João Pedro Ribeiro* (2).»

(1) Como no tempo do eruditissimo João Pedro Ribeiro, ainda hoje «...ninguem se arroja ao trabalho...», e, como então «poucos não podem muito». Tal como no tempo de Ribeiro, estão ainda por estudar os testamentos de Lorvão e de Mumadona, os livros Preto, o Censual e o Fidei. A quem cabem as responsabilidades de tal estado de cousas? Ás Faculdades de Letras, — e muito especialmente à de Lisboa — que não preparam investigadores, não havendo saído do ensino ministrado na Faculdade de Letras de Lisboa um só trabalho feito por professores ou por alunos.

Isto é bem sintomático. Todo o resto são lérias, porque a incontroversa verdade é esta: o *Instituto de Estudos Históricos da Faculdade de Letras de Lisboa, criado por decreto de 9 de Maio de 1911, nunca funcionou, não obstante haverem decorrido oito annos.*

Essa Faculdade não prepara investigadores, recruta burocratas, porque simples burocratas são as pessoas que ali ensinam — com raras e honrosas excepções.

(2) In *Boletim de Bibliographia Portuguesa*, Janeiro de 1879, págs. 10-13. Esta carta foi publicada sem quaisquer notas.

*

* *

Logo no ano seguinte apareciam, do mesmo erudito João Pedro Ribeiro, as *Observações historicas e criticas para servirem de memorias ao sistema de diplomatica portugueza*. Aí, sintetizando as *Causas da deterioração dos Cartorios*, diz êle: «A curiosidade, o descuido, tem conspirado na ruina dos Cartorios do nosso Reino: aquella, tirando muitos documentos dos Archivos, os tem conservado muitas vezes fóra delles, até hirem para a mão de quem, ignorando o seu interesse, os tem destruido; ou procurando lellos se tem servido muitas vezes de remedios menos opportunos; o descuido, não precavendo os perigos, a que nos mesmos Archivos estão expostos, os tem ahi mesmo deixado destruir. A necessidade mesmo tem feito, que precisando sahir muitas vezes os Titulos dos Archivos, ou para com elles se consultar os interesses das Corporações a que pertencem, ou para se juntar a litigios, ou ainda para se enviarem ás Confirmações, se tenham por este modo distrahido». Mais abaixo, passa a «enumerar especificamente as causas da mesma perda ou deterioração dos documentos». Essas causas, indicadas por João Pedro Ribeiro, são as seguintes:

«1.^o A sahida dos Documentos dos Cartorios sem necessidade urgente; e ainda neste caso, sem se acautelar, que elles se recolhão logo que cessa a mesma causa. 2.^a Todo, e qualquer meio de facilitar a sua leitura, que não sejam as lentes de vidro, que aumentão o volume das letras: sendo todas as dissoluções, que se conhecem, so proprias para avivar as letras para aquella occasião, mas deixando, para o futuro o Documento em peor estado. 3.^a A conservação dos mesmos Documentos com dobraduras, que pelo decurso do tempo, ao menos em parte, os chega a destruir. 4.^a A falta de huma casa opportuna para Archivo, qual não pode ser a que for humida⁽¹⁾ mal arejada, ou de madeira, pelo perigo de se lhe

(1) «Muitos documentos acham-se ilegíveis, por causa da humidade, no

communicar qualquer incendio. 5.^a A falta de se reduzir a livros todos os Documentos soltos, que commodamente se podem encadernar. 6.^a A falta de buscar os remedios opportunos de livrar os mesmos Titulos dos animaes e insectos, que todos sabem quando os podem destruir. 7.^a A falta de hum Inventario exacto e circunstanciado dos mesmos Titulos, e de se verificar por este em certos periodos, se com effeito não tem havido distracção. 8.^a A má escolha de Pessoas, a que se encarrega o cuidado dos mesmos Cartorios. 9.^a O interesse particular em supprimir certos Documentos. 10.^a A falta de huma pena proporcionada contra a malicia, ou descuido, em deixar pèrder, ou damnificar os mesmos Titulos.

«A estas causas mais ordinarias ajuntarei outras menos frequentes. 1.^a A licenciiosidade da Guerra (1). 2.^a Os Terremotos (2), Raios, alluviões (3), e outras semelhantes catastrophes».

Já muito anteriormente, na época precisa em que João Pedro Ribeiro andava examinando os arquivos e cartórios do país, êle se queixava ao abade Correia da Serra, então secretario da Academia das Sciências, do estado em que encontravam alguns arquivos.

Assim, numa carta escrita ao abade Correia, a 26 de Setembro de 1790, diz o insigne Ribeiro:

«De Ponte do Lima segui jornada a Valença, onde só tive de lamentar, ver os Livros da Camera a monte em huma Caixa

cartorio da secretaria da Universidade de Coimbra e na Camara Ecclesiastica do bispado do Porto.

«(1) Os archivos das nossas fronteiras tem sido quasi todos, ou queimados, ou saqueados. Vid. t. III das *Memorias de Litteratura*, da Academia, págs. 14 e 15.

«(2) O zelo do guarda-mór Manuel da Maia, fez restituir, sem perda alguma, o Real Archivo, no terramoto de 1755.

«(3) Sabe-se quanto padeceu por esta causa o cartório de Santa Cruz de Coimbra no ano de 1411, caso seja verdadeiro o documento, que repròduziu D. Nicolau de Santa Maria na *Chronica dos conegos regulares*, liv. IX, cap. XXIV, pag. 246, n.º 7 e segs.»

Obs. Estas notas são todas de João Pedro Ribeiro, e veem como o seu texto a págs. 44 e 45 das *Observações historicas e criticas para servirem de memoria ao systema da diplomatica portugueza*. Lisboa, M.DCC.XCVIII.

em vesporas de se perderem de todo, e nada interessante, per nada haver antigo: na antiga Collegiada desta Villa só prazos antigos, e só aproveitei de Valença huma Inscripção de Claudio da Via Militar p.^a ali transferida. No Most.^{ro} de Ganfey só achey Prazos. Em Villa Nova da Cerv.^{ra} achey o Cartorio perdido tendo-lhe chovido largos annos, e apenas advinhando-se conservam L.^{os} do tempo do Sr. D. João 1.^o: os Perg.^{os} corruptos, apagados, e com m.^{to} trabalho pouco de lá colhi (1)».

Apesar de tudo a colheita era abundantissima. Numa carta, escrita do Pôrto, em 17 de Março de 1792, a Correia da Serra (2), conta ele que só no cartório da Alpendurada encontrou cinco mil pergaminhos, sendo também rica a colheita em Tibães; tendo Ribeiro, tanto ali como neste, um poderoso auxiliar, que foi Fr. Joaquim de S. Rosa Viterbo (3). Também foram então examinados os cartórios do Pôrto, Paço de Souza, Restêlo, Travanca, Amarante, Vila Real, Feira, Cucujães, o fundo do antigo mosteiro de Entre-ambos-os-Rios, Tarouquella, Vila Cova, Rio Tinto e S. Bento (4).

Acêrca dos documentos de Pendurada, diz a Correia da Serra: «Remeto huns Extractos de Pendorada, q̃ me parecem valer mais do que pezão (5)».

Igualmente, os de Santo Tirso e da Colegiada da Oliveira ofereceram rica colheita.

Também, Santa Rosa Viterbo visitou e estudou muitos arquivos, percorrendo os de Traz-os-Montes, Lamêgo e Lorvão. Contudo, o grande colector foi João Pedro Ribeiro, admiravel-

¹ *Correspondencia dos Socios incumbidos do Exame dos Cartorios do Reino por ordem da Academia Real das Sciencias.* In arquivo da Secretaria da Academia. Todas as peças aqui publicadas do arquivo da Academia das Sciências de Lisboa, são, ao que nos informaram ali, completamente inéditas.

² *Ibid.*, *ibid.*

³ Viterbo preparava então o seu *Elucidario* a que Ribeiro chamava dictionário paleográfico. O autor das dissertações ia também coligindo êle mentos para um *Glossario da Lingua Portuguesa Antiga*.

⁴ Na carta de 2 de Abril de 1791, conta Ribeiro que aqui encontrou «muitos documentos do sec. 12 e 13». Ribeiro e Viterbo trocavam entre si apontamentos e informações.

⁵ *Correspondencia dos Socios*, etc.

mente preparado quer pelos seus largos conhecimentos de paleografia e diplomática, como pelo seu fundo saber de história das instituições.

É curioso vêr a passagem duma carta datada de Coimbra a 10 de Agosto de 1789 (?), isto é, em plena febre de investigação cartorária, onde êle diz a Correia da Serra: «... todos os Cartorios de Lisboa não valem hum desta Provincia, porq̃ precizando-se mais q̃ tudo de Docum.^{tos} anteriores á Monarquia, não he ahi q̃ se hão-de achar, mas sim por estes sitios. O Cartorio do Cabido de Coimbra, Porto e Braga, dos Mosteiros de S. Thirso, Pombeiro, Refoyos, Arnoya; os Cistercienses em q̃ Fr. Joaq.^m trabalhou sabe D.^s como; tudo offerece um Campo vasto, e q̃ pede se lhe não tirem obreiros. Estes, (e eu seria o m.^{mo}) perdem-se em Lx.^a, onde as diversosins alheião de trabalhos fastidiosos (1)».

Alguns dêsses admiráveis depósitos, ainda então muito ricos, tinham sido bastante maltratados. A 25 de Junho de 1790, escreveu êle do Pôrto ao abade Correia, acêrca do arquivo da Câmara dessa cidade onde no principio do século XVIII os pergaminhos foram todos reunidos em dois livros, depois do que se arrancaram muitos originaes, deixando de alguns cópias, «mas muito defeituozas na ortografia (2)».

O excelente paleógrafo, que era Ribeiro, sente-se arrebatado ante os pergaminhos do Pôrto, como em face dos arquetipos do Vairão, e não tendo amanuenses que os decifrassem, lembra «que seria util á Academia promover q̃ a Meza da Comissão estabelecesse huma ou mais Escollas Paleograficas (3)».

A ignorância da leitura correspondia, por parte das entidades detentoras, à maior indiferença pelos paleo-tipos entregues à sua guarda. Por isso Ribeiro procurava, febricitante, salvar os documentos que lhe caíam sob a vista, ora enviando-os para Lisboa, ora tirando cópias, fazendo índices, etc., e, tudo isso, sempre com uma enorme minúcia, e com o mais acrisolado cuidado, carinho — iamos dizendo — pelos manuscritos, não

(1) *Correspondencia dos Socios*, etc.

(2) *Ibid.*, *ibid.*

(3) Officio de 4 de Setembro de 1790. In arquivo da Academia, etc.

empregando «esses ingredientes, q̄ alias não servem p.^a as [letras] inteiram.^{te} extinctas (1)», e que estragam os documentos — podia êle acrescentar.

Está ainda por fazer a história da Academia das Ciências de Lisboa; e é pena que tal se dê, porque essa illustre instituição está de tal modo associada à nossa vida intelectual que a sua história deve constituir um dos mais importantes capítulos da história da civilização portuguesa, desde os fins do século XVIII até à actualidade.

Se essa Academia não tem desempenhado, em toda a sua plenitude, a notável função científica e pedagógica que a sua índole e o grande valor de muitos dos seus membros justificavam, não ha dúvida que tem exercido uma importante função de registador da nossa vida científica e literária, reflétindo as fases da existência intelectual portuguesa nas oscilações da sua desigual evolução: progressiva — umas vezes, decadente — outras.

Mas, para fazer a história da Academia exigem-se quesitos sérios: uma forte cultura humanista; um vasto conhecimento da evolução da civilização moderna e contemporânea, desde o seu aspecto filosófico, científico, literário, moral e religioso até ao conhecimento da vida política e social da Europa; um extenso e profundo conhecimento da nossa história, etc., etc. Tudo isso faz com que uma futura história da Academia das Ciências de Lisboa tenha que ser uma obra de índole coléctiva, em vez dum trabalho de origem pessoal. Mas, que essa história apareça quanto antes: são os nossos ardentes votos.

*
* *
*

Mas, não admira que João Pedro Ribeiro encontrasse nesse estado os arquivos que percorreu. O clero regular, — como o secular, — debatia-se então numa grande crise de rudeza, de obscurantismo, de ignorância, como bem o documenta o es-

(1) Carta a Correia da Serra, datada de Coimbra a 2 de Julho de 1794. In arquivo da Academia, etc.

tado em que se encontravam as livrarias conventuais. É interessante lêr o que diz Fr. António de Jesus Maria José Costa, franciscano, numa carta escrita a 27 de abril de 1778.

Escreve êle: «Com mais razão e justiça devemos nós chamar insignificantes ás livrarias dos outros conventos da nossa Provincia á excepção de uma até duas; parece isto incrível, mas a prova é tão evidente que não ha que duvidar. A serventia de muitas dellas é guardar trigos, lãs, habitos velhos, vestiarias, e outras cousas, todas tendentes á dissipação dos mesmos livros, assim por sua qualidade, como pelo máo resguardo d'ellas em andarem as chaves por muitas mãos. Outras são casas sempre fechadas, onde a falta de ar, a humidade, a multidão de ratos e outras sevandijas tem estragado e corrompido os livros. Não ha religioso algum na Provincia que não atteste esta verdade. Bem poucos dias ha que o N. P. M. Provincial asseverou na minha presença isto mesmo, e que me disse que em tantos annos que tivera de moradia no Convento de Portalegre só vira hir algumas vezes á livraria o Commissario dos Terceiros, e mais é um dos Conventos principaes; qual será o uso e a conservação das livrarias nos mais pequenos? A livraria do Convento do Loureto presumi achar eu sem estes estragos... mas, sem hyperbole, confesso que foi das mais mal resguardadas que encontrêi, chovendo n'ella como na rua, de sorte que a agua tinha apodrecido quasi todos os livros.

«D'estes tristes exemplos vos podia eu referir muitos, se vos não supozesse sciente d'elles, assim como o estaes de que o maior tratamento que se costuma dar ás taes livrarias é o servirem de cellas aos religiosos moradores nos ditos Conventos, e muitas vezes a leigos, donatos, e a servirem de hospedaria a todo o genero de pessoas, cuja serventia tem causado damnos irreparaveis de furto, alienação e estrago. Para prova d'este ultimo basta em algumas d'estas livrarias, e o fazem certo os mesmos livros, vindo d'ellas quasi todos sem capas, desencadernados, cortados e passados do bicho, cheios de bafio, podres, tanto que alguns não teem já serventia...».

A seguir fala da alienação dos livros dos conventos, por venda, dádiva, doação, etc.; e a certa altura escreve: «Já me

esquecia dizer-vos, que sendo Guardião de Setubal, P. F. Feliciano dos Anjos achou huma grande porção de livros tão pôdres, que os mandou queimar: destes perigos estão isentos os livros da bibliotheca d'este Convento de Xabregas, e d'aqui podeis colligir qual dellas he a insignificantee». Depois, descreve a casa que servia de biblioteca ao convento de Xabregas, com estantes de pinho, mezas ordinarissimas, pavimento de ladrilho, as janellas sem vidros, entrando por ellas o ar e a chuva em demasia (4).

Também, num manuscrito truncado da Biblioteca da Ajuda encontra-se um interessante estudo àcerca da situação das letras em Évora nos fins do século XVIII. Vamos vêr algumas passagens onde o autor fala do estado da instrução e da situação das bibliotecas conventuaes. Discorrendo sobre a cultura das sciências, diz que então «estas não florescêrão em Portugal senão quando os seculares as ensinárão, e que foi o mesmo passarem aos Regulares no tempo do Senhor Rey D. João III que perderem-se. Às livrarias dos Coventos têm os seculares tomado a curiosidade, e o gostoso e honrado trabalho de hir resuscitar, e limpar da traça e da poeira os raros e admiraveis monumentos da litteratura portugueza». E, continúa logo:

«Com quanta vergonha da Nação não têm os Regulares delido e enterrado os mais preciosos e respeitaveis monumentos de nossas antiguidades! Com quanta largueza de consciencia não têm elles arruinado, entupido e desfigurado os veneraveis jazigos dos nossos maiores, as Capellas que erigirão, e os encargos e officios sagrados que em perpetuo se obrigarão a fazer pelas intenções e ultimas vontades dos seus fundadores e bemfeitores.» A seguir pergunta onde estão os «doutissimos escriptos de Fr. Heitor Pinto, de Fr. Henrique de S. Jeronymo e de todos os demais Escriptores Portuguezes de sua Religião!» Depois, pergunta aos dominicanos de Évora pelos manuscritos, livros e monumentos que eram de André de Rezende.

(4) Esta carta do franciscano Antonio de Jesus Maria José Costa, existe, no original, na Torre do Tombo, e foi publicada no *Boletim de bibliografia portuguesa*, vol. 2.º, págs. 89-95 e 113-131.

Acêrca de instrução nos conventos diz: « Não ha memoria de haver em seus claustros aulas para se ensinarem as lingoas portugueza e latina. Elles sempre tratárão de bagatella este estudo, e os seus papeis nos mostrão muito bem a falta de erudição e o máo gosto tanto em huma como em outra linguaagem.

« As Artés e os bons Dictionarios não se achão em suas livrarias, e se de tempos antigos alli ficou algum livro de Auctor Portuguez ou Latino, tão empoadado está, que bem mostra servir sómente de encher a caixa da sua estante (1). »

*

* *

Acabámos de ver como nos tempos do absolutismo foram tratados os magníficos recheios dos arquivos dos conventos, mitras, colégiadas, etc. Vamos ver, agora, que no período constitucional não foi muito diverso o tratamento dado ao que restava dos depauperados *fundos* dos cartórios conventuais, quando em cumprimento da lei de 1833, e da portaria de 11 de Setembro de 1857 se tratou de coligir os documentos anteriores a 1280.

O distinto escritor sr. José Caldas, na sua *Historia de um fogo morto*, conta como a seguir à lei de 1833 se destruíram os recheios de algumas casas congreganistas, dando como exemplo o que se passou com os cartórios conventuais de Viana do Castelo. Diz êle:

« As livrarias a monte. Tudo roubou. Primeiro acudiram os que se tinham na conta de entendidos; depois os curiosos; por último a canalha rara que roubava para vender a pêzo. As mercearias encheram-se de missais, de breviarios, de sermonarios hespanhoes, de commentadores de biblias, de antifonarios; de santoraes, de tudo quanto constituia o fundo d'essas modestas bibliothecas que uma revolução menos selvagem poderia civilisar.

(1) Manuscrito publicado no *Boletim de bibliografia portuguesa*, 2.º ano, págs. 154 e 155.

«Como se ordenou que o centro de todos os despojos dos dos archivos monasticos da circunscrição fosse o convento de S.^{ta} Cruz, a S. Domingos, tudo veio lentamente confluindo para ali. Fixado o recinto da descarga num dos dormitorios do lado oriental, dentro em pouco successivos carretos tinham produzido, naquella região, um enormissimo monturo. O resguardo era nenhum. Os fardos eram postos a caminho com qualquer tempo. Assim todo o cartorio do convento de S. Romão de Neiva, que era riquissimo, chegou a Vianna reduzido a uma massa informe, de lama, que o carroceiro despejou sobre outros destroços, perpetrando ao mesmo tempo duas brutalidades. De *Cáramos*, *Muhia* e *Refojos de Lima*, vieram alguns cartolarios, que Alexandre Herculano, vinte annos depois fazia recolher á Torre do Tombo.

«De vez em quando, como quem sente despertar-se de um largo pesadelo, intervinha a autoridade local nomeando uma commissão de entendidos, que tomasse a seu cargo catalogar aquellas ruínas miseraveis. Esses entendidos nunca se entenderam. Entretanto os sabios da villa, os bibliophilos de tenda e as lojas de mercearia proseguiam na sua devastação. Por mais de quarenta annos se mantiveram ali, no chão, no raso das ultimas cellas do nascente, aquelles ultimos vestigios das livrarias monasticas desta parte da provincia. Ultimamente, entre 1876-1877, sendo governador civil do distrito o dr. Antonio Duarte Marques Barreiros, foi determinado que com aquelles farrapos se constituísse o nucleo da actual Bibliotheca Municipal, que está no lyceu . . . Ahi dormem, violadas, truncadas, rotas, essas ultimas victimas da anarchia revolucionaria. Uma piedade santa as unira; uma brutalidade voltante as profanara (1).»

Muito mais poderíamos dizer, mostrando com larga cópia de transcrições como no antigo regime — tanto no periodo absolutista como no constitucional — se cuidava da conservação dos arquivos e da guarda dos magníficos recheios dos depósitos conventuais e de outras casas religiosas. Porém, o que aí fica mostra bem como são diferentes as formas de proceder

(1) José Caldas, ob. cit., págs. 435-437.

dos governos da República. O cuidado, a solicitude destes no que respeita a tais serviços contrasta bem com a indiferença dominante noutros tempos.

CAPÍTULO IV

Serviços de inventário e catalogação nas bibliotecas eruditas e arquivos

a) Serviços de catalogação na Torre do Tombo⁽¹⁾

Se, como acabamos de vêr, tem sido muito importante a obra realisada pela Inspeção das Bibliotecas Eruditas no que respeita à incorporação, recolhimento, guarda e conservação de livrarias, arquivos e cartórios inteiros das antigas casas congreganistas, sés, cabidos, tribunais e repartições públicas, não

(1) É felizmente extensa a bibliografia ácerca do nosso Arquivo Nacional. A respeito das suas origens, e da sua evolução, como ácerca das suas instalações, dos seus fundos, e do seu pessoal podem consultar-se, entre outras, as seguintes obras: João Pedro Ribeiro, *Memorias Authenticas para a Historia do Real Archivo*, 1819; *Observações Historicas e Criticas para servirem de memorias ao systema da Diplomatica Portugueza*, 1798; *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, 1810-1836: Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidario*; João Batista de Castro, *Mappa de Portugal antigo e moderno*, 1793, t. III.

Vejam-se também: Fr. Leão de S. Thomaz, *Benedictina Lusitana*, II; Fr. Bernardo de Brito, *Monarchia Lusitana; Leis extravagantes colligidas e relatadas pelo licencado Duarte Nunes de Leão; Estatutos da Universidade*, liv. II, tit. II, cap. III, § 50; *Portugalix Monumenta Historica*; Barbosa Machado, *Monarchia luzitana*, t. II; colecção do *Arquivo Historico Portuguez*, que tem publicado muitas dezenas de documentos da Torre do Tombo; colecção da *Boletim das Bibliotecas e Arquivos*; Pedro d'Azavedo e Antonio Baião, *O Archivo da Torre do Tombo*, 1905; José Pedro de Miranda Rebello, *Extracto do Real Archivo da Torre do Tombo*, 1904; Antonio Baião, *O Visconde de Santarem como Guarda-Mór da Torre do Tombo*, 1909; do mesmo, *O Visconde de Santarem como Guarda-Mór da Torre do Tombo* (aditamento), 1910; José Silvestre Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Literarios e Artisticos*, ts.: I, págs. 198-200, 326-342; II, 64 e 65; III, 17-23; V, 350; VI, 15 e 16, 203-221, 139-146.

há dúvida que tem sido bem menos intensa a obra efectuada no que se refere à catalogação dos fundos antigos dos Arquivos Nacionais. É certo que alguns dos corpos recém-incorporados teem já hoje os seus catálogos, mas não ha`dúvida que êsse trabalhó, certamente útil, tem sido feito, com manifesto prejuizo da catalogação moderna dos antigos e valiosísimos *fundos* do nosso Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Assim, está-se trabalhando na catalogação dos «600:000 processos cíveis e crimes, julgados, prescritos e arquivados na Relação», e hoje constituindo o Arquivo da Estrêla recém-creado e dependente da Inspeção das Bibliotecas Eruditas; entretanto continuam sem catálogos as 37 caixas de pergaminhos incorporados por Alexandre Herculano, os cartórios do Santo Officio, os arquivos da Intendência Geral da Polícia, além de muitos outros corpos, todos certamente bem mais importantes como fontes históricas que os 600:000 processos do Arquivo da Estrêla.

Num opúsculo por nós elaborado recentemente, falando do estado em que se encontram os nossos arquivos públicos sob o ponto de vista da sua catalogação diziamos o seguinte acêrca do *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*:

«No nosso primeiro arquivo — o da Torre do Tombo — os corpos mais importantes são: os pergaminhos das *gavetas*, a colecção cronológica, o *Bullarium*, Cartas Missivas, Chancelarias, documentos dos Jesuitas, Colecções de Tratados, os Cartórios das três ordens de cavalaria, Colecção de S. Vicente, Mesa da Consciência e Ordens, arquivo do Desembargo do Paço, Conselho da Fazenda, Mesa Censória, Procuradorias, Junta do Comércio, Casa do Infantado e das Rainhas, Negociações Diplomáticas, Intendência da Polícia, e os processos do Santo Officio. Pois estes e os demais núcleos ou teem os seus índices e catálogos elaborados duma forma tão primitiva e incompleta que se tornam na maior parte dos casos inúteis — senão embaraçosos, para os investigadores, ou nem sequer teem completo, como succede com os importantíssimos corpos da Inquisição, Pergaminhos, Negociações Diplomáticas, Mesa Censória, etc.

«De toda essa enorme mole de documentos, ha muitas de-

zenas de anos *depositados* no Arquivo Nacional, ha apenas publicados três volumes de inventários. Assim, o *Inventário dos Livros das Portarias do Reino* consta de dois volumes, indo o primeiro tômo de 1639 a 1653, o segundo de 1653 a 1664, e devendo a colecção ficar completa com mais dois ou três volumes para o que já existe original. Ha também publicado um volume do *Inventário dos Livros da matricula dos Moradores da Casa Real* que vai desde 1641 a 1681, estando nos prelos da Imprensa Nacional o 2.º volume com que termina esta colecção e que deve abranger o período de 1681 a 1841. Eis o que há publicado de inventários, índices e catálogos do nosso primeiro depósito de documentos históricos. Se dos inventários passarmos à publicação dos documentos da Torre do Tombo diremos que nada se tem feito. O pouco que tem sido dado a público não se deve, infelizmente, ao próprio Arquivo, mas sim à Academia das Sciências de Lisboa que tem feito publicar o *Portugaliae Monumenta Historica*; as *Relações com a Curia* — no *Corpo Diplomático Português*, contendo aquele muitos documentos das *Inquirições* bem como muitos pergaminhos das Colecções da Torre do Tombo, e havendo as *Relações com a Curia* transcrito os documentos importantíssimos que constituem o *Bullarium*. Ao que parece, a Academia das Sciências de Lisboa vai recommençar essas publicações. Devemos ainda dizer que, além destes dois importantíssimos corpos de publicações tem a Academia publicado muitos outros documentos (1)».

Temos apenas a acrescentar mais o seguinte no que se refere aos corpos do Arquivo Nacional: — A Colecção das GAVETAS, constituída pelos pergaminhos do núcleo primitivo do Arquivo Nacional, tem um catálogo muito elementarmente organizado por Manuel da Maia em 1765. Esse catálogo necessita ser refeito sobre novas bases e duma forma mais analítica, pois assim como está para nada serve, valendo aos estudiosos os 53 livros de transcrições de documentos.

A importante *Colecção do Corpo Cronológico* tem estado

(1) Vid. o nosso opúsculo *Os Arquivos da História de Portugal no Estrangeiro*, 1916, págs. 5 e 6.

completamente abandonada, sucedendo o mesmo às dezenas de maços das *Cartas missivas*. Da colecção do *Bullarium* estão apenas conhecidas as Bulas, Breves e rescritos Pontifícios que veem publicados nos 14 volumes do *Corpo Diplomático Português. Relações com a Curia*.

Das incorporações feitas por ocasião da extinção das ordens religiosas por Aguiar, entraram no Arquivo Nacional dezenas de milhares de documentos. Só na *Colecção das Bulas e breves de nuncios* figuram 2:204 documentos; na riquíssima colecção dos diplomas que vão desde D. Tareja até D. Maria II ha 10.478 documentos e a colecção da miscelânea ocupa 108 caixas prefazendo as três colecções 186 caixas sem catálogos nem índices. A *Colecção de S. Vicente* tem um índice cronológico, faltando-lhe diversas fôlhas sem que por aí se possa saber rapidamente, e com segurança, o que contem algumas das suas doze caixas. Na mesma sala seguem-se 37 caixas com pergaminhos importantíssimos que foram incorporados por Herculano, vindos: da Sé de Coimbra e das diversas colegiadas da mesma cidade; das Sés de Vizeu e do Pôrto; de Celas, Semide e Lorvão; da Mitra de Braga, e da Fazenda da Universidade de Coimbra, etc. Alguns dêsses pergaminhos foram publicados nos *Portugalix Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*; mas das centenas restantes nada se pode saber porque não ha catálogos.

A colecção das *Chancelarias* que nas suas três secções: doações, privilégios e legitimações, contem mais de 1.100 livros, colecção essa que começou a ser ordenada por Gomes Eannes de Azurara, tem os seus índices alfabéticos; mas o processo seguido na elaboração dêles entre 1704 e 1744 foi de tal modo defeituoso que já em 1749 Manuel da Maia o criticava e procurava remediar. O que se fez depois pouco melhorou o que de mau já se havia produzido.

Os *Cartórios do Santo Officio* que são da maior importância para o conhecimento da história da civilização portuguesa — e que vão desde o fim do século XVI, estão completamente falhos de quaisquer catálogos, inventários, índices ou registos. Desde 1825 que os doze mil processos de habilitações e os vinte mil (?) processos-crimes aguardam quem dêles cuide, inventa-

riando-os e catalogando-os. A própria lista dos *processos apartados* do Santo Officio, onde figuram os do Padre António Vieira, Malagrida, Damião de Gois, Filinto Elísio e tantos outros, necessita ser revista, pois, por observação directa sabemos que tal lista, além de ser deficiente, não é exacta — o que dificulta muito os trabalhos de investigação.

b) Catálogos publicados da Torre do Tombo

Vimos já como deixam bastante a desejar os trabalhos de catalogação dos *corpos* e colecções do Arquivo Nacional devido a várias causas, falemos agora dos catálogos e índices que se tem publicado. Também, neste capítulo está longe de ser importante a obra realizada, segundo se diz, devido às deficiências das verbas e á morosidade dos trabalhos tipográficos necessários a essa publicação.

Na primeira metade do século XIX foram publicados — como já dissemos — os seguintes dois volumes de *Índices*:

— *Índice geral dos documentos contidos no corpo cronológico existente no Real Arquivo da Torre do Tombo*. Mandado publicar pelas côrtes na lei do orçamento de 7 de Abril de 1858. Tomo I e único. Lisboa, 1843.

— *Índice geral dos documentos registados nos livros das chancelarias existentes no Real Arquivo da Torre do Tombo*, mandado fazer pelas côrtes na lei do orçamento de 7 de Abril de 1838. Tomo I e único. Lisboa, 1891.

Como se vê, tem sido bem pouco o que se ha publicado em matéria de *índices* dos documentos do nosso Arquivo Nacional. A elaboração e publicação dos catálogos e índices dos manuscritos não é uma necessidade de hoje. Sem falar dos beneditinos e mauristas francezes, nem dos Mabillon, Montfaucon, Du Cange, Baluze, Valois ou outros, podíamos citar eruditos portuguezes do século XVIII onde a necessidade de catálogos dos recheios dos nossos depósitos é posta bem em evidência. Porem, não podemos fugir à tentação de publicar a seguinte carta — que presumimos ser inédita — do eminente João Pedro Ribeiro ao abade Correia da Serra, quando aquêlê andou na colheita dos manuscritos e livros pelos cartórios dos

mosteiros, conventos e câmaras do país no fim do século XVIII. Eis a interessante carta:

«Ill.^{mo} S.^{or} José Correa da Serra. — M.^{to} meu S.^r — O Exame em que alguns annos tenho entrado, para minha instrucção, de alguns Cartorios das Camaras do Reyno, auxiliando neste trabalho ao D.^{or} João de Magalhães Avelar, e ao Dez.^{or} João Antonio Salter de Mendonça, ambos bêm conhecidos pelos seus talento e erudição; me tem feito persuadir da grande falta que rezulta á Litteratura Portugueza, e com munta (*sic*) especialidade á Historia da sua antiga Legislação, o não se fazerem públicas as interessantes noticias que se contam nos Manuscritos sem algũa utilidade, ali encerrados. Isto me tem feito lembrar o projecto de fazer publico pela Impressão hum Indice Chronologico e circunstanciado dos mesmos Mscr., que contivesse odia, mez e anno, e lugar da sua data, os nomes e titulos dos Magistrados por q.^m fossem expedidos ou referendados, as suas substanciaes forças o numero com q̄ se acha divizado o mesmo Mscr., ou as folhas do Livro aonde esta lançado, declarando o titulo por que este se distingue.

«Pela publicação de semelhantes Indices ficarião patentes aos literatos da Nação ao menos em rezumo muntas noticias interessantes, e ao mesmo tempo indicadas as Fontes, a que podião recorrer quando lhe fossem precisas mais individuais: visto ser quazi impossivel, e em munta parte inutil a publicação dos mesmos Mscr., offerecendo só o Cartorio da Camara desta Cidade materia p.^a muntos Volumes, ainda rejeitando o menos interessante.

«Mas como ainda esta mesma Obra indicada, não só excede as forças de qualquer particular, ainda com respeito a hum só cartorio, mas mesmo precisa de legitima authoridade para se verificar a sua execução; me pareceu que sendo ella propria de huma Academia, que neste Reyno tem por objecto o aumento e melhoramento das Sciencias, não seria improprio propor a V. S. como tão zeloso e illustrado Secretario da mesma, esta minha lembrança, por esperar que Ella ou pelos seus Correspondentes ou representando a S. Mag.^e queira obligar a cada huma das Camaras do Reyno a fazer exarar o mesmo Indice, a poderão verificar, fazendo publico o mesmo

Indice que nem ao menos possuímos, apesar das providencias analogas do S.^r D. João 5.^o abeneficio da Real Academia da Historia. Queira V. S.^a perdoar este meu arrojo, e dar-me muntas occazioens em que mostrê sou — De V. S. — Porto 19 de Dez.^{bro} 1789. — M.^{to} affectuozo Ven.^{or} — *João Pedro Ribeiro* (1).»

Quási dez anos depois voltava João Pedro Ribeiro nas suas *Observações históricas e criticas de Diplomática Portuguesa*, a dizer, em 1798, referindo-se aos arquivos e cartórios das câmaras, mosteiros e colegiadas do país que acabava de visitar: «Hum Indice Alphabeticom em que se substanciassem deste modo os Documentos, executado por pessoa intelligente, bem se conhece quanto ficaria sendo de utilidade á Corporação, e até interessaria o publico, em que sahisse á luz por meio do Prelo.

«Ao menos seria de desejar, que os Indices geraes de cada hum dos Cartorios, quaesquer que elles sejam, se fizessem a todos patentes pela Impressão. Hum Cartorio qualquer não interessa quasi sempre menos o publico que a Corporação a que pertence (2).»

Já vão passados 121 anos, e as palavras insistentes do notável erudito ainda hoje são tão oportunas quanto a satisfação do seu alvitre é cada vez mais urgente (3).

(1) In-Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa, *Correspondência dos Sócios incumbidos do Exame dos Cartórios do Reino por Ordem da Academia Real das Ciências*.

(2) Vid. ob. cit., pág. 58.

(3) Não desejamos fechar esta breve noticia acêrca do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no ponto de vista dos seus serviços de catalogação, sem nos referirmos a um interessante trabalho descritivo oferecido a D. Maria I pelo seu autor, José Pedro de Miranda Rebelo, ao tempo amanuense dêsse Arquivo. Tem êsse trabalho por título: «*Extracto do Real Archivo da Torre do Tombo, offerecido á Augustissima Rainha, e Senhora D. Maria I em que se manifesta o seu actual estado: e se apontão alguns meios, que parecem uteis para o seu melhoramento*». Encontra-se êsse *Extracto* na secção dos manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa, códice n.^o 7:671, tendo sido publicado em 1904.

Depois da costumada dedicatória à rainha, segue logo o autor com umã curiosa Introdução, onde segundo o ainda costume do tempo se co-

Quando se deixará de fazer administração de fachada, de taboleta, de réclamo, para passar-se a fazer uma obra de sã e útil construção?

c) Serviços de catalogação na Biblioteca Nacional de Lisboa

No citado opúsculo por nós elaborado dizíamos o seguinte acêrca da catalogação dos manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa⁽¹⁾:

« Tem êste estabelecimento bastantes manuscritos distri-

meça o descritivo da evolução das «Letras», desde o filho de Adão, Seth. Na primeira parte, acêrca, «Do estado do Real Archivo» estuda a «Origem, progresso, e estado actual», vindo a seguir um «Catalogo dos Guardas Mores do Real Archivo... do que se encontra noticia». A principiar na pág. 13 começa a falar, muito sumariamente, «Do que existe no Real Archivo», apresentando um «*Mappa dos Livros, Maços e Documentos, que se conservam no Real Archivo da Torre do Tombo, tirado do Inventario, que se formou no anno de 1776 e ordenado pelas materias, que contem*».

Esta interessante e muito útil resenha termina pela descrição do recheio do «Armario Jesuitico». A seguir faz umas criticas pouco favoráveis à maneira como Manuel da Maia organizou algumas secções, tais como o *Corpo Cronologico*, com mais de 80.000 documentos; o *Corpo das Gavetas*, com mais de 5.000 peças de várias naturezas, ordens e procedências, etc.

Esse interessante trabalho finalisa por uma 2.^a Parte, onde o autor expõe um projecto da reorganização dos serviços do Archivo, tratando: «Dos documentos que devem ser recolhidos»; «Da arrumação, e distribuição dos Documentos»; «Dos Officiaes precizos para a conservação, e serviços dos Archivos»; e «Do Expediente necessario do Archivo».

Também desejamos citar o interessante opúsculo do ilustre Herculano acêrca «*Do estado dos archivos ecclesiasticos do reino*», 1857. In *Opusculos*, t. 1, pág. 207.

(1) Por nos parecer muito apropriado, vamos transcrever aqui o excerpto dum interessantissimo opúsculo — já hoje muito raro — do falecido erudito Gabriel Pereira, inspector das bibliotecas, publicado em 1898 sob o titulo de *Biblioteca Nacional de Lisboa*. Começa êsse trabalho por um breve descritivo da evolução dêsse estabelecimento desde a data da sua criação, tal como segue:

«A Real Biblioteca Publica da Côrte foi creada por Alvará da Sr.^a D. Maria I, em 29 de fevereiro de 1796.

«Por decreto de 7 de dezembro de 1836 se ficou chamando Bibliotheca Nacional de Lisboa.

buidos por duas secções: uma contendo os *manuscriptos* propriamente ditos, o *fundo geral*, a *Colecção Pombalina*, e a

«Formaram a Bibliotheca com os livros que estavam a cargo da «Real Meza da Commissão Geral sobre o exame e censura dos livros», mais conhecidos por Meza censoria, e com algumas colleções dos livros da Companhia de Jesus. A estes se reuniram logo nos primeiros tempos os volumes doados pelos religiosos da Divina Providencia; o monetario Fontenelle; a colleção de medalhas, manuscriptos e livros raros de D. Thomaz Caetano do Bem; muitos livros e alguns manuscriptos doados por D. Frei Manoel do Cenaculo Villas Boas, então bispo de Beja; e grande parte da Coll. Bodoni que pertenceu a Francisco Vieira. Os actos legislativos de 24 de maio de 1798 e 2 de setembro de 1805, augmentaram este fundo.

«Depois da extinção das ordens religiosas entraram na Bibliotheca muitos livros dos conventos de frades, colleções numerosas mas, como é natural, que reunidas apresentaram enorme porção de duplicados; entre essas colleções entraram duas excepcionalmente valiosas, a de Alcobaça, e a de Cartuxa d'Evora. O governo auctorisou a venda de muitos duplicados, ficando outros em deposito, e entrando na colleção geral da Bibliotheca os que então julgaram necessarios. Ainda hoje ha deposito dos livros dos extinctos conventos de frades a que modernamente se tem juntado os provenientes dos conventos de freiras que vão fechando.

«Em 1858, depois das compras das livrarias de D. Francisco Manuel de Mello da Camara (Cabrinha) e de Cypriano Ribeiro Freire, que sommavam 14.882 volumes, possuia a Bibliotheca 147.315 volumes, fóra o deposito (repositorio do sr. José da Silva Mendes Leal, de 21-3-1860). Nos ultimos tempos a principal aquisição foi a do archivo do Marquez de Pombal.

«Estão installadas no edificio da Bibliotheca as vastas colleções do Archivo Ultramarino, e do Archivo do Ministerio da Marinha.

*

«A Bibliotheca esteve até 1836 num edificio do Terreiro do Paço (praça do Commercio); foi então transferida para o vastissimo edificio do extincto convento de S. Francisco, onde occupa totalmente os dois pavimentos superiores. As escolas e officinas da Academia das Bellas Artes occupam os pavimentos inferiores de grande parte do edificio, sendo a outra parte pertencente ao Governo Civil, policia e suas dependencias.

«Este grande edificio que sofreu muito pelo terremoto de 1755 tem a vantagem de ser construido em solida alvenaria, com os pavimentos divididos por abobadas, o que torna quasi impossivel o risco de fogo. Presta-se razoavelmente á arrumação dos livros mas tem inconvenientes pela sua vastidão, todo formado de compridos corredores e acanhados gabinetes, as antigas cellas fradescas, para o serviço do publico.

«A historia do convento de S. Francisco de Lisboa encontra-se na *His-*

Colecção dos Códices de Alcobaça; a outra, a do Arquivo de Marinha e Ultramar, é constituída pelos documentos do extinto Conselho Ultramarino, do Arquivo da Marinha, e pelos relativos às nossas colónias:

«a) Os *manuscritos do fundo geral* encontram-se agrupados em cêrca de 9:000 códices e 100 caixas de documentos avulsos, estando todos catalogados (1). Dêstes manuscritos ha,

toria seráfica da ordem dos frades menores de S. Francisco..., por fr. Manuel da Espêrança (Lisboa, 1656), 1.ª parte, pág. 185 e segg. *Origem e successos do real convento de S. Francisco de Lisboa.*

«O primeiro director da Bibliotheca foi Antonio Ribeiro dos Santos, grande erudito e academico que consagrou á instituição d'esta casa toda a sua actividade, intelligencia e amor. Se os trabalhos e os methodos iniciados por elle tivessem sido acatados, seguidos á lettra, sem enxertias nem reformas parciaes e caprichosas que tudo confundem e estragam, a Bibliotheca teria hoje uma organisação perfeita sem ter nada que invejar á Bibliotheca do Museu Britannico.

«Com Ribeiro dos Santos serviu Agostinho José da Costa Macedo, 2.º bibliothecario; o marquez de Ponte do Lima foi o 1.º Inspector Geral. Monsenhor J. J. Ferreira Gordo e Vasco Pinto de Balsemão enchem o periodo com pequenos intervallos até 1843 em que entrou José Feliciano de Castilho. Este serviu até dezembro de 1847, com o intervallo de poucos mezes, junho a outubro de 1846, em que occupa o logar de bibliothecario-mór Antonio d'Oliveira Marreca, depois guarda-mór da Torre do Tombo, fallecido em 19 de março de 1889. Castilho prestou grande serviço com a publicação dos seus 4 volumes de relatorio e catalogos.

«José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello Branco serviu de maio de 1851 a novembro de 1857. José da Silva Mendes Leal foi nomeado pela 1.ª vez em julho de 1850, demittido em maio de 1851: nomeado segunda vez em dezembro de 1857. Falleceu em 22 de agosto de 1886, Mendes Leal esteve quasi sempre fóra do serviço, distrahido por outras commissões. Durante muitos annos d'este periodo a Bibliotheca esteve sob a direcção de Silva Tulio.

«Pela morte de Mendes Leal foi chamado o sr. Antonio José Ennes, bibliothecario mór em 16 de setembro de 1886; pela ultima reforma Inspector Geral das Bibl. e Arch. Publicos.»

Vid. tambem: José Silvestre Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos*, t. III, pág. 63; do mesmo autor, *Bibliotecas e Livrarias de Portugal.*

(1) Falando da proveniência dos manuscritos de *fundo geral* diz o erudito Gabriel Pereira: «A collecção dos codices mss. logo nos primeiros annos da Bibliotheca foi importante, com a entrada dos codices da Academia Real de Historia, e as generosas doações de Cenaculo, Thomaz Cae-

porém, publicado apenas um volume do *Índice* ou *Inventário* que abrange 637 códices, faltando publicar o *Índice* sumário de todos os restantes manuscritos dos códices e caixas. O volume do *Inventário* que foi publicado em 1896 está bem elaborado, e é bastante analítico. Os códices são descritos peça por peça, devendo, no fim de 1:000 códices analisados, fazer-se o quadro ou índice remissivo por assuntos, nomes de pessoas, etc. É urgente continuar a publicação d'êste inventário para o que ha já muito material elaborado faltando, porém, a verba necessária.

«b) A *Colecção Pombalina*. Foi esta incorporada na Biblioteca Nacional em 1888. Tem o seu *Inventário* completo o qual está muito bem elaborado, constando êsse volume, publicado em 1891, da análise de 758 códices. Termina êsse *Inventário* por dois *índices* remissivos: um por assuntos, e outro por autores. Tanto êste como o volume publicado do *Inventário do fundo geral* são devidos à bem provada competência e grande zêlo do primeiro Bibliotecário José António Moniz.

«c) A *Colecção dos Códices de Alcobaça*. Esta importante *Colecção* de preciosos manuscritos está também catalogada — ; mas não tem publicado, também por falta de verba, um simples volume do seu inventário (1);

tano do Bem, e A. Ribeiro dos Santos. Vieram depois os niss. dos conventos extinctos, dos collegios da Companhia de Jesus, da Universidade de Evora, etc. Nos ultimos annos, por compra, têm entrado importantes codices que pertenceram a Severim de Faria e morgado do Vimieiro, á casa dos condes de Linhares, dos marquezes de Niza, etc... Dos conventos de religiosas que se têm fechado, entraram tambem muitos codices. Nesta secção ha grande numero de volumes de genealogias, chronicas portuguezas, collecções de theatro, de poesia, livros respectivos ao Ultramar». In opúsculo *Biblioteca Nacional de Lisboa*, II, pág. 11.

(1) Esta notável *colecção*, chamada dos monges de Alcobaça, é constituída por 454 códices, na sua maioria em pergaminho e com as suas antigas encadernações.

Entre êsses códices encontram-se 1 do século XI, 18 do XII ou XIII, 125 do XIII, 19 do XIII ou XIV, 94 do XIV, 1 do XIV ou XV, e 53 do XV. Os outros pertencem aos séculos XVI, XVII e XVIII.

Falando do recheio dessa *colecção*, diz Gabriel Pereira: «Esta admiravel

«d) *Arquivo de Marinha e Ultramar* (1). Este Arquivo, criado na Biblioteca Nacional em 1901, contém cerca de 3:560

collecção, unica em Portugal, é formada em grande maioria por codices em pergaminho escriptos na idade media. Muitos conservam as primitivas encadernações, involtos em peles, cingidos por fortes correias terminadas em fechos de bronze; alguns teem ainda uma rude decoração de cabeças de prego. O aspecto de taes codices leva-nos logo á austera vida monacal da idade media».

Nessa collecção figuram: a *Biblia de Aljubarrota*, com as armas de Leão e Castela em bronze nas capas, rezando a tradição que pertencia á capela do rei castelhano que êle abandonou na fuga em Aljubarrota; os códices 7, 29, 394 e outros com notáveis iluminuras; 279-281 uma *Vita Christi*, de Ludolfo da Saxonia, traduzida por Fr. Bernardo de Alcobaca, e impressa em 1495; 300, 328 e 329, várias regras de S. Bento; 384, a enciclopédia de Bartolomeu Angelo de Glenville, impressa no fim do século xv; 385 obras de Raymundo Lullio; 406-410, diversos livros de côro do século xiii; etc.

*

Esta notável collecção tem a sua bibliografia constituída, que nós sabemos, pelos seguintes trabalhos:

- *Index codicum bibliothecæ Alcobatiæ*. Olisipone, Typ. Regia, 1774.
- *Memoria sobre os codices manuscritos e cartorio do Real Mosteiro de Alcobaca*, por fr. Joaquim de Santo Agostinho. In t. v das *Memórias de Literatura Portuguesa*, da Academia das Ciências. Lisboa, 1793.
- *Commentariarum de Alcobacensi Mstorum Bibliotheca*, libri tres., por Frei Fortunato de S. Boaventura. Conimbricæ, 1827.
- *Collecção de ineditos portuguezes dos sec. XIV e XV*, que ou foram compostos originalmente ou traduzidos de várias linguas por Monges Cistercienses d'este Reino. Ordenada por fr. Fortunato de S. Boaventura. Coimbra, 3 vol.
- *Historia Chronologica e critica da real abbadia de Alcobaca*, por Fr. Fortunato de S. Boaventura, pag. 57.
- *Catalogi libri mss.*, por Gustave Haenel. Leipsiæ, 1830.
- *Reise nach Spanien*, por P. Ewald. Hannover, 1881.

Vid., ainda: G. Pereira, *Biblioteca Nacional de Lisboa*, págs. 13 e 14; e o nosso opúsculo *Os Arquivos da História de Portugal no Estrangeiro*, 1916, pag. 9 e respectiva nota.

(1) Acêrca da importância do Arquivo de Marinha e Ultramar, do seu recheio e da sua organização, ler o interessante opúsculo do falecido inspector Gabriel Pereira, *O Archivo Ultramarino*. Lisboa, 1902.

Vid. o nosso opúsculo acima citado, págs. 10 e 11.

volumes e 2:920 maços de documentos distribuídos por *dois corpos*: um dizendo respeito à administração civil, militar e eclesiástica, à vida económica (comércio, indústria e agricultura) das colónias desde os meados do século XVI até 1883; outro relativo à organização dos serviços da Marinha de guerra e respectiva Secretaria de Estado. Contêm códices importantíssimos como: o *Registo de officios, Cartas, provisões e regimentos* (1541-1832) em 56 volumes; *Registo de Consultas* (1617-1833) 66 volumes; *Registo de Sesmarias* (1795-1825) em 5 volumes, etc. Uma grande parte dos documentos avulsos dizem respeito à Madeira, Porto Santo (1752-1833); Açôres (1750-1833); Cabo Verde e Guiné (1755-1833); S. Tomé e Príncipe (1723-1822); Angola (1609-1833); Moçambique (1737-1733); Índia (1722-1838); Macau e Timor (1793-1811); Berberia (1775-1819); e Brazil (1750-1815).

«Este Arquivo está bem ordenado devido aos tenazes esforços e bom critério do 1.º Bibliotecário dr. Eduardo de Castro e Almeida seu fundador e organisador. Tem os seus inventários bem elaborados estando publicados dois volumes do Inventário dos documentos àcerca da Madeira e Porto Santo, indo o 1.º volume de 1643 a 1819, e o 2.º atingindo de 1830 a 1833. Cada um destes volumes tem no fim um *índice de nomes* com a relação de todas as pessoas referidas nos documentos, um índice remissivo por apelidos e outro de assuntos. Há muito material preparado para se continuar a impressão dos inventários dos restantes núcleos deste importantíssimo Arquivo, faltando as verbas que permitam essa publicação. Além dos dois volumes do *Inventário* dos documentos sobre a Madeira e Pôrto Santo, publicados pelas dotações da Biblioteca Nacional, foram ultimamente impressos, por conta da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, três de «*Inventário dos Documentos relativos ao Brazil*» compreendendo a Capitânia da Baía.

«O 1.º volume impresso em 1913, vai de 1613 a 1762; o 2.º volume impresso em 1914, vai de 1763 a 1786; e o 3.º tómo também impresso em 1914 vai de 1786 a 1798. Estes volumes, de cada um dos quais apenas se tiraram 500 exemplares, foram organisados para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro pelo 1.º Bibliotecário Castro e Almeida, seguindo êste zeloso

funcionário o mesmo processo que observou nos dois volumes sôbre a Madeira e Pôrto Santo: ordenou os documentos geográfica e cronológicamente; inseriu numerosos extratos de textos e até transcrições integrais de documentos que se lhe afiguraram mais valiosos; e faz terminar cada volume por três índices: — de nomes próprios, de apelidos, e de assuntos. Eis os corpos da Biblioteca Nacional onde se acantonam os manuscritos. Aqui, como na Torre do Tombo, ha muito trabalho feito e material acumulado para a publicação dos inventários dos diversos *corpos e secções*, faltando, sempre, infelizmente, as verbas que permitam essa publicação (1).»

*

* * *

Além das colecções de manuscritos de que temos falado, outros importantíssimos *fundos* especiais contem a Biblioteca Nacional de Lisboa: uns sem catálogos nem índices analíticos convenientes; outros tendo as espécies mais ou menos bem catalogadas, mas não publicando êsses catálogos. Entre êsses *fundos* mais importantes é de salientar o das *Estampas* que, sem apresentar a riqueza das colecções das grandes bibliotecas da Europa, tem, contudo, um conjunto importante formado principalmente pela antiga colecção Figanière, colecção Cifka, contendo o album dêste último excellentes desenhos a lápis, a carvão, a esfuminho, à pena; e diversas aguadas e aguarelas, sendo algumas dessas peças de autores consagrados como Lalande, Lupi, muitas de Sequeira, De la Rue, William Hamilton, Vitor Van Elven, A. Caracci, J. Jacob Ibhetson, muitas de Bartolozzi, algumas de Vieira Portuense, e bastantes de D. Fernando. Acêrca desta colecção Cifka, com 171 números, vide Gabriel Pereira — *Catálogo* (muito sumário) *de Desenhos e Aguarelas do Album Cifka*, 1903; do mesmo, *Biblioteca Nacional de Lisboa*, II, págs. 7 e 8.

(1) In o nosso opúsculo — *Os Arquivos da História de Portugal no Estrangeiro*, 1916, págs. 8-11.

*
* *

Também não tem um bom catálogo descritivo a importante colecção dos *iluminados*. Muitos exemplares desta vieram dos conventos; outros foram doados por Cenáculo, quando bispo de Beja; outros comprados a D. Francisco de Melo da Camara (Cabrinha), etc. É também de lamentar que as fraquíssimas dotações da Biblioteca Nacional não consintam a aquisição de muitas — e mui notáveis — peças que os estrangeiros — ou os seus correspondentes no nosso país — adquirem sofregamente para exportar. Nesta colecção estão representadas quasi todas as escolas de illuminura, como a hibernica, inglesa, francesa, flamenga, espanhola, italiana e portuguesa, sendo quasi todos os códices em pergaminho, e poucos em papel. Nela salientam-se pelo seu valor artistico varias *Horæ*; uma notável *Biblia hebraica*, de 1299; um *Missal*; o *Speculum historiale*, o *Missal de Arouca* e a *Gramática* de João de Barros; e pela sua importância paleo e bibliográfica um *Virgilio*; um *Fuero Juzgo*, completo, do século XIII; o segundo volume *De la Thoyson Dor*, estando o primeiro na Biblioteca de Turim; o original das *Profissões* seguidas no mosteiro de S. Jerónimo de Peralonga, de 1420 a 1504; o já referido *Missal de Arouca*; as *Constituições e ordenações do mosteiro de S. Salvador das Donas*, em Lisboa, de 1396. Vêr sobre este fundo: Gabriel Pereira — *A Colecção dos Códices com iluminuras da Biblioteca Nacional de Lisboa*, 1904.

Outro tanto podemos dizer da *Elzeviriana* — colecção admirável que conta mais de 200 volumes; e só agora ficou com catálogo impresso a colecção *Bodoni* — que tem exemplares magnífica e luxuosamente impressos como os das obras de Homero, Anacreonte, Horácio, Virgílio, Tácito, Theocrito, Guarini, Tasso, Boileau e La Fontaine.

E que dizer da magnífica colecção dos *Incunabulos*, onde cada peça merecia uma boa bibliografia especial, e, tê-la-ia em qualquer outro país civilizado onde as Faculdades de Letras cumprissem a sério a sua alta missão de formarem investiga-

dores, começando já no seu ensino a marcar para assuntos de trabalhos práticos, de relatórios e teses o estudo dos códices* e livros dos nossos arquivos e bibliotecas. Essa colecção está infelizmente por estudar, e não o estaria também, se o pessoal superior da nossa Nacional dirigisse — como lá fóra — a sua atenção para os exemplares valiosos dêsse estabelecimento, elaborando acêrca dêles relatórios e monografias descritivas e críticas. Infelizmente — com honrosas excepções, bem entendido — êle não se interessa espontâneamente, *nem o teem feito interessar* nêsses trabalhos.

Essa colecção de *Incunabulos* é, como dissêmos, notabilíssima, pelo valor de cada exemplar, estando muito seleccionada, pois nela só figuram os volumes impressos até 1500. Para salientar o seu inapreciável valor basta citar a *Biblia de Guttenberg*, em papel forte, exemplar único — ao que parece — na península ibérica; uma *Vita Cristi*, em pergaminho, impressa em Lisboa em 1495; a *Estoria de Vespasiano*, Lisboa, 1496; o *Breviarium bracarense*, Braga, 1494; o *Almanach perpétuo*, de Zacuto, Leiria, 1496; uma *Vision deleitosa*, Tolosa, 1489; um *Speculum cristiani*, Londres; uma *Cronica pontificum*, de Lignanime, Roma, 1474; a *Cronica de Colonia*, Colonia, 1499; um *Sacramental*, impresso em Sevilha em 1478; o *Sophologium de Legrand*, impresso em Paris em 1472; um *Ptolomeu*, impresso em Roma em 1490; uma *Chronica Troyana*, impressa em Burgos em 1490, etc. Assim, esta colecção é muito importante para o estudo da tipografia em Estrasburgo, Lião, Basilea, Colonia, Florença, Veneza, etc. Vide Gabrel Pereira *Biblioteca Nacional de Lisboa*, II, págs. 17-19.

*

* *

Também, é muito importante o *fundo* constituído pelos *Livros do Côro* dos extintos conventos. Êste, porê m, tem um excelente índice que foi publicado, em 1904, numa magnífica brochura do saudoso erudito Gabriel Péreira, sob o título — *Biblioteca Nacional de Lisboa. Collecção dos Livros de Côro dos Conventos extinctos*.

A colecção *Camoneana* é igualmente muito notável não só pelas edições portuguezas que contêm como ainda pelas traduções que encerra, e pelas memórias, comentários, monografias, etc., que ela conta. Tem — é certo — este *fundo* os seus catálogos, sendo de lamentar que não estejam publicados. Começou-se em tempo, por ocasião do centenário de Camões, a imprimir um catálogo; mas esvaído o fumo do último foguete, e passado o derradeiro som do último hino ao *nosso épico*, logo se interrompeu a impressão que ficou a página 56. E é muito de lamentar que tal succedesse, porque se a publicação fosse por diante ela constituiria, naturalmente, a nossa melhor bibliografia camoneana.

*

* *

E não podemos deixar de nos referir aqui à excelente colecção dos *Jornais* da nossa Nacional. O illustre Gabriel Pereira dizia dela: «É uma colecção única», e tinha razão o erudito e zelozíssimo funcionário. Na verdade, para avaliar a importância dela basta que se diga que ali figuram a *Gazeta de Lisboa*; o *Correio Mercantil*; o *Mercúrio histórico, politico e literário*; muitos jornais antigos do Brazil; uma rica colecção de folhetos, pamphletos, outros muitos diversos impressos que durante as invasões francesas, e as lutas constitucionais foram publicados no estrangeiro — especialmente em Londres e Plymouth. As excelentes colecções de: *Occulto instruido*, de 1756; a *Gazeta Litteraria*, (1761); o *Jornal encyclopedico* (1779); o *Jornal de Coimbra* (1812); a *Mnemosine lusitana* ou *Jornal de Bellas-Artes* (1816); os *Annaes das Sciencias, das artes e das letras* (1818); o *Panorama*; o *Ramalhete*; a *Revista Litteraria*; etc. E que dizer das colecções de jornais politicos, literários, scientificos, revistas de toda a ordem, que essa excelente secção conserva na sua grande sala e anexos! É certo que ha ali importantes lacunas pelo que se refere aos jornais da provincia, aos jornais portuguezes que tem sido publicados no estrangeiro; e nem sempre tem sido observada a lei respectiva por parte de muitos jornais de Lisboa e Porto, alguns dos quais tem deixado de existir sem

que na nossa primeira biblioteca tenha ficado um vestígio da sua existência mais ou menos longa e gloriosa.

Além da falta da observância da lei, e da ausência de espírito benemerente que leva muitas pessoas abastadas a venderem jornais raros a pêso em vez de os oferecerem à Nacional, também contribue muito para as falhas que ali se notam a mesquinhez das dotações que não consentem fazer aquisições de colecções de valor quando estas aparecem nos leilões ou nas casas dos alfarrabistas e antiquários.

Apesar de tudo essa colecção é valiosíssima; e está muito bem organizada, tendo os seus índices em dia. É lamentável que os seus catálogos não estejam publicados — sempre por falta de verba! —, pois se o estivessem êles constituiriam magníficos elementos de estudo para o conhecimento da vida do pensamento em Portugal, e ficariam sendo admiráveis repertórios da bibliografia jornalística portuguesa. Assim, ainda hoje nos limitamos a ter sôbre o assunto a modesta *Note bibliographique*, de Brito Aranha, sôbre *Le Mouvement de la presse periodique en Portugal*, que, além de muito elementar e incompleto, só atinge de 1894 a 1899 (1).

Para modelo de boas publicações no género poder-se-ia seguir o *Index to the periodical literature*, que começou a ser publicado em Boston, em 1882, pelo conservador da biblioteca pública de Chicago, W. Fr. Poole, e ao qual se teem juntado diversos supplementos. E são ainda bons exemplos a secção das *Periodical publications* do Catálogo geral do Muséu Britânico; as *listas de periódicos*, publicadas pela Biblioteca Nacional de Paris; os *Allgemeiner Zeitschriften-Katalog*, o *Deutscher Journal-Katalog*, o *Adressbuch der deutschen Zeitschriften*, que anualmente se teem publicado na Alemanha; e o *Catalogo metodico degli scritti contenuto nelle publica-*

(1) Já em 1885 Brito Aranha havia publicado um outro opúsculo sôbre o assunto com o título: *Subsidios para a historia do jornalismo nas provincias ultramarinas portuguezas*. Vêr sôbre o mesmo objecto: A. X. da Silva Pereira, *Os jornaes portuguezes, sua filiação e metamorfoses; noticia suplementar alfabetica de todos os periodicos mencionados na resenha chronologica do jornalismo portuguez*, 1897.

zioni periodiche italiane e straniere, que tem sido publicado pela Câmara dos deputados italiana.

*

* *

Pela leitura do *Relatório* do ex-director da Biblioteca Nacional, sr. Fidelino de Figueiredo, fica-se sabendo que a 8 de Fevereiro do corrente ano^o de 1919 a situação da catalogação impressa dos núcleos da Nacional era a seguinte:

- *Colecção Bodoni*. Está totalmente impressa, n.^{os} 1-212.
- *Religiões*. Está impressa de: 1 a 1:286 preta; 1 a 387 vermelho; 1 a 253 azul.
- *Colecção Americana*. Calculam-se em 2:000 os verbetes extraídos desta colecção. Estão englobados nas várias secções.
- *Literatura*. Do inventário estão impressos de: 1 a 14:446 preta; 1 a 8:102 vermelha; 1 a 4:216 azul.
- *História*. A impressão do catálogo começou a seguir ao inventário, estando impressos verbetes desde 17:870 a 19:069 preta; de 8:576 a 9:938 vermelha, e de 6:087 a 6:734 azul.
- *Sciências e Artes*. Também a impressão dos verbetes segue a do inventário, desde 13:825 a 15:136 preta; de 5:808 a 7:041 vermelha; e de 3:246 a 3:840 azul.
- *Sciências civis*. A impressão do catálogo continúa a do inventário, indo de 8:675 a 10:127 preta; de 4:715 a 6:770 vermelha; e de 2:540 a 3:130 azul.
- *Varatojo*. Tem já impresso todo o seu catálogo, de 1 a 4:725.
- *Reservados*. Do catálogo impresso existem verbetes de 831 a 922.

Porém, é necessário ter em vista que na *História e Geografia* o catálogo manuscrito enche 68 volumes de verbetes encadernados, tendo um *Suplemento* de 7 caixas; a *Poligrafia* contém: 20 volumes de verbetes na parte antiga, e 1 maço em *Suplemento*; a *Literatura* que tem catalogada e impressa as

numerações *preta e vermelha*, e parte da *azul*, enche 7 caixas; as *Sciências Civis e Politicas* teem o seu catálogo em 58 volumes de verbetes, e mais um *Suplemento* em 13 caixas; as *Sciências e Artes industriais* com 14 caixas de verbetes; *Religiões* com 2 caixas; *Belas-Artes* com 6 volumes e mais 2 caixas; *Jornais e Revistas* com 24 volumes e um *Suplemento* em 3 maços, etc.

*

* *^v

Como se acaba de ver por esta rápida digressão, os serviços de catalogação e inventário da Biblioteca Nacional de Lisboa deixam muito a desejar, pois se as secções dos impressos e dos manuscritos são as que teem melhor elaborados os seus catálogos, na grande maioria das outras tais serviços estão muito longe do que deviam ser ⁽¹⁾. Assim, vive-se ainda hoje

(1) As próprias colecções dos impressos apresentam enormes lacunas na catalogação, havendo importantes núcleos de livros sem estarem inventariados nem catalogados. Dêsse caso, sobretudo grave, queixou-se em vários relatórios o sr. dr. Xavier da Cunha quando dirigiu a Biblioteca. Mais tarde, em 1912, o falecido director dêsse estabelecimento, Faustino da Fonseca, a págs. 15 e 16 do seu *Relatório*, depois de notar que as verbas extraordinárias para catalogação atingiram, de 1901 a 1911, um importe total de 8.400,700, informa que: «havia na Biblioteca um mau catálogo por autores, incompleto, de difficil leitura, de custosa consulta, em formatos vários, parte dêle rôto e quási desfeito».

Mais adiante, continúa:

«Não encontrei inventário da existência total dos livros da Biblioteca, nem inventários de secções, nem os catálogos sistemáticos determinados pelo art. 51.º do decreto de 1901.

«Com relação ao inventário. . . que devia ser revisto todos os três anos, só encontrei um, deficiente e incompleto, de 1907.»

E logo segue:

«Estavam absolutamente por catalogar, mesmo por arrolar, a importante Colecção Americana (que se calcula em cêrca de 6:000 volumes); e as preciosas colecções de Numismática, de Estampas, de Sêlos antigos e de Colecções postais.»

Recentemente, o sr. Fidelino de Figueiredo, ex-director dêsse estabelecimento, a pág. 84 do seu relatório, diz acêrca da falta de catalogação de vários núcleos: «Todos os livros, que se guardavam nessas estantes (as do

dos índices e catálogos elaborados por José Antonio Moniz, e das excelentes e sólidas notícias históricas e descritivas, bem como dos inventários e repertórios elaborados por Gabriel Pereira — a muitos dos quais aludimos já (1).

As causas de tal estado devem procurar-se: nas deficiências de verbas que não permitem publicar o muito que ha já feito e accumulado em matéria de índices e catálogos; no pouco pessoal — e nem todo bom — que existe nêsse estabelecimento, recrutado, muito dêle, *à la diable*, sem preparação literária nem técnica, e sem amôr, zêlo e dedicação pelo serviço; na falta de direcção assídua e competente; e na ausência de continuidade devida a uma legislação atrabiliária e caprichosa — como já lhe chamava Gabriel Pereira, — e que constantemente se multiplica e renova, produzindo a desordem nos serviços, a confusão no pessoal, e a desorganização das secções.

Sempre nos pareceu que a única forma de melhorar a organização interna da Biblioteca Nacional consistia em descentralisar os serviços, dando autonomia às secções, e pondo à frente de cada uma um pessoal competente especializado. Assim, todos os *fundos* da Nacional seriam reunidos em grupos

corredor fronteiro ao seu gabinete) e nos gabinetes n.ºs 104, 105, 106 e 107, estavam por catalogar e até sem registo. Eram como se não existissem, eram inteiramente mortos para a leitura... Eram muitos milhares de espécies... : boas edições dos clássicos francezes, principalmente dos mestres da parenética, dos clássicos ingleses, grandes colecções documentares francezas e alemãs, entre elas a dos Monumenta Germaniæ Historica, de Pertz, publicações do Ministerio de Instrução Pública de França; toda a vasta colecção das publicações da Société des anciens textes français; os ricos e quasi-intermináveis inventários dos Arquivos departamentais da França; muitas obras sobre geografia e colonização; muitos atlas e mapas, muitos manuscritos, entre êles abundante correspondência autógrafa de D. Pedro V e dos políticos seus contemporâneos; uma tradução latina de Ptolomeu, do principio do século xvi, muita teologia moderna e muitas estampas».

(1) Vêr ainda: *Relação dos albuns de estampas da Biblioteca Nacional de Lisboa*, in *Boletim das Bibliothecas e Archivos Nacionaes*, n.º 3, de 1902; *Inventario dos Codices e documentos manuscriptos comprados a Carlos Ferreira Borges para a Biblioteca... em 1503*, por José António Moniz; in *Boletim*, etc., de 1903 e 1904; *Relação das moedas suevo-lusitanas e visigoticas da Colecção de numismática da Biblioteca Nacional*, por José Leite de Vasconcelos; in *Boletim*, n.º 2, de 1902.

segundo as naturais afinidades de assuntos e em harmonia com o quadro geral do pessoal superior, médio e menor. Cada uma das grandes secções teria o seu quadro permanente de funcionários, e seria chefiado por um primeiro conservador ou bibliotecário a quem competiria toda a responsabilidade da direcção e orientação dos serviços das novas aquisições, inventário e catalogação, arrumação e conservação, estudo e descrição das espécies da secção; indicações e conselhos aos leitores, etc., ficando os seus subordinados responsáveis ante elle pelos trabalhos que fizessem ou deixassem de fazer.

Pois nunca conseguimos ver pôsto em execução tal critério — que é hoje uma coisa elementar e comensal em todas as bibliotecas progressivas.

Emquanto durar o regime de *todos fazerem tudo*, não passaremos da verdadeira situação de facto de *ninguém fazer nada*, pois de tal modo as responsabilidades de tão vergonhoso estado de coisas se pulverisam que, *apesar de tudo*, todos os empregados satisfazem a fórmula — só em pouquíssimos bem cabida — do «zêlo, assiduidade e competência», para os efeitos de aumento de vencimentos e de públicos louvores.

O tempora! O mores! como dizia Cícero, sem a tradução do palito métrico.

d) Biblioteca da Ajuda

A origem do núcleo que constituiu mais tarde o grande fundo primitivo da Biblioteca da Ajuda encontra-se, no dizer de D. António de Souza — na sua *História Genealógica* — na livraria de D. João V, já então enorme, e constantemente accrescida de livros adquiridos em Portugal e no estrangeiro, e de manuscritos originaes ou copiados cá e lá fora⁽¹⁾.

(1) Parece não dever restar dúvida que quando se chega a D. João V já era importante a livraria particular do rei. Tinha ela, naturalmente, como núcleo primitivo a livraria antiga da Casa de Bragança, que, — com excepção do Tombo dessa casa nobre; dos livros de linhagens e de outras obras de maior interesse familiar e particular que se encontram no palácio de Vila Viçosa, — D. João IV fez aumentar copiosamente não só esse fundo com obras musicais como ainda com outras de diversas especialidades.

Está por fazer ainda a história dessa magnífica Biblioteca da Ajuda, e é profundamente lamentável que tal suceda. Numa entrevista publicada em *O Século*, de 17 de Fevereiro de 1913, dizia o ilustre inspector das Bibliotecas Eruditas, aludindo a êsse estabelecimento:

«Seria interessante fazer a história desta biblioteca; da constituição do seu *fundo*; da origem das suas colecções; das riquezas bibliográficas e paleográficas que encerra e da acção dos seus bibliotecários, desde os auxiliares de Pombal, nas incorporações jesuíticas, até Abreu e Lima, cuja obra fecunda se realizou durante a realeza de D. Miguel, o Herculano, a Magalhães Coutinho, a Ramalho Ortigão; dêsse trabalho vai encarregar-se o erudito bibliografo sr. Jordão de Freitas...»

Vão passados seis longos anos sôbre a agradável novidade fornecida ao público pelo ilustre escritor, sem que até agora haja aparecido o mais leve vestígio do anunciado trabalho, nem se sabendo quando aparecerá. E é pena — repetimos — que tal aconteça, pois tal obra tornar-se-ia um bom elemento de estudo para o conhecimento da nossa bibliografia de história e da cultura portuguesa nos séculos XVIII e XIX.

Efectivamente, pela leitura da correspondência dos representantes de Portugal junto das côrtes de Inglaterra, França, Espanha, Vienna e no Vaticano, durante o reinado de D. João V, vê-se como era importante a aquisição de livros e manuscritos com destino à biblioteca real. Assim, Sebastião José de Carvalho manda de Londres por alturas de 1743 uma colecção de bíblias hebráicas e obras diversas relativas a seus ritos, leis, costumes e policia, em diversas linguas (1). Também o conde de Tarouca e D. Luiz da Cunha enviavam de França, — a par das ricas tapeçarias Gobelins, meias de sêda, librés, muito vestuário sumptuoso e ricos artefactos de ouro e prata para serviço de mesa, comunhão real, e para a *toilette* do rei — muitos livros. E tal era a fama do Mecenas real português que o conde de Tarouca queixa-se de não ter tempo para atender a todos que o procuravam: uns, tecelões e tapeceiros para

(1) Vid. *Panorama* de 1843, pág. 263; José Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Scientificos*, t. 1, pág. 178.

executarem lá ou virem para Portugal satisfazer os contractos das encomendas do nosso rei-sol; outros dizendo-se engenheiros, matemáticos, físicos, mecânicos, médicos, e oferecendo os seus serviços, as suas aptidões e os seus inventos; outros, enfim, autores, impressores, editores e livreiros oferecendo livros e manuscritos (1).

Mas, além destes livros e manuscritos adquiridos pelos nossos diplomatas, muitos outros fazia comprar o rei por intermédio dos livreiros Gendron e Reycend; e é sabido que por ordem do rei foi determinado a Manuel Pereira de Sampaio, representante de Portugal junto da Santa Sé que fizesse copiar nos arquivos e bibliotecas da Cúria Romãna tudo o que interessasse à história do nosso país. Efectivamente, essa determinação foi cumprida, provindo d'aí a enorme colecção da *Symmicta Lusitanica* que se encontra na Biblioteca da Ajuda, e à qual Herculano ligava uma limitada importância (2).

Falando dos livros adquiridos por ordem de D. João V, diz o autor do *Fragmento de uma obra inédita do século passado*: «É indizível a quantidade prodigiosa com que fez enriquecer a nação de obras úteis, e de grão decoro, e com que a este exemplo e occasião vieram a este reino milhares de mortos illustres buscar também entre nós vida. Ainda que antes dos negociantes Lerzo e Morganti houvesse deste género de commercio, como pelos livros de boas biliothecas da nação, e pelos catalogos dos mercadores se conhece; comtudo dos annos de vinte por diante engrossou esta levada a recrear grandemente olhos espreitadores. Eis aqui algumas noticias de trazer na memoria para credito nosso. Dou uma copia do que o meu prudentissimo reitor em a Universidadé de Coimbra, Francisco Carneiro de Figueiroa, varão nascido para governo politico de

(1) Vid. Papeis das legações de Portugal em França, Inglaterra, Austria e Espanha, in Arquivo do Ministério dos Estrangeiros; e manuscritos do fundo geral e da Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa, etc.

(2) Vid. uma interessantissima carta de Alexandre Herculano a João Pedro da Costa Basto, publicada a primeira vez no *Arquivo Histórico Português*, vol. I, 1903, pág. 369, e transcrita, na integra, no nosso folheto *Os Arquivos da História de Portugal no Estrangeiro*, 1916, págs. 27 e 29.

academias, escreveu nas curiosas *Memorias* daquella Universidade v. XXV, fallando do reitor Nuno da Silva Telles, da casa de Alegrete.

= «Porque os Estatutos da Universidade [do seculo de quinhentos] dispõe que todos os annos se comprem quarenta mil reis de livros, para se ir accrescentando a livraria della, que alem de ser quantia limitada, se tinham descuidado muitos dos reitores, seus antecessores, de o executarem, alcançou de sua magestade licença para se comprar uma livraria por quatorze mil cruzados; e a ampliação dos ditos quarenta a cem mil reis; e porque não tinha a universidade casa competente para uma boa livraria, conseguiu de sua magestade licença, por provisão de 31 de outubro de setecentos e dezeseis, para se fazer de novo, e lhe deu principio com toda a grandeza; deixando-a já bastante adiantada.» — Continúa falando do seu reitorado. = «Acabou-se de fazer com toda a perfeição a casa da livraria, que é uma das mais magnificas obras que tem este reino. = Acabou-se em setecentos e vinte e cinco. Para augmentar a bibliotheca real, em que estavam juntos os livros preciosissimos e rarissimos dos reis antigos, sustentou elrei fora do reino muitos amanuenses em muitos annos. Para o mesmo fim fez comprar collecções de livros, e tiveram ordem os negociantes Gendron e Reycend de fazerem vir os que podessem alcançar, e delles repartia para as reaes casas das Necessidades, e de Mafra [o que tambem continua o senhor rei D. José], mandando abrir no real e insigne convento d'esta villa, em janeiro de trinta e um, escholas publicas com sete cadeiras. Em outubro do mesmo anno fez vir a Lisboa Martin de Pena de Proença para formar o catalogo da livraria real, havendo-lhe então chegado vinte mil volumes. Do fervor das communitades, e dos particulares a este respeito, pode-se tecer um elogio de grande credito. O gosto nas encadernações pulidas é dos seus dias; e deve-se particularmente ao livreiro Matheus Nogueira, que por honra e conhecimento que delle tive, e deste beneficio ao publico, devo nomea-lo. Podem-se ver as suas pulidas encadernações, em grande parte dos livros

do abba de Diogo Barbosa, que deixou á bibliotheca de sua magestade no reinado do senhor rei D. José (1)».

*
* *
* *

Com a fuga da familia real e da côrte para o Brazil, por occasião da invasão das tropas de Junot, a livraria da bibliotheca real e os chamados *manuscritos da corôa*, tudo andou em bo-landas, e lá foi de longada até ao Rio de Janeiro.

Porém, se os *manuscritos da corôa* que constituíam mais de seis mil códices, sob a guarda do conde de Vila Nova, na qualidade de guarda-joias, não fôram incorporados nunca na Bibliotheca Pública do Rio de Janeiro e regressaram depois a Lisboa com D. João VI, o mesmo não succedeu com uma grande parte do *fundo* bibliaco da corôa que, augmentado com a livraria importante do Conde de Barca, constituiu o núcleo de formação da bibliotheca do Rio (2).

A Bibliotheca da Ajuda tem sido sucessivamente acrescida com as magnificas collecções de manuscritos das Casas do Infantado, da Corôa, dos estabelecimentos congreganistas da Companhia de Jesus, quando extintas por Pombal; e com os ricos recheios das livrarias da Congregaçãõ do Oratório, da Meza da Consciência e Ordens, da Imprensa Régia, do Dezembargo do Paço e do Colégio dos Nobres. Conta hoje bem mais de 71:000 volumes, havendo quem os avalie em mais de 150:000 entre os quais cêrca de 300 incunábulo e 500 obras raras, e contendo perto de 10:000 de duplicados e de obras truncadas (3). Foi essa bibliotheca instalada no local onde actualmente se en-

(1) «Fragmento de uma obra inédita do século passado». *Panorama* de 1843, pág. 277.

(2) José Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Scientificos*, t. IV, págs. 272-274.

(3) Aí figura o magnífico *Cancioneiro*, que foi ultimamente estudado pela insigne romanista, sr.^a D. Carolina Michaëlis; a célebre *Fisiognomia*, do médico português Rolando, que esteve em França ao serviço do duque de Berry; o livro de medicina de Allebrand, de Florença, com illumuras francesas do século XIV; vários livros de *Horas*, com as caracte-

contra, em Junho de 1880, por ocasião do tricentenário de Camões (1).

Em 1916 num opúsculo dizíamos o seguinte acêrca dessa magnífica biblioteca — que é, quanto a nós, mais valiosa pelo riquíssimo núcleo de manuscritos que contem (2):

«Este importante estabelecimento conta cêrca de 80:000 volumes impressos, alguns dos quais de edições *principes*, outros raros, e muitos valiosos (3).

«Mas não é só a secção de impressos e a importante livra-

ísticas iluminuras flamengas; uns *Ofícios marianos* que pertenceram à rainha Carlota Joaquina, etc.

Vid.: Antonio Caetano de Sousa, *História Genealógica*; Fr. Claudio da Conceição, *Gabinete Histórico*; J. Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Sciêntíficos*, t. I.

(1) Vid. Alvaro Neves, *Arquivos e Bibliotecas Portuguesas. Apontamentos Históricos*, 1915, págs. 34-36. Nêsse breve, mas interessante, trabalho figura a transcrição de diversas peças de expediente para a construção das instalações actuais e transferência das espécies para elas. É curioso, vêr entre as primeira peças um officio do chefe da secção das obras, onde ha uma passagem em que êste diz que tendo-lhe sido indicada — e muito bem — a aplicação do ferro a toda a construção da biblioteca, êle — e muito mal — adoptou a madeira, por ser aquella muito dispendiosa, e acrescenta: «sem que d'ahi resultassem vantagens que justificassem o emprego do ferro». Admirável simplicidade! Beatífica ingenuidade! Olímpica ignorância! Já nêsse tempo, especialmente na América e Alemanha, e um pouco menos na Itália e na França, o vigamento usado em tais construções era exclusivamente o ferro. Contudo, no nosso país ainda então um funcionário, naturalmente técnico, continuava, na construção duma biblioteca, a substituir o ferro pela madeira, pois *elê não via vantagens que justificassem o emprêgo do ferro*.

(2) Vid. a nossa ob. cit., págs. 8-11.

(3) Não sabemos se a cifra de 80.000 volumes que aqui indicamos está certa; pois é de tal modo variável o número de unidades atribuido ao recheio do depósito da Ajuda que se fica completamente desorientado a tal respeito, não-se sabendo por qual avaliação optar.

Assim, em 18 de Abril de 1911, o sr. Jordão de Freitas, funcionário dirigente dêsse depósito, escreve: «Ascende a 71:000 o número de volumes existentes nas diversas salas desta Biblioteca, cõsiderando-se como tais uma grande quantidade de pastas recheadas de folhetos».

No *Diário do Govêrno* de 2 de Fevereiro de 1912 aparece um decreto, em cujo primeiro *considerando* é êsse número de volumes avaliado em «cêrca de 80:000». E em 17 de Fevereiro de 1913, numa entrevista em

ria de música que caracterizam a rica Biblioteca da Ajuda». Pode, mesmo, dizer-se que o que mais valoriza essa biblioteca é a sua importantíssima secção de manuscritos que consta de 2:439 volumes, entre códices e pastas, enchendo grande parte da sala E, e contendo manuscritos sobre história, jurisprudência, filosofia, moral e religião (1). Devemos dizer que êsses manuscritos de história atingem, principalmente, os séculos xvii e xviii, bastando que se note que êsse período importantíssimo na história da nossa nacionalidade marca a época da dominação filipina, da restauração — com as suas campanhas militares e diplomáticas; das negociações secretas de D. João IV com Filipe IV de Espanha, depois da paz de Westphalia, para o casamento de D. Teodósio com a infanta de Espanha, negociações essas effectuadas pelo P.^e António Vieira. É também essa a época das nossas lutas coloniais contra os hespanhoes, holandezes, francezes e inglezes; é igualmente na 2.^a metade dêsse século que se dá a luta dos dois irmãos Afonso VI e Pedro II, a deposição do primeiro, o escandaloso divórcio da rainha D. Maria Francisca de Saboia, o casamento desta com o cunhado D. Pedro; e não se devem esquecer as lutas diplomáticas para a preponderância dos francezes e dos hespanhoes na côrta portuguesa.

«O século xviii é, àlém do século de D. João V — o nosso *rei-sol* —, com as suas questões de família, com as suas lutas diplomáticas quer motivadas pela nossa política externa, quer

O Século, diz o illustre escritor sr. dr. Júlio Dantas: «A biblioteca da côrte cedeu os seus duplicados, houve legados importantes; fizeram-se aquisições pelo bolso particular dos soberanos, e hoje, a biblioteca da Ajuda deve conter para cima de 150:000 volumes...».

Se os trabalhos de inventário estivessem mais ou menos em dia já então se saberia com relativa aproximação — se não certeza — o número de volumes. Passados mais de seis anos saber-se-á hoje com exactidão quantos volumes tem a Biblioteca da Ajuda? Oxalá que sim.

Vid. Alváro Neves, *Arquivos e Bibliotecas Portugueses*, 2.^a série, 1915, pág. 36.

(1) Entre os papeis dos estabelecimentos da Companhia de Jesus merecem citação especial os originaes das cartas dos missionários dessa ordem escritas da India e da China, e os livros da correspondência da casa professa de S. Roque.

devidas às insignificâncias da etiqueta, o grande século do governo do Marquês de Pombal. Enfim, o século XIX inicia-se pelo agitado episódio das invazões francezas, segue-se depois a conspiração de 1817 e a revolução de 1820, durando até 1851 as movimentadas e quási — constantes lutas civis. Como é lógico concluir a Biblioteca da Ajuda deve ter nos seus 2439 volumes de manuscritos peças preciosísimas que, neste momento, só por acaso poderão ser encontradas. O único catálogo que existe é o *topográfico* na qual os códices e pastas vão sendo descritas segundo a sua colocação nas estantes e prateleiras, devendo ainda notar-se que mesmo êste catálogo é defeituoso e incompleto por haver saltos, ficando alguns documentos por analisar⁽¹⁾.

«Falta, pois, fazer um catálogo por assuntos; mas como é da maior conveniência ir logo publicando os inventários, parece-nos que o melhor a fazer é conservar o actual catálogo topográfico e, em vez de se elaborar um catálogo sistemático ou ideográfico, fazer-se um inventário ou índice sumário, seguindo, como no catálogo topográfico, a ordem da colocação dos códices e pastas, colocando no fim de cada volume, ou de cada série de volumes dêsse inventário os *índices* ou *quadros* por assuntos, por nomes de pessoas, etc., e fazendo-se, por último, um só volume de índices remissivos por assuntos, nomes, localidades, etc.⁽²⁾»

(1) Faz pena ver o estado de abandono em que tem estado esta biblioteca no que respeita aos serviços de catalogação dos manuscritos, apesar de ter o seu pessoal privativo desde o director até aos continuos e serventes.

Em 1910, como obra comemorativa do centenário da Guerra Peninsular, appareceu o *Catálogo dos manuscritos da R. Biblioteca da Ajuda referentes à Guerra Peninsular*, por Cardoso de Betencourt, VII-94.

(2) Não desejavamos fechar êste assunto sem falar no caso dos 50:000 verbetes dos manuscritos. No tempo da monarquia o sr. Cardoso de Betencourt, consumado erudito, foi encarregado pela casa real de catalogar os manuscritos da Ajuda. No desempenho dessa missão chegou a redigir 50:000 verbetes. Com a proclamação da República, em outubro de 1910, deixaram, naturalmente, de ser abonados ao sr. Betencourt os 25\$000 que a casa real lhe dava mensalmente, e o trabalho cessou não só por isso, mas ainda porque, a Biblioteca teve de fechar devido ao arrolamento dos bens

e) Biblioteca Pública de Évora

A rica Biblioteca Pública de Évora, fundada em 1811 por Fr. Manuel do Cenáculo, então arcebispo de Évora, que logo a dotou com 33:244 volumes e muitas dezenas de manuscritos, tem sido sucessivamente acrescida nos seus *fundos* de livros e manuscritos pelas doações do seu fundador, e pelos núcleos do P.^e Facamelle, e ofertas da Academia das Ciências de Lisboa, do Morgado Mateus, de José Carlos Braga, de Costa Rivara, de João Joaquim Possas, além de diversas compras, legados, espólios, e incorporações mais ou menos valiosas, que davam em 1863, segundo os cálculos de Silvestre Ribeiro, um total de cerca de 25:000 obras, sem contar as provenientes dos conventos, 1:800 códices manuscritos, seis mil e tantas medalhas, etc., tudo isso hoje muito aumentados.

Tanto os seus antigos *fundos* de impressos como de manuscritos estão catalogados, havendo trabalhado no catálogo dos primeiros folhetos José Caetano Lopes da Cruz, o cônego Joaquim Machado e o padre J. da Estrêla Marques, sendo os verbêtes da letra dêste último. Quanto ao catálogo de manuscritos foi, como se sabe, publicado por Cunha Rivara e Teles de Matos, de 1850-1871, compreendendo 4 tomos, e vindo o último dêstes até à pág. 288. Mais tarde, em 1905, publicou o actual director dêsse estabelecimento, dr. Lopes da Silva,

da família real proscrita. Quando, mais tarde, foram levantados os sêlos, o juiz arrolador encontrou nas gavetas da catalogação os 50:000 verbêtes rasgados em quatro partes, mandando-os deitar fóra.

Fez-se então muito barulho nos jornais, houve várias entrevistas, e falou-se num processo criminal. Mas de tudo isso o que ficou de lamentávelmente certo e positivo foi a destruição dos 50:000 verbêtes que tanta falta ainda hoje estão fazendo aos investigadores.

O mais curioso é que se invocava que o sr. C. Betencourt tinha ganho 1:400\$00 por fazer os 50:000 verbêtes, à razão de 25\$00 por mês. Pois o official bibliografo, seguindo a modesta tabela fixada pelo decreto de 20 de Janeiro de 1912, e hoje muito melhorada, já custou ao país, dessa data para cá, muito mais de 3:500\$00 e os 50:000 verbêtes — nem coisa que com isso se pareça — ainda não foram refeitos, segundo consta. E isto sem falar no restante pessoal.

no *Boletim das Bibliotecas e Arquivos Nacionais*, um excelente *Catálogo metódico dos Reservados da Biblioteca Pública de Évora*.

Ultimamente recebeu essa Biblioteca importantes núcleos de manuscritos provenientes da provedoria e diocese de Évora, sendo 1:022 peças vindas dos mosteiros e conventos extintos, e 707 da provedoria, além dos livros de profissões, eleições, óbitos, capelas, priostados, tombos, de aforamentos e de despesas; livros dos cartórios paroquiais do distrito, o cartório do Cabido, os papeis da Mitra e da Câmara Eclesiástica, os cartórios notariais e paroquiais do distrito, e os processos crimes, cíveis e orfanológicos findos.

Pelo decreto n.º 2.859, de 29 de Novembro de 1916, era criado, anexo à Biblioteca, o Arquivo Distrital, como já deixámos dito, destinado a albergar os núcleos recém-incorporados, estando em andamento os serviços de catalogação (1).

f) Biblioteca Pública de Braga

Foi esta biblioteca criada nos termos da carta de lei de 8 de Julho de 1841, mas tal fundação só se tornou efectiva depois doutra carta de lei — a 2 de Dezembro de 1844. Os trabalhos de catalogação seguiam com alguma animação em fins de 1855. Com sorte vária continuaram ali os serviços, e tão vária ela tem sido, que ainda agora, passados quasi 80 anos, ainda os trabalhos de catalogação estão de tal modo atrasados que anualmente é distribuida a êsse estabelecimento uma verba para trabalhos extraordinários de catalogação. Ultimamente fizeram-se ali incorporações importantes, tornando-se necessário criar por decreto de 11 de Agosto de 1917 um arquivo distrital anexo à Biblioteca pública (2).

(1) Vêr, sobre êste assunto: sr. dr. Julio Dantas, *O Cartório do Cabido de Évora*; do mesmo, *Novas bibliotecas, novos arquivos*, In *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, respectivamente: vol. I, págs. 95-98; e vol. III, págs. 7-12.

(2) Acêrca da Biblioteca de Braga vêr: J. Silvestre Ribeiro, *Apontamentos Históricos sobre Bibliotecas Portuguesas*, 1914, págs. 80-83; Alvaro Neves, *Arquivos e Bibliotecas Portuguesas*, 1915, págs. 108-113. Sobre o Arquivo Distrital vêr: êste nosso trabalho a págs. 81 e 82; sr. dr. Julio Dan-

*

* *

Em 21 de outubro de 1916, tratando dos serviços de catalogação nos depósitos públicos dependentes da Repartição, e acêrca de uma proposta da Inspeção das Bibliotecas Eruditas, diziamos nós, informando superiormente:

«O nosso primeiro Arquivo quer pela cronologia da sua constituição, quer pela importância do seu recheio, isto é, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, está numa situação lastimável, vergonhosa mesmo, quanto à existência de catálogos dos seus corpos.

«Assim, a *Colecção das Gavetas*, constituída pelos pergaminhos do núcleo primitivo do Arquivo Nacional, tem um catálogo muito elementarmente organizado por Manuel da Maia em 1765 (1). Êsse catálogo necessita ser refeito sôbre novas bases e duma forma mais analítica, pois assim como está para nada serve, valendo aos estudiosos os 53 livros de transcrições de documentos.

«A importante *Colecção do Corpo Cronológico* tem estado completamente abandonada, sucedendo o mesmo às dezenas de maços das *Cartas missivas* (2). Da *Colecção do Bullarium*

tas, *Novas bibliotecas, novos arquivos*, in *Anais*, etc., vol. III, págs. 14-17. Acêrca do Arquivo do Cabido de Braga e da questão originada em torno das tentativas de incorporação pela Inspeção das Bibliotecas Eruditas, falaremos adiante com mais detença.

(1) Êsse catálogo está, por isso, — e justamente — longe de ser apreciado favoravelmente. Já um funcionário da Torre do Tombo, no tempo de D. Maria I, José Pedro de Miranda Rebelo, no seu *Extracto do R. Archivo da Torre do Tombo*, publicado em 1904, se referia muito desfavoravelmente, à arrumação e catalogação feitas por ordem de Manuel da Maia.

(2) A *Colecção do Corpo Cronológico* constante de 82:902 documentos, desde a sua organização por Manuel da Maia, em 1764, nunca esteve completamente sumariada, pois os índices só abrangiam as peças consideradas mais importantes. Ultimamente, o sr. D. José Pessanha, conhecido investigador e primeiro conservador da Torre do Tombo, começou a publicar nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos* os sumários dos documentos que até

estão apenas conhecidas as bulas, breves, e rescritos pontificios que veem publicados nos 14 volumes do *Corpo Diplomático Português, Relações com a Curia*.

«Das incorporações feitas por ocasião da extinção das ordens religiosas por Aguiar, entráram no Arquivo Nacional dezenas de milhares de documentos. Só na *Colecção das Bulas e Breves de Nuncios* figuram 2204 documentos; na riquíssima *Colecção dos diplomas*, que vão desde D. Tareja até D. Maria II, há 10:478 documentos e a colecção da mixelânea ocupa 108 caixas prefazendo as três colecções 186 caixas sem catálogos nem índices.

«A *Colecção de S. Vicente* tem um índice cronológico, faltando-lhe diversas fôlhas, sem que por aí se possa saber rapidamente o que contem algumas das suas 12 caixas.

«Na mesma Sala seguem-se 37 caixas com Pergaminhos importantísimos, que foram incorporados por Herculano, vindos da Sé de Coimbra, e das diversas colegiadas da mesma cidade, das Sés de Vizeu e do Pôrto, de Celas, Semide e Lorvão, da Mitra de Braga e da Fazenda da Universidade de Coimbra, etc. Alguns dêsses pergaminhos foram publicados nos *Portugaliae Monumenta Historia. Diplomata et Chartae*, mas das centenas restantes nada se pode saber porque não há catálogos.

«A colecção das Chancelarias que nas suas três secções; doações, privilégios e legitimações, contêm mais de 1:100 livros, colecção essa que começou a ser ordenada por Gomes Eannes de Azurara, tem os seus índices alfabéticos; mas o processo seguido na elaboração dêles entre 1704 e 1744 foi de tal modo defeituoso que já em 1740 Manuel da Maia o criticava com razão. O que se fez depois pouco melhorou o que de mau já se havia produzido.

«Os *Cartórios do Santo Officio*, que são da maior importância para o conhecimento da história da civilização portuguesa, e que vão desde o fim do século XVI até ao princípio do século XIX, estão completamente falhos de quaisquer

agora tinham sido excluídos da inventariação. Essa publicação começou no número dos *Anais* de Abril de 1915.

catálogos, inventários, índices ou registos. Desde 1825 que os doze mil processos de habilitações e os vinte mil (?) processos-crimes aguardam quem dêles cuide, inventariando-os e catalogando-os.

«A própria lista dos *processos apartados* do Santo Officio, onde figuram os do Padre António Vieira, Malagrida, Damião de Gois, Filinto Elisio e tantos outros, necessita ser revista, pois, por observação directa, sabemos que é deficiente — o que dificulta muito o trabalho dos investigadores (1).

«Muito mais teríamos que dizer. Porém, não estamos aqui fazendo um estudo descritivo do Arquivo Nacional. Se assim fosse muito teríamos que acrescentar acêrca dos péssimos e truncados índices e catálogos da *Intendência geral da policia*, da *Mesa da Consciência e Ordens*, do *Arquivo do Desembargo do Paço*, da *Mesa Censoria*, da *Casa do Infantado*, da *Casa das Rainhas*, da *pombalina*, *Junta do Comércio*, etc. etc.»

*

* *

Como se acaba de ver é deplorável a situação dos nossos arquivos e bibliotecas no ponto de vista da catalogação dos seus recheios (2). Ao passo que lá fóra os serviços de inventário e catalogação estão em dia, — sendo até norma seguida

(1) Não queremos deixar de aludir aqui aos estudos especiais do illustre director do Arquivo, sr. dr. Antonio Baião, sôbre os *Cartórios do Santo Officio*, tendo publicado diversos trabalhos acêrca da Inquisição. Também o mesmo funcionário tem trazido em publicação, nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, «os resumos de processo de habilitação para as ordens militares de Cristo, Aviz e Sant'Iago e de inquisições *de genere* para a entrada nos conventos de Santa Cruz, de Coimbra, e da Trindade de Lisboa».

(2) Referindo-se, também, ao estado dos nossos arquivos e bibliotecas do Estado, disse, cheio de razão, o sr. Anselmo Braamcamp Freire, em 1910, na *Crítica Histórica*, pág. 216:

«Quantos preciosísimos documentos não existem na Torre do Tombo com os quais só por acaso se pode dar? Que base tão firme e grandiosa para a historia vivida de Portugal se não encontra naquelles trinta e seis mil processos da Inquisição! Pois delles apenas existe uma lista alfabetica pelos nomes dos réos! Livros, pergaminhos, documentos varios de mostei-

hoje nos diversos depósitos a publicação anual dos inventários das *novas aquisições*, — nós temos fundos incorporados ha dezenas e centenas de anos sem que dêles haja catálogos convenientes —, e muito menos sem que os inventários se publiquem.

Assim, a Biblioteca Nacional de Paris publica todos os anos diversos catálogos e inventários, suplementos e repertórios quer dos fundos antigos quer das mais recentes aquisições. E não se imagine que êsse monumental depósito de muito mais de três milhões de espécies está a abarrotar de pessoal. Nada disso. É interessante ler o que a tal respeito diz o seu director, Henri Marcel, no relatório dirigido ao ministro da Instrução, ácerca dos serviços effectuados em 1910.

Depois de informar que já ha 20 anos era avaliado em cêrca de três milhões de volumes o recheio do monumental depósito da Rue Richelieu, e de notar o acréscimo anual que atinge uma média de 50.000 unidades⁽¹⁾, escreve:

«Or à ce flot montant des productions de toutes sortes de la librairie moderne, qu'il s'agit d'enregister, de cataloguer, et de communiquer à un public dont les legitimes exigences augmentent dans les mêmes proportions, quel moyen d'action avons nous pu opposer?» Mais adiante, continúa:

«Après les ameliorations introduites dans le service des communications et dans la publication des bulletins mensuels, que j'ai eu l'honneur de vous signaler dans mes précédents rapports d'autres réformes s'imposent, qu'il parait impossible

ros e igrejas, para lá estão metidos em quartos, sem se saber o que contem!

«Colecções existem catalogadas; mas de que servem esses catalogos, se alguns não são de confiança, outros faltos de dizeres, e nenhum impresso, todos aferrolhados lá no arquivo? Havendo catalogos bem feitos e impressos, poderia o estudioso em sua casa apontar os documentos que lhe conviria examinar, e só teria na Torre de os pedir e estudar. Numa semana, num mês, conseguiria coligir documentos, que pela forma como elles agora jazem, se arrisca a não encontrar nem em cincoenta anos de buscas, porque necessita muita vez de um favoravel acaso».

(1) A Biblioteca Real de Berlim tem, entre manuscritos e impressos, 1.114.900 de volumes, sem contar as cartas e a coleção de música, perfazendo tudo, com 41.518 manuscritos, a totalidade de 1.401.916 espécies.

de réaliser quand on songe que le nombre de nos fonctionnaires et agents n'a presque pas varié depuis plus de vingt cinq ans, quand on songe surtout que les locaux, affectés à des collections qui s'accroissent dans les proportions que je viens d'indiquer, sont demeurés les mêmes depuis près de onze ans⁽¹⁾».

Porém, apesar dessa falta de pessoal, limitado mas competentíssimo — como tivemos ocasião de apreciar em 1914 —, só em 1909-1910 o trabalho de catalogação de impressos foi enorme. Assim, foram publicados os tomos XLII-XLV (Dripp-Dur) do catálogo geral dos impressos e o catálogo dos actos reais — tomo 1, *Das origens até à morte de Henrique IV*. Apareceram autografados os seguintes: Catálogo metódico da história da América, tomo v, págs. 40 a 360; Catálogo das obras anónimas da história de França, 2.^a série; Catálogo dos *factuns*; Catálogo de moedas antigas tomo 1, seguindo-se logo o tomo II; Relatório alfabético dos livros postos à disposição dos leitores na sala de trabalhos de impressos com 316 páginas; o Catálogo por matérias, começado em 1908-1909 atingiu a letra D, com 30.000 verbêtes; o catálogo de todos os periódicos franceses e estrangeiros continuou a avançar.

Além de todos êsses catálogos e inventários de impressos também foi grande a laboração no departamento dos manuscritos. Assim, neste apareceram: o 7.^o fascículo do Catálogo dos livros chineses; o Catálogo dos manuscritos tihetanos, 3.^a parte; Catálogo dos manuscritos indus, fascículo 3.^o; Catálogo dos manuscritos persas, tomo II; Catálogo dos manuscritos árabes, persas e turcos, suplemento até 1910; Catálogo dos manuscritos das novas aquisições do *fundo* francês e latino; Repertório dos manuscritos latinos e francêses das novas aquisições; Catálogo da colecção Baluze; Catálogo da colecção de Melanges de Colbert; Catálogo da colecção Dupuy, t. III, fim; Quadro geral das Correspondências originais e autógrafas da secção de manuscritos. Também, na secção de Gravuras, publicou-se o t. II do Catálogo da colecção de Vinck.

É, pois, natural que uma biblioteca que apresenta tão grande

(1) Este relatório do administrador da Biblioteca Nacional de Paris foi publicado na *Revue des Bibliothèques*, t. XXI, 1911, pág. 74.

actividade no que um estabelecimento de tal índole tem de essencial, de primacial — os trabalhos de incorporação e de catalogação, — considere insuficientes as suas verbas, as suas instalações e o seu pessoal.

Depois ha que atender aos serviços da leitura diária. Se do *bureau* para dentro a actividade dos bibliotecários manifesta-se, como já vimos, pelo número de espécies entradas e catalogadas anualmente, e pelos inventários e catálogos publicados, dá teia para fóra a azáfama do restante pessoal não é menor para servir a numerosíssima clientela que todos os dias invade as salas de trabalho e a pública de grande massiço imóvel da Rua Richelieu.

Assim, a sala de trabalhos dessa Biblioteca foi em 1911, frequentada por 183.326 leitores que consultaram 588.040 volumes, tendo a sala pública sido visitada por 39.807 leitores que pediram 160.000 volumes. Em 1912, a sala de trabalhos via o seu público subir a 193.451 leitores que requisitaram 565.161 volumes, e a pública era procurada por 45.911 pessoas que solicitaram 49.506 espécies.

Entretanto, a obra de catalogação continuava ininterruptamente. Sabemos já como ela foi grande em 1910, vamos vêr qual foi a sua importância em 1911. Nêsse ano apareceram: o *Boletim* das recentes publicações contendo 11.253 artigos; o *Boletim* de publicações estrangeiras compreendendo 7.601 números; o *Catálogo* das dissertações académicas que no ano lectivo de 1910-1911 preencheu 4.928 artigos.

Quanto aos *Catálogos* elaboraram-se os seguintes: *Catálogo* geral dos impressos — foram publicados os ts. XLXVI-XLIX (Fut-Dta); *Catálogo* metódico de história da América — appareceu, autografado, o fim do t. v, pág. 361 a 511; *Catálogo* metódico da história da Oceania — appareceu, autografado, de 1 a 173, acabando. Continuando a publicação dos catálogos e índices em via de impressão e iniciando-se a de outros *fundos*.

Mas não são só as bibliotecas monumentais das grandes nações que nos apresentam essa enorme febre de actividade; o mesmo progresso se nota nas bibliotecas e arquivos das nações médias como a Espanha, e das mais pequenas como a

Bélgica, a Holanda e a Suíça⁽¹⁾. Só em Portugal os arquivos e bibliotecas eruditas dependentes do Ministério de Instrução se encontram no estado em que acabamos de ver.

Mas, não são apenas os depósitos dependentes da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos que ou não teem catálogos, ou se os teem são antiquados, e, se bem feitos, não estão publicados. Peor, ainda, é, por vezes, o estado em que se encontram muitos outros estabelecimentos congêneres extranhos a essa Inspeção e a esta Repartição, como, a seguir, vamos a vêr.

CAPÍTULO V

Os serviços de catalogação em outros Arquivos e Bibliotecas Eruditas

1. — Arquivo Geral do Ministério da Guerra

O actual Arquivo Geral do Ministério da Guerra instalado a Santa Clara teve, ao que parece, a sua origem moderna no Arquivo chamado «*do Pateo das Vacas*». O deputado Franzini referindo-se na sessão parlamentar de 4 de Fevereiro de 1823, a êsse *Arquivo Militar* descreve-o como um armazem central ou depósito onde se guardavam todos os trabalhos e estudos manuscritos ou impressos relativos à geografia e topografia do país, às fortificações, à estatística, e aos acontecimentos militares passados.

O seu recheio era já então precioso, pois êle remontava à criação do *conselho de guerra*, que teve logar pelo decreto de 11 de Dezembro de 1640. Os serviços dêsse *conselho* foram regulamentados pelo alvará de 22 de Dezembro de 1643, e por êle continuaram a correr todos os serviços militares do país

(1) Acêrca das bibliotecas e arquivos em Espanha, deve aparecer, muito brevemente, um desenvolvido estudo sôbre: *As Sciências Históricas em Espanha*, onde trataremos, com bastante detalhé, de tais serviços, devendo desde já dizer que êles se encontram magnificamente montados, produzindo muito, e muito bem.

até 1736, tendo D. João V, pelo alvará de 28 de julho desse ano, criado a secretaría dos negócios estrangeiros e da guerra pela qual passaram a correr todos os assuntos de caracter diplomático e militar.

Se nos lembrarmos que é esse o periodo das guerras da Restauração, que vai, especialmente, desde 9 de Junho de 1641 — dia em que no Alemtejo se trocaram os primeiros tiros entre tropas portuguezas e espanholas — até à paz, de 13 de Fevereiro de 1668, com a Espanha, passando por Montijo, Linhas d'Elvas, Ameixial e Montes-Claros; se nos recordarmos, também, que desde Março de 1704 até à paz de Utrecht, de 6 de Fevereiro de 1713, voltámos a estar envolvidos em guerra com a Espanha, guerra que recrudesceu em 1764, para se seguir logo a paz; e que de 1793 a 96 fomos aliadõs de Espanha contra a França na célebre campanha do Roussillon; se nos lembrarmos, ainda, que em 1801 lá estavamos de novo às turras com a Espanha numa guerra desastrosa para nós e desairosa para ela, e que, de 1807 a 1814, voltámos a estar em guerra com a França e Espanha — a principio, depois, aliados da Espanha contra Napoleão; enfim, se atentarmos nos trinta anos de lutas liberais que ensanguentaram tristemente o principio do periodo constitucional, facil é concluir como seria importante o arquivo desse *Conselho de guerra*, se as quasi-constantas hemorragias documentais o não tivessem feito perder muita coisa durante os dois séculos da sua existência, isto é, até à sua extinção em 1 de Julho de 1834.

Efectivamente, o incêndio que se seguiu ao terramoto de 1755, atingiu gravemente o recheio do arquivo militar, tendo este de mudar de instalação, e sendo transferido do largo do Paço para o chamado *Pateo das Vacas*, ao principio da calçada da Ajuda.

Depois, surgem os diversos acontecimentos políticos, as guerras com o estrangeiro, as invasões francesas e a occupação de Junot, etc., e, finalmente, a revolução de 1820 e os solavancos políticos seus succedaneos, que devem ter atingido, mais ou menos gravemente, os núcleos desse depósito (1).

(1) As invasões francesas causaram grandes prejuizos nos arquivos

Assim, em 1820, a Secretaria de Estado mixta dos estrangeiros e da guerra é dividida, depois da revolução, estabelecendo-se as duas, já autónomas, no *Palácio da Regência*, ao Rocio, ficando, porém, os seus arquivos ainda no Páteo das Vacas, por no *Palácio* não haver para elle instalações convenientes. Vejamos agora o que sôbre a história do Arquivo Militar escreve; em 1863, o barão de Wiederhold:

«Desta separação é que data o transtorno de ter a secretaria da guerra o seu archivo geral a mais de uma legua de distancia, de sorte, que desde esta epoca em diante a referida secretaria foi obrigada a ter dois archivos, o denominado velho, que continuou no sitio da Ajuda, e o moderno que se ia formando na propria secretaria.

«Mais tarde, por ocasião do restalecimento do governo da rainha a sr.^a D. Maria II no anno de 1833, se começou nova e, oca, e com esta, novo archivo, determinando-se que o denominado moderno, contendo os papeis de 1820 e até ao anno de 1833, se reunisse ao antigo archivo geral ainda existente no pateo das Vaccas; realisando-se alem da junção d'estes dois archivos a do archivo da secretaria da guerra dos annos de 1832 e 1833, durante o cerco do Porto, a do muito valioso archivo do conselho de guerra, que data a sua criação em 1640, até á extinção do mesmo conselho em 1834; e igualmente os das inspecções geraes das armas de infantaria e de cavallaria tambem então extinctas, sem que por essa occasião se houvesse destinado o pessoal competente, para cuidar do arranjo e boa ordem de documentos tão importantes.

«Por estes motivos sobreveio-lhe inevitavel confusão e a desordem facilitando-se-lhe assim a descaminhos notaveis. Acontecimentos recentes obrigaram ainda a novas mudanças, estabelecendo-se os archivos velhos em algumas das salas do

peninsulares quere pelo que foi extorquido official e particularmente pelos invasores e quasi nada restituído depois, — quere pelo que foi destruído. Um, entre muitos outros exemplos, nos é fornecido pelo que succedeu com os arquivos dos freires de Alcantara que forneceram o papel necessário para os cartuchos das tropas de Junot na primeira invasão. Vêr: Christovam Ayres, *Historia do Exercito*, vol. xii; *Diario de Junot*, Introdução, pág. xlii.

paço da Ajuda, e depois no edificio do jardim botânico, dependências d'aquelle palacio; sendo presumivel que as buscas e a reparação a que hoje se ha procedido, separando documentos para sobre elles se escrever a historia militar da parte que coube ao nosso exercito na guerra peninsular desde 1809 a 1814, tenha contribuido para aggravar a classificação necessaria, sendo removidos para a escola do exercito todos os livros, e elementos que deve consultar o official incumbido de escrever a mencionada historia (1).»

Mais tarde, em 28 de Agosto de 1860, eram encarregados dois empregados do Ministério dos Estrangeiros de separarem, no arquivo mixto da antiga Secretaria dos Estrangeiros e da Guerra, todos os papeis e livros de carácter diplomático para passarem a constituir o *fundo* da diferenciada Secretaria dos Estrangeiros, devendo êsses empregados apresentarem relatório. Isso fizeram, e nêle dizem que por êsse tempo o arquivo occupava oito salas de diverso comprimento, do pavimento inferior do palácio da Ajuda, para onde havia sido mudado em 1845. Falam da espantosa acumulação de papeis, da forma confusa como tudo estava disposto — o que tornava de todo inútil os antigos indices e catálogos, pois êstes reportavam-se a uma arrumação que já não existia.

Já então muitos papeis de natureza diplomática foram encontrados, pois quando se dividiram as Secretarias tinham sido separados os respêtivos arquivos. Entretanto, ainda foi importante a colheita de documentos, códices e pastas com documentos de carácter diplomático.

Efêtivamente, devia ser importante o arquivo dêsse *Conselho* que tinha cerca de dois séculos de existência, pois só os seus registos ascendiam a duzentos volumes, devendo ainda citar-se o arquivo da Junta dos Três Estados, extinta em 1813, cerca de 19 pastas de papeis do Estado do Secretário Diogo de Mendonça Côrte Real, e mais 90 pastas de documentos

(1) Barão de Wiederhold, *Crisé do Exército Portuguez no anno de 1801, e sua organisação em 19 de maio de 1806*, In *Revista Militar*, de 1863, págs. 351 e 352.

sôbre negócios da guerra, que tinham estado em poder do desembargador Inácio de Souza Xavier de Souza Pizarro⁽¹⁾.

José Silvestre Ribeiro, falando da importância dessa magnífica documentação diz: «que os documentos do extincto conselho de guerra são da maior importancia para a historia militar e politica de Portugal, e allumiam grandemente acontecimentos de epocas memoraveis, bem como proporcionam subsidios para a biographia de generaes e officiaes do exercito». E, acrescenta logo: «É, porem doloroso o considerar-se a desordem, a confusão e o extravio ou a perda de documentos de tão rico depósito, occasionadas pela falta de cuidados de conservação, por mudanças de local, e por outros motivos⁽²⁾».

Também, o zelosissimo Claudio Chaby, falando da desorganização do velho arquivo, dizia em 1868: «É preciso que declare, que em todas as collecções de todas as especies de documentos de que trato, está interrompida a regularidade das series, pela falta dos correspondentes a varios periodos ou annos; circumstancia que, além de outras causas, supponho em grande parte devido ás mudanças que d'este ainda importante archivo, em poucos annos se teem repetido de uns para outros logares; mudanças em que só se ha attendido ao despejo dos edificios pelo mesmo archivõ occupados, com esquecimento completo e criminoso, dizia, se para tanto fôra auctorizado, do emprego de adequados meios por toda a parte em taes casos racionalmente empregados». E, continúa: «A pressa e sempre á ultima hora, teem sido mandadas effectuar aquellas mudanças, em termos peremptorios, quasi apenas de horas, e sem as indispensaveis prevenções para a conservação de ordem e para a dos proprios documentos⁽³⁾».

Não admira, pois, que toda essa desorganização viesse fazer

(1) Vid. *Relatorio do ministerio dos negocios estrangeiros apresentado ás Côrtes na sessão ordinaria que teve principio em 4 de novembro de 1860*. Aí encontra-se o relatório dos dois funcionários do ministério dos estrangeiros, Rodrigo José de Lima Felner e Jorge Cesar de Figanière, encarregados de separar os papeis de natureza diplomática dos de character militar.

(2) José Silvestre Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos scientificos*, t. III, pág. 21.

(3) Claudio Chaby, *Relatorio de 1568 ao ministro da guerra*.

perder ao arquivo militar muita documentação importante. A esse respeito volta o mesmo investigador, Claudio Chaby, a referir:

«Muito poderia dizer-se sobre o estado miserando a que por varias causas já indicadas, chegou tambem o ainda hoje importante e outr'ora importantissimo *archivo geral do ministerio da guerra*, vulgarmente conhecido pela denominação de *arquivo do Pateo das Vacas*. Larga teria de ser a analyse de muitos factos e, sob differentes aspectos, pungentissimas as considerações pelos mesmos factos suscitados (1)».

Se Claudio Chaby em vez de escrever em 1869 fôsse ainda vivo, teria novamente hoje toda a razão para escrever o mesmo, pois as coisas em nada se modificaram... senão para peor.

É exacto o que êle afirma, e tambem concordamos com o que êle escreve quando diz: «É nossa opinião humilde, que ao ministerio da guerra, por bastas razões de immediata utilidade umas, outras de certo brio e conveniente decoro, cumpria manter em estado perfeito de muito zelada conservação e de segurança, em ponto apropriadamente localisado, aquella parte do competente *archivo geral*».

Não ha dúvida que esse arquivo tem a sua instalação propria — que de resto está muito longe de ser a apropriada — num amplo edificio do Campo de Santa Clara; mas quanto a *conservação* no sentido que a arquivo-economia liga a esta palavra, considerando-a como sinónima de *arrumação e catalogação*, tudo está ali por fazer.

Assim, se o *arquivo militar*, estava no tempo de Chaby em «deploraveis circumstancias», de então para cá estas cada vez mais deploráveis se tornaram, pois à medida que o tempo para ali vai carreando novas ondas de papelada o depósito vai crescendo, e com êle o caos.

É certo que os «documentos do *archivo geral do ministerio da guerra*» não se encontram hoje «pelas ruas do bairro de Belem, feitos pedaços uns, outros inteiros, rojando impellidos pela acção do vento ante os pés dos transeuntes», e parece não

(1) Claudio Chaby, *Synopse dos decretos remetidos ao extincto Conselho de Guerra*. Preliminares do 1.º vol., pág. ix.

«entrarem pelas casas dos habitantes envolvendo generos comprados nas mercearias e em outras lojas». Porêem, quanto ao resto: à elaboração de inventários analíticos ou, sequer, sumários; à publicação dos índices dos maços, das pastas e caixas; à publicação anotada e prefaciada dos manuscritos que mais interessam à história geral, e especialmente, à história militar, nada, absolutamente nada, se tem feito.

Porêem, ao passo que Claudio Chaby recomendava, como remédio, a transferência dos núcleos antigos para a Torre do Tombo, nós entendemos que tal mutação de lugar nada resolve. Na verdade, se êsses documentos não teem sido inventariados nem catalogados nas actuais instalações do Arquivo militar, não o seriam mais depressa quando incorporados na Torre do Tombo, pois os funcionários dêste arquivo já teem ali sufficiente objecto de estudo para dezenas — iamos a dizer centenas — de anos de trabalho, a continuarem as coisas com a morosidade com que até agora se teem arrastado.

A solução verdadeira, — e a única produtiva, — consiste em colocar nos chamados arquivos gerais do Ministério da Guerra pessoal idóneo, competente e zeloso, isto é: bem seleccionado e bem pago. Continuar a considerar aquêle tão complexo e delicado organismo com qualquer outro estabelecimento militar, é persistir num êrro muito prejudicial ao bom nome do país, e é contribuir para dificultar, ou, melhor ainda, para impossibilitar o estudo dos elementos essenciaes, imprescindiveis, para o conhecimento fundamentado da nossa história militar e política dos séculos XVIII e XIX.

Mas, não são só os Arquivos militares de Santa Clara que estão desorganizados, também os das antigas Direcções gerais de engenharia e artilharia estão, ao que nos informam, desordenados, caóticos, tornando-se, quasi, inteiramente, inúteis como campos de investigação.

É absolutamente lamentável que tal suceda, e não prevêmos quando tal estado de coisas termine, nem quando se cuidará, com amôr, com dedicação, com intelligência, com honestidade, e com *ideal* em melhorar tão importantes serviços, não esquecendo nunca: *que Portugal é o unico país civilizado do mundo onde os arquivos e bibliotecas do Estado apresentam o deplo-*

rável espectáculo que temos visto de desorganização e de falta de catálogos e índices (1).

2. — A Biblioteca da Escola de Guerra

Depois de tantas coisas desagradáveis que o mais comedido amor à verdade nos tem forçado a relatar com muita moderação, tenuidade e bastante optimismo, acêrca do triste estado em que se encontram os nossos arquivos e bibliotecas, é sumamente agradável ter o ensejo de falar dum estabelecimento modelar, como é a Biblioteca da Escola de Guerra.

Contrastando em absoluto com o que succede em outros estabelecimentos similares, na Biblioteca da Escola de Guerra tudo é ordem, método, organização, sistema e disciplina. É ella um dos melhores depósitos bibliacos de Lisboa, e, ao contrário do que poderia supôr-se, ali existem importantes núcleos de obras não só acêrca das sciências militares propriamente ditas, como ainda sôbre a geografia, a história, o direito, a sociologia, a psicologia, a pedagogia, as sciências filológicas, a arte, e a filosofia (2). A ordenação é admirável, o sistema de

(1) Acêrca do *Arquivo Geral do Ministério da Guerra*, vêr um excelente artigo do distinto historiador e illustre academico, sr. Christovam Ayres com o título — *Bibliothecas e Arquivos*, publicado no *Diário de Noticias*, de 1 de Junho de 1911, e reimpresso mais tarde no *Boletim Bibliográfico da Academia das Sciências de Lisboa*.

(2) A actual Biblioteca da Escola de Guerra teve a sua origem no núcleo de obras proveniente da primitiva *Academia real de fortificação, artilharia e desenho*. Foi esta escola criada pela carta de lei de 22 de Janeiro de 1790, se bem que a primeira aula de fortificação fôsse instituida já em 1647 — em pleno período das campanhas da Restauração, — e criadas outras em 20 de Julho de 1701.

Em 1837 surge a Escola do Exército fornecendo a instrução especialisada e complementar da cultura geral das sciências matemáticas e físico-químicas ministrada na Escola Politécnica — então recém-criada.

A princípio o número de obras era insignificante não só porque a litteratura militar era pequena, como porque a dotação para as aquisições não existia a maior parte das vezes, e em caso afirmativo era muito limitada.

Em 1839 a nova Escola do Exército pediu e obteve que muitas obras provenientes dos antigos conventos extintos lhe fossem distribuidas, sendo esse concurso valioso. Quando se chega a 1883, a 1 de Janeiro, havia na

trabalho é modelar. E tão bem aquela máquina se move, em silêncio, sem paragens nem estremeções, e com a mais exacta pontualidade e continuidade, que nós que estamos de fóra temos a impressão que os livros, por um estranho, e inimitado automatismo, se registam, se catalogam e se arrumam a si próprios. Mas, que ali se trabalha, e se trabalha a valer, vê-se bem pelos cinco volumes dos catálogos publicados.

Essa Biblioteca é uma das pouquíssimas no nosso país que teem completamente em dia a catalogação dos seus recheios. Tem ainda êsse estabelecimento publicado os catálogos das suas espécies até 30 de Junho de 1916, com as respectivas cótas, preenchendo cinco grossos volumes.

Como já dissemos, são cinco os volumes publicados do catálogo, sendo quatro do catálogo sistemático ou por matérias, e um de catálogo alfabético por nomes de autores. O processo seguido na elaboração do catálogo sistemático vem exposto na *Advertência* com que abre o 1.º volume. Aí se diz, em resumo, que existindo na biblioteca muitas obras que não tratam de sciências militares, necessário era criar, para efeitos da classificação no catálogo sistemático, diversas secções por onde as obras fôsseem distribuidas segundo as matérias que versassem. Como, porêem, êsses núcleos não eram tão diversos como os das grandes bibliotecas centrais, não permitindo, por isso, as extensas classificações em uso para tais estabelecimentos, «julgou-se conveniente adotar — diz a *Advertência* — uma clas-

Biblioteca 9:001 obras e ao findar o ano mais 41, sendo em 1884 aumentada de 118, em 1885 de 165, em 1886 de 153, em 1887 de 112, em 1893 de 227, em 1894 de 333, em 1898 de 452, em 1899 de 500 e tendo, ao fechar o ano de 1908, 14:421, o que feitas as contas dá um acréscimo médio anual de 208 obras e um total de 60:000 volumes em 1909.

Nesta pálida noticia sôbre a evolução dessa biblioteca não desejamos omitir dois nomes que muito contribuíram para o seu progresso: o barão de Wiederhold e o marquês de Sá da Bandeira.

Vêr: José Silvestre Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Literarios e Artísticos*, t. II, págs. 27-32; 369-374; t. V, 218-220; t. VI, 196-198; t. VII, 91-105; t. XII, 135-162; F. B. Garção Stockler, *Ensaio sobre as origens e progressos das mathematicas em Portugal*; Francisco Augusto de Magalhães, *Noticia Sumaria da Biblioteca da Escola do Exercito*, in *Catálogo Alfabético das Obras dessa Biblioteca*, págs. 597-598.

sificação própria, satisfazendo quanto possível a duas condições fundamentais: incluir a totalidade dos livros em um número relativamente pequeno de secções; distinguir por sub-divisões adequadas, dentro de cada secção, os livros que se ocuparem da mesma matéria ou de matérias intimamente ligadas entre si por motivos de semelhança ou analogia » (1).

As secções em que está dividido o catálogo são dez: 1.^a contem: Enciclopédias, jornais e bibliografias; 2.^a consta das sciências históricas, sociais e filosóficas, e diz respeito às sciências geográficas e históricas, às sciências sociais, direito e legislação, filosofia, jornais e publicações periódicas e diversos; a 3.^a secção trata das sciências matemáticas e fisico-químicas; a 4.^a das sciências naturais e médicas; a 5.^a das sciências militares: sciência e arte militares, geografia e história militares, marinha e colónias, jornais e publicações periódicas, e diversos; 6.^a das sciências applicadas às indústrias e à engenharia; 7.^a da linguística, filologia e literatura; 8.^a belas-artes; 9.^a educação e exercícios físicos; 10.^a secção para a *vária* (2).

É talvez discutivel em biblioteconomia — e o que não é discutivel neste mundo? — a classificação seguida, mas o facto é que êsse critério, êsse ponto de vista, seguido com uma continuidade e um método admiráveis tem produzido os quatro excelentes volumes do catálogo sistemático já publicados. Tratam os três primeiros volumes dessa série das obras existentes na Biblioteca até 31 de Dezembro de 1900, tendo o primeiro volume apparecido em 1903, e compreendendo as obras até a 4.^a secção — sciências médicas; o segundo volume foi publi-

(1) Antes dos actuais catálogos houve um muito antigo, alfabético em verbetes manuscritos, vindo depois a formar-se um catálogo metódico, por matérias, também manuscrito, em verbetes. Mais tarde, em 1859, publicou-se o *Catalogo alphabetico em ordem e autores das obras que possui a biblioteca da escola do exercito até 31 de março de 1859*. É depois dêste que surge, em 1903, o primeiro volume da actual série.

(2) As bases para o catálogo sistemático e a classificação das secções foram estudadas, discutidas e aprovadas pelo Conselho de Instrução, da Escola, sendo elaboradas por uma comissão constituída por: J. N. Raposo Botelho, J. S. Pereira dos Santos, Victorino Cesar, Fernando da Costa Mage, J. Nunes Gonçalves, J. J. Mendes Leal e Alberto Botelho.

cado em 1904, e contem só as obras relativas às sciências, história e geografia militares; e o terceiro, publicado em 1905, consta das obras da 6.^a à 10.^a secções, contendo ainda o *Suplemento I* com as obras entradas desde 1 de Janeiro de 1901 até 30 de Junho de 1905. Em 1909 aparece o grosso volume, de 698 páginas, do *Catálogo Alfabético das Obras existentes na Biblioteca até Janeiro de 1908*; e em 1917 publica-se o *Suplemento II do Catálogo sistemático da Biblioteca*, contendo as obras entradas desde 1 de Julho de 1905 até 30 de Junho de 1916.

Além dêstes ainda foram elaborados dois catálogos especiais: o de *manuscritos*, organizado em 1895, e que está em verbetes manuscritos; e o das *obras relativas à guerra peninsular*, que foi primitivamente litografado, e depois impresso em 1908, por ocasião da comemoração do centenário dessa importante guerra contra os exércitos napoleónicos.

Como acabamos de ver, esta biblioteca realiza completamente a sua função não de simples armazem de livros, mas de utilissimo órgão de informação bibliográfica — o que consegue pela publicação dos seus excelentes catálogos. Na verdade, êstes — especialmente, os sistemáticos não só são imprescindíveis elementos para a leitura nessa biblioteca, como ainda constituem optimos repertórios de bibliografias especializadas de sciências geográficas, históricas, militares, e outras.

Porém, seria incomensurável injustiça omitir neste lugar o nome do sr. major Francisco Augusto de Magalhães, distinto official dessa Biblioteca e a pessoa a quem se deve essa magnifica obra de catalogação. Aqui lembro e realço o nome dêsse tão illustre como modesto official, não só para sua honra como ainda porque esta referência especial representa um acto de inteira justiça, e — oxalá! — ela sirva para incentivo de outros que lhe queiram seguir o belo exemplo de tenacidade, persistência, inexcedível zêlo e bom método. Se em cada um dos nossos arquivos e bibliotecas houvesse um funcionário daquela tempera a complexa e grave questão da catalogação das espécies dos nossos depósitos públicos estaria a estas horas inteiramente resolvida com grande prestigio para o juiz e enorme utilidade para o progresso dos estudos históricos entre nós.

3. — Arquivos históricos do Ministério dos Estrangeiros

Os arquivos dos Ministérios, na generalidade, deixam bastante a desejar, começando logo pelas instalações que são, quasi sempre impróprias, estando os depósitos distribuidos por corredôres e salas que servem a outros serviços. Porém, se os arquivos das outras Secretariás são recentes, e tem uma importância limitadamente administrativa com o arquivo do Ministério dos Estrangeiros tal não se dá; primeiro, pelo seu *fundo* que é muito antigo — vindo desde os fins do século XVII; segundo, pela importância histórica que apresentam os papeis ali existentes.

Efectivamente, no Arquivo do Ministério dos Estrangeiros o *fundo* antigo é importantissimo, bastando notar que as Caixas n.º 1 dos Papeis da Legação de Portugal em Paris, contêm manuscritos de 1668 a 1759; a 1.ª Caixa da nossa legação em Vienna, tem papeis desde 1759 a 1761; a Caixa A da nossa legação em Madrid vai de 1746 a 1751; a Caixa A da legação em Londres vai de 1725 a 1748; e a Caixa n.º 1 da nossa legação na Haya compreende papeis desde 1710 a 1752.

Acêrca da importância histórica do arquivo dêsse Ministério que começou a existir em 28 de Julho de 1736 — data do alvará criando a Secretaria de Estado dos Estrangeiros — já nós escrevemos o suficiente para se concluir quanto conviria organizar tão rico depósito⁽¹⁾.

(1) Vêr os nossos trabalhos: *Da Importancia dos documentos diplomaticos em Historia*; *Gomes Freire na Russia*; *As Impressões de um Diplomata Portuguez na Corte de Berlim*.

A primeira dessas obras é, cômó o seu título indica, um estudo de character geral seguido duma breve descrição de alguns arquivos diplomaticos tanto estrangeiros cômó nacionais, entrando nêste número o do nosso Ministério dos Estrangeiros.

No *Gomes Freire na Russia* utilizamos largamente a correspondência dos representantes de Portugal na Russia e na Austria, desde 1786 a 1792, fazendo diversas transcrições dêsses officios. Na nossa obra recenté *As Impressões de um Diplomata Portuguez na Corte de Berlim* publicámos quarenta e quatro officios do primeiro ministro que tivemos na côrte da Prussia,

Logo que começámos a fazer investigações nêsse Arquivo ficámos maravilhados da riqueza dos seus *fundos* históricos não só para um sólido estudo das relações de Portugal com as outras nações como ainda para o conhecimento imparcial, completo e profundo da vida política e diplomática dos períodos moderno e contemporâneo.

Numa comunicação efectuada em Maio de 1916 à Academia de Ciências de Portugal nós salientámos o valor de tão importante núcleo documental. Em vista disso a Academia lembrou ao sr. ministro dos Estrangeiros a conveniencia de ser reorganizado tão valioso arquivo. O sr. dr. Augusto Soares, que então geria essa pasta, vendo com sagacidade e intelligência sumas o valor de tal alvitre, immediatamente com êle concordou inteiramente, e como ia entrar em discussão na Câmara dos Deputados uma proposta de lei remodelando alguns serviços dêsse Ministério ficou logo resolvido que ali entrasse uma disposição sôbre a reforma do arquivo. Quando estava em discussão essa proposta surgiu a revolução de 5 de Dezembro, e não mais se tratou do assunto.

Recentemente, dá-se o temeroso incêndio que destruiu uma grande parte da ala nascente do Terreiro do Paço e poz em grave risco êsses magníficos arquivos que ainda então se conservavam nas suas antigas instalações. Logo surgiu, de novo, o problema da valorisação dêsse magnífico núcleo documental, pois se o incêndio avançasse mais um pouco para o lado da rua da Prata, a destruição de tal arquivo seria infalível e a sua perda irremediável — o que já não sucederia tanto se estivessem publicados os papeis — pelo menos os mais importantes — de tão valioso depósito.

Logo após o incêndio a Academia considerou urgente occupar-se do assunto encarregando-nos de elaborar e redigir um projecto de lei remodelando o serviço dos Arquivos dos Estrangeiros.

Satisfeito por nós o encargo, a 5 de abril do corrente ano

J. Alexandre de Sousa e Holstein, além de muitas citações e algumas transcrições que fazemos dos comunicados dos representantes de Portugal em Vienna, Petersburgo, Londres e Haya.

de 1919 era enviado ao sr. ministro dos Estrangeiros — o sr. dr. Xavier da Silva — o projecto dum decreto-lei, convenientemente articulado e precedido dos competentes *considerandos*, e acompanhado de um officio assinado pelo sábio e venerando presidente dessa Academia, sr. dr. Teófilo Braga.

Como o assunto é interessante, pois tem uma importância de character geral que muito intimamente se relaciona com o progresso dos estudos históricos entre nós, e até com o bom nome do nosso país, e porque implica responsabilidades que devem ir a quem cabem, vamos aqui transcrever alguns trechos do citado officio e, na integra, o projecto do decreto. No officio diz o sr. dr. Teófilo Braga:

«O recente incêndio do Terreiro do Paço, que poz em grande perigo os magníficos arquivos do Ministério dos Estrangeiros — onde ha valiosas colecções de Correspondências e Despachos diplomáticos da maior importância histórica, a partir do século xvii, — veio novamente tornar digno da atenção desta Academia o problema da reorganização dêsses serviços pela eficaz guarda, conservação e catalogação dos excellentes recheios de tais Arquivos.

«A Academia de Ciências de Portugal não podia ficar indifferente ante um assunto que tanto se relaciona com o progresso dos estudos históricos em Portugal.

«Já quando foi Ministro dos Estrangeiros o sr. dr. Augusto Soares esta Academia propôs que êsses Arquivos fossem reorganizados.»

Mais adiante continuava:

«A reorganização proposta e aceite pelo sr. dr. Augusto Soares entrava na reforma geral do Ministério que estava pendente da discussão parlamentar quando sobreveio a revolução de 5 de Dezembro.

«De novo, vem, agora, esta Academia solicitar do govêrno da República que êsses arquivos sejam reorganizados sôbre bases modernas, com o que muito terão a lucrar as sciências históricas no nosso país.

«Para os efeitos que V. Ex.^a tiver por convenientes tenho a honra de remeter junto, e de submeter à apreciação de V. Ex.^a, um projecto de reorganização dos Arquivos e Biblio-

teca do Ministério dos Estrangeiros, estudado e aprovado por esta Academia.»

O projecto, por nós elaborado, e a que se refere o officio é o seguinte:

«*Considerando* que uma das mëlhoras' formas de educar moralmente um povo consiste em dar-lhe completa consciência da sua vida histórica, fóra de preconceitos anti-sciêntíficos e de metafisicas concepções;

«*Considerando* que sendo os documentos as únicas bases do conhecimento histórico, muito importa valorisá-los maxime pela elaboração dos seus inventários e índicês, e pela publicação dêstes e das próprias colecções documentais;

«*Considerando* que a vida internacional do nosso país tem sido muito importante, especialmente a partir da época dos Descobrimentos, em que Portugal foi definitivamente integrado na história geral do ocidente europeu, e em cujo sistema de fôrças políticas tem occupado importante lugar quere pela sua situação geográfica, quere pela sua importância colonial, lugar êsse agora mais valorizado pela sua intervenção na guerra ao lado das outras potências occidentais;

«*Considerando* que nas ricas colecções documentais dos Arquivos do Ministério dos Estrangeiros existem magnificos vestigios dessa importante vida internacional, especialmente referentes aos séculos xvii, xviii e xix;

«*Convindo* reorganizar sôbre bases modernas êsses Arquivos, de fóra a dar aos valiosíssimos recheios conveniente arumação e conservação, e a valorisá-los para a história e para a erudição nacionais, quer pela organização dos competentes inventários e índices, quer pela publicação dêstes, bem como das *Instruções* dadas aos representantes de Portugal nas côrtes estrangeiras, e da *Correspondência oficial* dos nossos mais notáveis diplomatas do séculos xvii, xviii e primeira metade do xix;

«*Convindo*, outrosim, facultar à leitura pública êsses importantes recheios dos Arquivos Históricos dos Negócios Estrangeiros, até 1880, bem como a *Biblioteca* da mesma Secretaria;

«O Governo da República Portuguesa decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

CAPÍTULO I

Do objecto e fins da Direcção (repartição ou secção) dos Arquivos

«Artigo 1.º É criada a *Direcção* (repartição ou secção) dos *Arquivos e Biblioteca* do Ministério dos Negócios Estrangeiros, destinada à guarda, conservação, inventariação e catalogação dos manuscritos de importância histórica e de carácter administrativo, bem como das espécies bibliacas, do Ministério e suas dependências.

«Art. 2.º Esta direcção tem como principais objecto e fins:

«a) Valorizar os manuscritos dos arquivos históricos do Ministério e dependências, pela sua inventariação e conservação;

«b) Publicar os inventários e índices sumários ou analíticos das colecções;

«e) Publicar, metodicamente, as *Instruções* e *Despachos diplomáticos* que maior interesse apresentem para o conhecimento da história pátria e da história geral, com os convenientes prefácios, *notas*, comentários e índices bibliográficos;

«d) Facultar à leitura pública desde já a Biblioteca, e os manuscritos de interesse histórico, até 1880, à medida que estes fôrem sendo encadernados em códices e inventariados;

e) Adquirir manuscritos e livros referentes à história política e diplomática;

«f) Incorporar os manuscritos relativos à história diplomática moderna e contemporânea existentes em estabelecimentos do Estado quando as entidades que nêles superintendem não cuidarem, no prazo máximo de cinco anos, a contar da data da publicação do presente diploma, da guarda, conservação, inventariação e publicação das espécies;

g) Incorporar os manuscritos de natureza diplomática existentes nos depósitos do Estado e relativos, especialmente, aos séculos XVIII e XIX, de acôrdo com as entidades oficiais que nêles estejam superintendendo;

«h) Tomar todas as providências tendentes a evitar a saída

para o estrangeiro de manuscritos e livros raros sôbre história política e diplomática;

«i) manter relações com os arquivos, bibliotecas e instituições sciêntíficas do estrangeiro em tudo que se refira à história política e diplomática;

«j) Promover investigações nas bibliotecas e arquivos estrangeiros sôbre assuntos relativos à história de Portugal;

«k) Conservar e inventariar os manuscritos administrativos que lhe sejam remetidos pelas Direcções Gerais do Ministério;

«l) Conservar e catalogar as obras da Biblioteca;

«m) Promover a representação do Ministério nas conferências e congressos estrangeiros de história moderna e contemporânea;

«n) Agir no sentido de centralizar no Ministério os inventários e índices dos manuscritos diplomáticos existentes nos vários depósitos do país;

«o) Promover a publicação de obras de character histórico;

«p) Publicar periodicamente um *Boletim histórico e bibliográfico*;

«q) Difundir e vulgarizar a história política e diplomática de Portugal por meio de conferências, cursos, etc.

CAPÍTULO II

Da organização dos serviços

«Art. 3.º Os serviços desta Direcção são divididos em quatro secções:

«1.ª Secção: *Arquivos Históricos*, comprehendendo os manuscritos até 1880, inclusivé;

«2.ª Secção: *Arquivos Administrativos*, contendo os manuscritos posteriores a 1880;

«3.ª Secção: *Arquivos das Legações e Consulados*, destinada: 1.º a elaborar instruções técnicas e a realizar as providências necessárias à guarda, conservação e inventariação dos manuscritos de interêsse histórico existente nas legações e consulados de Portugal no estrangeiro; 2.º a centralizar no Ministério os inventários dêsses manuscritos;

«4.ª Secção: *Biblioteca do Ministério*.

«Art. 4.º Os *Arquivos históricos* e a *Biblioteca* serão abertos à leitura pública, das 11 às 16 horas.

«Art. 5.º Os *Arquivos Administrativos* destinam-se a fornecer às Direcções Gerais e às Repartições do Ministério as informações precisas e os papeis que estas solicitem.

«Art. 6.º É expressamente proibida, seja sob que pretexto fôr, a saída dos manuscritos dos Arquivos históricos para fóra do Ministério.

«Art. 7.º O empréstimo domiciliário de livros só é autorizado mediante despacho ministerial sôbre informação do Director dos Arquivos.

CAPÍTULO III

Do pessoal

«Dada a natureza especial dos serviços a cargo desta Direcção, ha duas ordens de pessoal: o do quadro e o assalariado.

«§ 1.º O pessoal do quadro de serventia vitalicia, é constituído por:

«a) Um director de serviços;

«b) Um conservador dos Arquivos históricos;

«c) Um conservador da Biblioteca;

«d) Um conservador dos Arquivos Administrativos e dos das legações e consulados;

«e) Um empregado menor.

«§ 2.º O pessoal assalariado consta de:

«a) Dois empregados de secretaria ou dactilografos;

«b) Um encadernador;

«c) Um empregado menor.

«Art. 9.º A distribuição e horas de serviço, as funções e atribuições do pessoal são determinadas pelo Director dos Arquivos, segundo as conveniências dos trabalhos e as aptidões dos empregados.

«Art. 10.º O cargo de Director dos Arquivos será de serventia vitalicia e nêle será provido um diplomado em sciências históricas pelas Faculdades de Letras, e que haja escrito trabalhos históricos e bibliográficos.

«Art. 11.º Os conservadores são equiparados, para efeitos de vencimentos e aposentação, respectivamente, aos 2.ºs e 3.ºs

oficiais do Ministério, mas não podem transitar para as Direcções Gerais do Ministério.

«§ único. Os funcionários do quadro, com excepção do Director, teem direito às gratificações por diuturnidade de serviço nos mesmos termos que o pessoal das Bibliotecas e Arquivos dependentes do Ministério da Instrução; contando-se sómente o tempo de serviço útil desempenhado nos trabalhos de arquivos e bibliotecas dependentes de qualquer Ministério, com exclusão, no futuro, de licenças e faltas.

«Art. 12.º Dada a natureza técnica dos serviços a cargo desta Direcção, o pessoal será nomeado ou contratado sob proposta do Director dos Arquivos entre pessoas idóneas para o desempenho dos serviços que lhes são destinados.

«§ 1.º O pessoal é obrigado ao serviço de 6 horas por dia; sendo o excedente considerado trabalho extraordinário, e como tal remunerado nos termos e condições legais.

«§ 2.º O pessoal é obrigado ao cumprimento de todos os deveres que as disposições legais e regulamentares determinam aos empregados de correspondente categoria do Ministério dos Negócios Estrangeiros na parte não revogada pelo presente diploma. Êsse pessoal goza de todos os direitos e vantagens que as leis e regulamentos conferem aos funcionários e empregados do Ministério, em tudo que não colida com o disposto neste Decreto com força de lei.

«Art. 14.º Os vencimentos dos funcionários do quadro desta Direcção são idênticos aos de correspondente categoria do Ministério.

«Art. 15.º Oportunamente serão publicados os regulamentos necessários à mais completa execução do presente diploma.

«Art. 16.º Para ocorrer ao pagamento das despesas que resultam da execução dêste Decreto fica o Govêrno autorizado a abrir os créditos necessários ou a realizar as transferências de verbas no orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, independentemente de quaisquer disposições em contrário.

«Art. 17.º Êste Decreto entra imediatamente em vigor e revoga toda a legislação em contrário.

«Determina-se, portanto, que todas as autoridades, a quem

o conhecimento do presente Decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nêlo se contém.»

*

* *

Não ha dúvida que se um tal decreto fôsse por diante os magníficos arquivos do Ministério dos Estrangeiros passariam a servir para mais alguma coisa do que logradouro de ratazanas e forçada estância de repouso dos funcionários ali impedidos. Pôsto em execução êsse diploma ficaria aberto aos estudiosos um admirável e exaustivo campo de estudo, e bem valorizado por uma conveniente arrumação, conservação e catalogação das suas valiosas espécies.

Causa pena vêr magníficos núcleos de correspondência diplomática de D. Luis da Cunha, do conde de Tarouca e de muitos outros dos nossos diplomatas que dia a dia se estão perdendo para a investigação, com as suas peças todas esborcinadas, todas franjadas, e já quási ilegíveis, por inteiro, devido ao formato do papel ter mais comprimento e largura que as caixas onde *à força* são metidas. Em vez de se cometer tal monstruosidade, o mais elementar critério arquivo-económico mandava que tais manuscritos estivessem encadernados em códices, pois assim ficariam bem garantidas a sua conservação e a sua segurança — o que não se dá agora com o péssimo processo das peças soltas em caixas. Isto só pelo que respeita à conservação, pois quanto a catálogos e índices a falta é completa.

Não culpamos aqui ninguém, pois quem lá está faz o mais que pôde e sabe, mas culpamos a organização — ou melhor a completa desorganização — de tão importantes quão especiais serviços, que não teem merecido a mais leve atenção das successivas remodelações do Ministério dos Estrangeiros.

Pois, apesar de tão lamentável estado de coisas e de se haver proporcionado ao respectivo ministro o ensejo de o modificar, melhorando-o radicalmente, nenhuma decisão foi tomada a tal respeito, continuando tudo na mesma.

É de lastimar que o sr. dr. Xavier da Silva, que então

geria a pasta dos Estrangeiros não quizesse, não soubesse ou não pudesse inutilizar qualquer cabála de criaturas ignorantes — os nossos sistemáticos *empatas* —, que petulantemente teimam em conservar tão vergonhoso estado de coisas, ainda que com isso — e talvez para que com isso! — se prejudique o bom nome da Pátria e da República.

O que é incontestável é que êsse ministro, o sr. Xavier da Silva, ligando tão pouca atenção ao que lhe solicitava uma instituição científica, em officio assinado pelo venerando sábio dr. Teófilo Braga, desinteressando-se do que lhe era proposto e deixando de realizar uma obra tão benemérita e civilizadora, assumiu ante o seu tempo e para a prosteridade uma responsabilidade tremenda. Como dizia Virgílio: *Sic itus ad astra!*

4. — Arquivo e Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

A biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa é um dos mais valiosos estabelecimentos do seu género que possuímos que pela importância dos seus *fundos* de manuscritos e impressos, que pela forma como ali estão organizados os serviços e conservadas as espécies, que, ainda, por constituir uma excepção honrosa no conjunto dos nossos estabelecimentos bibliotecários com a catalogação das suas espécies completamente em dia, e com a publicação dos catálogos por autores e por matérias no excelente *Boletim Bibliográfico* da Academia.

Estabelecida a Academia, devido aos esforços beneméritos de Correia da Serra e do duque de Lafões, e reconhecida oficialmente por Aviso Régio de 24 de Dezembro de 1779, logo, por deliberação de 2 de Maio de 1781, se resolveu formar uma biblioteca⁽¹⁾. Começaram os sábios nacionais e estrangeiros logo a oferecer à nóvel instituição as suas obras, dádidas essas que se foram intensificando sucessivamente à medida que a Academia ia trabalhando cada vez mais, produzindo e

(1) Arquivo da Academia, *Livro dos Conselhos*, 1780-1782, assembleia de 2 de Maio de 1781, in *Livro 1.º dos Assentos*.

publicando as *Memórias de Literatura*, as *Memórias Económicas*, a *História e Memórias da Academia*, etc.

As permutas de publicações, os legados, as ofertas e compras tem constituido os grandes veiculos de enriquecimento dos núcleos mais modernos dessa biblioteca.

Quanto ao *fundo* antigo consiste êle, principal senão exclusivamente, na livraria dos frades franciscanos da terceira ordem da penitência, ou frades de Jesus, cujo convento foi estabelecida em 1582 (1).

Constituida a Academia e falecido o erudito frade José Mayne ficou ella a legatária do Instituto Maynense, e com a administração, em parte, pelo menos, da excelente livraria fradesca.

Porém, foi só em 1834, quando foram suprimidos os conventos, que, por portaria de 23 de Outubro dêsse ano, foi determinado que se concedesse à Academia «a guarda, uso e administração da livraria do extinto Convento de Jesus, para que, unida à que a Academia já possui sejam franqueadas ao público em beneficio das Ciências e das Letras (2)».

Até ao meado do século XVIII a Livraria do Convento de Jesus teve uma limitada importância, advindo os seus grandes e rápidos progressos da acção de Fr. Manoel do Cenaculo Villasboas, que foi eleito provincial da Terceira Ordem em 13 de Março de 1768.

(1) Acêrca do estabelecimento da *Ordem da Penitência* em Portugal, vêr: *Memorias para a Historia da Livraria e Museo do Convento de N. S. de Jesus de Lisboa*, in Manuscritos da Biblioteca da Academia, gabinete 5, gaveta 2, maço 2. Trata-se de uma história autógrafa de frei Vicente Salgado, cronista da Ordem Terceira. Apesar do ambicioso título, o caderno limita-se a tratar do estabelecimento da Ordem da Penitência, não indo além do século XVI, e não se occupando, por isso, nem da livraria nem do Museo do Convento de Jesus.

Sobre a fundação e doações dos terrenos para o Convento de Jesus vêr documentos da Biblioteca da Academia: gabinete 5, estantes 17, 32, e publicados pelo zeloso funcionário dêsse estabelecimento sr. Alvaro Neves no *Boletim Bibliográfico da Academia* . . . , 2.ª série, vol. 1, fasc. de Setembro de 1913, págs. 183-187, e fasc. de Março de 1916, págs. 695-703, etc.

(2) Vêr José Silvestre Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos Litterarios e Scientificos de Portugal*, t. IV, pág. 119.

Dai por diante começa a espantosa renovação da biblioteca de Jesus. Trata êle de adquirir livros, de os fazer catalogar, e de iniciar a construção da monumetal sala da Biblioteca, conhecida outrora pela *Nova Livraria*, sala essa que tem 31 metros de comprimento, 15 de largo e 11,15 de altura, com as suas enormes paredes de 1^m,50 de espessura, e excelentemente iluminada por 28 janelas (1).

Descrevendo, ha um século, essa sala monumental que se conserva intacta, dizia uma revista:

«As estantes, em que está collocada a Livraria, formão dois corpos, divididos por huma cimalha, e huma balustrada geral para cujo segundo corpo de estantes se sobe por quatro escadas em caracol, collocadas no interior de huns corpos salientes, e convexos, que nos quatro angulos da Salla ornão, e prendem as estantes dos lados ás dos topos da mesma Salla. Sobre a cimalha real no prumo de cada pilar das divisões das estantes está collocado hum busto dos Sabios mais distinctos de todas as nações.»

Depois de alguns promenores sôbre a ornamentação, refere-se à «... pintura e doiradura dos ornatos que embelezão as estantes, sobresahindo a tudo as primorosas encadernações de hum grande numero de Livros, e edições raras», acrescentando que todos êsses ornatos «acreditão esta Livraria huma das mais curiosas, e a mais elegante desta Capital». E, continúa: «Fronteiras ás cinco janellas se encontram do lado esquerdo cinco portas com caixilho de vidro de espelho, huma das quaes dá serventia ao Gabinete de Pinturas, e outra á

(1) Sôbre a aquisição e catalogação de obras no tempo de Cenaculo, as successivas *étapes* da construção da Livraria, e os donativos e diligências do padre José Mayne, vêr: na Biblioteca da Academia, sala 5, a collecção dos trabalhos de Vicente Salgado: *Manual de Monumentos verídicos para servirem à chronica da Congregação da Terceira Ordem de Portugal; Livro das Receitas e Gastos da Terceira Ordem da Penitencia; Elogios dos Arcebispos e Bispos da Terceira Ordem.*

Muitos dêsses manuseritos teem sido publicados no *Boletim Bibliográfico da Academia*, fascículos de Setembro de 1913.

Vêr também Cardozo de Bettencourt, *A Bibliotheca da Academia R. Sc. de Lisboa*, págs. 12-17.

Salla dos Manuscriptos, e a varios Gabinetes de estudo, onde sem a distracção que motiva a concorrência dos Estudiosos, e o rumor das escadas portateis; se permite ás pessoas de maior respeito alli poderem entregar-se á lição; commodidade que em nenhuma outra Livraria Publica de Lisboa se encontra (1)».

Emquanto se ia construindo a sala grande a biblioteca ia sempre aumentando. Em 1792, com a morte do benemérito José Mayne os seus livros e manuscritos reverteram para a livraria do convento (2); e em Julho de 1795 Fr. Manuel do Cenaculo oferecia uma preciosa collecção de manuscritos, incunábulo e livros raros (3).

Como dissemos, por portaria de 23 de Outubro de 1834 foi a biblioteca do extinto convento de Jesus entregue à guarda e conservação da Academia das Sciências.

As espécies que constituem a biblioteca da Academia estão distribuidas mais ou menos por especialidades ocupando umas 12 salas encontrando-se na 1.^a sala de leitura: literatura, filologia, periódicos e enciclopédias; 2.^a sala: história; 3.^a, o gabinete do bibliotecário: geografia, direito, economia política, filosofia e artes; 4.^a, gabinete do Inspector: sciências matematicas e naturais, e pedagogia; 5.^a sala: manuscritos e livros raros (4); 6.^a sala: destinada às publicações das Academias e

(1) A descrição donde fazemos as transcrições appareceu no *Jornal de Bellas-Artes ou Mnemozine Luçitana*, 1816, t. 1, págs. 359 e 360.

(2) Vêr o *Catálogo dos manuscriptos que ficarão do P.^e M.^e Mayne*, na Biblioteca da Academia, gab. 5, est. 21, pasta 5.

(3) Vêr *Donativo do Bispo de Beja à Livraria dos seus Padres de N. Senhora de Jesus de Lx.^a em Julho de 1795*, in Biblioteca da Academia, *ibid.*

Acêrca da acção do Cenaculo no progresso da Livraria de Jesus, diz, mais tardê, o académico Trigozo d'Aragão Morato: «Elle lança os fundamentos á grande sala da Livraria do Convento de Jesus, e adquire a melhor parte da preciosa collecção de livros, de que hoje se vê ornada». In *Elogio historico do Ex.^{mo} e R.^{mo} D. Frei Manoel do Cenaculo*, pronunciado no próprio ane da morte do arcebispo de Évora, 1814, e publicado no t. IV, parte 1 da *Historia e Memorias da Academia*.

(4) Entre as espécies raras que se guardam neste gabinete figuram: o célebre missal de Estevão Gonçalves, de 1610, oferecido em 1633 à Livraria de Jesus por D. João Manoel, arcebispo de Lisboa; atlas de Lazaro Luis «feito na Era de Mil he qinhêtos he sesêta he tres annos», como lá

Sociedades da Rússia e da Itália; 7.^a, para as obras de medicina e de física, diversos periódicos, e uma parte das obras académicas da Itália; 8.^a sala, com as publicações académicas da Alemanha, Áustria, Dinamarca, Estados Unidos (parte), França, Holanda, Hungria, Inglaterra (parte), Noruega e Suécia; 9.^a sala: publicações académicas da Bélgica, Colónias Britânicas, Inglaterra (parte), e Portugal; 10.^a, com as obras académicas da Argentina, Brazil, México, e outros países da América do Sul, Estados Unidos (parte), Bulgária, Grécia, Japão, Roménia, Sérvia, etc. (1).

A Biblioteca da Academia que Balbi avaliou em 1820, dando à Livraria de Jesus 32:000 impressos e à da Academia propriamente dita 10 a 12:000, vem de tal modo sendo acrescida através o século XIX, que quando se chega a 1909 o número das suas espécies é fixado rigorosamente em 116:000 volumes impressos posteriormente ao ano de 1500, 112 incunábulo e 1:600 manuscritos (2). Nêstes dez últimos anos tem a biblioteca continuado a enriquecer-se pela entrada de novas obras, e se mais não se desenvolveu foi devido aos quatro anos absorvidos pela grande guerra.

Como já dissemos, os serviços de catalogação fazem-se com a maior pontualidade, estando em dia os inventários e catálogos das espécies, mercê do seu pessoal cômpetente e zeloso.

Mas não se tem limitado a Biblioteca da Academia a ter em ordem e em dia os seus inventários e catálogos, faz muito

se diz; a bíblia latina, impressa em Mogúncia, em 1642, por Johannes Füst

Petrus Schoiffer, sócios de Gutenberg, obra essa oferecida em 1795 por Cenaculo; o pentateuco-hebraico com Onkelos, Tarqum e Contentário de Raschi, impresso em Lisboa em 1491. Também ali figura uma colecção de manuscritos arábicos, a maior parte dos quais foram catalogados por René Basset na sua *Notice sommaire des Manuscrits Orientaux de deux bibliothèques de Lisbonne*, Lisbonne, 1894; o livro *De Orthographia*, de Joannes Arretinus Tartellius, do século XVI; e um exemplar dos *Lusiadas*, da edição de 1572.

Vêr C. Bethencourt, *A Bibliotheca Académica*, págs. 22-27. ■

(1) Vêr C. Bethencourt, ob. cit.

(2) Vêr C. Bethencourt, ob. cit., pág. 9.

mais do que isso: publica-os, servindo-se para tal do seu excelente *Boletim Bibliográfico*.

Esta muito interessante e utilíssima publicação periódica tem aparecido dividida em duas séries cuja impressão segue paralela.

Nos fascículos da 1.^a série tem sido publicado o *Catálogo por autores* das obras entradas na Biblioteca a partir de 1907, e nos da 2.^a série o *Catálogo por matérias* das mesmas obras.

Além dos catálogos referidos tem publicado o *Boletim* diversos estudos do antigo funcionário dêsse estabelecimento, sr. Cardoso Bettencourt, como uma elucidativa *Advertência ao Catálogo* e umas *Notices sur les Bibliothèques et Archives du Portugal*; um estudo de Brito Aranha sobre *O Calligrapho Domingos dos Santos*; diversos artigos do sr. Pedro de Azevedo, sendo um sobre *João Vosmaer, hollandês, livreiro de Lisboa, em 1656*; e outro acêrca de *Os impressores de Lisboa em 1630*; uma bio-biografia de Eugénio do Canto, por Alvaro Neves; os subsídios para a *Bibliografia artistica de D. Içabel de Portugal, a rainha santa*, por J. C. Rodrigues da Costa; *Uma obra do dr. Velasco de Gouveia mutilada pêla Inquisição*, por Pedro de Azevedo; um estudo sobre *Arquivos e Bibliotecas Portuguesas*, por Alvaro Neves, estando êste mesmo official-bibliotecário a publicar na 2.^a série do *Boletim* diversos documentos relativos à história da *Livraria do Convento de Nossa Senhora de Jesus*, sendo de toda a conveniência intensificar essa publicação das peças do arquivo da Academia onde, por estudo directo, sabemos haver tantos documentos interessantes para a história da nossa literatura e da nossa sciência contemporâneas (1). Também o *Boletim* publica diversas noti-

(1) Muito seria para desejar que a nossa velha Academia publicasse o seu velho e interessantíssimo arquivo ou *in-integro* ou seleccionado, dando a lume os manuscritos que contêm e cujo conhecimento tanto importa à nossa história literária dos fins do século xviii e principios do século xix.

Agora mesmo, ao rever as provas dêste trabalho, acaba de aparecer no *Boletim da Real Academia de la Historia de Madrid*, (número de Fevereiro de 1919), um interessante artigo assinado por J. P. de G. y G., — certamente o illustre académico e erudito do país visinho, sr. Juan Pérez de Guzmán y Gallo — onde êste estuda um parecer de comissão de censura da refe-

cias sôbre a bibliologia e a administração bibliotecária em Portugal e no estrangeiro.

5. — Biblioteca da Sociedade de Geografia

Foi a Sociedade de Geografia de Lisboa fundada em 1876 por um grupo de dedicados patriotas entre os quais figuravam Agostinho Lúcio da Silva, Alfredo May, Alvaro Andrea, Augusto Potier, Cunha Viana, Candido Figueiredo, Constantino de Brito, Madeira Pinto, Fernando Leal, Pinheiro Baião, Sousa Viterbo, Gerardo Pery, Henrique Prostes, H. Midosi, Gomes de Faria, Joaquim José Marques, Rodrigues da Costa, J. J. Gomes de Brito, Luciano Cordeiro, marquês de Sousa Holstein, Octavio Mendes, visconde de Soares Franco, visconde de S. Januário e Rodrigo Pequito (1).

Constituída a nóvel instituição logo começaram a correr ofertas de livros e mapas feitas pelos sócios e por outros nacionais, bem como por parte dos escritores e colectividades do estrangeiro. Assim, começaram convergindo para a incipiente Sociedade os *Anais* do Instituto Histórico Brasileiro; as publicações da Associação internacional africana de Bruxelas, da Sociedade estatística de Londres, do Instituto Smithso-

rida Academia, de 12 de Setembro de 1811, sôbre uma obra do académico dêsse tempo Gomez y Ortega, intitulada *Las dos Reinas Doña Velasquita y Doña Elvira, mujeres legítimas, viviendo ambas, del Rey de Léon, Don Bermudo II, Manado el Gotoso*.

Esse trabalho foi considerado não digno de ser inserto nas *Memorias da Academia*, como desejava o seu autor que aspirava a ser considerado membro *antigo* da corporação para efeito de uma gratificação que a Academia concedia áquella sorte dos seus membros. Segue-se depois o interessante parecer da *censura* assinado pelos académicos do tempo Antonio Silles e Joseph Garriga.

O referido número do *Boletim* ainda publica outra série de documentos da Real Academia, sendo êstes relativos a uma viagem ao centro de África em 1801.

A Academia de História já em Maio de 1918 havia resolvido ir publicando no seu *Boletim* *Memorias* inéditas, *Discursos*, e outros interessantes papeis dos seus arquivos. Vid. o número dêsse mês, pág. 436.

(1) *Actas das Sessões da Sociedade de Geografia*, t. 1, págs. 3-5

niano de Washington, das Sociedades de Geografia de Berlim, Bremen, Lyon, Bordeus, etc., etc. (1).

Dada a exuberância natural da nossa raça ainda mais excitada pelo entusiasmo patriótico dos sócios da nova instituição, nos primeiros anos a actividade desta foi um tanto dispersiva. Nas suas sessões os alvitres chovem e as mais diversas propostas — surgem algumas delas tão inexequíveis como bem intencionadas.

Aparecem então: o projecto da elaboração de vários estudos sôbre a história e a administração das nossas colónias; a organização de expedições trans-africanas; a proposta para a ocupação portuguesa da costa de Angola ao norte de Ambris; o estabelecimento de postos militares e de feitorias comerciais em todo o território de Angola e Moçambique; até que na sessão de 27 de Março de 1877 é apresentada pela própria direcção da Sociedade uma proposta tendo *apenas* como objectivo a eleição de «umã comissão nacional portuguesa de exploração e civilização de África». Nem mais nem menos. O que todos os povos civilizados que teem colónias na África não conseguiram ainda, propunham-se effectuá-lo os quinze sócios eleitos da comissão (2).

Alguns proponentes teem a intuição de inexequibilidade dos seus alvitres como o illustre Sousa Viterbo, então muito novo, quando a 28 de Outubro de 1876 apresentava uma proposta para se fazerem largas investigações nos arquivos e bibliotecas de Portugal e do estrangeiro sôbre história das nossas des-

(1) O primeiro instituto geográfico que houve em Portugal foi fundado em Lisboa, em 1798, isto é, trinta anos antes que em França ou Inglaterra existisse qualquer instituição do género, sendo aquella colectividade muito frequentada pelas pessoas mais cultas do país a começar no príncipe regente e nos diplomatas estrangeiros. Vid. *Arquivo das Colónias*.

In comunicação feita pelo general Travassos Valdez à Sociedade de Geografia de Lisboa em 7 de Fevereiro de 1881. Ver vol. I das *Actas da Sociedade*, pág. 322.

(2) Na sessão de 30 de Outubro o sócio Ayala dos Prazêres «leu e mandou para a meza» as «bases para a formação de uma Empresa Fundadora de uma Expedição a Africa», empresa essa constituída por acções do preço «de 4\$500 réis cada uma». Que fantasia! Que idealismo!

cobertas e da nossa colonização, publicando memórias em português, francês, inglês e alemão, devendo ainda organizar uma biblioteca africana de obras publicadas e inéditas com uma secção de cartografia. Ao fechar a sua proposta o illustre Sousa Viterbo escrevia: «A empreza que proponho à Sociedade de Geografia bem sei eu que é muito vasta e de difficilima execução, e que pede muito tempo para a realizar». E terminava com êste admirável grito de alma: «Guiado pelo amor do trabalho e pelo espirito scientifico, é assim, entendendo trabalhos d'esta natureza que a Sociedade de Geografia patenteará o seu verdadeiro patriotismo⁽¹⁾».

Como era de prevêr a Sociedade não poude ainda até agora executar tão vasta obra; mas o proponente de 76 «guiado pelo amor do trabalho e pelo espirito scientifico», patenteou bem «o seu verdadeiro patriotismo» através de uma existência exemplarissima de investigação incansável, de estudo persistente, e de dedicação única por tudo o que era português. Que a sua memória perdure e o seu exemplo frutifique!

Porêr, com o andar dos tempos a torrente foi deixando o seu character de impetuosidade, foi-se clarifasendo e canalizando, tornou-se rio, metodisou o seu esfôrço e disciplinou o seu trabalho. Assim, a Sociedade de Geografia é hoje uma instituição já gloriosa à fôrça de persistir em ser uma instituição patriótica e civilizadora.

Quanto à sua biblioteca foi crescendo sempre, e como a tela impermeável do aerostato ameaça romper-se, extravasando o vivificante hidrogénio, assim ela vê já acanhadas, quasi incomportáveis, as suas instalações para albergar os livros, mapas, revistas e jornais que todos os dias lhe chegam de toda a parte.

A Biblioteca da Sociedade de Geografia, onde ha também um *fundo* antigo de origem conventual, contêm hoje entre livros, folhetos, cartas geográficas e publicações periódicas cerca de 60:000 espécies. Nela existem alguns manuscritos de valor, incunábulos, e iluminados, bem como bastantes obras raras, sendo especialmente valiosa a sua colecção de mapas e cartas geográficas.

(1) Vêr *Livro das Actas*, 1 vol., pág. 184.

Os números exactos de volumes e folhetos existentes na Biblioteca, e sem contar as publicações periódicas, era: em 1914, de 37:731; em 1915, de 38:833; em 1916, de 39:317; em 1917, de 39:940; e em 1918, de 40:641 espécies. Antes da guerra o número de publicações periódicas, revistas, anuários, boletins, etc., existentes em dia era de 400, contando-se nesse número as melhores revistas portuguesas, francesas, inglesas, italianas, espanholas e alemãs, e as publicações das mais importantes colectividades que se dedicam ao estudo das sciências históricas e geográficas. Tudo isto faz da nossa Sociedade de Geografia a mais importante e rica corporação do país — e talvez da península — no que se refere a publicações periódicas, recebendo actualmente uma média de 8 a 10 por dia.

Como é natural, e muito justificável, a Biblioteca da Sociedade de Geografia é mais ou menos especializada ás sciências geográficas e ás suas afins: as sciências históricas. Não admira que entre os seus núcleos mais valiosos figure o de natureza cartográfica: atlas, e obras com mapas geográficos ou plantas, mapas-mundi e planisférios, cartas gerais, cartas de Portugal, ilhas adjacentes e possessões nossas, particulares, cartas de *marcas*, roteiros, guias de vária natureza, cartas *arrumadas* e outras espécies de mapas náuticos, etc. Na Exposição de Cartografia Nacional efectuada na própria Sociedade em 1903 e 1904, — e que constituiu o mais notável certamen cartográfico realizado na península, — figuraram as colecções da Sociedade. Aí se evidenciou a riqueza da nossa cartografia, pois a par de uma escola de náutica e de astronomia náutica, tivemos uma escola de cartografia absolutamente característica e distinta de todas as outras, se bem que tivesse os seus fundamentos nas cartografias malhorquina e da Itália da Idade Média⁽¹⁾. O bem insuspeito HARRISSE, Gabriel Marcel, e já, anteriormente, Ferdinand Denis, além de outros, são

(1) Vêr: Gabriel Pereira, *Importancia da Cartographia Portugueza*, Lisboa, 1904; Ernesto de Vasconcelos, *Catalogo da Exposição de Cartographia Nacional*, 1904; Do mesmo, *Subsidios para a historia da Cartographia Portugueza nos seculos XVI, XVII e XVIII*, 1916; Jean Denué, *Les origines de la Cartographie portugaise et les Cartes des Reinel*, 1908.

unânicos em sustentar a prioridade e originalidade da cartografia portuguesa, e a perfeição, muitas vezes, das nossas cartas, se bem que em muitas outras existisse a inexactidão sistematicamente propositada *puxando as terras para o ocidente ou para o oriente*, conforme o hemisfério, para as fazer entrar nas linhas limites demarcadas pelo papa Alexandre III, e pelo tratado de Tordessillas (1).

Efectivamente, na Exposição de Cartografia, de 1903, a par dos *Atlas* de Vaz Dourado, da Biblioteca da Ajuda e da Tôrre do Tombo (2); dos mapas valiosos d'*A Representação estudiosa e util*, da Ajuda; do *Livro de Todo o Universo*, de Lazaro Luiz, de 1563 e da *Memoria das Armadas*, pertencente à Academia; da notável colecção da casa Palmela (3); e dos recheios da Biblioteca de Évora, Arquivos Militares, Biblioteca Nacional e Escola Naval, a Sociedade de Geografia apresentou exemplares valiosísimos, especializando a sua Colecção de portulanos, e principalmente o genovês; um *Atlas* manuscrito de Portugal; e vários *Atlas* Universais; «*La Cosmografia*, de Pedro Apiano, corregido y anadido por Gemma Frisio, Medico e Mathematico», impressa em Anvers em MDLXXV; o *Theatro del orbe de la Tierra*, de Abraham Outello, impresso em Anvers, em MDCII; as *Civitates orbis terrarum*, Liber Primus, S. I. MDCXII, etc., etc. (4).

(1) HARRISSE, a pág. 272 da sua obra *The discovery of North Americ*, referindo-se à cartografia portuguesa diz: «Foram os cartógrafos portugueses que communicaram aos sábios alemães as primeiras noções de geografia do Novo Mundo».

Mais adiante, falando dos mapas de Cantino e Canerio executados em Lisboa, volta a dizer que: «êsses documentos cartográficos foram enviados para a Itália, e outros foram para a Alemanha, e inspiraram os geógrafos alemães durante muitos anos. Êsses trabalhos constituem a chamada cartografia lusitano-germânica».

(2) Na Biblioteca de Munich existe o exemplar de um *Atlas*, de Fernão Vaz Dourado, mas não sabemos se é igual ao da Biblioteca da Ajuda, o qual é, como se sabe, distinto do outro *Atlas* do mesmo autor e existente na Tôrre do Tombo.

(3) Gabriel Pereira, *Exposição de Cartographia. Collecção Palmella*, 1903.

(4) Para conveniente desenvolvimentô vêr: Ernesto de Vasconcellos, *Catalogo da Exposição de Cartographia Nacional*, 1904.

*

* *

Os serviços de catalogação estão em dia, havendo actualmente dois Catálogos manuscritos em verbêtes: um por autores, outro por títulos de obras; mas falta — o que é de lamentar — um catálogo sistemático, por matérias, ou assuntos.

Até 1899 a Sociedade publicou quatro fascículos de catálogos de volumes e opúsculos impressos e uma das cartas geográficas. O primeiro dêsses *Indices e Catalogos* foi coligido e publicado em 1890 por A. C. Borges de Figueiredo, então bibliotecário, tendo um apêndice destinado às publicações periódicas: Memórias, actas e boletins de diversas colectividades, almanaques, anais, arquivos, relatórios, revistas, jornais, contando 253 páginas.

O segundo catálogo, com 103 páginas, appareceu em 1893, feito também sob o mesmo critério: obras definitivas e publicações periódicas; o terceiro foi publicado em 1897, e contém 137 páginas; e o quarto e último, com 122 páginas, surgiu em 1899.

Ultimamente, costumam ser publicados nos *Boletins* da Sociedade uns apêndices com os índices das novas aquisições (4).

Apezar da grande falta de um catálogo por matérias indo até a minúcia de conter a indicação dos artigos das revistas e boletins, não ha dúvida que a Biblioteca da Sociedade de Geografia constitue hoje, em Lisboa, um dos melhores centros de estudo ou de simples informação, pelo que respeita às sciên-

(4) O conservador dessa Biblioteca, sr. João Farmhouse, conhecido publicista, costuma inserir no *Boletim* uma *Crónica* contendo a indicação dos artigos considerados *melhores e mais interessantes* que apparecem nas publicações periódicas recebidas, sendo tais artigos agrupados geográficamente e por assuntos. Achamos louvável essa iniciativa e êsse esforço de vulgarização, mas preferiamos que o *Boletim* publicasse, na íntegra, os sumários das principais revistas e boletins que a Biblioteca recebe, como fazem diversas publicações importantes estrangeiras. Porque o que é *melhor e mais interessante* para uns deixa de o ser para outros, e o conhecimento dos *sumários* completos seria útil para todos.

cias geográficas — incluindo a cartografia, a antropogeografia e a geografia social —, às sciências históricas, principalmente à história moderna e contemporânea, à sociologia, à filosofia, à pedagogia, e às mais importantes questões económicas, políticas e sociais que agitam o mundo civilizado, mercê do magnífico *fundo* moderno do seu recheio e da esplendida colecção das suas revistas, dos seus boletins, dos seus anais e dos seus jornais estrangeiros. Porém, se a livraria é excelente, a biblioteca muito deixa a desejar, isto é, se o recheio é muito bom, as instalações não são recomendáveis nem para os livros nem para os leitores que não só teem que trepar a um quarto andar, se querem gosar a prerrogativa de lerem alguma coisa de mais substancioso que os jornais e as revistas ilustradas da sala do primeiro pavimento, como ainda teem que estar numa galeria sujeitos às mais diversas oscilações de temperatura, mercê do tecto zincado que circunda o lanternim central, por onde recebe luz — casa, portanto, sem respiração no verão, nem resguardo de inverno.

6. — Biblioteca de Mafra

Como já vimos, ao tratarmos da Biblioteca da Ajuda, D. João V distribuiu uma grande parte da livraria que adquiriu pela biblioteca da Congregação do Oratório, das Necessidades e pela do convento de Mafra que êle fez edificar, e muito desenvolveu. Assim, protegeu os oratorianos do Hospício das Necessidades dando-lhes uma rica livraria que tempo depois atingia cêrca de 30:000 volumes, com um valor superior a 120:000 cruzados, dotando também êsse Hospício com o rendimento anual de 12:000 cruzados para êle ensinar publicamente as primeiras letras, a teologia moral, filosofia, retórica e gramática latina.

Também a bibliotecá do convento de Mafra dos cônegos regrantes de Santo Agostinho foi dotada por D. João V com cêrca de 30:000 volumes.

É factó averiguado, posto que pareça estranho, que os frades franciscanos — que foram os primeiros detentores do palácio de Mafra — não destinavam à biblioteca a magnífica sala

de 88 metros de comprimento que é, justamente, a admiração de todos os visitantes, pois elles tinham em outra casa a sua livraria. Foram, mais tarde, depois de 1771, os cônegos regentes de Santo Agostinho que pensaram em instalar aí a sua biblioteca; porém as obras de acomodação protelaram-se de tal modo que quando êsses cônegos saíram, em 1792, ainda os trabalhos estavam por concluir, começando ela a servir como biblioteca só a partir de 1794.

A obra de talha em madeira do Brazil, das estantes, lambris e galeria fazem dessa notável sala não apenas uma rica biblioteca de 30:000 volumes, como uma artistica instalação convidando não só à meditação e ao estudo; mas fazendo brotar, instintivamente, exclamações de admiração por essa magnífica e bela construção.

Pelo catálogo de fr. João de Sant'Anna, elaborado em 1819, — já depois do furacão das invasões francesas — vê-se que devem ali existir belas edições dos clássicos latinos de 1470 a 1480, sobressaindo as obras de Virgílio, e as *Metamorfoses*, de Ovídio; as crônicas portuguezas em excelentes edições; um exemplar dos *Lusiadas*, na edição custosa e bela do morgado Mateus, numerosos exemplares de biblias em várias línguas; *Livros de Horas*; um valiosíssimo exemplar da primeira edição de Gil Vicente; e muitos iluminados e livros raros.

Também é preciosa — se bem que pequena — a colecção dos seus manuscritos, figurando, entre elles, as músicas de Marcos Portugal, e de outros compositores nacionais e estrangeiros como J. de Sousa, J. J. dos Santos, E. F. Leal, Beldi, Moreira, Antonio Fuzzi, Fortunato Mazziotti, etc.

Porém, toda essa riqueza bibliográfica está perdida para os estudiosos que pela dificuldade do acesso, que pela falta de catalogação conveniente e de pessoal habilitado sequere para conservar as riquezas que ali se encerram e, muito menos, para as catalogar, e orientar o público estudioso.

Devemos acrescentar que por uma inexplicável teimosia por parte da estância que no Ministério das Finanças superintende nos Próprios Nacionais essa Biblioteca continúa a estar dependente dessa Secretaria em vez de o estar da Inspeção das Bibliotecas Eruditas.

Não se comprehende o que terá, tecnicamente, o Ministério das Finanças com tão interessante e valiosa biblioteca dos antigos frades arrábidos! Mas o certo é que, apesar de todas as diligências effectuadas pelo Ministério da Instrução Pública e, directamente, pela Inspecção das Bibliotecas Eruditas, o certo é que até hoje tão estranha situação perdura e continúa, pois nunca se conseguiu que êsse tão curioso tipo de biblioteca conventual do século XVIII transitasse para a Instrução ficando subordinada à Inspecção referida.

O resultado vê-se na completa desorganização em que ella se debate, sem um catálogo actualizado, sem uma arrumação condigna, e sem uma conservação e guarda convenientes, entregue como está a verdadeiros profanos em matéria de biblioteconomia. E é bem lamentável que tal suceda, pois essa biblioteca, ficando mesmo como está, isto é, sem uma função directa e viva, sem um dinamismo, sem uma finalidade como organismo de cultura ou repositório actualizado de bibliografia portuguesa, ficando tal está — um lindo museu de livros, uma brilhante parada de lombadas auriluzentes — constitue um tipo original e inconfundível das livrarias conventuais ricas do século XVIII — o século do rei-sol de França e de Portugal.

Má, péssima, terrível burocracia a nossa! Ella é a causa de muitos desastres, de energias que se esgotam; de férreas vontades que se transformam em consciências indiferentes, de creaturas cheias de *ideal* que se transmudam em funcionários egoístas, relaxados e inúteis. Legalmente, oficialmente, não existe em Portugal a educação jesuítica, mas continúa a existir a cultura burocrática, e esta, como aquella, tem feito de um povo viril, são, leal, activo e esforçado, um ser colectivo, fatalista, doente de vontade, dissimulado, tímido e submisso, *como um cadáver — perinde ac cadaver!*

7. — Biblioteca da Universidade de Coimbra

Foi a Biblioteca da Universidade de Coimbra construída entre 1716 e 1728, sendo, depois de concluída, dotada de livros que logo de início custaram quatorze contos trezentos e oitenta e cinco mil réis, juntando-se-lhes o velho fundo da Livraria

pública da Universidade fundada — ao que se diz — em 1597 (1). Mas ainda não era bastante, e não se estava satisfeito. Num documento da época, existente no seu arquivo, diz-se que havia ramos de literatura que estavam ali pouco representados, faltando em tôdas obras importantes e necessárias, especialmente no que respeitava a livros portuguezes, e havendo muito poucas obras de história, geografia e viagens. Em «filosofia natural» faltavam bastantes obras valiosas; e quanto à literatura clássica, se é certo que ali havia algumas edições dos clássicos, não é menos certo que faltavam muitas obras importantes dessa especialidade.

(1) São muito escassas as notícias que se conhecem sôbre a velha livraria da Universidade de Coimbra.

Figueirôa, nas *Memorias da Universidade de Coimbra*, tratando da livraria da Universidade, faz referência a esta, dizendo que, em 20 de Junho de 1573, Ayres da Silva expressa o desejo que tinha D. Sebastião que na Universidade houvesse uma boa livraria. Vêr *Anuario da Universidade de Coimbra*, 1878-1879, pág. 248.

Porém, Florêncio Mago Barreto Feio assinála o ano de 1597, ou pouco antes, como o da criação dessa Livraria, se bem que afirma, — naturalmente por influência do que disse Figueirôa —: «que em 1573 el-rei D. Sebastião queria que houvesse uma livraria digna de tão illustre e insigne universidade». In *Memoria Historica e descritiva acerca da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, págs. 10, 12 e 13.

O investigador sr. Antonio José Teixeira — num estudo sôbre *A Livraria da Universidade*, inserto em *O Instituto*, vol. xxxvii, pág. 305 e segs. — alude a uma provisão de D. João III, datada de 17 de Junho de 1541, pela qual D. João III manda a Nicolau Leitão que faça as estantes para a livraria, e a outra de 4 de Julho sôbre o mesmo assunto, e cita os estatutos de 1591 e 1597 onde se já fala dessa livraria. O sábio prof. dr. Teófilo Braga — na sua *Historia da Universidade*, t. II, pág. 242 e segs. — transcreve o alvará de 5 de novembro de 1545 nomeando Fernão Lopes de Castanheda para guarda do cartório e livraria da Universidade.

Ultimamente, o sr. dr. Teixeira de Carvalho encontrou num volume da Biblioteca da Universidade uns documentos muito interessantes, estando um riscado, onde descobriu referências à casa da livraria, e «às cadeas para os livros...»; em 1513, «nas escolas geraes do studo de Lisboa»; e em 1534 à arca em que estavam os livros e à sua guarda e segurança. Vêr os excellentes artigos do sr. dr. Teixeira de Carvalho sôbre *Pedro de Mariz e a Livraria da Universidade de Coimbra*, no *Boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra*, 1914, págs. 389-398, 438-446, etc.

Com a incorporação de alguns núcleos bibliacos e documentários das casas religiosas extintas ficou, no meado do século xix, mais bem provida a biblioteca, tendo esta já em 1840 sido enriquecida com a quasi totalidade da livraria do insigne erudito João Pedro Ribeiro, sendo em 1852 aumentada com as doze obras que tinham ficado na posse do sobrinho e herdeiro daquêlê diplomatista e investigador.

Entre a excelente livraria de 200:000 volumes urge distinguir a célebre *Bibliã* de 1462; a *Biblia* em hebraico; um *Officio de Nossa Senhora* primorosamente iluminado; a primeira edição do *Cancioneiro* de Rezende; um exemplar dos *Luçiadadas*, edição do Morgado Mateus; a preciosa *Lenda de Santa Ursula*; a *Chronica de D. Affonso Henriques*, por Duarte Galvão; os dois valiosísimos manuscritos iluminados o *Baptismo*, e a *Lenda da Rainha*, de 1592; um *Livro de Horas de Nossa Senhora*, dos meados do século xv, escrito em gótico, com catorze iluminuras de assunto sagrado, encadêrnado em madeira, com cobertura de couro (1).

*

* * *

A Biblioteca da Universidade publicou mensalmente, a partir de Janeiro de 1901, e até 1913, o seu boletim com o titulo de *Arquivo Bibliografico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Essa excelente publicação destinava-se — como diz a *Advertencia* com que abre o primeiro número: «a dar mensalmente uma nota exacta de todas as publicações, quer nacionais, quer estrangeiras que entrarem na Biblioteca»; a publicar o «Catálogo dos Manuscriptos do qual ha sómente um esboço muito incompleto e imperfeito»; e a publicar «tanto quanto fosse possivel, um ou outro *inedito* de reconhecido valor». E acrescenta, muito judiciosamente: «A publicação de inéditos no *Archivo* impunha-se tanto mais, quanto o deterio-

(1) Acêrca dêste *Livro de Horas*, vêr um estudo histórico e descritivo no *Arquivo Bibliográfico da Biblioteca da Universidade*, vol.vi, 1906, pág. 105.

ramento de certos manuscritos, por vezes inevitavel, sempre possível, poderia acarretar perdas irreparaveis».

Com uma tenacidade inquebrantável o *Arquivo Bibliografico* cumpriu bem tudo o que prometeu. Assim, além da nota dos livros entrados na Biblioteca da Universidade, e do catálogo dos manuscritos, teem apparecido valiosíssimos inéditos das suas collecções, como uma interessante carta do poeta quincentista André Falcão de Rezende sôbre o Prior do Crato e a sua última tentativa para a libertação de Portugal do jugo castelhano⁽¹⁾; diversas poesias inéditas de Fr. Agostinho da Cruz; trechos de cartas do Padre Antonio Vieira a D. Rodrigo de Menezes, suprimidos na impressão⁽²⁾; um «discurso historico e politico» sôbre a Revolução de 1640⁽³⁾; uma erudita descrição da valiosíssima *Biblia Hebraica* que existe na Biblioteca⁽⁴⁾; o catálogo da collecção de numismática da Biblioteca⁽⁵⁾; o poema místico *Philomena de S. Boaventura*⁽⁶⁾. Também no *Arquivo* teem apparecido reedições de impressos muito raros, sendo uma das mais interessantes a *Carta exhortatoria aos Padres da Companhia de Jesus da Provincia de Portugal*, escrito êsse attribuido, por Inocência a Barbosa Machado, e ao qual respondeu Francisco de Pina e Melo⁽⁷⁾. Ali

(1) Vêr *Arquivo*, vol. I, págs. 13 a 16, e 27 a 32.

(2) São os trechos relativos aos judeus e ao Tribunal da Inquisição que foram suprimidos nas edições impressas.

(3) Trata-se duma interessante descrição dos acontecimentos do 1.º de Dezembro de 1640, escrita por uma testemunha presencial dos factos que conta. Encontra-se no códice 122, onde occupa 75 folhas. Vêr *Arquivo*, vol. II, pág. 93, onde começou a ser publicado.

(4) Vêr *Arquivo*, vol. III, pág. 15.

(5) Êsse catálogo é precedido dum pequeno estudo descritivo e estatístico das collecções. Vêr *Arquivo*, vol. V, págs. 45-52.

(6) Acêrca dêste poema de S. Boaventura, trasladado para português pelo épico e cronista português Francisco de Andrade, vêr um bom artigo do sr. dr. Mendes dos Remedios, no *Arquivo Bibliografico da Biblioteca da Universidade*, vol. VII, 1907, págs. 73-78.

(7) A *Carta* de Barbosa Machado fez parte de uma série de publicações apparecidas no meado do século XVIII, no tempo de Pombal, acêrca do ensino dos jesuitas. Uns, como Verney, Cenáculo, Antonio Pereira de Figueiredo e o autor da *Carta Exhortatoria*, atacavam a fundo o ensino dos

apareceu também um relato da «*Viagem da Rainha da Grã-Bretanha D. Catharina por Portugal no seu regresso de Londres a Lisboa em 1699*», que existe em manuscrito no códice n.º 488 da biblioteca; um escrito do «Agraduado em Leys» Antonio Coelho Gasco com o título: «*Das antiguidades da muy nobre cidade de Lisboa, Imporio do Mundo, e Princeza do Mar Oceano*», manuscrito êsse que figura no códice 504 (1), etc., etc.

*

* *

A Biblioteca da Universidade, além de ter muito bem ordenados os serviços de catalogação dos seus impressos e manuscritos, tem publicado, como já dissemos, êsses catálogos e muitos manuscritos dos seus núcleos no excelente *Arquivo Bibliografico*.

Também êsse modelar estabelecimento tem uma bem sortida colecção de numismática que ali começou a ser organizada no próprio dia em que deu entrada, isto é, em 8 de Agosto de 1789.

Essa colecção, de início, era constituída por 2:313 moedas, começando o professor da Faculdade de Filosofia, Domingos Vandelli, acompanhado por José Foucault e auxiliado pelo official da Biblioteca Bernardo Alexandre Leal a fazerem o inventário, apurando-se que ali entraram então 1:128 moédas de cobre, 428 de prata e 3 de ouro. Em 1832 o então bibliotecário dr. Antonio Honorato de Caria e Moura fez novo inventário, por onde se viu que havia um total de 1:333 moédas reduzidas e 1:005 das não reduzidas, isto é, 2:338 em total geral.

A colecção foi mais tarde enriquecida, com o monetário de João Pedro Ribeiro, que entre moédas e medalhas contava 884

jesuitas, que outros, como o citado F. Pina e Melo, defendiam. Vêr o interessante estudo do sr. dr. Mendes dos Remedios que precede a publicação da *Carta*. In *Archivo Bibliographico*, vol. VIII, 1908, pág. 187.

(1) Êsse manuscrito começou a ser publicado no vol. IX, pág. 125, precedido de uma *noticia* do muito erudito sr. dr. Simões de Castro.

unidades. De tal modo êsses antigos fundos foram acrescidos que constituem hoje, que nós sabemos, o mais importante depósito público, entre nós, de tal especialidade.

Mas, não bastava arriumar, acondicionar e conservar as collecções; era necessário catalogá-las rigorosamente, e publicar êsse catálogo, foi o que a Direcção da Biblioteca resolveu, começando a tornar público êsse catálogo no número 4 do volume v, de 1905, do seu excelente *Arquivo Bibliográfico*, depois de ter publicado no número 3 uma *Notícia* da collecção de numismática, de páginas 45 a 52.

*

* *

A collecção de manuscritos da Biblioteca da Universidade é, como já vimos, muito valiosa. Se é certo que muitos dos manuscritos ali existentes foram já publicados na *Bibliotheca Lusitana*, na *Historia genealogica* e suas *Provas*, no *Ensaio biografico-critico*, de J. M. da Costa e Silva, no *Corpo Diplomatico Portuguez*, *Memorias*, de A. Caetano do Amaral; os versos de Basílio da Gama e doutros no *Parnaso Brasileiro*; muitos manuscritos no *Panorama*, na *Revista Litteraria do Porto*, no *Jornal de Coimbra*, no *Conimbricense*, etc., muitos outros manuscritos, ali existem completamente inéditos, como já dissemos.

Na verdade, diversos manuscritos sôbre D. Sebastião e o seu tempo, do códice 448, foram publicados nas *Memorias para a historia de Portugal que comprehendem o governo d'el-Rey D. Sebastião* por Diogo Barbosa Machado, na *Historia Sebastica* de Fr. Manoel dos Santos, e no *Jornal de Coimbra*, de 1816, 1817 e 1818. Diversos outros dos códices 452, 465, 479, constantes de regimentos, alvarás, assentos, decretos, cartas e ordens régias, provisões, etc., encontram-se publicados na *Collecção chronologica da legislação portugueza* compilada por José Justino de Andrade e Silva, e no *Systema ou Collecção dos regimentos reaes*.

Também, alguns papeis sôbre a Academia Real da Historia

Portugueza, já appareceram publicados na *Collecção dos documentos, estatutos e memórias* dessa instituição, etc.

Mas isso em nada diminue a magnífica collecção de manuscritos que a Biblioteca encerra, pois a maioria dêstes continúa a ser inédita, e se pouco a pouco vai deixando de ser desconhecida deve-se ao índice analítico que o *Arquivo* e o *Boletim* da Biblioteca teem trazido em publicação, e à própria publicação de alguns dos manuscritos nêsses mensários.

Entre os códices de manuscritos da Biblioteca encontram-se muitas *Miscellaneas de poesias* manuscritas com versos — bastantes dos quais ainda inéditos — de António Ribeiro dos Santos, Christovão Alão de Moraes, Condê da Torre, Francisco José de Menezes, Francisco Manoel de Mello, Francisco de Sousa de Almada, Gaspar Bocarro, João Homem de Menezes, João de Mattos Fragoso, João Nunes da Cunha, João da Silva Pereira, Lourenço Ribeiro Soares, D. Luiz de Menezes, Manoel Nogueira de Sousa, Manoel de Sampaio e Silva, Fr. Agostinho da Cruz, Alexandre Antonio de Lima, Antonio Barbosa Bacellar, P.^e Antonio de Barros, Fr. Antonio das Chagas, D. Carlos de Noronha, Conde de Tarouca, Francisco Leitão Ferreira, Violantê do Ceo, Fr. Tomás de Sousa, Fr. Lucas de S.^{ta} Catarina, Fr. José Aquino, José Pessanha Pereira, Manoel Borralho, P.^e Manoel da Silva, Fr. Simão Antonio de Santa Catarina, Simão de Mello Cogominho, Antonio Simões da Cruz e Silva, Fr. Joaquim Forjaz, José Basilio da Gama, Fr. Salvador Correia de Sá, muitas poesias anónimas⁽¹⁾, sendo muitas das poesias cómicas, jocosas, exóticas e pornográficas, e havendo ainda ali muitos contos e ditos do mesmo character.

Ha ali também muita correspondência interessante para a nossa história diplomática e a da Europa do fim do século xvii, de todo o século xviii. Assim, ali figura uma collecção de cartas do Cardeal Valenti escritas em francês ao nosso diplomata D. Luiz da Cunha, de 1741 a 1743, sendo algumas inteiramente autografas, e outras só assinadas pelo cardeal⁽²⁾. Também

(1) Ver especialmente os códices de 309 inclusivé a 408 inclusivé, e o 425.

(2) In códice 423.

nêsses códices existe um núcleo de cartas de Sebastião José de Carvalho e Melo, inteiramente autógrafas, escritas de Londres e uma de Richmond, desde 1738 a 1740, dirigidas, com excepção de duas, a D. Luís da Cunha. No códice 443 ha muitos manuscritos relativos aos negócios tratados pelos representantes da França em 1620; nos códices 168, 223 e 483 encontram-se muitos manuscritos, de character diplomático, de José da Cunha Brochado.

No códice 491 figuram umas *Observaçoes dos males que Deos permittio para bem de Portugal escriptos, e expostos pelo Chantre d'Evora Manoel de Faria Severim em 20 de setr.º de 1643*, sendo de notar que este manuscrito não vem citado na *Biblioteca Luzitana*. Nêste mesmo valioso códice encontra-se: um *Tractado do Commercio e dos meios com que se podem estabelecer em Portugal as Manufacturas...*, por Bartolomeu de Souza Mexia, de quê não fala Barbosa Machado; uma *Advertencia que hum Ministro do Principe D. Pedro lhe fez sobre o estado do Reino de Portugal*; um *Discurso Politico, Parecer a El Rey D. Pedro II, sobre algumas conveniencias particulâres do Reyno principalmente a de ter Embaixador sempre em a Curia Romana...*; duas valiosas peças (fls. 111 e 119) sôbre a deposição de Afonso VI; um *Memorial de Duarte Nunez de Leam...*, de que não fala a *Biblioteca Luzitana*. O códice 493 é também muito valioso, contendo diversas peças relativas à restauração. O 494 consta da *Copia da maxima parte do que se contem no «Livrinho da Rellação do Sr. Rey D. Manuel que estava na Casa do Cível...»*

O códice 497 contém diversos manuscritos valiosos, como: umas *Maravilhas dos Frades de S. Domingos*, que é uma tremenda catalinária contra êles; várias peças interessantes sôbre a vida e morte do bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação; etc. O códice 499, com mais de 200 fôlhas, contém uma excelente *Miscanea de assuntos relativos ao Marquez de Pombal*.

Também são numerosos os códices manuscritos sôbre genealogia e linhagens, havendo ainda alguns documentos sôbre heráldica (1).

(1) Especialisaremos os códices 427, 432.

São ainda dignos de nota os códices 429, 430 e 431 que contem: *Descrições de varias solemnidades religiosas celebradas em Roma a muitas das quaes assistiu o Papa, e de varios acontecimentos ali succedidos na primeira metade do seculo xvii*. O código 474 consta de um *Cadastro e censo da população de grande parte de Portugal com as confrontações dos termos de varias terras, etc.*; tratando-se, ao que parece, de uma cópia de cópia de um manuscrito de 1527, consistindo no *numeramento* mandado realizar por D. João III.

Também merecem menção o código 504, que contém muitos manuscritos relativos a D. Sebastião e seu tempo, á rainha D. Catarina, e a vários personagens da côrte, no tempo de Afonso VI e de Pedro II; e um importante *Parecer que Sebastião de Mattos de Sousa, secretario do duque de Cadaval, lhe deu quando se tratou se seria conveniente casar a infante D. Isabel, filha do rei de Portugal D. Pedro 2.º, com o rei de Castela Carlos 2.º* (1). E o código 505 algumas peças interessantes contêm, como uma *Carta, datada de 12 de abril de 1705, dirigida ao inquisidor geral de Portugal, na qual o cardinal José Pereira de Lacerda, em razão daquelle o ter censurado por haver prégado um sermão em Evora, se despede do serviço da inquisição* (2).

*

*

*

Em Janeiro de 1914 aparecia o *Boletim Bibliografico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, que, dirigido pelo já

(1) Para mais desenvolvido conhecimento dos progressos da Biblioteca, vêr: *Memoria historica e descriptiva acerca da Bibliotheca da Universidade de Coimbra*, 1857; *Registo dos documentos relativos á Commissão especial da Bibliotheca*; Bernardo de Serpa Pimentel, *Breve noticia da Livraria da Universidade de Coimbra*; *Colecção do Arquivo Bibliografico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, especializando no vol. v, págs. 45-52; Gabriel Pereira, *Catálogo dos pergaminhos da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1881, além das obras citadas no principio d'este estudo sobre essa *Biblioteca*.

(2) A *Biblioteca Luçitana* tratando a pág. 693 do 3.º vol. de Sebastião de Mattos de Sousa; não alude a este «*Parecer*».

falecido professor dr. Marnoco e Sousa, vinha substituir o *Arquivo Bibliografico* que, durante muitos anos, estivera sob a direcção do sr. dr. Mendes dos Remédios.

Falando do aparecimento do *Boletim* diz o seu director:

«A nova publicação diverge da antiga em não inserir a relação das obras estrangeiras adquiridas em virtude de compra ou oferta pela Biblioteca, visto se destinar única e exclusivamente a tornar conhecido o nosso movimento scientifico e literario». E logo acrescenta:

«Conterá também artigos sôbre as raridades bibliográficas possuidas por esta biblioteca e sôbre assuntos históricos que possam ser elucidados pelos documentos existentes neste estabelecimento scientifico». Mais adiante anuncia que o *Boletim* terá as seguintes secções:

- I. *Relação das publicações portuguezas, recebidas na Biblioteca.*
- II. *Catálogo dos manuscritos existentes na Biblioteca (continuação da publicação iniciada no Arquivo Bibliografico).*
- III. *Inéditos.*
- IV. *Vária.* (Artigos sôbre raridades bibliográficas, assuntos históricos e questões da vida económica e social.)

Êste *Boletim* — como o *Arquivo* seu progenitor — tem realizado tudo o que prometeu, constituindo, quere sob a direcção do falecido dr. Marnoco e Sousa, quere com o seu actual chefe, o distinto prof. dr. Alves dos Santos, um magnífico repositório de bibliografia portuguesa e de estudos vários sôbre diversos manuscritos da Biblioteca da Universidade. Assim, logo no primeiro número aparece-nos um excelente artigo do sr. dr. Teixeira de Carvalho acêrca da *Livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*.

Muitos outros trabalhos de valor tem apparecido nêsse moderno *Boletim*, entre os quais é justo salientar os seguintes: *O Livro de Algebra de Pedro Nunes*, pelo sr. dr. Luciano Pereira da Silva; um excelente estudo da sr.^a D. Carolina

Michaëlis acêrca de *D. Francisco Manuel de Mello. Notas relativas a manuscritos da Biblioteca da Universidade de Coimbra*; um artigo do sr. dr. Simões de Castro sôbre o *Frontispicio ornamentado de um exemplar, manuscrito em pergaminho, da «Chronica de D. Afonso Henriques» de Duarte Galvão*; do mesmo, *Alguns apontamentos acerca da 2.^a ed. dos «Dialogos de varia historia» de Pedro de Mariz*; idem, *A «Vida Christã» da Biblioteca da Universidade de Coimbra*; Luciano Pereira da Silva, *O «Regimento do Estrolabio» da Biblioteca Real de Munich* (1); Dr. Caeiro da Mata, *Os Foraes de Almada* (2); um muito interessante artigo do sr. dr. Simões de Castro sôbre *As Constituições do Bispado de Coimbra publicadas em 1521 pelo Bispo Conde D. Jorge de Almeida e notas biograficas a ele relativas*. São igualmente dignos de citação os seguintes dois estudos: um do sr. dr. Luciano Pereira da Silva sob o título: *O «Tratado del Esphera y del Arte del Marear» de Francisco Faleiro* (3); e o outro do já falecido matemático Rodolfo Guimarães sôbre *A edição de 1546 do livro de Pedro Nunes «De Arte atque ratione navigandi»* (4).

Também no actual *Boletim Bibliografico* teem aparecido importantes estudos sôbre *Inéditos*, devidos principalmente ao

(1) Trata-se de um interessante artigo descritivo acêrca da reprodução do exemplar de Munich do *Regimento de Estrolabio*, dirigida e prefaciada pelo sr. Joaquim Bensaude, e subvencionada pelo Govêrno da República. Vêr *Boletim*, 1914, pág. 527.

(2) Trata-se de um pequeno mas excelente estudo sôbre o foral de Almada concedido em 1513 por D. Mañuel, cujo original em pergaminho existe na Biblioteca da Universidade. Esse artigo foi publicado no *Boletim* de 1915, pág. 81.

(3) O sr. dr. Pereira da Silva ocupa-se da reprodução fotográfica do da obra de Francisco Faleiro dirigida e prefaciada pelo ilustre historiador da nossa sciência náutica sr. Joaquim Bensaude. Vêr *Boletim* de Agosto de 1915, pág. 222.

(4) É um bom estudo sôbre a edição de 1546 da obra de Pedro Nunes, edição essa que havia sido contestada pelo prof. Wagner, de Gottingue, e que o autor demonstra bem documentadamente haver existido. Vêr *Boletim* de 1916, pág. 28.

erudito conservador da Biblioteca da Universidade, sr. dr. Simões de Castro. Entre outros citaremos os seguintes artigos: *Um manuscrito interessante de D. Marcos da Cruz* (1); *A vinda de El-Rei D. João 3.º a Coimbra no anno de 1550* (2); *A Gente de Nação* e a *Inquisição de Portugal uo ultimo quartel do seculo xvii*, transcrições de manuscritos do códice 507 onde figura uma cópia das actas de vinte e seis sessões que o *estado ecclesiastico* effectuou nas Côrtes que se reuniram em Lisboa em Novembro e Dezembro de 1679, e Janeiro e Fevereiro de 1680; *O Foral de Almada*, de 1513 — a que já aludimos (3); um artigo do sr. dr. Teixeira de Carvalho acêrca de *Um Manuscrito de João Pedro Ribeiro*, onde é estudado, sob o ponto descriptivo, uns manuscritos in-folio, que êle intitulou *Extractos* || *P.ª servirem a ordenar-se* || *O Glozario* || *Latino-Luzitano* || e || *Archeologico Portuguez* || *Contendo tão bem* || *Algũas noticias Historicas* || *Por João Pedro Ribeiro* (4).

Deve igualmente citar-se: um estudo de T. C. sôbre uns apontamentos do Escrivão do povo Bartolomeu Pereira, que figura no manuscrito 513 da Biblioteca da Universidade (5).

*

* *

A partir do número de Fevereiro e Março de 1916, e por

(1) É um descriptivo do manuscrito 632 da Biblioteca da Universidade.

(2) Trata-se de um estudo baseado num manuscrito de D. Marcos da Cruz, que se encontra a fl. 27 do cit. cod. 632.

(3) O *Foral* é publicado na integra em diferentes números do *Boletim*, de 1915.

(4) Vêr *Boletim*, 1915, pág. 299 e sêgs. Ao artigo segue-se a publicação do manuscrito de Ribeiro que continúa atravez do *Boletim* do anno de 1916.

(5) Trata-se das *Memórias* dêsse modesto cerieiro eleito Escrivão do povo, onde a par de alguns traços auto-biográficos ha bastante da história do seu tempo — que é nem mais nem menos que o período que vai dos últimos annos da dominação castelhana aos primeiros annos da Restauração.

A série de artigos com as transcrições do manuscrito de B. Pereira e os comentários actuais começou a apparecer no *Boletim* de Novembro de 1915, pág. 311.

morte do eminente professor e tratadista de Direito, dr. Mar-noco e Sousa, assumiu a direcção da Biblioteca e do *Boletim* o justamente afamado professor e pedagogista sr. dr. Alves dos Santos.

No muito louvável intuito de mais valorisar o *Boletim*, fixou nêsse número o novo *programa* das secções dessa utilíssima publicação, o qual ficou sendo como segue:

- I. *Trabalhos originaes* sôbre sciência, arte, educação e literatura (baseados em publicações entradas na Biblioteca).
- II. Catálogo dos *manuscritos* existentes na Biblioteca (continuação do registo iniciado pelo *Arquivo Bibliográfico*).
- III. *Inéditos*.
- IV. *Vária*. (Artigos sôbre *raridades bibliográficas*, e outros *assuntos* que interessem ao *Boletim*. *Elementos estatísticos* das *leituras* (diurnas e nocturnas) realizadas na Biblioteca, em cada mês; e das requisições de *Obras*).
- V. Relação das publicações (portuguesas e estrangeiras) recebidas na Biblioteca.

O melhor elogio que podemos fazer à sua actual direcção é confessar que o programa do *Boletim* tem sido escrupulosamente cumprido.

Entre os melhores estudos recentemente aí publicados devemos destacar os do seu director sôbre: *O «crescimento da criança Portuguesa*, que constituem subsídios valiosíssimos para a organização de uma Pedologia nacional; um artigo de Rodolfo Guimarães sôbre *Um opusculo raríssimo de Pedro Nunes*, tratando-se de uma obra existente na Biblioteca da Ajuda; outro do mesmo sôbre *O Livro de Vernier*, onde se ocupa da obra raríssima dêsse matemático publicada em 1631 sob o título de: *La construction, l'usage et les proprietez du quadrant nouveau de mathématique*, da qual, ao que parece, são apenas conhecidos quatro exemplares: um na Biblioteca da Universidade de Coimbra, outra na de Gottingue, o terceiro

na Nacional de Paris, e o quarto na de Santa Genoveva da mesma cidade (1).

8. — Biblioteca Pública do Porto

Foi esta Biblioteca constituída por decreto de 9 de Julho de 1833 referendado por Agostinho José Freire, tendo como núcleo de início as obras provenientes dos conventos do distrito, e sendo mais tarde enriquecida com a livraria que pertenceu ao bispo do Porto D. João de Magalhães e Avelar, comprada pelo Estado nos termos da Carta de lei de 30 de Junho de 1843, e que importou em vinte e quatro contos (2). Também a portaria de 31 de Março de 1854 determinando aos proprietários das tipografias que enviassem, para essa Biblioteca, um exemplar de cada obra publicada, muito contribuiu para o acréscimo dos seus *fundos*.

Quando chegamos a 1856-57 a Biblioteca contava já 26:277 obras perfazendo um total de 51:814 volumes (3). Maior já então seria o recheio se no transporte dos livros incorporados dos conventos, e na mudança da livraria do bispo Avelar e nas de outros particulares não se houvesse dado o extravio de bastantes volumes, e até de obras inteiras das colecções adquiridas.

(1) Esse estudo começou a aparecer no *Boletim* de 1917, pág. 85.

(2) Quando Racksinsky esteve em Portugal visitou, em 1844, a Biblioteca Municipal do Porto, contando, a pág. 387 da sua obra *Les arts em Portugal*, as boas impressões que lhe ficaram dessa visita. Referindo-se à organização dos serviços diz que essa Biblioteca, «... se trouve dans un ordre parfait et elle renferme 40:000 volumes». E acrescenta: «Quand elle sera augmentée de tous les ouvrages complets qui elle possède et qui doivent encore être réunis et rangés, le nombre de livres pourra... atteindre le chiffre de 60:000». E, elucida: «Cette bibliothèque possède plusieurs missels très anciens, et un charmant petit livre de prières orné d'anciennes enluminures d'un travail très précieux».

(3) Como se vê era exagerado o número de volumes — 65:000 — que em 1837 D. José de Urcullu lhe havia atribuído no seu *Tratado Elementar de Geographia*, e que Ferdinand Denis, em 1846, veio a citar no seu *Portugal*, acrescentando ainda: «mais, depuis cette époque, le fonds des livres imprimés a du s'accroître».

Emfim, ao chegarmos a 8 de Janeiro de 1863 já o número de obras impressas ali existentes é de 27:008 formando um total de 54:118 volumes, distribuidos da seguinte forma: 4:833 obras religiosas, com 9:205 volumes; 5:545 de história, biografias, viagens e jornais, com 14:427 volumes; 3:890 de jurisprudência, com 6:647 volumes; 6:281 de literatura, poligrafia, e autores latinos, com 13:026 volumes; 1:943 obras de sciências exactas, com 3:114 volumes; 2:873 de sciências naturais, com 5:025 volumes; 401 de artes, officios e astrologia; e 1:242 obras de economia politica, com 2:001 volumes, havendo ainda 14:700 obras duplicadas, ao que parece, e 1:222 códices de manuscritos⁽¹⁾.

Em 1878 o *Diccionario Popular* attribue-lhe, parece que exageradamente, 100:000 volumes de impressos provenientes dos conventos extintos e mais 80:000 de várias proveniências, com 1:202 manuscritos⁽²⁾. Com as successivas aquisições, tinha essa Bibliotheca, em 1906, cêrca de 150:000 volumes além de uns 1:500 manuscritos, alguns dêles muito valiosos, com especialidade dos que foram levados do convento de Santa Cruz de Coimbra, contendo também a melhor colecção de nobiliários do país, e magníficos incunábulos.

A sua colecção de incunábulos, constituida, até 1904, por 206 unidades é realmente muito valiosa, e está modelarmente catalogada por Artur Humberto da Silva Carvalho.

Por êsse catálogo descritivo, do qual estão publicadas duas edições — uma de 1898, e outra de 1904 — fica-se sabendo as espécies que constituem êsse núcleo, figurando logo de entrada um *Annuario das Orações «Abudraham ou Avudrahâm . . . : Ordem precum totius anné. Editio princeps»*, Lisboa, 1495. Trata-se de um precioso volume de 170 folhas, impresso clandestinamente em Lisboa no mesmo ano em que se publicou a *Vita Christi*, que passa por ser a primeira obra aqui impressa.

O segundo volume da colecção é um: «*Aegidius Romanus*.

(1) Vêr José Silvestre Ribeiro, *Apontamentos historicos sobre Bibliothecas Portuguezas*, Coimbra, 1914, pág. 36.

(2) *Diccionario Popular*, vol. III, pág. 350.

Ordinum Fratrum Heremitarum Sancti Augustini. *De regimine Principum, opera Oliverii Servii Tholentinas*», impresso em Roma, em 1482, e proveniente da Livraria de Santa Cruz de Coimbra (1).

Também ali existe um exemplar das *Epistolae de Aeneas Silvius Piccolominus*, impresso a 31 de Maio de 1481, e outro das *Familiares epistole ad diversos*, do mesmo autor, aparecidas em 1496.

De Alberto Magno conta sete tratados de filosofia reunidos num volume, e a primeira edição de um *Compendium Theologicae Veritatis*.

O n.º 25 consta de uma *Anthologia epigramatum græcorum . . .*. Trata-se da primeira edição de 1494, da *Antologia* de Planudio, sendo um dos cinco volumes então publicados em capitais.

O n.º 33 é um exemplar da primeira edição das *Aristophanes Comediæ Novem*, publicado em 1498 (2).

O n.º 34 é o *Organon* de Aristoteles, impresso por Aldo Manucio em Veneza, em 1495, em caracteres góticos (3).

Os 42 e 43. *Supplementum seu summa quæ magistratis seu Pisanella vulgariter*, de Nicolaus de Ausmo, edições de 1474 e 1479 (4).

(1) Este Aegidius ou Gil de Roma ou de Columna, natural de Roma, pertenceu à ordem de Santo Agostinho, foi discípulo de S. Tomás, e chegou a arcebispo de Burgos, falecendo em 1316, compondo em latim diversas obras. Além do incunábulo citado a Biblioteca do Porto possui mais quatro. Vêr Artur Carvalho, *Os Incunabulos da Bibliotheca Publica do Porto*, 1909, pág. 13.

(2) Esse volume de 348 folhas inumeradas contém, como se diz no título, as seguintes comédias: *Plutus, Nubulæ, Ranæ, Equites, Acharnes Vespæ, Annes, Pax, Contionantes . . .* Quando se publicaram estas, em 1498, ainda não haviam aparecido a *Lysistrata* e as *Thesmophoriazusæ*, descobertas mais tarde, e que se publicaram a primeira vez em Florença, em 1515.

O exemplar da Biblioteca do Porto é uma das muitas preciosidades provenientes da Livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, como se prova do seu *ex-libris*.

(3) Este volume de 234 fls. é de um extremo valor. Tem também o *ex-libris* de Santa Cruz.

(4) Trata-se, como se vê, de dois exemplares, de diferentes edições, da

N.ºs 50 e 51. São duas *Bíblías*, sendo uma de 1479 e outra de 1484, ambas com as capitais iluminadas, sendo a primeira a vermelho e a segunda a vermelho e azul.

N.º 61. São as *Obras* de Julio Cesar, na primeira edição, a de Roma, de 1469, com as capitais iluminadas a côres e ouro (1).

72. Consta das *Constituições* de D. Diogo de Sousa, bispo do Porto, impressas em 1496, sendo o único exemplar conhecido até ha pouco, e talvez ainda hoje (2).

Á seguir surge logo: «Curtius Rufus (Quintus). *La hystoria de Alexandre per Quinto Curcio*, por Luiz de Fenollet, en lengua valenciana transferida (3)».

Homero está representado por dois incunábulos: 107 e 108, sendo o primeiro formado por um volume in-fólio, com 160 fôlhas, impresso em 1474, e o segundo com dois tômos encadernados num volume in-fólio, publicado em Florença, em 1488.

O n.º 122 consta dos *Dialogos* de Luciano, na edição de Florença, de 1496, a primeira, e muito preciosa e rara.

O n.º 123 é uma *Vita Christi* de Ludolfo de Saxonia, impressa em 1495, e da qual o original existe na Biblioteca Nacional de Lisboa.

156. Plutarchus, *Vitæ Virorum Illustrium* (4).

Entre os 206 números de incunábulos da Biblioteca portuense, muitos outros se encontram de suma raridade e valia, preciosidades capazes de causarem inveja às mais ricas bibliotecas da Europa.

Na impossibilidade de descrever mais miudamente a colec-

mesma obra, sendo um de 1474, com 318 fls., e outro de 1479 com 409 págs., ambos em caracteres góticos.

(1) Trata-se da edição impressa por Conrad Sweynheim e Arnold Pannartz, que foram para Roma chamados pelos beneditinos do mosteiro de Subiaco, afamados pela sua erudição.

(2) Vêr uma magnífica notícia acêrca dêste incunábulo em Artur Carvalho, *ob. cit.*, págs. 42 a 46.

(3) Trata-se de um exemplar raríssimo e precioso, da edição de Barcelona de 1481.

(4) É um exemplar da muito rara edição impressa por Monteferrato em Veneza, em 1491.

ção dêesses Incunábulo, só nos resta remeter os leitores para a obra muito valiosa de Artur Carvalho — *Os Incunabulos da Bibliotheca Publica do Porto*, donde tiramos as informações que vimos de dar.

*

* *

A Bibliotheca Municipal do Porto tem publicado também catálogos dos impressos e manuscritos que contem. Assim, quanto aos impressos, depois de ter dado a lume o catálogo das suas primitivas espécies, publicou mais tarde:

o Catalogo da Real Bibliotheca Publica do Porto. *Obras impressas; suplemento geral contendo as aquisições posteriores à sua fundação. Parte primeira — Obras compradas e offertadas. Fasciculos 1 a 4. Adições desde 1872 até 1883 (inclusivé). Vol. II (fasciculo 5 segundo a ordem da publicação). Suplemento geral aos catalogos da Real Bibliotheca Publica, obras impressas; Vol. III, partes 1.^a e 2.^a, fasciculos 6 e 7 segundo a ordem da publicação; Vol. IV, parte 1.^a — Obras estrangeiras, fasciculo 8, segundo a ordem da publicação.* Porto, 1878-1898.

Depois dêesses oito fasciculos publicou o *Catalogo contendo, entre outras obras, as aquisições feitas desde 1898 a 1908*. 1 vol., xiv + 833 págs., etc.

Além dos catálogos de impressos tem êsse bem ordenado estabelecimento publicado os catálogos das suas colecções de manuscritos.

E como se a sua direcção e administração não considerassem provas de zêlo suficientes a utilissima publicação de todos êesses catálogos e indices, ainda essa benemérita instituição vem publicando ultimamente, depois de 1910, uma magnifica *Collecção de Manuscritos Ineditos . . .*, sendo o primeiro a apparecer *O Livro da Corte Imperial*.

Já em 1835 Alexandre Herculano, então segundo bibliotecário dêesse estabelecimento, principiára a publicar no *Repositório Litterario da Sociedade Litteraria Portuense* uma série de artigos sôbre os *Manuscriptos da Bibliotheca Publica da Cidade do Porto*: Aí tratou primeiramente do livro de Duarte

Barbosa, com a viagem dêste ao Oriente, e que já havia sido publicado pela Academia em 1813. Em 1837 publicou, com Costa Paiva, a *Chronica de D. Sebastião* de fr. Bernardo da Cruz. Em 1861 os mesmos faziam reimprimir o *Roteiro da viagem de Vasco da Gama em 1497*, que já havia sido publicado por Diogo Kopke e Costa Paiva. Também Kopke publicou outro manuscrito da Biblioteca do Porto — *O Tratado breve dos Rios da Guiné de Cabo Verde desde o rio do Sana-gá até aos baixos de Sant'Anna*, etc., etc., pelo capitão André Alvares de Almeida (fins do século xvi).

Por essa época, em 1845, apparecia *A Anti-Catastrophe d'El-Rei D. Affonso 6.º*, dada a lume por Camilo Aureliano da Silva e Sousa. Pensou êste publicar também a obra attribuida a fr. Alexandre da Paixão, *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna* — excelente manuscrito da Biblioteca portuense — que é um *diário* do que se passou desde 1662 até 1680: porém, não a publicou, vindo depois a ser impressa por diligências de Graça Barreto que faleceu antes de ver terminada a publicação dêste trabalho, que só findou em 1888.

Também, nos *Scriptores do Portugalia* figuram as *Chronicas breves e Memorias anulsas de S.ª Cruz de Coimbra*, tiradas do códice da Biblioteca portuense, e uma *Vita Santi Theotonii*.

Eis os mais importantes — senão todos — os manuscritos dados à estampa antes do benemérito e saudoso erudito José Sampaio Bruno começar, em 1910, a publicação do *Livro da Corte Imperial* (1).

Como dizemos, em 1910 — 14 de maio — acabava de publicar-se o *Livro da Corte Imperial* que forma o primeiro volume da *Collecção de Manuscriptos Ineditos* da Biblioteca Pública Municipal do Porto. «o qual Livro he de Afonso Uasques de Calvos morador na Cidade do Porto».

Nêsse mesmo ano de 1910 apparecia o segundo volume da *Colecção*, constituido por: *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria*

(1) No Prefácio do *Livro da Corte Imperial* Sampaio faz uma resenha dos manuscritos da Biblioteca portuense até então publicados. Foi dela que tirámos a noticia que acima damos.

do *Infante Dom Pedro*, igualmente prefaciada por Sampaio Bruno (1).

O terceiro volume da *Colecção dos Ineditos da Bibliotheca portuense*, apparecido em 1911, consta da *Fastigimia* ou *Fastos Geneaes*, de Thomé Pinheiro da Veiga, acompanhada de uma desenvolvida *noticia* prefacial de José Sampaio Bruno, então director dessa Bibliotheca (2).

Depois, appareceram successivamente: a *Anacrisiç Historial*, de Manuel Pereira de Novais, em 4 volumes; o *Episcopologio* (2.^a parte da *Anacrisis*, pelo mesmo autor), também em 4 volumes; e a *Geografia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, pelo dr. João de Barros, que já appareceu no corrente ano de 1919.

Assim, a benemerita Bibliotheca Pública Municipal do Porto conta até hoje — que nós conheçamos — 12 volumes já publicados, da sua colecção de Inéditos. Essa importante empreza iniciada por Rocha Peixoto foi continuada, com summa solitudine

(1) No antelóquio, Bruno faz a história dos exemplares desse tratado de moral do infante D. Pedro existentes na Bibliotheca do Porto, na da Academia Real de História, de Madrid, e na da nossa Academia das Ciências, e estabelece a filiação e relações entre esses exemplares manuscritos. Pelo estudo do códice de Madrid conheceu Bruno que a versão dos *Officios* de Marco Tulio Cicero que nêle figura depois do *Libro da Virtuosa Benfeitória*, é igualmente da autoria do infante D. Pedro, resolvendo a dúvida posta por Inocencio se essa tradução do *De Officis* seria feita pelo mártir de Alfarrobeira.

(2) Nessa *noticia* occupa-se Bruno da personalidade de Thomé Pinheiro da Veiga, da sua biografia, e da sua obra. Alude à paternidade da *Arte de Furtar*, que se alguns atribuem ao padre António Vieira outros dizem provir do espirituoso e faceto Thomé Pinheiro da Veiga; nota como são contraditórias as informações prestadas a respeito do chistoso procurador da corôa por Barbosa Machado, Inocencio, Camilo, etc.; e estuda os manuscritos que lhe são attribuidos como as *Memorias de Thomé Pinheiro*, da bibliotheca da Academia, — que outra cousa não é que a *Fastigimia*, da qual a Bibliotheca portuense exhibe duas cópias. Termina por justificar o motivo da publicação da obra, por se tratar de um trabalho cheio de espirito, de graça, e, como êle diz: «raros destacam em nossas letras os livros joviais e desprendidas, á medida que no tempo nos affastamos; e em prosa as locubrações alegres não mereceram grandemente o cultivo de nossos passadós».

e competência, pelo erudito Sampaio Bruno, e persiste actualmente confiada ao distinto escritor e zeloso director do estabelecimento, sr. João Grave.

Quanto seria para desejar que as bibliotecas e arquivos do Estado seguissem o bom exemplo da Biblioteca da cidade invicta que, — como vimos — além de publicar os catálogos das suas espécies, está dando à estampa os seus mais importantes manuscritos.

Quanto dinheiro se queima, se inutiliza, se perde, nos nossos serviços públicos para alimentar a miséria e o ócio de uma empregadagem inútil e — na sua maioria — inepta! Quanto dinheiro podia ser aplicado a empresas tão úteis como esta de tornar conhecido o que ha nos nossos arquivos!

A História de Portugal não pode elaborar-se e escrever-se sem documentos, e estes não são conhecidos porque os estabelecimentos do Estado onde elles existem não publicam os catálogos e índices dos que contem, e, muito menos, os próprios documentos!

9. — Arquivos de Braga

Possue Braga magníficos núcleos documentais agrupados nos arquivos da Sé, da Mitra e do Cabido. Porém dos três o mais importante é, sem dúvida, o do Cabido pela valiosa documentação que encerra sôbre a Idade Média Portuguesa. Referindo-se a êsse precioso arquivo disse o saudoso republicano dr. Manuel de Oliveira — já hoje falecido e então deputado — numa excelente entrevista publicada em *O Seculo*, de 19 de Janeiro de 1913:

«O arquivo do cabido, precioso manancial para trabalhos historicos, estava, antes da Republica, fechado a sete chaves. Pode-se, com uma certa propriedade, dizer assim. Êsse arquivo estava dividido em varias estantes, as quaes constituem uma série de gavetas fechadas á chave. Pois sôbre essas gavetas fecham-se as portas de pezada madeira das estantes, também á chave. E era tanto o cuidado nestas chaves todas que havia mesmo instituido o cargo de claviculario. Era, por assim dizer, impossivel penetrar ali e consultar quaesquer documentos como

bem se avalia do que a este respeito descreve Alexandre Herculano num dos seus *Opusculos* (1).

«Herculano procurou colleccionar todos os documentos que podiam ter interesse para o estudo da historia do paiz. Reuniu muitos, rebuscando varios cartorios e, sobretudo, os documentos recolhidos na Torre do Tombo. Precisava, por isso, para o seu trabalho ser mais completo, de examinar e tirar copia dos documentos desse arquivo do cabido, sobretudo para organizar o livro *Diplomata et Chartae* da collecção *Portugaliae monumenta historica*. Pois de forma alguma, apesar de recorrer a todos os expedientes, o conseguiu . . .

«No entanto, sei de duas excepções feitas para a leitura e copia de certos e determinados documentos; uma foi feita a favor de Soromenho, conforme consta duma nota, em que se diz ter ele levado alguns documentos para copiar; a outra excepção fez-se no seculo XVIII, a favor dum espanhol vindo de Tuy. A não serem estes dois, não ha noticia de ninguem ter visto, com espirito investigador esses documentos que se conservam ainda ineditos (2)».

E logo continúa: «No arquivo do cabido ha trez cartularios muitissimo importantes: o *Liber fidei*, o livro das cadeias e o livro dos testamentos e das capelas. De tudo o que lá se encontra são as peças de mais valor. São livros onde, com todas as formalidades que nos garantem a sua autenticidade se transcreviam varios documentos. Devido a isso, os padres tinham o costume de pôr de parte, com o titulo de *papeis inuteis*, os documentos originães já copiados.

«São esses documentos da mesma natureza dos publicados por Alexandre Herculano na sua collecção *Diplomata et Chartae*, sobre os quaes ele se baseou para fazer a *Historia de Portugal*. Sobre os documentos publicados por Herculano trabalhou Gama Barros, e com o estudo deles poudo Alberto

(1) Mas, não ha dúvida que Herculano conseguiu cópias — pelo menos uma — de documentos d'ali.

(2) Também o erudito abade de Tagilde ali copiou documentos para a sua muito importante Collecção da *Vimaranis Monumenta Historica*.

Sampaio realizar, sobre as vilas luso-romanas, o seu trabalho intitulado *Vilas do Norte de Portugal*.

«São documentos da mesma natureza desses os do cabido de Braga. Por eles se pode seguir com admirável precisão a evolução da transformação da propriedade romana no actual regimen da propriedade e fazer-se o estudo das condições economicas dos antigos tempos, dos costumes, das diversas instituições jurídicas, estudando-se assim a proto-história portuguesa.

«Sob este ponto de vista, o mais importante dos trez cartulários é o *Liber fidei*, por isso que contem documentos mais antigos, sendo notável a enorme quantidade de documentos transcritos referentes a compras e outras transações feitas pelos arcebispos de Braga na freguezia de Mouré, os quais constituem quasi um terço do livro. O *Liber fidei*, que é escrito em pergaminho e revestindo capa de madeira, devendo ter sido feito em fins do século XII, em bom e legível gótico, tem já bastante deterioradas as primeiras fôlhas. Porém, a transcrição dos documentos não foi feita por ordem cronológica, não correspondendo a perda dessas fôlhas ao desaparecimento dos documentos mais antigos, podendo ler-se alguns do século X e bastantes do século XI. O livro das cadeias, assim chamado por estar preso à estante por umas cadeias de ferro, como se usava nas bibliotecas da Idade Média, e o livro dos testamentos e das capelas são cartulários mais recentes, tendo contudo muito valor para completarem o estudo da evolução do regimen da propriedade, das instituições jurídicas e dos costumes».

Mais abaixo, falando de outros depósitos de documentos em Braga, diz:

«O arquivo egrejário, assim chamado por arquivar tombos das egrejas e capelas do todo o arcebispado, é mais moderno que o do cabido. Principiou a organizar-se após a constituição do arcebispado de Braga, nos principios do século XVI, em que se determinou a obrigatoriedade desses tombos. Nesses tombos veem indicados os limites das freguezias, indicados os bens pertencentes à igreja, com os respectivos limites marcados. Neles aparecem nomes que são às vezes uma indicação

preciosa para certas investigações arqueológicas, sendo por isso importantes elementos para a pre-historia, como, por exemplo, a designação Crasto dada a certos logares, que logo nos faz supôr a existencia duma antiga cidade luso romana, dando á palavra cidade o significado que a arqueologia lhe dá...».

E mais adiante, segue:

«Mas independentemente do seu valor pre-histórico e preto-histórico, esses tombos teem ainda hoje valor jurídico para as questões de limites de freguezias e determinação de Montes Marinhos e sua divisão, o que bem marca a sua importância e interesse regional.

«São tambem documentos interessantes pelos juramentos apresentados pelas diferentes testemunhas, pelas formulas das excomunhões, nelas exaradas ás testemunhas que faltassem á verdade, como no tombo da freguezia de Berrio,* do concelho de Ponta do Lima, tudo isto constituindo elementos valiosissimos para o estudo dos costumes da época.

«O arquivo da mitra é notável principalmente pela sua importância para o estudo da história da cidade de Braga, da cabeça dos seus arcebispos, das lutas destes com o cabido, e por vezes, com os representantes do povo, e ainda para o estudo do estado religioso da época».

*

*

*

Pelo que disse o entrevistado, dr. Manuel de Oliveira, e que acima deixamos transcritos, já pode avaliar-se o grande valor do recheio dos três arquivos bracarenses, especialmente do Cabido.

No desempenho do seu alto cargo de inspector das bibliotecas eruditas e arquivos, em certa ocasião o sr. dr. Júlio Dantas resolveu ir a Braga a fim de promover a incorporação dos tres arquivos no da Torre do Tombo, e assim fazer transportar para Lisboa as espécies, que os constituíam. A missão do sr. dr. Júlio Dantas, além de se afigurar útil, era maximamente legal, pois desde os decretos de 4 de Abril de 1861 e 2 de Outubro de 1862 até aos de 24 de Dezembro de 1901 e de

18 de Março, de 1911, todas as disposições legais determinavam que se fizesse tal remoção e incorporação. Esse funcionário chega a Braga e resolve deixar ali os dois arquivos completos da Sé e da Mitra e duas livrarias também completas: a da Mitra e a do Seminário. Assim, vinha para Lisboa só o arquivo do Cabido constituído pelos cartulários em pergaminho e os pergaminhos avulsos dos séculos x ao xv, as Colecções das *Egrejas* e das *Cartas*, um magnífico *bullarium*, enfim: o *Liber fidei*, os *çadenati* das Sentenças e das Capelas, I e II de *Testamentis*.

Mas ha circunstâncias em que as leis não bastam, pois os casos podem mais que elas. E aqui sobreveio um desses casos. O povo entrou em fermentação, em agitação, em convulsão. Ele, na sua quasi totalidade analfabéto, podia lá admitir que lhe fossém buscar esses papeis velhos do Cabido que elle nunca vira e que na sua grande parte eram redigidos em latim? Mas, também elle nunca vira Deus, e os padres falam-lhe em latim, e nem por isso elle deixa de adorar aquêlê e de escutar estes. E exactamente porque não comprehendia por isso admirava.

E como se de um momento para o outro todos esses pobres analfabetos se trasmudassem em multidão de letrados e doutores, logo a sua resolução foi cumprida com o mesmo escrupulo e rigor com que os atenienses acatavam o oráculo de Delfos. A questão transbordou, invadiu Lisboa, tornando-se caso do dia, visto ir sendo *casus-belli*, e esteve a ponto de tornar-se. Foi tratado no Parlamento, na imprensa, na Academia, na Sociedade de Estudos Históricas, nos centros de cavaco, à porta das tabacarias, à meza dos cafés, e não sabemos onde mais.

O certo é que o sr. dr. Dantas regressou sem trazer o mais simples papel do Cabido, a lei deixou de se cumprir, mas evitou-se uma revolução que o bom e pacífico povo de Braga esteve prestes a fazer em defeza da invulnerabilidade do *Liber fidei*, e da intangibilidade dos *çadenati*, do *bullarium*, do *De Testamentis* e dos pergaminhos dos séculos x a xv.

Deu então a volta aos jornais de Lisboa o mote: «Se os papeis de Braga deviam ou não vir para a Torre do Tombo»,

glosando-o diversas pessoas, tidas e havidas na conta de eruditos, em sucessivas entrevistas (1).

A questão era ociosa, pois não era disso que se cuidava, mas sim de saber se a lei tinha sido respeitada e cumprida. Se o Parlamento entendia que a lei determinava a incorporação, e êle considerava que tal disposição não convinha, só tinha um caminho a seguir: substituir a lei, derogar tal disposição.

Foi então que os srs. deputados drs. Domingos Pereira e Joaquim de Oliveira apresentaram — em 17 de Janeiro de 1913 — e muito bem, um projecto de lei nêsse sentido. Era o bom caminho. Por êsse projecto os arquivos — pômos da discordia — permaneciam em Braga, e nos termos do art. 2.º «A Camara Municipal [dessa cidade] fica obrigada a publicar, no prazo maximo de trez anos, os documentos dos arquivos mencionados no artigo præcedente, anteriores ao seculo xv, excepto os que existirem arquivados na Torre do Tombo».

Êsse era o bom critério, essa era a boa doutrina. Um dos entrevistados, no seu propósito de defender a incorporação dos litigiados documentos na Tôrre do Tombo, afirmou que os pequenos arquivos medievais eclesiásticos e seculares teem sido incorporados nos grandes depósitos officiais. Isso não é inteiramente exacto. Ha ainda hoje por essa Europa fora centenas de cartórios e arquivos eclesiásticos ricos em documentos até ao século xv.

É certo que a tendência geral é a da centralização e incorporação nos grandes estabelecimentos da especialidade, mas lá fora, além doutros motivos ha a justificação da publicação dos índices e catálogos das espécies, e até da reprodução tipográfica — e muitas vezes fotografica — das próprias espécies.

(1) Essas entrevistas onde uns defenderam a vinda dos manuscritos para a Tôrre, ao passo que outros pugnaram pela permanência dêles em Braga, figuram coligidas no trabalho do sr. Alvaro Neves — *Arquivos e Bibliotecas provinciais*. Devemos também destacar dos escritos então aparecidos sôbre a questão dos papeis de Braga uma série notável de artigos do muito erudito bibliólogo sr. Joaquim de Vasconcelos em *O Comércio do Porto*, de 1913 (27 de fevereiro, 5, 13 e 27 de março), sob o titulo *Bibliotecas, arquivos e museus*.

Mas todos nós sabemos que tais motivos não são, infelizmente, de invocar entre nós.

Um outro entrevistado — o sr. dr. Júlio Dantas, justificando a vinda dos documentos para a Torre diz: «Teem de ser lidos, interpretados, sumariados e publicados — e esse trabalho só pode ser feito em Lisboa, na Torre do Tombo...». Ora ninguém melhor que o ilustre inspector dos Arquivos conhece, certamente, a impossibilidade da realização de tais aspirações. Se o Arquivo Nacional não dispoz, até agora, de meios para *interpretar, sumariar e publicar* milhares de documentos de um incalculável valor histórico que ha dezenas — e até centenas de anos — estão lá incorporados, como é que ia nestes decénios mais chegados *sumariar e publicar* os que agora lá dessem entrada?

Se os bracarenses se prontificavam a publicar — observados os métodos e processos scientificos em uso para tais trabalhos — êsses documentos, e se o govêrno, nos termos de uma lei, os podia compelir a isso, que inconveniente existia para os estudos históricos na continuação dos tais manuscritos em Braga, cuidadosamente guardados e conservados? Nenhum.

Como já dissemos, por essa Europa fora existem centenas de arquivos valiosíssimos na posse das corporações particulares, e desde que se obrigam a publicar os índices analíticos das suas colecções e até a publicar estas as sciências de erudição nada teem que perder (1).

(1) Aqui bem perto de nós — em Espanha — várias são as colectividades eclesiásticas e outras, e até particulares, que, benemeritamente, tornam públicas as espécies documentárias dos seus cartórios, tais como os padres beneditinos de Silos que teem trazido em publicação uma colecção de *Fuentes para la Historia de Castilla*. Também ali teem aparecido entre tantissimos outros, os seguintes trabalhos: *Documentos de la iglesia colegial de Santa Maria la Mayor (hoy Metropolitana) de Valladolid*, o *Cartulario de la Iglesia de Santa Maria del Puerto (Santona)*. Também as *Deputaciones provinciales* e os municípios teem publicado índices, catálogos e até as *Colecções* dos manuscritos dos seus arquivos, salientando-se os de Barcelona, Numarra, Saragoza, Palma, etc., etc. Vêr a nossa obra — *As Sciências Historicas em Espanha*, 1919.

Também, para além dos Pireneus as instituições sciêntificas locais es-

10. — Arquivos dos Ministérios

Já dissemos que os arquivos dos nossos Ministérios deixam muito a desejar tanto pelo que se refere às suas instalações como pelo que respeita à sua organização. Vimos já o lamentável estado em que se encontra o Arquivo do Ministério dos Estrangeiros, e qual o caos em que jaz o Arquivo geral do Ministério da Guerra, a Santa Clara, não sendo mais satisfatório o estado de alguns outros depósitos documentais das nossas Secretarias de Estado. É isso que vamos provar.

A) Arquivo do Ministério do Interior

Como se sabe, o Ministério do Reino foi uma das três primeiras Secretarias de Estado criadas, quando se passou a agrupar os serviços pela natureza dos assuntos e não pela dos destinos e expediente. Foi ela criada por alvará de D. João V, de 28 de Julho de 1736, sendo as três Secretarias de Estado então organizadas as seguintes: do reino e mercês, dos negó-

tudam os arquivos que existem ou existiram nas suas terras, e nos seus distritos, havendo mesmo algumas dessas colectividades beneméritas que fazem estudar os *fundos* que pertenceram a corporações locais e que foram mais tarde transferidos para os grandes depósitos do Estado.

Assim, — um exemplo entre centenas, — a *Société historique de Compiégne* encarregou o erudito Paul Guynemer de estudar e publicar sob o título de *Cartulaire de Royallieu*, um cartulário que pertenceu ao mosteiro Agostinho de Royallieu, perto de Compiégne e que foi incorporado na Biblioteca Nacional de Paris, onde tem a cota lat. 5:435. Foi êle composto em 1358 após um incêndio que havia destruído todos os títulos dessa casa religiosa; é consta de 137 diplomas, sendo o último de 1357. O volume publicado pela *Société* começa por um prefácio de 36 páginas onde o colector estuda o manuscrito, descreve a história do mosteiro, a vida nêsse período feudal, a condição e situação das pessoas e terras de que tratam os diplomas publicados, o estado das finanças do mosteiro. A êsse antelóquio explicativo seguem-se os documentos que preenchem 316 páginas. Esta publicação foi muito apreciada quando apareceu, em 1911, por constituir um magnífico subsidio para o conhecimento geral da instituição a que se refere, e principalmente para o estudo românico da região na primeira metade do século xiv.

cios da marinha e conquistas, e dos negócios estrangeiros e da guerra.

Passaram depois a correr pela Secretaria do Reino os seguintes serviços: «Creações e provimentos de títulos, e dos officiaes maiores da Casa Real; as doações de senhorios de terras, alcaidarias-mores, jurisdições, privilegios e rendas; os pleitos e homenagens de qualquer governo, fortaleza ou capitania; todas as mercês concedidas, ou por graça, ou em remuneração de serviços; nomeações de todos os prelados, quer do reino, quer dos domínios ultramarinos; provimentos de presidentes e ministros para todos os tribunaes; relações e lugares de letras; eleições do Reformador, reitor ou governador da Universidade de Coimbra e lentes d'ella; aposentações dos canonicatos da Universidade; beneficios das ordens militares pelo que respeita sómente ás egrejas do reino e os mais provimentos de quaesquer officios e cargos do paiz (1)».

Assim continuaram as coisas até 1861, em que se tornou definitiva a determinação de D. Maria I, de 15 de Dezembro de 1788, pela qual os serviços da fazenda pública eram separados dos do reino, tendo igual destino, poucos anos depois, os serviços da Justiça.

Até 1881 esteve nos arquivos do ministério do reino toda a importante papelada relativa aos negócios da Secretaria do Reino, sendo então transferidos para a Torre do Tombo os papeis anteriores a 1843 (2). No Arquivo Nacional se encontram, pois, constituindo a secção do *Arquivo do Ministério do Reino*, arquivo êsse riquíssimo e de essencial consulta para o conhecimento da nossa história política, administrativa, social, moral, intelectual e pedagógica desde a segunda metade do século xvii até à primeira do século xix. Mais tarde outras transferências se fizeram, sendo a última ha um ano, em que todos os papeis, relativos aos serviços de instrução, — que até 1913

(1) Êste programa dos serviços da antiga Secretaria do Reino encontra-se em *O Arquivo da Torre do Tombo*, por Pedro d'Azevedo e Antonio Baião, pág. 165.

(2) Vêr: Pedro d'Azevedo e Antonio Baião, *ob. cit.*, pág. 165-167.

correram pelo Ministério do Interior — foram transferidos para uns anexos da Biblioteca da Ajuda.

Actualmente o Arquivo do Ministério do Interior, instalado nos baixos do edificio, é constituído, quasi exclusivamente por documentação moderna, contendo, entretanto, uma magnífica colecção de decretos originaes desde 1800, além de diversos outros documentos alguns de bastante valia histórica, como o original da Constituição de 1821 com as assinaturas autógrafas dos deputados às Constituintes que o elaboraram e aprovaram. Também ali existe um exemplar da Constituição de 1838 encadernado numa rica pasta azul com as armas reais e os cantos em prata. Igualmente ali figuram diversas mensagens enviadas ao Govêrno Provisório logo no início da República.

B) Arquivo do Ministério da Justiça

A Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça não é das mais antigas, pois, como se sabe, foi creada pela lei de 18 de Agosto de 1821, correndo, até então, pela secretaria do Reino os negócios de justiça e os ecclesiásticos. Foi seu primeiro ministro José da Silva Carvalho. Mas, logo em 19 de Março de 1823 era extinta a nova Secretaria da Justiça, voltando os seus serviços para a Secretaria do reino. Porém, em 11 de Maio de 1824 foi de novo creada, continuando, com diversas organizações e reorganizações, a existir até hoje.

O arquivo do Ministério da Justiça é um dos mais valiosos que encontrámos na nossa peregrinação pelas bibliotecas e arquivos de Lisboa, porque êle conserva desde o seu início até hoje o recheio de um rico e excellentê arquivo sem que fôsse esfacelado com a remessa de algumas das suas colecções mais antigas para a Torre do Tombo⁽¹⁾. Mas não quere isto dizer

(1) Por diligências nossas foram transferidos em 1915 do Ministério da Justiça para a *Secção Pombalina* da Biblioteca Nacional de Lisboa onze volumes de manuscritos com minutas e cópias da correspondência de e para o Marquês de Pombal, o libelo apresentado pelo beneficiado Jacinto d'Oliveira de Abreu e Lima; e o original do celeberrimo processo instaurado ao primeiro ministro de D. José, por Francisco José Caldeira Soares

que não tenha sofrido uma ou outra perda, e muito seria para admirar se as não houvesse experimentado, dado o estado de completo abandono em que tem jazido. Podemos mesmo afirmar que nunca entramos num arquivo do Estado onde a desordem, a confusão e o caos fôsem mais completos, mais absolutos.

Encontra-se este arquivo dividido em dois corpos ou secções: a mais moderna está instalada no segundo andar do próprio edifício do Ministério, numa casa de exiguas dimensões — um verdadeiro corredor — tendo ao fundo uma janela para a rua do Ouro; a parte mais antiga, mais rareada, muito valiosa e rica está atirada para o sótão e fôrro do telhado, estando os manuscritos expostos às mais variadas temperaturas e aos bem diversos accidentes atmosféricos desde o mais asfixiante calor e tórrido sol até o frio, o vento e a chuva.

Quando entramos nêsse sótão e subimos ao tal fôrro, sentimos a mais estranha e completa impressão — misto de pavor e de revolta, de terror pânico e de desalento. Porque, na verdade, um país onde são assim tratadas, pelo próprio Estado, colecções preciosas de documentos históricos, não é merecedor do passado illustre de que pode orgulhar-se, nem da gloriosa história com que pôde envidecer-se.

Essa desarrumação não é de hoje nem de ontem, foi talvez de sempre, mas hoje mais complicada e agravada com as novas remessas de processos enviados pelas Repartições.

O que ali vimos é extraordinário. Além dos maços e pastas colocados nas estantes e prateleiras verdadeiramente ao acaso, fômos encontrar processos espalhados pelo chão e divididos em

Galhardo de Mendanha, e constituido por oito volumes de manuscritos in fol. Do volume terceiro ao onze é que se desenvolve o torturante processo contra o insigne estadista. Vêr o índice-sumário dos documentos dos onze volumes na nossa obra: *A Vida e Obra Governativa do 1.º Marquez de Pombal*, Plano e sumários do 1.º e 2.º volumes, 1915, págs. 4-6.

Também por êsse tempo, para a *Secção Pombalina*, foram transferidos do mesmo Ministério o original do processo instaurado a Fr. Manuel de Sant'Ana por se ter manifestado contra o govêrno do Marquês, e uma magnífica cópia moderna do Processo dos Távoras, mandada tirar pelo sr. dr. Julio de Vilhena, quando ministro da Justiça.

diversas partes, separados; truncados. Pelo chão, e atirados igualmente ao acaso, vimos peças soltas de processos, livros de entrada e de registos vários, antigos copiadores, etc., etc.

Tanto no sótão como no fôrro do telhado fômos encontrar maços e pastas de documentos valiosíssimos da primitiva do Ministério, papeis êsses tão importantes que quem quizer elaborar, criteriosa e documentadamente, uma história da Igreja, da política religiosa, das relações do Estado com a igreja católica entre nós, das ordens religiosas, e das relações com Roma, desde os fins do século XVIII até à República, não pode, nem deve, deixar de recorrer áquêle magnífico depósito que as circunstâncias tornaram tão rico e precioso e que a ignorância, o desdem e a indiferença dos homens teimam em querer desprezar e em deixar destruir e perder.

No segundo andar, numa pequena casa quadrada que antecede o tal corredor onde está disposta a parte moderna do arquivo — como acima dissemos — fômos encontrar no chão, a um canto, no vão de uma janela de peito que ali existe, cobertas dos mais diversos papeis, capas de livros, verbêtes soltos, sem falar no lixo e no pó — que formam várias camadas — fômos encontrar, iamos dizendo, umas quatro pilhas de magníficos livros de registo de correspondência, com capas de pergaminho, de formato in-fólio, magnificamente caligrafados, os característicos *Livros de Secretaria* dos fins do século XVIII e primeiro quarto do século XIX. Nêsses setenta e sete livros atirados, despejados para ali ao acaso, fômos encontrar uma magnífica colecção de livros de registo de *cartas régias*, desde Pombal, contendo a correspondência com a Santa Sé, com o patriarca, e outras autoridades eclesiásticas; uma excelente documentação relativa à supressão dos mosteiros dos cônegos regrantes do nome Santo Agostinho, determinada por Pombal e a transladação dos seus rendimentos e dos cônegos para o mosteiro de Mafra, nos termos do *Breve* de supressão de Clemente XIV, de 4 de Julho de 1770.

A colecção das «*Graças de Roma*» que vai, na primeira série, até ao livro 17, isto é, até 1806, e na segunda do livro 62 ao 77, ou de 1806 a 1861. Conteem estes livros registo de correspondência sobre a confirmação e execução de Breves de

Roma, das cartas circulares das ordens religiosas, etc., acêrca de diversos actos religiosos e civis como: a profissão de noviços antes do ano de noviciado, casamentos entre parentes proximos, renunciias, saidas de clausura, estabelecimento de oratórios domésticos, capelas e outros lugares do culto, ordenações *extra-tempora*, freiras que desejam ter criadas dentro dos seus conventos, várias dispensas dos interstícios determinados pelo Concílio Tridentino, etc. (1).

O livro 19 trata das providências tomadas e ordenadas após o terramoto de 1775. Começa por uma introdução manuscrita do foi o terramoto, seguindo-se-lhe a partê impressa que consiste nas *Memorias das principaes Providencias que se derão no Terremoto que padeceo a Carte de Lisboa no anno de 1775 . . .*, por Amador Patricio, e o descritivo manuscrito doutras providências tomadas para a reedificação da capital, desde 1755 a 1760.

Com o livro 23 começa a série das *Cartas Régias*, que vai até ao livro 28, isto é, desde 1779 a 1883. Como já dissemos, contem estes livros o registo de correspondência do govêrno com a Santa Sé e as autoridades eclesiásticas do país sôbre a

(1) Entre os registos alguns apresentam muito interesse para quem se dedica aos estudos de geneologia, de história geral e até de história literária.

Assim, por exemplo, no livro 8 da colecção *Graças de Roma*, 1760 a 1771, figura o seguinte registo talvez ainda inédito e desconhecido acêrca do poeta Pedro Antonio Correia Garção:

«Para o Cardeal Patriarca. — Sendo presente a S. Mag.^a o Breve incluzo, q̄ em tempo habil foi expedido a favor de Pedro Ant.^o Joaquim Corr.^a Garção ede sua mulher D. Mariana Xavier Froes de Sande Salema, para ser erigido em Altar privilegiado hua Capela, ou Oratorio publico das suas casas sitas á Fonte Santa : Não tem duvida o mesmo S.^{or} q̄ V. Em.^a o possa fazer dar a sua divida execução não obstante os Editaes em contrario; precedendo as mais diligencias q̄ forem necessarias. — D.^a G.^{de} a V. Sn.^a — Paço a 3 de dezembro de 1760. — *Franc.^o X.^{or} de Mendonça Furtado.*»

Tambem percorrendo esse livro 8 da colecção, vê-se, a pág. 41, que Francisco Bernardo Holbeche foi autorizado por Breve «p.^a poder Ler os Livros prohibidos», o que foi comunicado a Francisco Mendes Trigoso a 7 de Março de 1761; e a pág. 69 a mesma autorização a favor de Pedro Antonio Joaquim Correia.

admissão às ordens sacras; provimentos de priorados, igrejas, vigairarias, prebendas, benefícios de Colegiadas, etc.; beneplácito dos papéis vindos de Roma, etc. (1).

No livro 3o começa a série do *Registo das consultas e resoluções da junta de Exame do estado actual e melhoramento temporal das ordens regulares*, começando a série em 1791. Os assuntos tratados nesses livros são todos relativos às ordens religiosas em Portugal, como: reunião e fusão de mosteiros; admissão de noviços, noviças, freiras, educandas, seculares nos mosteiros; supressão de conventos, reclamações de religiosas; os mais diversos assuntos do regime interno económico, financeiro, de disciplina e moral dos conventos, etc. As questões eram postas em forma de *Consulta* a que respondia a *Junta* em forma de *Parecer* ou resolução com todos os papéis apensos necessários à instrução dos assuntos. Esta série é importantíssima para o conhecimento completo da vida monástica em Portugal nos fins do século XVIII e princípios do século XIX, mal se compreendendo como se possa escrever sólidamente, documentadamente, sobre tal assunto, sem se ter percorrido os livros de registo e os maços de papéis do arquivo do Ministério da Justiça.

O Livro 37, tem por título *Portarias e Provisões*, de 1768-1769. Contêm as «Ordens que se expediram para a cidade de Coimbra, Universidade, Congregação de S.^{ta} Cruz e mais preladados maiores das ordens regulares deste reino desde que

(1) No livro 23, a pág. 39, encontra-se o registo do seguinte, e interessante, officio do marquês de Pombal, de 11 de Maio de 1774: «Para o Cardeal Patriarca. — El Rei Meu Senhor Manda remeter a V. Emin.^{ca} as Chaves do Mosteiro de São Vicente para que V. Emin.^{ca} haja de ordenar, que se prepare tudo que necessario for para a solemnidade do Corpo de Deos: E manda tambem prevenir a V. Emin.^{ca} que depois da sobredita Função devem as mesmas chaves ser restituídas a esta Secretaria de Estado, por ter ainda Sua Magestade, que fazer algumas determinações convenientes ao seu Real Serviço...».

Também ali figura o registo do officio de D. Luis da Cunha, de 10 de Junho de 1775, comunicando ao patriarca a elevação à dignidade pontificia do Cardeal Ganganelli, officio esse que mostra bem a subordinação do poder religioso ao poder civil.

chegou a esta Corte o primeiro exemplar da Pastoral com que o bispo de Coimbra se pretendeu arrogar a censura dos livros...».

Como se vê, trata-se aqui, nem mais nem menos, da célebre questão da *Jacobéa*, ou do *Sigilismo*, em que andou envolvido o bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, fr. José Caetano e outros. A indignação do marquês de Pombal contra o bispo autor da célebre pastoral de 8 de Setembro de 1768, foi enorme, não pela invocada seita com que se quiz justificar a perseguição do ilustre marquês contra o desventurado bispo, mas, porque o ministro viu nessa pastoral e na restante attitude do prelado actos de desrespeito manifesto e de declarada rebelião contra o poder real que promulgara a lei de 2 de Abril de 1768 proibindo a bula *In Cæna Domini*, e que criara a Mesa Censória com as suas proibições de livros que atacavam o poder civil e a permissão de outros que, na opinião do bispo, eram deletérios à pureza da religião⁽¹⁾.

Com o Livro 38 começa a série de *Registo das Provisões e Ordens da Junta de Exame de Estado actual e Melhoramento temporal das Ordens Regulares*, de que já falámos, indo até ao Livro 41 e compreendendo o período desde 1790 a 1825. Os Livros 42 a 44 destinam-se ao registo de correspondência com o cardeal patriarca. A partir do 50 começa a série dos Negócios Eclesiásticos que vai até ao 61, isto é, desde 1822 a 1833, seguindo-se a continuação das *Graças de Roma*, até Livro 77 como já dissemos.

*

* * *

Eis uma infima amostra do muito de valioso que contem aquêles livros que estavam atirados ali para o chão como coisas

(1) Vêr acerca dessa importante questão: na *Colecção Pombalina* da Biblioteca Nacional os seguintes códices: 454, 457 e 678; nos Livros do Ministério da Justiça o n.º 2 que tem por título *Conselho Geral do Santo Officio*, 1768 a 1774.

banais, triviais, inúteis. Lá os deixámos arrumados e dispostos com ordem.

Encontrámos ainda no improvisado arquivo do segundo andar, no chão e por cima dum armário, e no infernal depósito do sótão e do fôrro do telhado muitas dezenas de maços de precioso recheio. Esses, por completa impossibilidade, lá os deixámos na confusão macábra em que os encontrámos.

De tal estado de coisas não culpamos o arquivista, que estando ali ha muito pouco tempo é o primeiro a lamentar êsse pandemónio que êle, de resto, é impotente para remediar, pois lhe faltam todos os meios materiais, a começar na casa. E, se êsses magníficos códices e maços hão de ir parar aos lagedos ou para o empedrado das Arcadas, onde já estiveram, senão êstes, outros arquivos de Ministérios, antes conservá-los — vá o eufemismo — ali, ou melhor: antes i-los perdendo dia a dia, homeopaticamente, mas sem escandalo, sem dar nas vistas, sem despertar a pasmeira dos curiosos e a censura e revolta dos que teimam em se considerar num país civilisado e progressivo.

C) Arquivo do Ministério das Finanças

Os serviços da Fazenda pública foram, naturalmente, pela sua importância e complexidade, os que mais cedo demandaram a atenção dos governantes. Efectivamente, assim succedeu, sendo o *Conselho da Fazenda* criado por Filipe II, em 20 de Novembro de 1591.

Ficou então êsse tribunal composto por um presidente e quatro vogais conselheiros e dois letrados. Segundo o regimento do tribunal devia êle occupar-se de «todas as materias, cousas e negocios da Fazenda, que ora correm nos trez tribunaes separados do Reino, India, Africa, Contos e assim o negocio das terças». Como secretários funcionavam quatro escrivães de fazenda, tratando: um dos negócios do reino e seus assentamentos, outro do que respeitava á India, Mina e Guiné, Brazil e ilhas de S. Tomé e Cabo Verde, um terceiro dos mestrados e dos Açôres, e um último occupava-se da África, contos e terças.

Pela lei de 22 de Dezembro de 1761 o Conselho da Real

Fazenda era reorganizado, ganhando em atribuições, organização e autoridade como tribunal consultivo e deliberante em única instância. Pela lei de 13 de Dezembro de 1790 foi o Conselho da Fazenda unido ao Erário régio que já havia sido criado, muito antes, em 22 de Dezembro de 1761.

A Secretaria da Fazenda não é, pois, das menos antigas, se bem que não seja das mais velhas. Quando o visconde de Vila Nova da Cerveira pediu, em 1788, a exoneração de secretário de Estado, D. Maria I, por decreto de 15 de Dezembro dêsse ano, deferiu-lhe a demissão, nomeando-o na mesma ocasião presidente do Real erário e da Real junta do comércio, agricultura, fábricas e navegação; e, creando por êsse alvará a Secretaria de Estado da Fazenda, designou-o titular desta.

Apezar de creada a Secretaria da Fazenda todos os negócios a esta respeitantes continuaram correndo, como até ali, pela Secretaria do Reino, pois só em 6 de Janeiro de 1801 é que os dois serviços se separaram, e é que começou, de facto, a funcionar a Secretaria da Fazenda. Durante a regência dos Governadores do reino, a Secretaria da Fazenda e o Real erário continuaram desempenhando as suas funções que foram ampliadas depois da Revolução de 1820.

Extinto o Conselho da Fazenda foi o seu arquivo incorporado nos Próprios Nacionais, sendo mais tarde transferido para a Torre do Tombo onde hoje constitue um dos mais importantes núcleos. Ali encontram-se além dos registos de consultas da Repartição do Reino, de 1727 a 1832; os papeis da Junta dos três estados, e das repartições de África, da Índia, e das ordens; os da Junta do Tabaco; registo de bens de misericórdias e hospitais; Conselho Ultramarino; registos de leis; assentos de ordenados, tenças e juro (1710-1745); registos sobre os bens das inquisições (1825-1833); livros da receita e despeza da inquisição de Coimbra e do seu cofre, etc., etc.

*

* *

O actual Ministério das Finanças, ao contrário dos outros, tem um arquivo privativo para cada uma das suas Direcções

Gerais e grandes serviços externos. Assim, as *Direcções Gerais da Fazenda Pública*, da *Contabilidade*, das *Contribuições e Impostos*, e da *Estatística*, teem os seus arquivos privativos, como igualmente tem o seu arquivo especial os *Próprios Nacionais*.

Porém, de todos êsses o melhor instalado e o mais modelarmente organizado é, sem dúvida, o Arquivo da Direcção Geral da Fazenda Pública. Os seus núcleos documentais iniciam-se com a criação da Direcção Geral da Tesouraria, e continuam-se até hoje. Se nos recordarmos de como é variada a história financeira do constitucionalismo desde que, em 1820-1821, Manuel Fernandes Tomás acabou com as contas de sacco, montou a escrita do Estado, e organizou os serviços da dívida pública, da cobrança dos impostos e do orçamento do Estado, até ao estonteamento miguelista com o seu célebre empréstimo Goldsmidt gorado pela acção de Mendizabal em Londres, pela queda de Carlos X e a substituição de Wellington por Palmerston, e com o outro de 40 milhões de francos negociado em 1832; e se nos lembrarmos das reformas de Mousinho da Silveira no *império* da Terceira ou no *reino* do Porto, das agiotagens do infalível Mendizabal, dos empréstimos de D. Pedro, em Londres, das diligências do *factotum* financeiro Silva Carvalho, das *ajudas* de Quintela, das ancias de dinheiro que teem atribulado todos os govêrnos em Portugal desde a restauração pedrina e do govêrno mariano até hoje, fácil será avaliar a importância dêsse bem ordenado arquivo para a elaboração de uma documentada história da nossa sempre aflitiva vida económica e financeira⁽¹⁾.

(1) O Arquivo da Fazenda Pública — antiga Tesouraria — está excelentemente instalado nos baixos do Ministério das Finanças, com entrada directa pela Arcada. É constituído por um enorme salão da entrada, tendo ao fundo mais duas salas de grandeza regular estas com corpos centrais e todas com estantes laterais inteiramente cheias de pastas e maços de papéis, estando nas prateleiras mais baixas os Livros de entrada, de saída, protocolos, copiadores, etc. Tudo isto está disposto com um aprumo, uma ordem e um método verdadeiramente excelentes, fazendo dêsse arquivo, pela sua instalação, arrumação e pelos seus índices um dos mais perfeitos modelos do que entre nós conhecemos no género. E por ser de justiça

O arquivo da Direcção Geral de Contabilidade está tão mal instalado que até se encontra dividido, estando a parte mais antiga no edificio do antigo convento de Santa Joana, e a mais moderna numas casas da rua do Arsenal onde em tempo esteve a Receita eventual.

Quanto ao Arquivo da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, uma parte está a monte nos sótãos e no fôrro do telhado por cima das instalações dessa Direcção Geral, tendo ardido a outra parte no recente incêndio da ala norte do Terreiro do Paço, onde estavam as encomendas postais (1).

O Arquivo muito valioso dos Próprios Nacionais encontra-se instalado no já referido edificio do Convento de Santa Joana, havendo igualmente um bom recheio de manuscritos de valor histórico na antiga igreja de Santa Luzia, ao Limoeiro, manuscritos êsses que vieram dos antigos paços reais após a proclamação da República.

Tanto o Arquivo de Santa Joana como o de Santa Luzia, teem a sua organização mais ou menos regular, estando nêles suficientemente guardados e conservados os seus recheios (2).

aqui consignamos os nossos elogios ao seu zelosíssimo organizador e actual chefe dêsse estabelecimento, o sr. António Tomaz Vidal de Freitas, sendo muito de lamentar que em cada Ministério e serviço autónomo não exista um funcionário daquela tempera, e com zêlo e as aptidões que tanto distinguem o sr. Vidal de Freitas.

(1) Não chegámos já a conhecer êsses arquivos, mas, pelo que nos teem informado, tinha papeis muito valiosos não só para o estudo da evolução da propriedade e da riqueza mobiliária e imobiliária entre nós, como até para o conhecimento da vida politica e social do país. Tudo se perdeu no incêndio.

(2) Quanto ao arquivo e biblioteca da Direcção Geral da Estatística, vejamos o que dizia o artigo do fundo do n.º 2.939 do jornal *A Republica*, de 3 de Novembro último (1919). Logo no princípio surge esta declaração:

«Este arquivo, tal qual os dos diferentes ministérios, foi como coisa de somenos importância desterrados para os cimos do Terreiro do Paço, para umas casas acanhadas, com um aspecto de sótãos miseráveis...». Depois de falar do môfo que se evola dessas casas, e das «nuvens de um pó atrevido e desobediente à escova», diz que «se nos depara uma bicharada esquisita saindo de fólhos volumosos e já de capas desbotadas».

Referido-se à biblioteca diz o articulista que esta não tem casa pró-

D) Arquivo do Ministério do Comércio

Como temos visto, os arquivos e bibliotecas dos ministérios estão, com pequenas excepções, numa grande desorganização pelo que respeita à existência de catálogos e índices. É possível que em alguns os processos e livros estejam mais ou menos aparentemente arrumados e dispostos com ordem, alinhados como soldados em parada; mas isso está muito longe de ser suficiente. Tal estado de coisas dava-se antes da República, e continua dando-se actualmente.

Quando em 1911 se fez um inquérito ao estado em que se encontravam a biblioteca e arquivo do Ministério do Fomento, a comissão respectiva, diz o relatório que antecede e justifica o decreto de 10 de Maio dêsse ano que reorganizou todos os serviços: «informou do estado anárquico em que se encontra aquela repartição, onde não ha catálogos, onde faltam os inventários, onde, para tudo se dizer em poucas palavras, para 50:000 volumes e folhetos impressos se encontram apenas 1434 verbetes absolutamente inúteis, segundo os sindicantes, porquanto além de não serem feitos segundo os moldes usados em tais serviços, nem sequer jogam, como deviam, com a arrumação». Mais adiante, continua o sensato relatório: «Na Biblioteca e Archivo do Ministério do Fomento ha verdadeiras preciosidades, documentos do mais alto valor, desaproveitados até agora por se terem considerado os serviços da respectiva repartição comesinhamente burocráticos como os de qualquer outra das inumeras repartições do serviço público. Criminoso seria manter o archivo tal como se encontra, não tirando minimo proveito do abundante material de estudo que ele encerra, e que é bem um campo fértil que só exige para se desentranhar em frutos, que alguém cultive com intelligência, com zelo e com amor». E logo, segue:

«Não pode ir buscar-se ao corpo burocrático a direcção e

pria, estando os livros espalhados «por diferentes dependências, sem método nem arrimo», e sem qualquer catálogo. A seguir à referência a bons livros que essa biblioteca contém, diz: «E todas essas maravilhas se encontram à matroca».

peçoal dos Archivos e Museus, pois que a paixão pelo estudo, o gosto pela arte, a intelligencia para entender velhos e complicados textos, a capacidade de imprimir vida ás mummies graphicas, que são ao mesmo tempo como que o tumulto do passado e o berço do futuro, nada disto se adquire na pratica de escrever officios, segundo o formulario em uso». Exposta a boa doutrina neste conciso mas bem aduzido e claro relatório, surge o decreto, esclarecendo ainda:

«Pelas razões expostas, e conformando-me com o parecer da comissão de sindicancia á Bibliotheca e Archivo do Ministério do Fomento:

«Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

«Artigo 1.º O Archivo Geral do Ministerio do Fomento destina-se à guarda e conservação de documentos que digam respeito aos serviços do mesmo Ministerio e com elles possam estar em proxima ou remota ligação.

«§ unico. O archivo compõe-se da parte do archivo propriamente dicto e da bibliotheca, havendo para cada uma destas secções um livro-inventario ou matriz, que servirá de registo de entrada, e cuja arrumação está a cargo do archivista-chefe.

«Art. 2.º Tanto o archivo como a bibliotheca estão patentes á consulta dos estudiosos das dez horas da manhã ás quatro da tarde, horas da entrada e sahida do pessoal.

«§ 1.º Para esta consulta será sufficiente a licença verbal do archivista chefe e na sua ausencia a do segundo archivista.

«§ 2.º O leitor requisitará por escrito os livros ou documentos que quizer consultar.

«§ 3.º Não será facultada a consulta de quaesquer diplomas ou processos de character reservado, que respeitem ao serviço do Ministério.

«Art. 3.º Os verbetes que constituem um catalogo formam um catalogo geral por titulos de obras ou documentos, devendo este ser acompanhado por verbetes remissivos por apelidos, nomes proprios, variedades de assuntos e todas as informações que são de uso em trabalhos desta natureza.

«Art. 4.º No catalogo de manuscritos deve exarar-se, na respectiva altura, a designação do alvará, lista, portaria, decreto, ordem, carta regia, carta-aviso ou officio, fazendo-se

também, para a secção da correspondencia, verbete cronologico, anos, reinados, ministerios.

«§ unico. Nos de correspondencia não devem omitir-se os de origem, direcção e localidade.

«Art. 5.º O archivo tem o seguinte pessoal: archivista chefe, um segundo archivista, um escriptorario, um servente.

«Art. 6.º O archivista chefe será de nomeação do Ministro, não podendo todavia recair em pessoa que não tenha produzido quaesquer trabalhos scientificos ou literarios que afirmem, alem da competencia e valor, habitos de estudo».

*

* * *

Em harmonia com o art. 6.º do decreto citado foi nomeado archivista chefe o illustre escritor sr. Albino Forjaz de Sampaio. Posto a trabalhar com ardor e entusiasmo do nada tirou essa obra excelente que já nós causa boa impressão e que, amanhã concluida, nos produzirá admiração e espanto.

Casa, prateleiras, estantes, e outros móveis próprios; processos de disposição, arrumação, conservação e catalogação tudo é novo, tudo se lhe deve. Hoje a Biblioteca e Arquivo Geral dêsse Ministério é já uma coisa que se nos impõe como uma instituição útil, benéfica e produtiva.

Nêsse arquivo e nessa biblioteca ha espécies muito valiosas, bastando citar os códices manuscritos relativos ás empresas economicas do tempo de Pombal, como as Companhias de Pernambuco e Parayba, Grão-Pará e Maranhão; um *Dicionario de Comercio*, manuscrito, o mesmo de Savary, traduzido por Jacquery, e que pertenceu a Jacome Ratton; os livros manuscritos da *Balança geral do Commercio de Portugal com os seus dominios* (1696-1731), etc.

Quanto ás espécies impressas é de salientar, primeiramente, a obra de Albert Durer: *Clarissimi pictoris et Geometrae de Symmetria partium humanorum corporum Libri quatuor, e Germanica Liogna, in Latinam versi*, edição de Paris, de 1557. Também ali existe a rara obra de Manuel de Azevedo Fortes, *O Engenheiro Português*; o *Missal*, de Estevam Gon-

çalves, na sua magnífica reprodução; as *Recordações*, de Jacome Ratton, etc.

As espécies da Biblioteca estão todas catalogadas pelo processo inglês — e já hoje tão generalizado — do *Catalogo-Dicionário*, e convenientemente arrumadas, estando a ser ordenados e catalogados os manuscritos.

Essa biblioteca apesar de estar ainda em via de organização e arrumação, tem já prestado bons serviços, pois, patenteada desde ha tempo à leitura pública teve em curto periodo 66 leitores, isto até Dezembro de 1917, sendo de calcular que de então para cá ali tenham estado mais de 200 (1).

E) Arquivo do Ministério da Marinha

A antiga Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha é das mais antigas, tendo sido creada, como já vimos, por alvará de 28 de Julho de 1736, e sendo o seu primeiro ministro Antonio Guedes Pereira, que foi nomeado na mesma data. Pela carta de lei de 8 de Novembro de 1821, sendo ministro Joaquim José Monteiro Torres, separaram-se dessa Secretaria os negócios relativos ao Ultramar, mas pela lei de 3 de Outubro foram de novo reunidos êsses serviços na Secretaria da Marinha. Em 8 de Junho de 1834 decretou-se uma organização idêntica à de 1821, sendo por decretos de 25 de Abril e 2 de Maio de 1835 resolvido que existisse uma só Secretaria para os negócios da marinha e ultramar. Por último a República separou os dois serviços creando o Ministério das Colónias.

O *fundo* documental antigo do Arquivo de Marinha foi instalado em 1897 na Biblioteca Nacional de Lisboa, compreendendo as seguintes três divisões: Arquivo da Direcção Geral da Marinha; o Arquivo do Comando Geral da Armada; e os Livros dos quartos e outros pertencentes aos arquivos dos

(1) Acêrca dessa instituição vêr os dois relatórios do seu illustre director, o sr. Albino Forjaz de Sampaio: *Relatorio sobre a Biblioteca e Arquivo Geral [do Ministerio do Fomento]. Junho de 1911 a Janeiro de 1912.* Lisboa, 1912; *Relatorio ... Janeiro de 1912 a Dezembro de 1913.* Lisboa, 1914.

diversos navios. Entre as peças incorporadas na Biblioteca e que maior interêsse histórico apresentam, são de salientar as seguintes: Ordens do Capitão General, do Comando do Almirantado e do Major General — 26 volumes, de 1757 a 1861; Registo do 1.º e 2.º regimentos da Armada, 1763; Registos de ordens do Almirantado para os navios surtos no Tejo; livros mestres do corpo da armada, 1752; livros de receita e de despesas com diversas naus a partir de 1761, etc.

Na Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional existem muitos manuscritos relativos à marinha⁽¹⁾. Também no Arquivo Ultramarino instalado na mesma Biblioteca se encontram muitos papeis sôbre a nossa armada, arsenais, etc., como: Consultas do Dezembargo do Paço (1755), do Almirantado (1795), do Conselho Ultramarino (1720); livros de passaportes de navios, passageiros, registos, etc.; registos dos arsenais da Guiné e Índia, da companhia de pescarias (1756), etc.

Actualmente o Arquivo da Marinha, instalado no segundo pavimento dêsse Ministério, na 6.ª Repartição, ocupa uma ampla sala com as suas pastas e os seus maços e livros de registos vários bem dispostos, arrumados e conservados, sendo a colocação feita por ordem cronológica, a partir da esquerda alta da porta de entrada. Aí está o maço mais antigo dos processos que se refere ao ano de 1860, mas o códice mais arcaico dos decretos e portarias remonta ao ano de 1818⁽²⁾.

Eis o que de mais saliente e importante ali vimos.

E) Arquivo do Ministério das Colónias

Este é um dos mais ricos arquivos dos nossos Ministérios apesar de já bastante desfalcado pela transferência para a Bi-

(1) O códice 257 contem o Diário da fragata N. S. da Arrábida; os códices 115, 122, 249, de 453 a 456, de 460 a 468, de 472 a 477 com diversa legislação sôbre marinha; códices 456, 460, 474, 476, acêrca da navegação nos Açôres e na Madeira; códice 464, navegação no Brazil, etc., etc.

(2) Para mais amplo conhecimento vêr as duas pequenas, mas interessantes e úteis monografias de Gabriel Pereira: *O Archivo da Marinha*, 31 págs., 1901; *O Archivo Ultramarino*, 1902, 14 págs.

biblioteca Nacional do *fundo* mais antigo sôbre as nossas colónias, o qual foi ali constituir o magnifico *Arquivo Ultramarino* ⁽¹⁾.

Apezar da falta dêsses núcleos importantíssimos ainda assim o *fundo* histórico do Arquivo do actual Ministério das Colónias é muito valioso e encontra-se em bôa ordem.

Para se vêr quanto são importantes as colecções ali existentes basta atentar-se nos manuscritos dados a lume na excelente publicação official dêsse Ministério, *Arquivo das Colonias*.

Ai tem sido publicados, entre outros, os seguintes manuscritos dêsse excelente depósito: Relatório apresentado às Côrtes em 1836 pelo então ministro do Ultramar Sá da Bandeira; Informações acêrca da Guiné dadas em 1777 pelo tenente Bernardino de Andrade; Memórias de Santa Cruz. Dos estabelecimentos e sucessos mais notáveis, continuados do tempo da extinção dos Jesuitas, athé o anno de 1798; Descrição do Estado em que ficavão os Negocios da Capitania de Mossambique nos fins de novembro do Anno de 1789, por J. J. Nogueira de Andrade; Documentos relativos à Serra Leôa, de 1752 e 1753; Documentos sôbre as Minas de Monomotapôr, do meiado do século xvii; Papeis sôbre a decadência das colónias portuguezas do Oriente, attribuidos a Martinho de Melo e Castro, e escritos em Dezembro de 1781; «Livro de Copias de Alvarás, Cartas e mais papeis pertencentes ao governo economico desta cidade de Macau, Anno de 1769 ⁽²⁾»; «Angola Livro de Officios para a Corte. 1784 a 1790 ⁽³⁾»; «Regimento do Governo do Reino de Angola», de 12 de Fevereiro de 1676; «Regimento dos Ouvidores Geraes do Reino de Angola», de 23 de Junho de 1651; «Regimento do Secretario do Reino de

(1) Sôbre o *Arquivo Ultramarino*, da Biblioteca Nacional de Lisboa, vêr Gabriel Pereira: *O Arquivo da Marinha*, 1901; *O Arquivo Ultramarino*, 1902; Castro e Almeida: *Inventario dos documentos relativos à Madeira e Porto Santo*, 2 vols.; *Inventario dos Documentos relativos ao Brazil*, 3 vols.

(2) Os papeis transcritos dêsste *Livro de Copias* atingem 1622, como uma «Relação da Vitoria, que a Cidade de Macao teve dos Olandezes no Anno de 1622».

(3) São officios dirigidos a Martinho de Melo e Castro, Marquês de Angeja, pelo Barão de Mossamedes.

Angola», do 1.º de Abril de 1688; Papeis sobre as Fortificações na Cabaceira e Mossuril, em Moçambique, em 1758; Correspondência do Barão de Mossamedes com José de Seabra e Silva e outras personalidades, desde 1784; diversas notícias sobre Moçambique, de 1753-1758; População de Angola em 1778; «Correspondencia do Marquez de Castello Novo, quando V.-Rei e Capitão General da India, para El-Rei e diversas autoridades da Metropole, principiada em Moçambique em 10 d'Agosto de 1744».

Pelas peças citadas que tem apparecido na publicação mensal *Arquivo das Colonias*, já se pode aquilatar do valor dêsse depósito para o estudo da nossa vida administrativa, militar e económica nas colónias, a especialmente partir dos fins do século XVIII e a través do século XIX.

G) Arquivo do Ministério de Instrução

O Ministério de Instrução que devia nestes assuntos servir de modelo, pois é dêle que estão dependentes técnica e administrativamente os serviços das bibliotecas e arquivos, tanto aqui como na organização doutros departamentos dos seus serviços deixa imenso a desejar. Assim, mercê da falta de instalações e de pessoal habilitado tem muito imperfeita a organização do seu arquivo, que sendo muito recente, como o próprio ministério, tem por enquanto um interesse muito mais administrativo que histórico.

Como já dissemos no início dêste trabalho a biblioteca do Ministério de Instrução, para cuja especialização e progresso bastante trabalhámos, não exerce o menor papel de campo de estudo e de fonte de informação em assuntos pedagógicos que uma organização inteligente lhe devia marcar. Os diplomas que tem organizado os serviços dêsse Ministério tem sido dumã manifesta insuficiência quantò à importante função que cabia à biblioteca e ao boletim dessa Secretaria de Estado.

Assim, o laconismo dêsses diplomas e a completa falta de pessoal habilitado para tais serviços tem tornado absolutamente inutil tal biblioteca, sendo também de notar que o boletim ha alguns anos deixou de aparecer.

Dêste modo, o Ministério da Instrução longe de constituir um modelo a seguir na organização de tais serviços, é antes um exemplo a evitar pela completa indiferença que ali se nota na constituição e progresso de assuntos tão importantes da educação pública.

II. — Outros Arquivos da cidade de Lisboa

A) Arquivo da Câmara Municipal

Tem a Câmara Municipal de Lisboa muito bem organizado o seu arquivo devido aos esforços beneméritos do seu director Eduardo Freire de Oliveira, já falecido, também autor ilustre dos bens documentados *Elementos para a História do Município de Lisboa*; obra iniciada em 1885 e que já conta publicados 18 volumes, atingindo o govêrno pombalino.

É o arquivo da Câmara Municipal de Lisboa muito rico em documentação sôbre a vida política, administrativa, económica, demográfica e moral do país, e especialmente de Lisboa, desde o século XII, e, especialmente, dos séculos XIII e XIV em diante (1).

(1) Também a história literária encontra ali muitos elementos de informação. Assim, pela *carta régia* de 8 de Junho de 1621 fica-se sabendo que a obra de João Batista Lavanha sôbre a «*Viagem da catholica real magestade d'el-rei D. Filipe II nosso senhor ao reino de Portugal, e relação do solemne recebimento que n'elle se lhe fez*», mandada escrever pelo rei, e impressa por Thomás Justi em Madrid, em 1622, foi paga pela Câmara de Lisboa, da qual obra se tiraram 500 exemplares que «custarão quinhêtos e vinte mil rs». Inocêncio, no *Dicionário*, cita a obra mas não menciona quem a pagou, porque, naturalmente, não conhecia a *carta régia* que lá está no Arquivo do Município. Liv. I d'el-rei D. Filipe III, fl. 16.

Igualmente, pelo conhecimento do alvará de 20 de Agosto de 1588, das cartas régias de 9 de Junho e 7 de Julho de 1597 e de 21 de Novembro de 1622 e dum requerimento da Câmara, de 4 de Maio de 1623, etc., alguns esclarecimentos se obtêm sôbre os lugares onde então se representavam as comédias em Lisboa, os comediantes que as momávam, e o *grande empresário* desse tempo, que por sinal era uma senhora, D. Catarina de Carvajal, *dona viúva* — dama essa cheia de iniciativa e sempre pronta a defender e a pleitar o que considerava os seus direitos contra «os quaxeiros da rua

Para mostrar o enorme valor dêsse recheio basta citar, os *Livros dos reys*, os *Livros dos Pregos*; os *Livros dos Provi-mentos de officios*; o chamado *Livro Carmezim*, que contém o regimento de D. Manuel, de 3o de Agosto de 1502 e muitos outros diplomas do século XVI; os *Livros de registo das rendas e condemnações e da receita e despeza*; os diversos *Livros* contendo os alvarás, cartas régias, — por reinados; os *Livros dos Assentos das vereações*; o *Livro dos Foraes da camara*; os *Livros de sentenças*; os *Livros de confirmações*; a *Colecção de Providencias municipaes*; a *Colecção de editaes do senado*, por anos; *Livros do regimento de posturas, acordos, provisões, taxas e regulamentos*; *Livros de contratos*; os *Livros dos impostos*; *Livros de registo de ordens do senado*; o interessante *Livro das posturas reformadas em 1610*; *Livros Misticos de contratos*; os curiosissimos *Livros de festas*; os *Livros onde se lançam as consultas e cartas que se escrevem a S. Magest.^{de}*, etc., etc.

A medida que os tempos vão avançando, a documentação vai sendo cada vez mais rica. Assim, dos tempos filipinos muito numerosas são as fontes manuscritas que ali existem (1). Da Restauração em deante a documentação acumula-se.

O Arquivo e Biblioteca da Câmara lisbonense é um primôr de organização, ferindo o visitante não só pela ordem, método e aceio com que tudo está, como pela disposição — manuscritos, livros, moédas, medalhas, gravuras, fotografias, etc. — que tudo ali apresenta: verdadeiramente artistica, encantadora. Assim, êsse Arquivo é também um precioso museu paleográfico, bibliaco e artístico.

das Arcas», o senado da Câmara, e, até, contra o Desembargo do Paço, quando lhe determinaram a proibição de continuarem as representações no pátio das Arcas por ser estreita a rua e prejudicar o comércio local com o peijamento de carros e alimárias de toda a ordem. Vêr E. Freire de Oliveira, *Elementos*, t. III, págs. 32 a 55.

(1) Vêr sôbre as relações da Câmara de Lisboa com Filipe III, *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, todo o t. III.

B) Arquivo da Misericórdia de Lisboa

Também este Arquivo é bastante rico e está bem organizado, devido aos esforços do erudito investigador, sr. Victor Ribeiro, acêrca do qual tem escrito muito, quere em obras especiais, como a sua excelente monografia sôbre êsse estabelecimento de caridade, quere nos *Boletins da Academia* e no *Arquivo Histórico* (1).

O conhecimento do recheio do Arquivo da Misericórdia é essencial para o estudo da vida social, moral, religiosa e, até, económica do nosso país, e, especialmente, de Lisboa.

C) Arquivo do Hospital de S. José

Eis outro Arquivo imensamente valioso, e que está muito bem instalado e organizado. Ha ali documentação muito antiga cuja consulta não só interessa a quem se quizer dedicar aos interessantes assuntos da demografia, nosografia, história da medicina, patologia e clínicas cirurgica e médica em Portugal, mas até ao historiador da literatura.

*

* *

Ainda outros arquivos existentes em Lisboa merecem ser lembrados, por serem muito importantes, sendo de salientar os do Parlamento — que são magníficos e estão intactos (2); os das antigas Escolas Médica e Politécnica; o do antigo Curso Superior de Letras; o do antigo Instituto Industrial e Commercial; os da Escola de Belas-Artes e do Conservatório; o da Casa Pia; o do Gôvêrno Civil, etc.

Falta-nos em Portugal a uniformisação de métodos e pro-

(1) Vêr Victor Ribeiro, *O Arquivo da Misericórdia de Lisboa*.

(2) Os Arquivos do Parlamento contem um recheio precioso e abundante de papeis a partir de 1821. Estão regularmente organizados, tendo, da parte antiga, um índice sumário em livro.

cessos de arquivo-economia. Por isso, actualmente, em cada arquivo domina seu processo de fazer os índices e catálogos das peças. Tal inconveniente desapareceria com a elaboração de umas instruções que fossem distribuídas aos diversos arquivos e ali mandadas observar na arrumação, catalogação e conservação dos recheios, ou — o que seria muito melhor — nomeando para o pessoal técnico de tais estabelecimentos só os profissionais saídos da mesma escola de bibliotecários e arquivistas. É a essa prática rigorosamente observada que a Espanha deve o enorme progresso em que se encontram ali os serviços bibliotecários e arquivísticos, e, por consequência, a erudição histórica.

12. — Bibliotecas Escolares

A) Bibliotecas Liceais

Como se sabe, todos os liceus tem as suas bibliotecas privativas mais ou menos bem sortidas. Ao passo que algumas delas tem os seus recheios constituídos, principalmente, por obras dos séculos XVII e XVIII, de teologia, história e literatura, — restos das livrarias conventuais, outras estão muito regularmente providas de obras modernas de sciências da natureza, geografia, história, literatura e filosofia. Entre estas é legítimo salientar as bibliotecas dos novos liceus de Lisboa: Passos Manuel, Pedro Nunes, e Camões.

B) Bibliotecas Universitárias

A crescente necessidade da especialização científica tem forçado a criação de bibliotecas especializadas por Faculdades, e mesmo dentro de cada uma destas é hoje prática seguida a organização de bibliotecas por secções ou grupos de sciências, chegando a especialização a ir até à minúcia de crear nas aulas de trabalhos práticos, — chamados também *institutos* ou *seminários*, — bibliotecas privativas para cada sciência, e até para cada divisão ou ramo sciéntifico.

Assim, a Sorbonne, que como se sabe é constituída pelas Faculdades de Letras e de Sciências da Universidade de Paris,

além da sua Biblioteca geral e comum, tem as bibliotecas privativas das diversas salas de trabalhos e institutos especiais.

Dêste modo, os *Institutos de Arqueologia, História da Arte, Epigrafia grega, de Geografia, de Geografia colonial, de Estudos slavs, de Fonética*, bem como o *Seminário de Filologia Romanica*, a *Sala de Estudos Gregos*, a *Sala de trabalho de Filologia Românica e Francesa*, etc., existentes na Faculdade de Letras de Paris, têm cada um a sua biblioteca especialisada.

Outro tanto sucede nas Universidades da Alemanha, dos Estados Unidos, da Inglaterra, etc.

Com relação a Portugal é sabido que a Universidade que entre nós melhor realisa a grande função de coordenação científica é a Universidade de Coimbra. Esta, como as suas congêneres estrangeiras além da grande biblioteca central e comum a todas as Faculdades — e, de que já tratamos, tem também as bibliotecas privativas das Faculdades, havendo mesmo dentro de cada uma destas bibliotecas ou grupos de livros mais ou menos bem sortidos relativos a certas especialidades. Isso succede não só na Faculdade de Direito com o seu magnífico Instituto Jurídico, como na Faculdade de Letras — no grupo das sciências filosóficas, por exemplo, na Faculdade de Ciências no Instituto de Antropologia, no Instituto Botânico, etc.

Na Universidade de Lisboa cada Faculdade tem a sua biblioteca especial, sendo de salientar as livrarias das Faculdades de Ciências, Medicina e Letras, figurando como mais modesta a da Faculdade de Direito, por ser ella de mais recente constituição. Contudo deve dizer-se que mesmo esta se encontra progressiva⁽¹⁾. Porém, deve acrescentar-se que estas biblio-

(1) Na verdade, esta biblioteca apesar de recente está muito progressiva, bastando dizer-se que começando ella a organizar-se em Janeiro de 1914 em Junho de 1917 já possuia mais de nove mil obras perfazendo um total de vinte mil volumes.

Vêr na *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 1.º vol., págs. 383-389, um artigo do distinto professor e solícito bibliotecário dr. Fernando Emídio da Silva, sobre a *Biblioteca da Faculdade de Direito*.

tecas aproveitam pouco aos estudantes: 1.^o porque êstes — com as excepções raras e honrosas do costume — teem pouquíssima curiosidade sciêntifica; 2.^o porque as Faculdades, longe de facilitar, dificultam, e muito, o acesso dos estudantes às suas bibliotecas, não efectuando para êles o empréstimo domiciliário que, certamente, muito os favoreceria (1).

Contudo, o peor é a falta de curiosidade sciêntifica por parte dos alunos. Assim, a nossa Torre do Tombo, as secções de manuscritos da Biblioteca Nacional, da Biblioteca da Ajuda e da Academia das Ciências, estão cheias de riquezas documentais que bem poderiam fornecer magníficos assuntos de teses, de dissertações, exercicios escritos, etc.; aos estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa, pois, nunca vimos nem nos consta que em nenhum dêsses estabelecimentos tenham estado tais estudantes a investigar manuscritos para quaisquer trabalhos de criação sciêntifica.

Mas, que admira que tal suceda com os estudantes dessa Faculdade se os seus professores — com poucas excepções — dão bem o exemplo da mais completa indiferença por quaisquer trabalhos de produção sciêntifica, havendo muitos que deixam entrar e sair os anos sem produzirem um simples folheto de cordel!

Também as Faculdades da Universidade do Porto teem cada uma a sua biblioteca, sendo de salientar a da Faculdade de Medicina que contêm um magnífico recheio de mais de doze mil volumes e tem o seu catálogo excelentemente elaborado e publicado pelo distinto professor dessa escola o sr. dr. Pires Lima (2).

(1) Numa proposta por nós elaborada e apresentada a despacho ministerial, bem mostravamos a grande conveniência das Bibliotecas das Faculdades serem, não graciosamente, mas obrigatoriamente, abertas aos estudantes, evitando-se assim que a nossa Biblioteca Nacional tenha que adquirir obras estrangeiras de diversas especialidades sciêntificas para satisfazer a sua clientela universitária. Como essa proposta vai publicada, na integra, no capítulo seguinte, nada mais aqui diremos sôbre tal assunto.

(2) Vêr Alvaro Neves, *Arquivos e Bibliotecas Portuguezas*, 2.^a série, 1915.

*

*

*

Além destas, outras escolas teem valiosas bibliotecas podendo salientar-se, pela importância dos seus núcleos especializados, a Biblioteca da Escola de Belas-Artes de Lisboa, que foi instituída por um decreto de 25 de Outubro de 1836, isto é, na mesma ocasião em que foi creada a Academia, funcionando anexa a esta, e sendo o seu núcleo de origem formado pelos livros do Depósito geral das livrarias dos conventos. Foram então escolhidos mais de dois mil volumes, sendo depois enriquecida por diversas ofertas e compras.

A Biblioteca da Escola Naval ou Biblioteca de Marinha foi creada por decreto de 1 de Abril de 1802, sendo anos depois — em 1812 — publicado o seu «Catálogo systematico...». Esse depósito contém espécies muito valiosas tanto em manuscritos como em impressos, sendo dignos de especial menção: um «Instrumento judicial sobre um solho pescado no Tejo», com a data de 5 de Fevereiro de 1532; os «Privilegios concedidos a hum mestre de fazer navios», datado de 19 de Dezembro de 1500, etc.

CAPÍTULO VI

Algumas medidas propostas ácerca dos serviços das bibliotecas eruditas e arquivos

1. — Organização de catálogos de manuscritos publicados

Em 11 de Setembro de 1913 apparecia no *Diário do Governo* a seguinte portaria:

«Acontecendo que muitos investigadores que utilizam, extractam e publicam documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e nas secções de manuscritos das Bibliotecas Públicas de Évora e da Ajuda não depositam nas livrarias do referido arquivo e nas bibliotecas mencionadas as pu-

blições em que utilizaram, extractaram ou trasladaram os documentos das respectivas colecções;

«Considerando que tal falta de elementos de informação dá origem a que os directores e pessoal superior dos estabelecimentos indicados desconheçam se determinado documento se conserva inédito ou foi publicado;

«Atendendo a que o Arquivo Nacional da Torre do Tombo e as Bibliotecas de Évora e da Ajuda não se encontram no número das instituições as quais nos termos dos artigos 8.º e 9.º do decreto de 28 de Outubro de 1910 e do decreto de 4 de Setembro de 1913, devem ser remetidos pelos donos das tipografias exemplares de todas as obras que imprimirem;

«Manda o Govêrno da República Portuguesa:

«Que todos os indivíduos que por qualquer forma utilizem, extractem ou publiquem documentos pertencentes ao Arquivo da Torre ou às secções de manuscritos das Bibliotecas de Évora e da Ajuda fiquem obrigados a depositar no referido arquivo e nas bibliotecas mencionadas um exemplar da obra impressa em que tiverem utilizado, extratado ou trasladado documentos das respectivas colecções (1)»:

Escusado será dizer que, — como prevíamos —, ninguém pensou em cumprir tal portaria, por diversas e óbvias razões, tanto mais que quem determinava que *fiquem obrigados* os indivíduos que publicassem documentos, nem tinha atribuições para tal ordenar, nem tal ordem podia ser objecto duma simples portaria, nem — e sobretudo — tinha meios materiais para forçar o cumprimento dessas determinações.

O processo tinha que ser muito outro; tanto mais que assim só se ficavam conhecendo os manuscritos publicados depois da

(1) É certo que em diversos diplomas que regulamentam os serviços das bibliotecas e arquivos estrangeiros encontram-se disposições mais ou menos análogas. Assim, no art. 10.º do regulamento dos depósitos do Vaticano diz-se que « todos os que venham a publicar documentos inéditos, etc., extrahidos dos arquivos, obrigam-se a oferecer á biblioteca destes um exemplar da obra ou obras que publiquem ». Mas, também, é certo que em parte alguma tal determinação tem sido cumprida satisfatoriamente. Em vista disso era fácil prevêr o insucesso de tal medida entre nós.

portaria, restando por se saber quais os impressos anteriormente. Era o Estado que, por meio dos seus funcionários, devia cuidar de organizar um catálogo dos manuscritos publicados com a natural indicação do logar onde estes se encontravam. Para isso estava naturalmente indicado um funcionário da Biblioteca Nacional, pois sendo este estabelecimento um dos que recebem, por lei, um exemplar de todas as obras impressas, e é o nosso maior depósito de livros, estava obviamente apontado que fosse ali que se fizesse êsse catálogo. Demais, como o trabalho não esfalaria o funcionário — pois é insignificante o número de obras publicadas anualmente onde figurem manuscritos dos nossos arquivos —, ficar-lhe-ia ainda tempo suficiente para completar o seu catálogo com a indicação das obras até então aparecidas onde figurassem impressos na integra, extratados, transcritos em parte, ou, sequer, resumidos e citados, manuscritos de qualquer depósito, pois era muito conveniente estender a colheita às obras que publicassem, extratassem *ou simplesmente citassem* manuscritos fosse qual fosse o arquivo ou cartório em que se encontrassem — público ou do Estado, dos municípios ou dos particulares.

Além de outros benefícios, tão importante trabalho tinha a grande vantagem de fornecer excelentes subsidios para a inventariação geral dos manuscritos existentes nos arquivos particulares, que, pela publicação ou simples citação de algumas das suas peças por si se denunciavam; e assim ficavam sendo conhecidos pelos poderes públicos. Ora, se se notar que todos os anos estão saindo do nosso país dezenas de manuscritos portuguezes de grande valor histórico e paleográfico, que vão enriquecer as collecções dos arquivos estrangeiros — como se vê pelos catálogos da biblioteca do Museu Britânico e da Biblioteca Nacional de Paris, entre outras, temos que concluir que urge adoptar para as espécies bibliacas e paleográficas as providências já tomadas para evitar a exportação de obras de arte e peças archeológicas. Pois, um dos meios de evitar essa dispersão consistiria em responsabilizar os donos ou detentores de livros e manuscritos valiosos pela conservação, dentro do país, das suas espécies, obrigando-os a indicar, em caso de alienação, qual o nome do novo possuidor para êste ficar,

por sua vez, responsável pelas peças valiosas que houvesse adquirido.

Isto que estamos dizendo pratica-se hoje comumente em todos os países que prezam as suas colecções bibliacas e paleográficas, e o seu património artistico.

*

* *

O notável diplomata Giry tratando das *Bibliographies des publications de textes diplomatiques*, diz:

«Depuis le xv^e siècle il a été publié un nombre considérable de textes diplomatiques, les uns dans de grandes collections, dans des recueils, d'autres isolément et souvent comme pièces justificatives ajoutées à des ouvrages d'érudition. Le nombre de ces publications était devenu assez considérable au xviii^e siècle pour qu'il fût déjà difficile de s'y retrouver. Un érudit allemand, P. Georgisch eut le premier l'idée de dresser la table des documents publiés; son ouvrage intitulé: *Regesta chronologico-diplomatica* (Francfort et Leipzig, 1740-1744, 4 volumes, in-fol., dont le 4^e contient des tables), est aujourd'hui, à cause de sa date même, de peu d'utilité. Il fut imité en France d'abord par l'abbé de Foy, puis par Bréquigny, qui, sous les auspices du Cabinet des Chartes, commença en 1769 la publication de la *Table chronologique des diplômes, chartes lettres et actes imprimés concernant l'histoire de France* (Paris, in-fol.). Interrompu après le tome III (1783) par la Révolution, cet ouvrage fut repris plus tard par l'Académie des inscriptions, qui publia de 1836 à 1876 les tomes IV à VIII, qui s'arrêtent à l'année 1314. Il faut observer que les éditeurs de ces derniers volumes n'ont pas fait de nouveaux dépouillements, et par conséquent que les seuls documents qui figurent dans la Table sont ceux qui ont été publiés sous l'ancien régime. De nos jours M. A. Wauters, sous les auspices de l'Académie de Bruxelles, a entrepris et mené à bonne fin un travail analogue pour la Belgique: *Table chronologique des chartes et diplômes imprimés concernant l'histoire de la Belgique* (Bru-

xelles, 1866-1888, 7 volumes in 4.^o). Le dernier volume s'arrête à l'année 1300⁽¹⁾».

Como se vê, a proposta que adiante publicamos nada tinha de estranho, e não era inexequível, pois a obra que propunhamos, longe de ser uma empreza inédita nos domínios da diplomática e da arquivologia, tinha similares já realizadas, pois além das que Giry aponta acima, e dos dois volumes de H. Oesterley: *Wegweiser durch die Literatur der Urkundensammlungen* (Berlim, 1885-1886, 2 volumes, in-8.^o)⁽²⁾, outros catálogos de manuscritos publicados tem sido levados a efeito⁽³⁾. Entre êstes podemos citar os suplementos periódicos dum «reportorio dos documentos relativos à historia de Italia» publicados de cinco em cinco anos pelo erudito C. Merkel, no *Bulletino dell' Instituto storico italiano*, n.^o 12, sob o titulo de *Documenti di storia medievale italiana. Bibliografia degli anni 1885-91*, etc.⁽⁴⁾; os *Regesta pontificum romanorum* publicados por Ph. Jaffé e A. Potthast, acêrca dos actos da chancelaria pontifical «*condita Ecclesia... ad annum 1304*»⁽⁵⁾; a *Bibliographie général e des inventaires imprimés*, em 3 volu-

(1) A. Giry, *Manuel de Diplomatie*. Paris, 1894, pág. 40-41.

(2) O *Wegweiser* ou *Guia* de Oesterley tinha como fim «fornecer ao historiador os meios de conhecer rápida e completamente as colecções impressas ou ineditas de documentos (*Urkunden*), redigidos durante a Idade Media (500 a 1500)». A primeira parte tratava das colecções gerais (colecções de conjunto), livros de fórmulas, cartas e documentos relativos às cruzadas; a segunda parte occupava-se das colecções de manuscritos, classificadas por países, contendo a indicação das colecções gerais de documentos manuscritos ou impressos, das colecções particulares de documentos impressos, dos diplomas reais, leis, etc., e de história local. Porém, a empreza era demasiadamente vasta; por isso ficou muito incompleta, superficial e inexacta.

(3) Vid. Langlois, *Manuel de Bibliographie Historique*, págs. 85-89.

(4) Acêrca dêste trabalho monumental diz Langlois: «Travail immense, relativement peu utile. L'entreprise de C. Merkel, mal conçue et médiocrement exécutée, n'a pas été continuée». Langlois, *ob. cit.*, pág. 87.

(5) Também A. Potthast, na sua notável *Bibliotheca historica mediævi*, tem publicado a lista dos manuscritos medievais, com indicação dos inéditos e dos já impressos.

mes, por F. de Mély e E. Bishop; os trabalhos de Gavet acêrca das «*décisions judiciaires, de chartes de villes et de coutumes publiées . . . surtout dans les Mémoires des Sociétés savantes*»; os repertórios de S. Govetta relativos às cartas e aos estatutos das corporações de artes e ofícios na Itália, que teem sido publicados na *Rivista italiana per le scienze giuridiche*; o repertório de *Los Obituaires français du moyen âge*, publicado por A. Molinier; o *Inventaire critique des lettres historiques des croisades*, publicadós por Riant nos *Archives de l'Orient latin*; os *catalogos especiaes* propostos por L. Delisle⁽¹⁾, podendo servir de exemplo o publicado por U. Robert, sob o título de *Inventaire des cartulaires conservés dans les bibliothèques de Paris et aux Archives nationales, suivi d'une bibliographie des cartulaires publiés en France*⁽²⁾; a bibliografia dos cartulários lorenos publicada por E. Bonvalot na sua *Histoire du droit et des institutions de la Lorraine et des Trois-Evêches*, 1895⁽³⁾.

*
/ *
* *

Como se acaba de vêr, a nossa proposta para a elaboração dum catálogo de manuscritos já publicados, tinha sido precedida dum conveniente estudo do assunto, e baseava-se em factos consumados e em experiências feitas lá fóra com a elaboração — e até publicação — de inventários, repertórios e catálogos duma factura bem mais complexa e dum âmbito muito mais extenso que o que nós propunhamos e delineavamos.

Assim; que era exequível — vi-mo-lo já; que era vantajoso

(1) Vid. a Introdução de L. Delisle ao seu inventário dos *Manuscrits latins et français ajoutés aux fonds des nouvelles acquisitions*, pág. LXXXIII. Esses *catálogos especiaes* devem indicar os manuscritos dos diferentes depósitos, as edições dos já impressos, etc.

(2) Publicado no *Cabinet Historique*, ts. XXIII e XXX.

(3) Citado por Langlois, *ob. cit.*, pág. 89, nota 1. Vid., também, A. Bruel, *Note sur la transcription des actes privés dans les cartulaires antérieurement au XII^e siècle*, in *Bibliothèque de l'École des Chartes*, t. XXXVI, 1875.

—ninguem o poderia contestar; que era, mesmo, urgente — tornava-se óbvio.

Demais, a factura do catálogo seria pois um meio de ir inventariando pouco a pouco essas riquezas que ameaçam expatriar-se, e os funcionários encarregados de o elaborarem seriam excelentes *éclaircisseurs* dos manuscritos e impressos valiosos que se conservam na posse dos particulares — quasi sempre perdidos para a investigação, e constantemente ameaçados de serem vendidos a pêzo, queimados, ou exportados. Por tudo isso apresentámos, superiormente, a seguinte proposta elaborada em 31 de Julho de 1916:

«É hoje prática seguida em todos os países que teem em grande conceito os progressos das sciências históricas, a publicação official dos manuscritos mais importantes dos seus depósitos públicos, fazendo-se essa publicação sistematicamente por corpos, especialidades, assuntos ou autores.

«Em Portugal, devido à deficiência de verbas, tal não se tem feito. Daí resulta que os investigadores dos nossos arquivos teem publicado pela forma mais fragmentária e dispersiva muitas cópias de peças desses arquivos, segundo o assunto ou a personalidade que naturalmente mais lhes interessa (1).

«Acontece por isso que se encontram hoje, espalhados por publicações da mais diversa natureza e indole, muitos manuscritos impressos, alguns dos quais com diversos estudos criticos sôbre a filologia, a história, a bibliografia e o valor diplomático desses documentos.

(1) Já o insigne João Pedro Ribeiro quando em 1792 percorreu os arquivos do país para reunir *manuscritos* e livros de maior valor se queixava do tempo que perdia a consultar as obras onde vinham impressos documentos dos arquivos religiosos para evitar a duplicação da impressão. Na carta de 27 de Junho desse ano (?) diz ao abade Corrêa da Serra: «Aqui me vou divertindo por este cartório, sendo p.^a mim o mais penozo o tempo perdido em ver p.^{las} Provas da H. J. Monarchia, Benedictina, etc., o q̄ já está impresso, p.^a não repetir copias; pois o Cartorio da Un.^{de} recolheu em si m.^{ta} couza de Cartorios de Most.^{ros} antigos, unidos a Jezuitas».

In Arquivo da Academia das Sciências, *Correspondencia dos Socios incumbidos do Exame dos Cartorios do Reino por Ordem da Academia Real das Sciencias*.

«Desde a *Crónica de Cistér*, dos *Elogios dos Reis de Portugal* de Fr. Bernardo de Brito, da *Monarquia Lusitana* do mesmo, continuada por António e Francisco Brandão, Rafael de Jesus e Manuel dos Santos, para não remontarmos senão ao século XVI, incluindo anais, crónicas, publicações académicas, a *História* e as *Provas* de D. António Caetano de Souza, as obras dos três irmãos Barbosa Machado (Diogo, Inocencio e José), Ribeiro dos Santos, Caetano do Amaral, João Pedro Ribeiro, Visconde de Santarem, Bicker, Soriano, as colecções dos *Documentos e Memórias da Academia*, o *Observador* e *O Conimbricense* de Martins de Carvalho, o *Ocidente*, o *Panorama*, o *Arquivo Pitoresco* até ás modernas publicações como: a *Portugalia*; a *Revista Literária, Científica e Artística do Século*; o *Arquivo Histórico*; o *Boletim* da 2.^a classe da Academia de Ciências de Lisboa; a *Revista Lusitana*; o *Diário de Notícias*, etc., todas essas publicações teem inserido muitos manuscritos dos nossos arquivos.

«Dado tal estado de coisas é verdadeiramente impossível, ao publicar-se um documento de arquivo, poder-se afirmar com segurança que o documento que se publica é *inédito*.

«Por isso tem esta Repartição a honra de propôr que pela Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, seja, com a possível brevidade, elaborado um catálogo geral — ao mesmo tempo onomástico e metódico, por assuntos e nomes de autores — dos manuscritos das bibliotecas e arquivos públicos e particulares já impressos, com a indicação da publicação onde apareceram, se são simples transcrições ou se teem estudos críticos e de que natureza estes são.

«Tendo, porêm, em atenção o que dispõe o art. 10.^o, n.^o 6.^o, do decreto de 20 de 1915 e e o n.^o 6.^o do art. 47.^o do decreto com força de lei de 18 de Março de 1911, tenho mais a honra de propôr que sôbre a organização dêsse catálogo seja ouvida a Junta Consultiva das Bibliotecas.

«Repartição de Instrução Artística, em 31 de Julho de 1916. — O Chefe da Repartição, (a) *António Ferrão* (1).»

(1) O sr. Ministro de Instrução — ao tempo o prof. dr. J. Pedro Martins — por seu despacho de 7 de Agosto seguinte, concordou inteiramente

2. — O estudo das bibliotecas e arquivos estrangeiros
no ponto de vista da história de Portugal

Quando, por portaria de 23 de Maio de 1914 (*Diário do Governo* de 25 do mesmo mês), tivemos a honra de ser encarregado pelo então Ministro da Instrução Pública, o sr. dr. José de Matos Sobral Cid, de estudar no estrangeiro *A organização dos serviços artisticos e biblioteconomicos* um dos assuntos que mais cuidadosamente investigámos lá fora foi o que se refere à existência, nas bibliotecas e arquivos da Espanha, França e Bélgica, de numerosos documentos relativos á História de Portugal. A nossa visita a alguns dêsses estabelecimentos dos citados países, e o estudo dos inventários e catálogos, e de outras obras descritivas, principalmente dos arquivos de Inglaterra e Itália, levaram-nos ao convencimento que se tornava necessário chamar a atenção do país para tal assunto.

Além das informações verbais, oficial e particularmente, por nós fornecidas, elaborámos um pequeno trabalho que corre impresso sôbre *Os arquivos da História de Portugal no estrangeiro*, onde tratámos fundamentadamente: «da necessidade de estudar e inventariar nas bibliotecas e arquivos estrangeiros os documentos relativos à História de Portugal».

Diz o *Diário de Notícias*, de 5 de Dezembro de 1916, no-

com a nossa proposta, pois compreendeu, como pessoa muito inteligente e culta o alcance e praticabilidade da proposta. Pela nossa parte fizeram-se as diligências convenientes no sentido da execução do despacho e de realização da proposta. Porém, o que é certo é que o catálogo dos manuscritos publicados não se fez, havendo teimosos ingénios — naturalmente os egoistas autores da tal inexiquível portaria de 11 de Setembro — que, por insofrido despeito, ainda esperam algum outro resultado dessa ineficaz providência, além do insucesso. Como é lamentável que por simples despeitos talvez naturais dos homens, mas que devem ser recalcados nos funcionários, se tenha protelado uma obra de utilidade geral. Os estudiosos — que não fantasiavam nem inventam a história, porque a fazem sôbre documentos — continuam lutando com a falta de um tão importante guia para as suas investigações, como seria êsse catálogo dos manuscritos publicados.

ticiando o aparecimento dessa pequena monografia e sintetizando-a:

«Depois de estudar a organização de algumas bibliotecas e arquivos portugueses e estrangeiros, o auctor occupa-se dos serviços, processos de catalogação e inventário da biblioteca do Muzeu Britânico, da Biblioteca Nacional de Paris, do arquivo do Ministério dos Estrangeiros francês e dos arquivos Histórico-Nacional de Madrid, de Simancas e do Escorial, das bibliotecas italianas, do arquivo do Vaticano, e de outros, alguns dos quais estudou na sua viagem ao estrangeiro em 1914, citando muitos dos catálogos em uso nestes estabelecimentos. Mas, não basta inventariar, catalogar e estudar os manuscritos e impressos existentes nas bibliotecas e arquivos do nosso país. É necessário estudar as espécies guardadas nos depósitos estrangeiros e relativas à História de Portugal. O autor mostra desenvolvidamente como os diversos países da Europa tem realizado essas missões de estudo nas bibliotecas estrangeiras, especialmente junto do Vaticano, citando as principais obras por elas publicada. Trata dos manuscritos relativos à História do nosso país, existentes nos arquivos e bibliotecas, citando as secções e núcleos da Biblioteca Nacional de Paris, departamento dos manuscritos, os corpos dos arquivos nacionais da mesma cidade, os do Public Record Office do State Paper Office e do Foreign Office Records, de Londres; os do Archivo Segreto do Vaticano, e as colecções dos Papeis do Estado da Secretaria Provincial de Portugal, do arquivo de Simancas, onde há muitos massos de manuscritos relativos ao nosso passado».

Efectivamente, a pág. 37 dessa monografia começamos a descrever, muito resumidamente, os arquivos estrangeiros no ponto de vista da História de Portugal, e ao principiarmos pelo estudo dos depósitos de Espanha dizemos:

«Comecemos pela Espanha. As íntimas relações políticas e diplomáticas, jurídicas, religiosas e económicas que o nosso país tem tido com a vizinha Espanha e seus antigos reinos, desde o século XII até à actualidade, estão admiravelmente

estratificadas, em sua grande maioria, nas colecções documentais dos arquivos e bibliotecas de Espanha, que em parte conhece pelo estudo *in loco*.

«No Arquivo Histórico-Nacional, de Madrid, onde estão as colecções dos chamados *Documentos da corôa* e os arquivos dos conventos extintos, há, como consta do *Inventario de los fondos e procedencias del Arquivo Historico-Nacional*, publicado na *Revista de Arquivos, Bibliotecas y Muzeus* e dos catálogos manuscritos, muitos documentos que interessam à História do nosso país. Também na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional de Madrid figuram documentos dispersos e em códices que muito se referem a nós.

«Nos *Arquivos da Corôa de Aragão*, de Barcelona, com os seus três milhões e oitocentos mil documentos que a benemérita dinastia dos Bofarull arquivistas eméritos dêsse depósito, teem tão bem inventariado e catalogado, ali muita coisa haverá, certamente, que se refira a Portugal.

«O mesmo se pode dizer dos núcleos dos antigos *fundos* do *Arquivo de Alcalá de Henarés*. Nos 70:243 maços das suas antigas colecções muita coisa existe valiosa para nós, principalmente nos *corpos* da Corôa de Castela, da Inquisição e Universidade de Alcalá, bem como nos *papeis dos jesuitas* e, principalmente, na colecção dos *papeis do Estado*, onde se encontram as correspondências dos embaixadôres de Espanha junto das diversas côrtes estrangeiras.

«Digamos agora algumas palavras, muito poucas, do *Arquivo de Simancas*. Será eterna a recordação que nos ficou, das fugidias horas que ali trabalhámos. Em *Simancas*, a *Septimancas* dos romanos, a côr local que advem do velho castelo ameado com a sua linha medieval bem *patiné* pelo tempo mas ainda viril e elegante, é de tal modo sugestiva que tem tentado a paleta dalguns *imageurs* da história romântica, bons discípulos de Michelet e de Thierry e melhores adeptos de Walter Scott* e de Chateaubriand. Mas hoje já não é possível limitar a história ao descritivo e muito menos sacrificar a êste a verdade dos acontecimentos. Hoje, o que importa em História, é conhecer dos factos e apreender o espirito e a inteligência dos acontecimentos, coordená-los, relacioná-los para

os explicar; e tudo isso só se consegue estudando e interpretando os documentos.

«Pois quem tiver um tal critério histórico-científico e crítico, encontra em Simancas uma colecção importantíssima de fontes relativas à história de Espanha, desde os séculos xv a xviii. E se se recordar que a Espanha unificada no fim do século xv entra logo depois da morte de Fernando e Izabel na órbita da Casa da Austria, dinastia essa que domina toda a história da Europa nos séculos xvi e xvii, facil será concluir o valor que para o estudo da história da Europa representam os 79:278 maços do arquivo de Simancas, distribuidos pelos três principais *fundos*, segundo a classificação do arquivista Tomas Gonsales: *Patronato Real*, *Papeis do Estado* e *Secretaria do estado da Itália, do Norte e da Espanha* (1).

«E' para terminar com os arquivos espanhóis direi ainda que nos Arquivos da Marinha e Ultramar de Sevilha, há muitas espécies de valor para a nossa História das descobertas e conquistas ultramarinas.

*

* *

«Passemos agora ao estudo sumaríssimo dos três principais, que não quero dizer únicos, depósitos de documentos de Paris onde muito ha que inventariar relativo à nossa História.

«Os arquivos nacionais de Paris com os 300:000 cartões, maços e registros teem peças magnificas, o que tudo está catalogado quasi — modelarmente, devendo citar entre outros: os *Inventários sumários gerais*, os *Inventarios analiticos*, uns já publicados, outros ainda manuscritos, os *Reportórios numéricos sumarios*, e os chamados *Reportórios de serviço* (em verbêtes e registros).

«Entre essas variadas e enormes secções, interessa-nos aqui

(1) Acêrca dos papeis do Arquivo de Simancas, como importantes fontes de estudo para o conhecimento da nossa História, especialmente no período de preparação da dominação filipina, vêr o nosso opusculo *A Restauração de 1640*. Aí publicámos os índices sumários de algumas dezenas de maços da secção dos *Papeis do Estado*.

especialmente a *Secção de História*. Nas séries J e JJ do chamado *Tresor des Chartres* e que tem além dos seus inventários especiais os catálogos gerais, comuns às séries J, K, L e M, além dos 8 volumes do inventário de Dupuy e do catálogo especial de M. Teulet, figuram documentos dos séculos XII a XIV, como a correspondência particular e oficial, política e diplomática dos reis de França, os tratados com as potências estrangeiras, alianças, relatos de embaixadores, etc.

«Também nas séries K e KK dos *Monuments historiques*, onde está a interessantíssima colecção dos diplomas merovíngios e carolíngios, publicados em fac-simile na *Diplomata et chartae merovingicae ætatis* há muitos documentos relativos a Portugal, principalmente na serie K, cotas 1800-1811 e 1300-1377.

«Na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional de Paris há igualmente documentos para a nossa História. Não falando já nos manuscritos portugueses, uma grande parte dos quais estão inventariados no *Catalogue des manuscrits espagnols et portugais*, publicado em 1892 por Moral Fatio, muitos documentos franceses existem nas numerosas colecções das *Secções* e principalmente nas da *Flandres*, dos *Cinq cent de Colbert*, nos 1894 volumes da *Col. Tireau*, no *Gabinet de Gaigniers*, no *Mundo francês* e nas *Nouvelles Acquisitions*, que se referem ao passado do nosso país. •

«Importa ainda conhecer os arquivos do Ministério dos Estrangeiros de Paris tanto no que se refere aos 15:000 volumes da *Correspondência política*, como no que respeita aos 3:400 volumes das *Memórias e documentos* principalmente nas secções do *Fundo francês*, *Fundo estrangeiro* e *Papeis dos consulados*. E, se é certo que a *Comissão dos arquivos diplomaticos* tem feito publicar muitas colecções de documentos — e entre as quais *As instruções dadas aos embaixadores e ministros da França em Portugal*, por Caix de Saint-Aymour, — não é menos certo que muito, muito mais ainda, resta por desvendar ao grande público.»

Mais abaixo, a páginas 40, continuamos:

«Mas não são esses os únicos arquivos onde há documentos relativos ao nosso passado. Porém vai longa já esta *comu-*

nicação para vos falar do mais importante depósito arquivístico de Londres, o *Public Record Office*, que infelizmente, e devido à guerra, só conheço pelas descrições, relatórios, inventários e catálogos que estudei na sala dos manuscritos da Biblioteca Nacional de Paris quando, em vespéras de seguir para Londres, estalou a conflagração europeia.

«Temos a impressão que no *Public Record Office*, principalmente na secção de *Chancelarias* (Chancery), onde estão as colecções de tratados com as potências estrangeiras, cartas-patentes, correspondência diplomática, no *Corpo do State Paper Office* e no *Foreign Office Records*, haverá que inventariar e copiar muitos documentos interessantes para a nossa História, podendo dizer-se o mesmo da secção de manuscritos do Museu Britânico.

«Antes de terminar, desejo referir-me ainda aos arquivos do Vaticano. Dissemos já que todas as nações teem tido em Roma os seus *Institutos*, as suas missões, para estudarem os arquivos do Vaticano — os mais importantes da Itália. Todos nós sabemos que apesar de termos em Roma um edificio do Govêrno que muito bem podia albergar um ou dois investigadores, pois para isso há dotação mais que sufficiente, ainda até hoje nenhum portuguez foi, pelo menos oficialmente, estudar êsses arquivos no ponto de vista de nossa História. Contudo, pelos catálogos e relatórios já publicados, alguns dos quais conhecemos, fácil é antever como seria reproductivo o trabalho que se tivesse em estudar tão importante repositório de documentos históricos.

«Tanto nos *Romanorum Pontificum Regesta* (archivio segreto) onde estão as cartas, bulas, breves, officios, etc., desde Inocência III até Sixto V, como nas colecções das *Obligatioes*, das *Collectoriae*, *Lettere de principi* e *Lettere di diversi* (guardadas no castêlo de Santo-Angelo), e, principalmente, nos *Relatórios dos Nuncios* — que é a parte mais interessante dos Arquivos Secretos, em todos êsses departamentos, haverá, certamente, documentos admiravelmente luminosos para a intelligência de varios pontos ainda hoje bem obscuros da nossa história nacional.»

Isto diziamos nós no opúsculo referido. Mas não bastava.

Tornava-se necessário fazer sentir, mostrar aos poderes públicos com exemplos bem evidentes, como é grande, no ponto de vista português, a importância das colecções existentes em alguns arquivos estrangeiros, tornando-se por isso mister estudá-las, e publicar cópias, ou pelo menos resumos, dos catálogos já elaborados desses depósitos, na impossibilidade de copiar, extratar ou trasladar os próprios documentos relativos à História de Portugal.

Por isso, em 17 de Janeiro de 1917, elaborávamos o seguinte relatório seguido da competente proposta para serem inventariados e publicados os manuscritos portugueses ou relativos a Portugal e existentes em bibliotecas e arquivos estrangeiros:

«Ex.^{mo} Sr. Ministro. — No nosso modesto opúsculo sobre as *«Necessidades de inventariar e estudar nas bibliotecas e arquivos estrangeiros os documentos relativos à História de Portugal»*, falámos da riqueza de documentação existente nos arquivos espanhóis referente ao passado do nosso país. Então referimo-nos aos mais importantes depósitos da Espanha — alguns dos quais estudámos directamente, devendo salientar-se entre outros o Arquivo Histórico-Nacional de Madrid, a secção de manuscritos da Biblioteca Nacional da mesma cidade, os Arquivos da Corôa de Aragão, em Barcelona, os antigos fundos do Arquivo de Alcalá de Henarés, os Arquivos de Marinha e Ultramar de Sevilha, e os Arquivos de Simancas. É para este último que temos a honra de chamar a atenção de V. Ex.^a pois entre os 79:278 maços dos seus três fundos encontram-se bastantes dezenas de manuscritos de infinito valor para o conhecimento exacto e rigoroso da nossa História.

«Como entendemos que não nos devemos limitar a chamar a atenção dos nossos raros leitores e do Estado para a imperiosa necessidade de inventariar e estudar esses manuscritos, resolvemos nós próprios começar, desde já, a executar esse trabalho de inventariação dos arquivos estrangeiros, a começar pelos da Espanha, e entre estes, pelo importante depósito de Simancas. Para isso recorreremos a alguns apontamentos que nesse arquivo tirámos, quando tivemos o infável contenta-

mento de o visitar em 1914. A fim de que V. Ex.^a possa ajuizar do inapreciavel valor dessas collecções, temos a honra de submeter à superior apreciação de V. Ex.^a o excerto junto do *Inventário sumario* da secção dos *Papeis do Estado* na parte relativa às negociações de Portugal. Entre os maços (legajos) estudados seja-nos permitido salientar os manuscritos que se encontram nesse arquivo sob as cotas 397 preto, 177 vermelho até 187 desta côr, todos eles relativos à importantissima questão da sucessão ao trono de Portugal, depois da morte do cardeal D. Henrique.

«Para conhecer essa tão magna questão, que chega a interessar toda a política da Europa occidental no terceiro quartel do século xvi, não basta conhecer a documentação existente em Portugal, pois nos manuscritos da collecções Cottoniana e Lansdowiana do Muzeu Britanico, no State Paper Office, de Londres, nos fundos de Colbert, Brienne e no geral da Bibliotheca Nacional de Paris, e, principalmente, nos manuscritos de Simancas, existem documentos que muito elucidam êsse tão complexo acontecimento da nossa História. Num estudo por nós feito àcerca da internacionalização da nossa história a partir do século xv e que em breve deve aparecer nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos* nós abordámos, com o conveniente desenvolvimento, a investigação dos documentos relativos ao caso da sucessão do trono de Portugal, em 1580, existentes em arquivos estrangeiros, citando quais as collecções e indicando as cotas dos maços dos documentos (1).

«Muitos outros exemplos podíamos dar tendentes a comprovar a importância dos depósitos estrangeiros e da necessidade do seu conhecimento para a investigação do passado português. Também muito mais podíamos dizer para demonstrar a importância do depósito de Simancas no que se refere ao conhecimento de factos da nossa História, mas o subido talento e grande illustração de V. Ex.^a tornam prescindiveis quaisquer outras considerações a tal respeito.

(1) Êste nosso trabalho estava em via de publicação quando os *Anais das Bibliotecas* deixaram de aparecer, tendo nós só ali publicado um artigo de introdução a êsse estudo que tencionavamos desenvolver bastante.

«Como V. Ex.^a muito bem sabe, é hoje prática seguida nos países de mais elevada civilização não se limitarem os investigadores, no estudo das fontes da sua história, ao conhecimento dos fundos e colecções dos seus depósitos de manuscritos históricos, costumando os governos encarregar diversos estudiosos especialistas de fazerem nos depósitos estrangeiros a investigação dos manuscritos relativos ao passado da sua nacionalidade. A França desde Mignet até Boissonade, a Bélgica desde Gachard, a Inglaterra com as suas dinastias de investigadores — quere por conta do Museu Britânico, quere à custa de instituições particulares —, a Itália com Mazzatinti e Sorbeli, e a Espanha com Hinojosa, — citando de memória, — por toda a parte vemos a irradiação da investigação histórica acêrca do passado de cada nacionalidade. A monumental obra de Langlois e Stein — *Les archives de l'Histoire de France*, e a modelar *Bibliographie historique*, de Langlois, mostram documentadamente a importância que tem para o conhecimento da história dum país a investigação dos depósitos estrangeiros de documentos no ponto de vista dessa história. Tratado êsse caso sob o seu aspecto genérico, digamos alguma coisa de especial acêrca do arquivo de Simancas.

«Para se avaliar da importância dêsse velho arquivo das Castelas, creado em 1543, basta que se diga que ele tem sido objecto de muitas investigações por parte de diversos estudiosos e sob incumbência dos governos dos países mais civilizados. Assim, por parte da Bélgica e da Holanda estiveram, entre outros, a investigar em Simancas, o bibliotecário Gachard e o erudito Kervyn de Lettenhove que ali fizeram diversos estudos sobre o reinado de Filipe III; Gindley na *Archivalische Zeitschrift*, t. vi, pág. 262, estuda êsse arquivo com grande desenvolvimento; Bergenroth e Gayangos publicaram, de 1862 a 1890, seis volumes do *Calendar of lettres despaches and State papers relating to the negotiations between England and Spain (1485-1542)* (1); um *Calendar of letters and State papers to english affairs in the archives of Simancas*, elaborado por Martin e H. S. Hume.

(1) Gachard publicou a *Correspondence de Philippe II*, escrevendo,

« Os historiadores franceses também ali teem feito muitos estudos desde Tiran e Mignet. Assim, Ruble trabalhou em Simancas na elaboração da sua obra — *Antoine de Bourbon et Jeanne d'Albert* (1); F. Combes para a sua *Entrevue de Bayonne de 1565 et la question de Saint-Barthelemy d'apres les archives de Simancas*, 1882; para a sua *Catherine de Medicis et le Duc d'Albe à Bayonne, 1565*, e nas suas *Lectures historiques*. Também ali esteve a investigar Baudrillart cujos estudos sôbre as relações da França com a Espanha nos séculos xvii e xviii veem publicados nos *Archives des missions*, t. xv, etc., e foram aproveitados para a sua obra, em dois volumes, *Philippe V et la cour de France*; Boissonade, que ali esteve publicou in *Nouvelles archives des missions*, no t. 1, o relatório da sua comissão; Flammermont tem publicado diversos trabalhos resultantes também de investigações efectuadas em Simancas e Alcalá de Henarés, e por último o professor Desdevize du Dezert, — que em 1910 fez investigações na nossa Torre do Tombo e no arquivo de marinha e ultramar da Biblioteca Nacional de Lisboa, — também esteve em Simancas fazendo largas investigações sôbre as descobertas e conquistas ultramarinas dos espanhóis, franceses e portugueses.

Os arquivos espanhóis, que até ha pouco tempo tinham os seus catálogos imperfeitamente elaborados, estão hoje dotados dum material de investigação excelente, havendo sido ultimamente impressos alguns desses catálogos. O arquivo de Simancas viu o seu primeiro catálogo impresso na *Revista de archivos, bibliotecas y museus*, em 1909 — e que é relativo aos documentos da secção « Diversos de Castilla »; o segundo catálogo, que nós sabemos, refere-se às negociações com a Alemanha e foi publicado pela *Kaiserliche Akademie der Wissenschaften*, de Viena; também o catálogo da colecção do Pa-

como *Introdução* ao primeiro volume dessa importante obra, uma *Notice historique et descriptive des Archives de Simancas*.

Kervyn de Lettenhove publicou, sôbre a rica documentação de Simancas, a sua notável obra em dez volumes *Relations des Pays-Bas avec l'Angleterre sous le règne de Philippe II*, 1882-1891.

(1) Em quatro volumes, editada em Paris, de 1881 a 1886.

tronato Real foi publicado na *Revista de Archivos, Bibliotecas y Muzeus*, de Madrid, pelo director dêsse arquivo, Julian Paz. Ultimamente êste mesmo funcionário publicou um catálogo relativo aos documentos das negociações da Flandres, Holanda e Bruxelas, desde 1506 até 1795, que apareceu na *Revue des bibliothèques*, de Paris, 1912, pág. 198 a 237 e 473 a 499; 1913, pág. 320 a 348 e 419 a 464, tendo acabado a publicação dêsse catálogo em 1915.

« Com relação a Portugal, triste é dizê-lo, não se tem feito estudos sistemáticos no arquivo de Simancas. Uma ou outra vez ali aparece um investigador português estudando um ou outro ponto que especialmente lhe interessa sem cuidar de coligir apontamentos para a publicação dum inventário de manuscritos relativos à nossa História, alguns, mesmo, nem ali vão, sendo-lhes de lá enviados os subsídios de que carecem, como sucedeu com o erudito investigador Ramos Coelho, na elaboração da sua obra sôbre o Infante D. Duarte de Bragança.

« Por todos os motivos que deixamos expostos, para que não se diga que nos limitamos a talhar trabalho para os outros, e por nos parecer que podemos prestar um útil serviço aos estudiosos publicando os inventários que contem manuscritos portugueses ou relativos à história de Portugal — para o que possuímos já bastante material, temos a honra de propôr a V. Ex.^a o seguinte:

« 1.º Que seja levada a efeito a publicação de inventários, sumários e analíticos, dos maços, caixas, pastas, gavetas ou códices que contenham manuscritos portugueses ou relativos a Portugal e existentes nos mais importantes depósitos publicos do estrangeiro, a começar pelos de Espanha acima citados, e, entre êstes, a principiar por Simancas; 2.º Que essa publicação, com a indicação do corpo ou colecção e a citação das cotas das especies, se efectue nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos* ou, melhor, numa colecção especial ou corpo de colecções especiais, a exemplo do que tem feito a França, Bélgica, Suíssa e Itália sob o título de *Arquivos das missões de estudo em bibliotecas e arquivos estrangeiros*; 3.º Que os manuscritos que apresentem um grande interesse para a nossa História

sejam publicados na *íntegra* ou resumidos e extratados segundo a sua importância e natureza; 4.º Que, em prefácios ou introduções e em *notas* especiais se faça a história de cada arquivo ou coleção, se estude a sua evolução, organização, estado dos catálogos, dinâmica dos serviços, principais obras publicadas sobre esses depósitos, e se dê, não só indicações dos documentos inéditos e dos já publicados, onde o foram e como, mas ainda se forneçam todas as precisas informações de carácter histórico, biblioteconómico e arquivológico acerca do depósito estudado e dos seus núcleos. V. Ex.ª resolverá.

«Repartição de Instrução Artística, em 17 de Janeiro de 1917. — O Chefe da Repartição, (a.) *António Ferrão*».

Sobre esta proposta lançou S. Ex.ª o Ministro o seguinte despacho: «Concordo, devendo, em relação ao n.º 2, a publicação ser feita em coleção especial, e relativamente ao n.º 3 ser feita na *íntegra*. — 19-1-917. — (a.) *Joaquim Pedro Martins* (1).».

(1) Mais tarde eramos encarregado, oficialmente, dessa missão. Assim, no *Diário do Governo* (2.ª série), de 8 de Janeiro de 1919, aparecia a portaria seguinte:

«Convindo inventariar nas bibliotecas e arquivos estrangeiros as espécies relativas à história de Portugal, e fazer publicar não só os inventários sumários e analíticos destas, como as espécies que maior interesse e importância apresentem para o conhecimento da história pátria com as convenientes introduções e notas: Manda o Governo da República Portuguesa pelo Ministro da Instrução Pública, que o dr. António Ferrão, chefe da repartição do Ministério de Instrução Pública, presidente da Comissão de Educação Popular, e autor de diversos trabalhos históricos, seja nomeado, para em comissão de serviço, ir estudar e inventariar nas bibliotecas e arquivos estrangeiros as espécies manuscritas e bibliacas relativas à história de Portugal, devendo o mesmo funcionário promover a publicação dos inventários, bem como das espécies que maior importância apresentem para o conhecimento da história pátria.

«Paços do Governo da República, 4 de Janeiro de 1919. — O Ministro da Instrução Pública, *José Alfredo Mendes de Magalhães*».



Quando estudamos a forma como no estrangeiro estão belamente organizados e sempre progressivos êstes serviços das bibliotecas e arquivos — que tanta relação teem com o progresso das sciências históricas, — não podemos deixar de admirar a grande soma de esforço e a enorme cota de dedicação que essas nações de alta cultura — grandes e pequenas — põem ao serviço da civilização. Por isso, nas horas do perigo quando para alguma delas sôa o momento de infortunio, esta tem a satisfação de vêr em volta de si, agrupadas em sua defeza, as outras nações que um mesmo ideal de paz e de progresso pela sciência e pelo trabalho irmana e reúne.

É isso que tem sucedido com a Bélgica, desde que ela viu invadido o seu território e assistiu ao tripudiar infrene do inimigo nas suas cidades e nos seus campos, nas suas universidades, nos seus monumentos, nas suas fábricas. É certo que causas de ordem vária — e todas elas fortes — teem provocado todas essas formas de solidariedade dos aliados — no número dos quais se conta honrosa e honradamente o nosso país. Mas, não resta dúvida que essa solidariedade não seria tão íntima, tão forte, tão persistente e tão sincera, se a pequena Bélgica não fôsse aquele operoso país cujo govêrno e cuja população tanto teem contribuido para o avanço da civilização em todas as modalidades desta: activa, emotiva e especulativa.

Um dos departamentos da administração que tem merecido ao govêrno da Bélgica mais acrisolado empenho e solicitude é o da educação nacional, incluindo neste todas as providências e medidas tendentes ao progresso das sciências: tanto da natureza como do espirito. Um dos ramos sciêntíficos que mais cuidados tem merecido é o dos estudos de erudição, o dos estudos históricos. Mas, o govêrno belga, muito inteligentemente, ao mesmo tempo que fazia progredir o ensino das sciências históricas nas Universidades, faziam também avançar a obra monumental de organização das suas bibliotecas e dos seus arquivos, pois ele via bem que a sciência a fazer, a cultura

histórica a ministrar, devia ser iminente nacional e ela só teria tal caracter quando os arquivos nacionais fornecessem aos universitários — professores e alunos — as fontes do saber histórico-nacional (1).

Mas, o govêrno da Bélgica entendeu — e muito bem — que não devia limitar só o seu esforço à obra da organização dos arquivos nacionais e à publicação dos catálogos e índices desses depósitos. Sabendo que em alguns arquivos estrangeiros havia numerosas e importantes peças relativas à história nacional, resolveu fazê-las estudar e o seu ponto de vista histórico-nacional.

Com êsse fim, enviou o govêrno belga, em 1843, o erudito M. Gachard a Espanha para investigar nos arquivos e bibliotecas dêste país os « documentos que podessem esclarecer duma nova luz os anaes da Belgica ». Como resultado dessa missão publicou êsse ilustre investigador « as notícias e extractos dos manuscritos que se referem à História da Bélgica » e que se tem guardado nos arquivos da corôa de Castela em Simancas.

Mais tarde publicou o mesmo erudito o grosso volume das notícias e extractos dos manuscritos que interessam à história da Bélgica e que encontrou nas bibliotecas de Madrid e do Escorial (2). Como o autor tinha já muito material acumulado a benemêrita *Comission royale d'histoire* resolveu propôr ao

(1) Como é lamentável e penoso ver que um país como o nosso — que tem desempenhado, através dos tempos, uma notável acção civilizadora, não possui ainda escrita uma história da civilização portuguesa, um dicionário oficial e completo da sua língua, uma gramática histórica, uma edição bem prefaciada e anotada dos seus clássicos! Contudo trata-se duma velha nação que tem importantes institutos scientificos, que possuiu durante algumas dezenas de anos um curso Superior de Letras, e ha seis anos que tem duas Faculdades de Letras. Era natural que todas essas corporações tivessem como caracteristica os trabalhos de criação sciêntifica, especialmente no campo das sciências do espirito; mas, infelizmente, o que se vê? Vê-se os lugares a serem criados todos os dias, os funcionários a criarem-se... e a multiplicarem-se velozmente. Só uma coisa não se cria nem medra nêste rectangulo geográfico da peninsula: é a sciência portuguesa. Vêr o nosso recente opúsculo — *Academias e Universidades*

(2) M. Gachard, *Les Bibliothèques de Madrid et de l'Escorial*, Bruxelles, 1875, pág. 678.

governo, em 1874, que esse material fôsse completado e publicado todo.

Nessa investigação demorada e minuciosa, Gachard encontrou peças muito importantes. É certo que dos tempos anteriores a Filipe-o-Bello apenas topou com traduções, e que do tempo dêsse rei pouco achou; mas, da época de Carlos V os documentos já abundam, a maioria dos quais, porém, não se referem aos Paizes-Baixos, mas como na opinião de Gachard a vida inteira dêsse imperador pertence à história do país onde êle nasceu, por isso inventariou-os. Assim, êle sumariou manuscritos contendo: descrições das viagens de Carlos V; histórias sérias ou jocosas, ostensivas, secretas ou anónimas dêsse imperador; relatos das expedições, campanhas e marchas dos seus exércitos; correspondência dêsse ao duque de Sessa, seu embaixador em Roma, de 1522 a 1526; correspondência para os frades, prelados, cidades, a D. Pedro Fernandes de Velasco, condestável; muitos manuscritos relativos à luta com Francisco I, prisão e libertação dêsse; instruções do imperador a seu filho e aos conselhos de Castela e das Indias (1543-1548), etc.; tratados concluídos por Carlos V com a Inglaterra, Escóssia, rei da Dinamarca, duque Carlos de Gueldre, o duque Guilherme de Clevis e de Juliers, o país de Liége e os Estados do império (1515 a 1548).

Do reinado de Filipe II foi também rica a messe. Encontrou diversas biografias dêsse monarca; a História da rebelião da Flandres, de 1559 a 1578; a História das guerras da Flandres e da França, no tempo de Alexandre Farnese, pelo capitão Alonso Vasquez — que foi testemunha ocular do que descrevia; aponta como manuscrito importante o Registo de correspondência de Gio Battista Castagna, arcebispo de Rossano, nuncio em Madrid (de 18-IX-1565 a 2-I-1569) (1).

Cita a correspondência de Filipe II com a côrte de Roma; correspondência para o duque d'Alba; correspondência diri-

(1) Gachard traduz dêsse importante in-fol., de 1002 páginas, muitas das cartas, e resume outras, de Monsenhor Rossano, mais tarde papa com o título de Urbano, VII. Vid. *ob. cit.*, págs. 85-119.

gida a D. João d'Austria (1); um códice com instruções de Filipe II e III para o exército da Flandres; um grande códice acêrca da Flandres no tempo de Alexandre Farnésio; volumes sôbre os acontecimentos de 1598 a 1600, e de 1601 a 1610 (2); correspondência dos arquidukes Alberto e Isabel; códices sôbre os sucessos de 1622, 1629 (3); os *papeis curiosos em diversas matérias tocantes* à «Estado, guerra y gobierno (4)»; os *Sucessos del año 1630*; correspondência política do reinado de Filipe IV (5); acontecimentos de 1631 a 1633 (6); os tomos dos papeis históricos e políticos do tempo de Filipe IV (7); os sucessos de 1635 a 1641 (8); os sucessos do ano de 1642, 1643 (9). Salientamos ainda um pequeno, mas curiosíssimo, códice de 82 folhas, que Gachard estudou detidamente e que tem o extenso, mas significativo, título: «*Relacion de los progressos de las armas de Sua Magestade Catolica el rey don Phelippe IV; nuestro señor, governador por el illustrissimo y excellentissimo*

(1) Nêste in-fol., encadernado em pergaminho, com 755 folhas, que se encontra na Biblioteca Nacional de Madrid *G. 45*, figura, a fl. 645, a patente de capitão-general do reino de Portugal concedida ao duque d'Alba, em 12 de Junho de 1580. Também nos códices *Dd. 59* e *G. 139* figura correspondência dirigida por Filipe II à rainha de Portugal em 1568 sôbre a prisão de D. João de Austria.

(2) É de calcular que nêstes três volumes cotados *H48*, *H49* e *H50*, se encontrem muitos papeis relativos a Portugal.

(3) Seria interessante estudar, no ponto de vista português, estes dois códices da Nacional de Madrid, que teem as cotas *H55* e *H63*.

(4) Êste grosso códice de 746 páginas, encadernado em marroquim vermelho, cotado *J140*, refere-se a assuntos do fim do século xvi e principio do xvii, e merece ser estudado por nós.

(5) Êstes dois códices *E94* e *E95*, conteem correspondência política do reinado de Filipe IV, desde 1630 a 1635.

(6) São os códices *H65* e *H66* muito interessantes, certamente, no ponto de vista português.

(7) Êste códice *H67*, merece ser estudado por investigadores portugueses.

(8) Também êstes códices *H68*, *H74*, devem ser estudados.

(9) Êstes grossos códices de 723 e de 367 folhas, ambos encadernados em marroquim verde, com as cotas *Hb76* e *H77*, conteem numerosas peças originaes, cópias e impressos relativos à revolução e guerra da restauração de Portugal, à insurreição da Catalunha, e às luctas na Flandres e na Itália.

señor dom Francisco de Mello, marqués de Tordelaguna, conde de Assumar, del consejo de Estado de Su Magestade, gobernador, lugarteniente y capitan general de los Estados de Flandes y de Borgoña, de la campaña del año de 1642; dirigida à Su Magestad por Juan Antonio Vineart, secretario de los avisos secretos de guerra» (1).

No códice H 25 figuram muitas cópias de papeis do Estado relativos aos negócios de Portugal, Sicilia, Napoles, Flandres, desde 1592 a 1657.

Nos índices levantados por Gachard são também estudados, entre muitos outros, o códice com muita documentação sôbre o Congresso de Munster, com o relatório de D. Gaspar de Bracamonte, conde de Peñaranda, sôbre o que se passou no mesmo congresso em 1648 (2); correspondência do duque

(1) Como se vê, trata-se dum fidalgo português, nascido em 1597 e falecido em Madrid em 1651. Indo muito novo para Madrid desempenhou ali altos cargos, entre os quais o de veador da rainha D. Izabel de Bourbon, mulher de Filipe IV e gentil-homem da câmara do rei que o fez conde de Assumar e marqués de Tordelaguna Villescas, membro do conselho de Portugal, e, sucessivamente, embaixador de Espanha em Roma e Vienna de Austria. Depois de várias peripécias relativas à restauração de 1640 em que se portou infamemente, ao que parece, especialmente na prisão do infante D. Duarte, foi nomeado governador das armas da Fiandres. São as façanhas de D. Francisco de Melo, como governador, que veem descritas no pequeno códice in-fol. da Biblioteca Nacional de Madrid onde tem tido a cota *H 120*. Pelo estudo dêsse códice vê-se que D. Francisco foi tão notável estadista, habil administrador e inteligente e valoroso capitão quão foi mau português. Contudo importa estudar essa grande figura que se mostrou, a par dum hábil político como governador das ingovernáveis e sempre rebeldes províncias da Flandres e dum astuto e previdente administrador, um notável general derrotando os franceses em sucessivos recontros e por último na importantíssima batalha de Honnecourt, depois de ter tomado a êstes Lens, a hoje tão assinalada La Bassée, Lillers, vencendo constantemente pela rapidez das suas marchas e pelo imprevisto e veemência dos seus ataques sucessivos — como depois fez Napoleão e hoje está fazendo Foch — e em manobras cheias de audácia o conde d'Harcourt e o marechal de Guiche, tendo o primeiro a reputação do melhor general francês do seu tempo.

Acêrca da acção administrativa de D. Francisco de Melo na Flandres deve também ser estudado o códice *E 66*.

(2) Vêr, principalmente, os códices *E 68*, *V 238*, *S 302*, *C c 90* e *C c 60*.

de Villa-Hermoza, quando governador da Flandres, de 1673 a 1679; papeis relativos à Flandres de 1653 a 1658; relatório acêrca da paz de Nimegue; diversas relações de regentes, governadores, logares-tenentes, capitães-generaes que desempenharam as suas funções nos Paizes-Baixos.

Também na Biblioteca da Academia R. de História e na do Escurial encontrou o erudito Gachard alguns códices e peças de importância para o conhecimento da história da Bélgica, se bem que aí a mése fôsse muito menor que na Biblioteca Nacional de Madrid.

3.º — As Instalações da Biblioteca Nacional de Lisboa. O seu horário de leitura

Desde 1911 que por êste Ministério se vem insistindo pela construção duma sala de leitura mais condigna do que a que actualmente existe na Biblioteca Nacional de Lisboa⁽¹⁾. Assim, em 23 de Outubro de 1911 o Director dêsse estabelecimento officiava ao Ministério do Fomento dizendo que tal construção se impunha como necessária e urgente porquanto essa casa não comportava a frequência sempre crescente de leitores, que, de 17:360 que haviam ali estado de Abril a Agosto de 1910 tinham passado a 35:022 durante os mesmos meses de 1911. Esse mesmo funcionário que já antes, em 22 de Agosto, havia chamado superiormente a atenção para a necessidade de construir a nova sala, insta em officios successivos, de 26 de Novembro de 1911 e em 12 de Março e 14 de Novembro de 1912 pela referida edificação⁽²⁾.

Êste último, especialmente, trata, com desenvolvimento, das negociações do conde de Peñaranda e de D. Luiz de Haro no congresso de Munster.

(1) Como já dissemos nêste nosso trabalho essa sala está hoje bastante melhorada.

(2) Por aqui vê-se bem como o director da Biblioteca, o malgrado republicano Faustino da Fonseca, se interessava pelo progresso dos serviços a seu cargo. Apodou-se Faustino da Fonseca de dificultar a frequência dos eruditos, em favor da leitura popular, dando as maiores facilidades aos leitores de jornais, de romances e de illustrações.

Pelas diligências que deixamos apontadas vê-se que êle tinha a noção

De novembro de 1913 a Janeiro de 1914 o Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a Circunscrição, de acôrdo com a Inspeção das Bibliotecas Eruditas, procede ao estudo de um projecto de edificação da sala de leitura referida e da uniformização e reconstrução da fachada do edificio onde estão instaladas actualmente a Escola de Belas Artes e a Biblioteca Nacional de Lisboa. Esse projecto com os competentes alçados foi enviado ao Ministério do Fomento, mas apesar dos instantes pedidos feitos por esta Repartição ainda as circunstâncias não permitiram que fôsse levado a efeito tão útil melhoramento.

Em vista de semelhantes dificuldades, certamente justificadas, mas sempre insuperáveis, resolveu esta Repartição estudar a forma de solucionar a dificuldade por outra maneira, isto é, fazendo sair a secção popular da Biblioteca Nacional do actual edificio do convento de S. Francisco propondo a sua instalação no Salão Nobre do Teatro de S. Carlos, até há pouco entregue ao Centro Nacional de Esgrima, e onde actualmente, arranjado e limpo, por nossa iniciativa e competente diligência, se teem efectuado alguns concertos musicais.

Parecerá a princípio contraproducente que a Repartição de Instrução Artística fôsse propor que um salão com muito razoáveis condições acústicas viesse a desaparecer para a cultura da arte. Mas se se atender que ele passava a existir para a

clara da diferença entre os dois géneros de leitura e de leitores, e que logo no início da sua gerência êle procurou, por todas as formas, separar a leitura dos eruditos da popular — destinando a esta a grande sala, por cuja construção tanto trabalhou e tantos passos deu. Mas, tudo foi em vão.

Em vista disso que havia de fazer Faustino da Fonseca senão misturar numa mesma sala as duas leituras? Se lhe negaram todas as possibilidades de conseguir uma outra grande sala, que podia ele fazer para separar os dois géneros de leitores? Nesta malfadada terra, onde os Aristareos ineptos de gazeta e os zoilos ignorantes de café formam opinião até em assuntos tão delicados e complexos como êste, é necessário defender a memória dêsse homem de bem e de caracter que só tinha os defeitos emergentes da sua bondade, da sua sinceridade e da crença nos bons destinos da República, numa terra onde os patifes, os hipócritas e as creaturas egoistas e vaidosas — que põem os seus intêresses materiais muito acima dum ideal colectivo — são ouvidas, atendidas e seguidas.

não menos nobre causa da cultura literária científica e filológica do povo, a surpresa terá certamente desaparecido.

Demais, há em Lisboa diversas salas de concertos ao passo que não nos recorda que nesta capital exista um estabelecimento dependente do Ministério onde melhor que no referido salão se possa instalar a Biblioteca Popular com a respectiva sala de jornais, independente, bem central, de acesso rápido e fácil, ampla, clara, de aspecto agradável e mesmo artístico, como convem a uma Biblioteca moderna.

A ocasião para propormos superiormente essa medida deparou-se-nos quando em 20 de julho de 1916 o sr. Inspector das Bibliotecas Eruditas nos oficiou propondo que, enquanto durasse o estado de guerra, fossem alterados os horários da leitura pública da Biblioteca Nacional, prolongando-se até mais tarde a leitura diurna e suprimindo-se a noturna.

A Repartição concordando inteiramente com a proposta enviada pelo sr. dr. Júlio Dantas emitiu sobre ela o seguinte parecer:

«A presente proposta para serem alteradas as horas de leitura pública da Biblioteca Nacional de Lisboa vem resolver a questão da leitura noturna dêsse estabelecimento.

«A Biblioteca Nacional de Lisboa é o primeiro repositório de obras (livros e manuscritos) de alta erudição e cultura do nosso país e com ela se deve observar, até certo ponto, o regime de protecção especial de que goza o Arquivo da Torre do Tombo.

«A perda dessa Biblioteca seria, naturalmente, um irreparável desastre que importa evitar na medida das forças humanas, custe o que custar.

«Causa pavor só pensar que todas as noites estão expostas a um verdadeiro perigo de incêndio as importantes colecções de arquetipos, incunabulos, iluminados, edições príncipes, livros raríssimos, além dos importantes corpos de manuscritos avulsos, da colecção Pombalina e do Arquivo da Marinha e Ultramar.

«Depois do incêndio que destruiu a Biblioteca de Turím tem sido tomadas nas Bibliotecas Eruditas de todos os países rigorosas medidas de defeza contra os incêndios.

«Uma delas, e das mais importantes e seguidas, consiste na supressão de toda a iluminação artificial de qualquer sistema que seja.

«Por isso é hoje norma seguida nos principais depósitos públicos de manuscritos e de obras de erudição o ministrar-se apenas a leitura durante o dia. Para melhor fundamentar este nosso asserto iremos expôr, muito sumariamente, os horários das principais Bibliotecas e Arquivos da Europa do ocidente.

«Madrid:

«A Biblioteca Nacional está aberta: das 8 às 14 no verão e das 10 às 16 no inverno.

«Sala de manuscritos, das 10 às 16 (1).

«Paris:

«A Biblioteca Nacional com os seus três milhões de volu-

(1) As horas de leitura nas bibliotecas públicas de Madrid são as seguintes, segundo as últimas determinações:

Biblioteca Nacional, aberta das 9 horas às 18 horas, e ao domingo das 10 às 13; Real Academia Española, das 9 às 13; Real Academia de Historia, das 12 às 17; Archivo Histórico Nacional, das 8 às 14; Conselho de Estado, das 10 às 12; Escola de Arquitetura, das 8 às 12 e das 14 às 16; Escola Industrial, das 11 às 14 e das 17 1/2 às 20 1/2, e ao domingo das 11 às 13; Escola de surdos-mudos e cegos, das 9 às 12; Escola de Veterinaria, das 9 às 13; Faculdade de Direito, das 8 às 13; Faculdade de Farmacia, das 8 às 14; Faculdade de Filosofia e Letras, das 9 às 15, e aos domingos das 11 às 13; Faculdade de Medicina, das 8 às 14, e aos domingos das 9 às 12; Instituto Geográfico, das 8 às 14; Ministério da Fazenda, das 9 às 14; Museu Arqueológico Nacional, das 10 às 16, e ao domingo das 9 às 12; Museu de Ciências Naturais, das 8 às 13; Jardim Botânico, das 9 às 13; Museu de Reproduções Artísticas, das 9 às 12 e das 15 às 17; Presidência do Conselho de Ministros, das 9 às 14; Sociedade Económica Madricense, das 13 às 17; Ateliers da Escola Industrial, das 9 às 13 e das 17 às 19.

A *Revue des Bibliothèques*, depois de publicar esta lista comenta-a do seguinte modo:

«M. Rodriguez Marin nous apprend en outre que l'ensemble de ces bibliothèques possède environ 1.400.000 volumes et qu'elles sont consultées en moyenne, chaque jour, par 1.500 lecteurs. Nous remarquerons de notre côté, qu'aucun de ces établissements n'est ouvert le soir après-dîner, et même que la plupart d'entre eux ferment dès le début de l'après-midi».

Vid. *Revue des Bibliothèques*, t. xxiv, de 1914, págs. 106-107.

mes e cento e dez mil manuscritos, está aberto das 9 às 18 no verão das 9 às 16 no inverno.

«A Biblioteca do Arsenal, com 615:000 volumes, das 10 às 16.

«A Biblioteca Mazarino, das 11 às 17, de Fevereiro a Outubro; das 11 às 16, de Outubro a Fevereiro.

«A Biblioteca da Ecole des Chartes, 46:000 volumes, das 9 às 17.

«A Biblioteca da Escola do Louvre, 8:000 volumes, das 14 às 17.

«A Biblioteca do Museu Guimet, 30:000 volumes, das 12 às 16.

«A Biblioteca Escolar do Museu Pedagógico de Paris, 20:000 volumes, das 10 às 16.

«Arquivos Nacionais, das 10 às 17.

«Arquivos dos Ministérios, das 14 às 17 ou 18.

«Londres:

«O Reading Room da British Museum Library, está aberto todos os dias, das 9 às 19.

«Bruxelas:

«A Biblioteca Rial de Bruxelas com 600:000 volumes e 28:000 maços tem o seu museu patente todos os dias das 10 às 15 e meia, e a Sala de leitura está aberta todos os dias da semana, das 9 às 18.

«Arquivos Gerais do Reino, também das 9 às 18.

«Amsterdam:

«Bibliotecas das 9 às 17.

«Arquivos, das 10 às 16.

«Itália:

«Também neste país os Arquivos e as Bibliotecas Eruditas, incluindo os Arquivos e a Biblioteca do Vaticano, só estão abertos de dia.

«Por tudo que acabamos de expôr e atendendo:

«1.º À urgente necessidade de evitar na Biblioteca Nacional de Lisboa o uso da iluminação artificial pelos perigos de incêndio que as respectivas instalações e tal luz apresentam;

«2.º À necessidade de descentralisar a leitura noturna — a mais frequentada — pelas Bibliotecas Municipais, dada a exces-

siva acumulação de leitores e as pequenas dimensões e fraca cubagem da sala;

«3.º À economia que resultará do não-uso da iluminação artificial, podendo a respectiva verba de 600.000 ser aplicada aos serviços da catalogação no mesmo estabelecimento:

«Tem esta Repartição a honra de propôr:

«1.º Que a Biblioteca Nacional de Lisboa esteja apenas aberta emquanto aí se possa trabalhar com luz natural, isto é, das 9 ou 10 horas às 18 no verão e das 9 ou 10 às 16 ou 17 no inverno;

«2.º Que esse estabelecimento a exemplo do que se faz nas principais Bibliotecas similares do estrangeiro, abra aos domingos, das 10 às 16.

«Repartição de Instrução Artística, em 27 de Julho de 1916.
— O Chefe da Repartição, *António Ferrão.*»

4.º — Da necessidade de abrir as Bibliotecas das Faculdades da Universidade de Lisboa aos estudantes

A inadiável necessidade de terminar com a leitura noturna vinha fazer surgir duas novas questões: a da leitura dos estudantes das Faculdades; e a dos operários, caixeiros e outros empregados que frequentavam a Biblioteca à noite. Aqueles iam à Biblioteca ler e consultar as obras que versavam as matérias dos seus estudos, êstes iam ali ler simples obras de vulgarização científica, ou recrear-se na leitura de romances ou na consulta de revistas literárias e ilustradas.

Fechada a Biblioteca à noite era imprescindível cuidar dêsses dois tão diversos públicos, aos quais não se podia, — para prestígio da República, — fechar as portas duma Biblioteca sem que outras ainda mais amplas lhe fossem imediatamente patenteadas.

A Repartição procurou logo, no limite dos seus modestos poderes, remediar tais inconvenientes, trabalhando no sentido das Faculdades abrirem de dia e à noite as suas bibliotecas aos seus próprios estudantes, e de ser criada em Lisboa, e pelo Estâdo, uma Biblioteca popular-tipo, ao mesmo tempo que instava com a Câmara Municipal de Lisboa para desenvolver e

fazer progredir as quatro bibliotecas que possui espalhadas pelos quatro bairros da cidade.

Para a satisfação do primeiro objectivo apresentou a despacho ministerial, em julho de 1916 a seguinte proposta :

«As dotações atribuídas à Biblioteca Nacional de Lisboa são limitadíssimas — 3.000.000 para aquisição e encadernação de livros, se atendermos à natureza e responsabilidade desse estabelecimento que é, e deve continuar a ser, a mais importante Biblioteca Erudita do país. Se é impossível, neste momento, aumentar-lhe as verbas para a aquisição de livros não se torna difícil tomar algumas providências tendentes a diminuir a inconveniência de tão limitadas dotações, de forma a que, não podendo essa Biblioteca comprar tudo que se publica sobre os diversos ramos de conhecimento, possa adquirir alguma coisa do que melhor se escreva sobre algumas especialidades científicas e suas aplicações. Tem a nossa Biblioteca Nacional para satisfazer à sua velha e assídua clientela de estudantes de ensino superior, procurado adquirir obras sobre os diversos ramos de ensino, em harmonia com as necessidades dos programas das cadeiras das nossas Faculdades e Escolas e com a bibliografia indicada pelos respectivos professores. Mas por maior que seja a boa vontade da direcção da Biblioteca ela fica sempre impotente para satisfazer a maioria das requisições das obras de especialidade dos diversos ramos de saber desde as matemáticas até às sciências históricas, jurídicas e sociais. Comtudo, os seus desejos de ser tão completa quanto possível comprometem-lhe as suas dotações a ponto de não poder adquirir aquelas obras de alta erudição que constituem as características de tais bibliotecas. De resto, o que sucede no nosso país acontece lá fóra. Por isso é hoje prática seguida em todos os centros escolares, terem as Universidades e Faculdades as suas bibliotecas particulares, dotadas de obras relativas aos diversos ensinos que nelas se ministram, chegando as necessidades da especialização a tal ponto que nalgumas Faculdades do estrangeiro há bibliotecas privativas das secções dessas Faculdades, e até para as diferentes cadeiras e cursos e para os trabalhos dos Institutos ou seminários

e das conferências há importantes colecções de livros, máximamente seleccionados. Dado o assinalado progresso que já hoje apresentam as bibliotecas dalgumas das nossas Faculdades e outras Escolas Superiores: tenho a honra de propor que se officie a êstes estabelecimentos mostrando-lhes a conveniência de dotarem as suas bibliotecas com as obras citadas pelos seus professores e com outras que respeitem aos ensinos especiais ministrados nessas Escolas, e se lhes recomende que admitam os estudantes à leitura das obras da Biblioteca escolar, nas suas próprias salas ou em casas separadas, e ainda efectuem aos seus estudantes o empréstimo domiciliário, com a competente segurança — e caso vejam que daí não derivam grandes inconvenientes.

«Repartição de Instrução Artística, em 27 de Julho de 1916.»

Eis algumas das providências por nós propostas superiormente no importantíssimo ramo dos serviços das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. Não foi muito — talvez se diga, e nós acreditamos; mas foi tudo o que pudemos fazer nas críticas circunstâncias em que nos encontrámos: ilaqueados pela indiferença de uns, as veleidades de outros, as deficiências de muitos, e a desorganisação em que se teem debatido — com pequenas excepções — os nossos serviços públicos, sem que os das bibliotecas enfileirassem, ao tempo, no número limitadíssimo de tais excepções.

PARTE II

Bibliotecas Populares e móveis

CAPÍTULO I

As bibliotecas populares e a educação post-escolar

Vamos agora tratar doutro importante departamento dos serviços subordinados à Repartição de Instrução Artística que nós chefiámos: as bibliotecas populares e móveis (1).

Por toda a parte onde tem sido posto com seriedade e elevação o problema sempre — e cada vez mais — importante da educação popular, tem-se concluído que não basta já hoje às necessidades do público a instrução mais ou menos simples e limitada fornecida pelo ensino primário ou popular. As necessidades da civilização e o progresso cada vez mais rápido que

(1) O problema das bibliotecas populares e móveis não será tratado nesta obra com aquêlê desenvolvimento que a sua importância reclama, especialmente num país dirigido por instituições democráticas. Vai já extenso êste nosso trabalho, e tornar-se-ia interminável e pesado se aqui fôssemos abordar, com a necessária ampliação, tão importante assunto. Por isso nos limitamos, por agora, a expôr, sucintamente, o que fizemos no desempenho no nosso cargo oficial de Chefe da Repartição de Instrução Artística.

O problema das bibliotecas: populares, móveis, hospitalares, de regimento, de gare e de jardim, será tratado com a conveniente extensão num trabalho que estamos preparando sobre *Educação Popular*, e que será, em grande parte o relatório dos serviços por nós executados no desempenho do cargo de Presidente da Comissão de Educação Popular, creado pelo decreto, com força de lei, de 14 de Julho de 1918, e para o qual fomos nomeado pela portaria de 2 de Agosto seguinte. (*Diário do Governo*, de 19 do mesmo mês.)

se nota em todos os ramos da actividade humana tornam cada vez mais necessário e urgente fornecer ao povo uma instrução mais completa e avançada. É a êsse intuito que tem obedecido o estabelecimento das escolas complementares, primárias superiores ou de aperfeiçoamento — designações diferentes segundo os países — para significar uma mesma coisa: o aperfeiçoamento da cultura popular.

Mas, tem-se visto que ainda não basta o estabelecimento de tais escolas complementares: primeiro porque aos adultos se tornava difficil a sua freqüência e aos novos tal escolaridade era transitória ao passo que o progresso mental da humanidade é permanente e infindo. Era, por isso, necessário criar — ou desenvolver — um organismo que constituísse o prolongamento da escola, e que fornecesse meios de fazer progredir a cultura científica, literária, moral, política, social e artística a quem recorresse a êle. Êsse organismo é, naturalmente, a biblioteca popular, que começando por ser uma das glórias dos Estados Unidos — no capítulo da educação popular — está hoje espalhando por toda a parte a cornucópia dos seus benefícios.

Por isso, o problema das bibliotecas populares mereceu-nos sempre a maior atenção e simpatia. Sabemos o que os Estados Unidos devem às *Free Town Libraries*, e a Alemanha às *Volksbibliotheken*, e às atuais e florescentes *Bücherhallen* e *Lesehallen* — complemento natural da *Volksschule* e da *Fortbildungsschule*. Também não desconhecemos o que a Inglaterra deve às *Free Public libraries*, muito florescentes, devido à acção de William Ewart, Bulwer Lytton, Ruskin, John Lubbock, e dos estadistas notáveis como Gladstone, Chamberlain, lord Roseberry; e a Holanda às bibliotecas constituídas pela acção benemérita da *Sociedade do Bem Público*, e das associações operárias, sendo de salientar a da *Casa do povo* — a *Ons huis*. E muito admiramos o que a Suíça deve às suas *Volksbibliotheken* e *Jugendbibliotheken* tão espalhadas por todos os cantões; a Itália às suas bibliotecas populares devidas à acção da Liga da Instrução, da Sociedade Bibliográfica, dos municípios, das associações — especializando a *Sociedade promotora das bibliotecas populares*, de Milão, e, ultimamente, à protecção forte do Estado; e a França às suas bibliotecas popula-

res, municipais, comunais e escolares, tão florescentes durante a terceira República, devido ao poderoso esforço inicial dado por Jules Ferry, Jules Simon, Jules Claretie, etc.

Por isso, procurámos, por todos os meios ao nosso alcance — e bem poucos êles eram! — agir sempre no sentido de ser organizada e instalada convenientemente, a Biblioteca Popular de Lisboa, de se fazer a instalação das Salas Públicas de jornais — ou Hemerotecas —, e de serem criadas bibliotecas populares na província, ou desenvolvidas e atualizadas as que já existiam a cargo dos municípios e das associações locais. Porém, toda a nossa acção esbarrou com a falta de meios executivos: nem verbas para subvenções e para aquisição de livros, nem pessoal habilitado para as criar e dar-lhes o necessário impulso inicial, nem sequer os mais modestos recursos para nos lançarmos na propaganda e vulgarização escritas e orais de tão úteis instituições por todo o país. Assim, tivemos que limitar a nossa acção à elaboração de propostas, planos e regulamentos de character técnico e administrativo, à simples factura de circulares com incitamentos à criação das bibliotecas, com instruções sôbre as espécies a adquirir e modo de as catalogar, e, quando muito, a enviar alguns livros ainda existentes no Ministério, ou a promover a remessa de bibliotecas móveis para diferentes pontos do país.

CAPÍTULO II

Propostas para a criação duma biblioteca popular tipo e de Salas públicas de jornais

Como já dissemos, ao tratar das instalações da Biblioteca Nacional e do seu horário de leitura, não bastava suprimir a leitura nocturna na primeira, e única, biblioteca do Estado em Lisboa, era necessário canalisar para outro estabelecimento a grande clientela de estudantes do ensino médio, profissional e superior, empregados de comércio e operários que à noite a frequentavam em grande quantidade — uns para prepararem as suas lições, outros para se instruírem em obras de vulgari-

zação científica, outros, enfim, para se distraírem ou recrearem em obras de fantasia.

Parecia-nos essencial ao bom nome da República, e para estímulo da instrução do povo não só crear, pelo menos, uma biblioteca do Estado que fornecesse a leitura nocturna como incitar a Câmara Municipal de Lisboa — oferecendo-lhe alguns meios — a fazer progredir as suas quatro bibliotecas que, de há tempos para cá, vem atravessando uma existência precária.

A Repartição desde Fevereiro de 1915 que vinha solicitando do Município de Lisboa que se dêsse às bibliotecas da cidade dele dependentes melhor organização, oferecendo o Estado todo o possível auxilio nesse sentido. Como, porém, já estivessemos em fins de Julho de 1916 e nada se houvesse conseguido resolvemos expôr superiormente o estado da questão no seguinte relatório:

«Está-se tornando cada vez mais urgente para o prestígio da República e para o progresso da instrução popular resolver a questão da sala de leitura da Biblioteca Nacional.

«Há anos que êste Ministério vem solicitando do Ministério do Fomento a construção duma sala de leitura para a Biblioteca Nacional. Não se pretende, naturalmente, qualquer monumental *reading-room* à maneira das bibliotecas do Museu Britânico ou da Nacional de Paris; o que se deseja apenas é uma sala ampla e arejada, onde se possa ler com acêio e comodidade, e os empregados possam exercer a conveniente vigilância.

«Os officios teem-se succedido havendo sido expedido ainda ontem o último, e a eles tenho reunido as minhas instancias, directas e pessoais, junto do Director das Obras Públicas, sem que nada se haja conseguido. Contudo a affluência de leitores cresce, e é actualmente enorme, trasbordante, chegando muitas vezes a não haver uma cadeira, um banco que seja, onde empilhar os leitores.

«Se outras, e numerosas, não fossem as provas de animo soffredor do nosso povo, bastava ver a maneira incomoda e anti-higienica como êle passa os dias e noites naquella sala horrivel da Biblioteca Nacional.

«Mas se êles não se queixam porque muitos dêles não vieram nem tiveram, talvez, nunca nada de melhor, compete-nos a nós cuidar de lhes proporcionar uma mais conveniente instalação, mais comodidade e, pelo menos, mais hygiene, trabalhando para atrair à leitura das bibliotecas novas camadas populares.

«É êsse o nosso dever de funcionário duma República democrática, isto é, duma República feita pelo povo e para o povo.

«Porêm, devemos dizer que não obstante a falta de protecção por parte do Estado e dos municipios, que tem tido, até 1911, a auto-instrução popular e a instrução popular livre, a média de cultura da população de Lisboa é, ao que nos parece, superior à de outras cidades do estrangeiro, incluindo, talvez, Madrid.

«Porêm, tratando-se duma questão de solução difficil, se bem que urgente, resolveu a Repartição, em fevereiro de 1915, propôr superiormente que êste Ministério entrasse em acôrdo com a Câmara Municipal de Lisboa a fim de promover o desenvolvimento das quatro bibliotecas municipais desta cidade. Nêsse sentido officiou a Repartição, em 19 do mesmo mês e ano, à Comissão Executiva do Município de Lisboa; e como não obtivesse resposta de novo se lhe dirigiu, em 26 de Novembro seguinte, mas sem melhor resultado.

«Há algum tempo o vereador da instrução fez-nos apresentar um funcionário municipal e com êle andámos visitando essas bibliotecas.

«Já as conheciamos; e a ideia que formávamos a respeito delas — da sua topografia, intalação e pessoal, mais se radicaram no nosso espírito com a recente visita.

«Conversámos largamente com êsse funcionário, mostrámos-lhe a vantagem da Câmara tornar úteis e progressivas tais bibliotecas — que o público não frequenta nem suspeita, sequer, da sua existência; expuzemos-lhe as nossas ideias acêrca das modificações que nelas conviria realizar, indicámos-lhe uma pequena bibliografia dêste o segundo volume das *Bibliothèques*, do entusiasta panegirista das *Free-Libraries*, Eugénio Morel, até ao bom guia de Olge, *The free public Library*.

«Esse funcionário ficou de fazer o seu relatório, mas certo é que nunca, por parte do Município, se tomou — ao que nos conste — qualquer providência.

«Porê, torna-se cada vez mais urgente utilizar as bibliotecas municipais, depois de convenientemente vivificadas: Pelo que tenho a honra de propôr que novas instâncias se promovam junto da Câmara Municipal de Lisboa, de forma que, com o possível auxílio moral e material dêste Ministério se transformem essas casas, quâse inúteis, que por aí se enfeitam com o pomposo título de Bibliotecas Municipais, em Bibliotecas Populares, isto é, órgãos de instrução e de informação populares.

«Vai sendo tempo de inaugurar no nosso país, convenientemente adaptadas aos nossos costumes e hábitos e aos nossos defeitos e virtudes, as bibliotecas populares anglo-americanas do tipo da *Free Public Library*, que tão bons resultados teem dado não só nos seus países de origem como ainda em França, em Itália que já as teem, e na Alemanha, onde ultimamente iam progredindo.

«Fala-se muito na nossa preparação para a guerra. Achamos bem; mas veja-se um pouco mais longe, e pense-se também na nossa preparação para o depois — da guerra: preparação científica, e moral também, para criar os transformadores da riqueza.

«Não teve êste Ministério tempo para retemperar na escola primária a alma do nosso exército da guerra; possa êle ao menos preparar na escola técnica e na biblioteca popular as aptidões e o espírito do nosso exército do trabalho.

«Repartição de Instrução Artística, em 27 de Julho de 1916. — O Chefe da Repartição, (a.) *Antonio Ferrão.*»

S. Ex.^a o Ministro lançou sôbre o nosso relatório o seguinte despacho: «*Concordo em que a Repartição continue nas suas instâncias, crédoras de todo o elogio e louvor. — 29-7-1916. — Joaquim Pedro Martins* (1)».

(1) Vid. *Arquivo da Repartição de Instrução Artística*, proc. n.º 350, liv. 4.º.

*
* *
*

Como S. Ex.^a o Ministro determinava, *continuámos nas nossas instâncias*, mas sem melhores resultados que anteriormente. Por isso, em 17 de Agosto seguinte elaborávamos um desenvolvido projecto para a organização, pelo Estado, de bibliotecas populares e Salas de leitura de jornais. Em 27 apresentávamos a despacho êsse trabalho, que é como segue:

**Organização de bibliotecas populares
e de Salas de leitura de jornais (hemerotecas) em Lisboa**

«Ex.^{mo} Sr. — Há dias teve esta Repartição a honra de apresentar a V. Ex.^a um parecer para que a Biblioteca Nacional se conservasse fechada durante a noite.

«Era êsse parecer amplamente justificado com o exemplo de diversas bibliotecas estrangeiras onde a leitura nocturna é completamente proibida nas bibliotecas eruditas, se bem que algumas delas sejam de muito menor importância que a nossa Nacional. Baseámos êsse parecer em considerações de vária ordem acêrca do perigo de incêndio e mesmo da destruição lenta a que estão expostas as especies do nosso mais importante depósito bibliaco; mostrámos a seguir as vantagens económicas que adviriam da supressão dessa leitura nocturna, e, emfim, referimo-nos à necessidade de separar o público que frequenta a nossa Nacional, para fazer estudos de verdadeira sciência, dos mais ou menos bulhentos *habitués* que apenas ali vão para ler livros de fantasia e de vulgarização, ou para ver e rasgar obras ilustradas.

«Escusado será dizer que essa providência proposta obedecia a uma ideia de conjunto, constituindo ela apenas uma das diligências coordenadas e sistematizadas, que esta Repartição vai ter a honra de apresentar a V. Ex.^a.

«A necessidade de ir do simples para o complexo e do particular para o geral, e a conveniência de dividir para vencer, não significam que a Repartição não tenha uma noção muito

concreta da complexidade do assunto e um plano geral da obra que hoje vem propôr a V. Ex.^a — e que amanhã está pronta a executar. Quere dizer apenas que, orientada por um critério que considera prático, não se deslumbra com a exposição de brilhantes planos que por vezes não passam de fantasias mais ou menos sugestivas.

«A primeira peça, dêste sistema de providencias que a Repartição tem a honra de propôr a V. Ex.^a consistiu no nosso parecer para que fosse encerrada à noite a Biblioteca Nacional. Porêem, nós velhos combatentes pela instrução popular e pela ideia republicana, e que sempre irmanámos num mesmo ponto de vista e fundimos num mesmo ideal esses constantes estímulos da nossa modesta vida pública, sentir-nos-íamos vexados do nosso passado e de nós próprios se nos limitássemos a propôr pura e simplesmente o encerramento à noite da Biblioteca Nacional de Lisboa.

«Não. Essa providência já em execução, de resto, em monarchias bem liberaes como a Inglaterra, os países scandinavos, a Itália, etc., e em republicas como a França, a Suissa, os Estados Unidos da América do Norte — entre outras, e êsse parecer por nós elaborado vai ser completado, com relação a Lisboa, pela presente proposta; e, não pôderá dizer-se com verdade, que a supressão da leitura nocturna na Biblioteca Nacional, não fique amplamente compensada com as providências que vamos ter a honra de propôr aqui a V. Ex.^a.

«Já de há muito, por uma observação quase diária, vimos pensando nos inconvenientes que apresenta o misonéismo da leitura pública da Biblioteca Nacional. Essa instituição tal como se encontra não passa dum organismo andrógino, mixto dôentio de Biblioteca Erudita e Popular. Como se alguma coisa pudesse haver de comum, além dos caracteres zoológicos, entre os *habitués* da leitura dos crónicons, da *Monarquia Lusitana*, das obras de Fr. Luiz de Sousa, de Antonio Caetano do Amaral e de João Pedro Ribeiro, dos *Corpus Inscriptionis*, dos *Portugalix Monumenta Histórica*, da *Patrologia Grega e Latina*, de Migne; das *Anacleta Rollandiana*, da *Bibliothèque de l'École des Chartres*, etc., e os leitores assíduos das obras de Hamon, Malatô, Naquet, Georges Sorel, Grifuelhes, La-

briola ou Lagardelle, dos romances de Zola, Paulo de Kock, Ponson du Terrail, Arsene Lupin, dos manuais para operários, dos almanaques de teatro e do *Suplemento do Século!*

«E como se a observação e o bom senso não fossem bastantes para aconselhar a separação dos leitores populares dos investigadores de erudição, lá está o decreto, com força de lei, de 18 de Março de 1911, que determina essa separação. Assim, o artigo 10.º do referido decreto diz: «As bibliotecas dependentes da Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, conservando a sua feição erudita, instituirão, entretanto, e desde já, secções populares.

«§ único. A secção popular da Biblioteca Nacional de Lisboa destacar-se-á para edificio próprio, logo que o permitam os recursos do Tezouro.

«Da observação *in loco* e da necessidade de dar cumprimento às citadas disposições legais, resultou a elaboração dum plano dos serviços biblioteconomicos que estando absolutamente dentro do espirito e letra do decreto enunciado, nos pode permitir, sob o ponto de vista administrativo, uma melhor distribuição dos serviços e um maior rendimento de utilidades; sob o ponto de vista biblioteconomico, uma mais eficaz organização de bibliotecas de tipos e naturezas diferentes; e sob o ponto de vista da cultura popular uma maior comodidade para o público, reunindo na Biblioteca Nacional os estudiosos e investigadores em assuntos de verdadeira sciência e de alta erudição, e distribuindo pelas bibliotecas populares a criar e pelas bibliotecas municipais a desenvolver, em Lisboa, êsse outro público que actualmente vai pedir à nossa Nacional livros de simples vulgarização e de ficção, obras ilustradas e de interêsse immediato, como revistas, jornais, estatísticas, o *Anuário Comercial*, etc.

«Uma outra medida vamos propôr também: é a criação, entre nós, do que lá fóra, em diversos países, tem já dado excellentes resultados. Referimo-nos às Salas de leitura de jornais (as Hemerotecas), que convêm distribuir profusamente pelos bairros operários de Lisboa de forma a combater a acção da taberna, da casa de jôgo e de outros maléficos centros de reunião.

«As providências que propomos, com relação a Lisboa, algumas das quais já em via de realização, constam do seguinte:

1.º Projecto de organização de bibliotecas populares

«Estas bibliotecas criadas pelo decreto, com força de lei, de 18 de Março de 1911, só existem no papel, sendo urgente cuidar da sua organização efectiva.

«Parece-nos chegado o momento de dar cumprimento ao § único do artigo 10.º, que acima deixamos transcrito. É certo, porém, que as «condições do Tezouro» em nada se modificaram favoravelmente para a criação, em Lisboa, e desde já, duma biblioteca popular, como sucursal da Biblioteca Nacional. Porém, as circunstâncias de tal modo permitem essa organização, que em vez de se tornarem necessários novos recursos do Tezouro, ela trará economia para o Estado.

«Para a instalação da nova biblioteca popular propomos o salão nobre do Teatro de S. Carlos, pois nunca este salão foi utilizado para a exploração do teatro lírico, nem tem actualmente nenhum destino ou serventia.

«Tem êle entrada privativa pelo Largo do Picadeiro; é amplo, alto e dispõe de sufficiente ar e luz natural. Está arranjado de novo, tendo anexos oito bons compartimentos, retretes, urinois, etc. Tem também montada uma excelente instalação electrica, e dispõe duma galeria circundante, onde se podem colocar os empregados encarregados da fiscalização da leitura; ao fundo tem um amplo estrado que pode servir para o *bureau* do conservador e dos continuos.

«A utilização dêste salão para tal fim será não só um acto de boa administração, como até de boa politica republicana, pois constituirá mais uma prova do desvelo que a República tem pela instrução do povo, utilizando uma instalação magnifica, e ha anos desaproveitada, para criar uma biblioteca popular.

«Com a nova instalação será já possível organizar uma interessante sala para a leitura das creanças, outra para senhoras, outra só para a leitura dos jornais e revistas do dia, como é norma hoje seguida nas bibliotecas populares francezas e nas

Free Public Libraries anglo-americanas, podendo ainda até realizar-se ali, aos sabados — por exemplo, conferências populares.

«Tudo milita em favor da utilização destas salas, especialmente emquanto não estiver construída a nova sala de leitura da Biblioteca Nacional, que nem sequer ainda está definitivamente projectada.

«Vejamos, rapidamente, como, com benefício para a leitura pública e com economia para o Estado, se poderão organizar os serviços da nova biblioteca:

«a) *Pessoal*: Êste deverá ser todo destacado da vizinha Biblioteca Nacional, pois os continuos em vez de fazerem os seus serões neste estabelecimento, passam a prestar serviço na nova Biblioteca Popular, durante as mesmas horas;

«b) *Livros*: As especies serão constituídas pelos duplicados da Biblioteca Nacional, por algumas obras que convenha adquirir, o que se fará pela verba, destinada a aquisições, da Biblioteca Nacional (art. 106.º do cap. IX), e ainda por obras transferidas, temporariamente, da Biblioteca Nacional, a exemplo do que se faz no estrangeiro.

«c) *Iluminação*: Esta será paga pelas dotações da Biblioteca Nacional destinadas ao mesmo fim, de que resultará uma grande economia.

2.º Organização de Salas de leitura de jornais

«Tornando-se necessário estimular o gôsto do público pela leitura, é hoje prática séguida no estrangeiro começar por crear Salas de leitura de jornais e revistas. Estas, constituindo um centro de atracção para o público menos habituado à leitura e nada ao estudo, fornecem a leitura de alguns jornais e revistas nacionais e estrangeiros, bem como obras de interêsse immediato para a consulta pública: anuários comerciais, estatísticas, catálogos, horários de combóios e vapôres, atlas geográficos, cartas topográficas, dicionários, etc.

«Habitado o leitor à freqüência da sala e retirado assim do convívio da taberna, já êste está preparado para a freqüência da Biblioteca Popular.

«Parece-nos conveniente seguir entre nós esta habil estratégia na lucta em favor da instrução popular, creando nos bairros operários e tanto quanto possível nas sédes das escolas primárias ou em outros estabelecimentos do Estado, as referidas salas de leitura de jornais e revistas, que se irão transformando em bibliotecas populares à medida que as necessidades da leitura o aconselhem.

«Estas salas conterão:

«1. Jornais diários portuguezes, especialmente os de Lisboa, um ou outro jornal francês como o *Matin*, o *Journal* ou o *Petit Journal* e um ou outro jornal espanhol como o *Heraldo*, o *Liberal* ou o *Imparcial*.

«2. Revistas: portuguezas, como a *Ilustração Portuguesa*, a *Atlantida*, etc.; estrangeiras, como a *La Vie Scientifique*, *La Nature*, *La Revue Bleue*, *La Revue Scientifique*, *Je sais tout*, etc., e uma ou outra revista espanhola.

«3. Obras de vulgarização e de consulta imediata:

- «a) *Anuário estatístico de Portugal*;
- «b) *Notas sobre Portugal*;
- «c) *Anuário Commercial*;
- «d) *Didot Bottin*;
- «e) *Boletins de estatística*;
- «f) *Diário do Governo* e uma colecção de *Legislação da República*;
- «g) *Guias de viagem*, e *horários de comboios e vapores*;
- «h) *Atlas, cartas geográficas e planos topográficos*;
- «i) *Tarifas*;
- «j) *Catálogos de diversas especialidades*;
- «k) *Dicionários*, etc. (1).

Destas salas de leitura muito desejaria a Repartição fazer inaugurar 12 em Lisboa, no proximo dia 5 de Outubro (de 1916), para solenisar o 6.º aniversário da República, devendo

(1) Escusado será dizer que essas Salas de jornais, ou Hemerotecas, não seriam uniformes nos seus recheios. Haveria, assim, vários tipos: mais completas umas, menos outras; umas com determinadas espécies que outras não possuiriam, — e sempre em função do meio onde iam viver e do público que iam servir.

seguir-se a criação de mais 8. As primeiras deverão ter as suas sédes nos centros de população mais pobre, e onde são mais frequentadas as tabernas, nos bairros populares, nos centros operários, etc., como: Costa do Castelo, Largo do Contador, Praça das Flôres, Rua das Gaivotas ou Rua da Rosa (ao Bairro Alto), Rua Alves Correia, Bairro das Amoreiras, Janelas Verdes, Bem-Formoso ou Terreirinho; uma na Baixa, uma no Bairro das Trinas; Rua dos Sapadores, Bairro Operário da Graça, e Beato. As seguintes 8 poderão ser estabelecidas na Ajuda, Belem, Pedrouços, Bemfica, Campo Grande ou Lumiar, Santa Marta ou S. Sebastião da Pedreira e Estefania, e mais uma na Baixa.

3.º — Bibliotecas municipais

«Acêrca da necessidade de desenvolver as bibliotecas municipais em Lisboa, já há tempos a Repartição apresentou a V. Ex.^a um parecer largamente fundamentado, estando nós em constantes relações com a Câmara Municipal para o melhoramento das instalações dessas bibliotecas e consequente valorização destas.

«É com o maior jubilo que eu comunico a V. Ex.^a que a Câmara Municipal de Lisboa está perfeitamente identificada com esta Repartição, tendo-nos solicitado diversas indicações de character técnico e um projecto de regulamento. Por nossa indicação, parece que se pensa em transferir a Biblioteca Municipal instalada na Graça, por se tornar ali inútil a sua acção. Igualmente as bibliotecas da Rua da Boa Vista e de Alcantara vão ser melhor instaladas, devendo ainda crear-se em Lisboa duas novas bibliotecas municipais nos lugares indicados por esta repartição (1).

«Eis, pois, Senhor Ministro, o que temos a honra de propôr e de informar, pedindo venia para lembrar a V. Ex.^a como seria patriótico e civilizador que o próximo aniversário da República fosse caracterizado pela inauguração da Biblioteca

(1) Nada disso — ao que parece — se fez depois.

Popular e das salas de leitura de jornais que acabamos de propôr.

«Na obra de educação popular, que urge intensificar entre nós, a escola não é tudo; esta tem que ser seguida pela acção da biblioteca.

«Diz Eugénio Morel, falando da França a respeito da luta económica: «Il faut s'armer. Les autres sont mieux armés que nous». Com mais razão se pode dizer isto de Portugal, quando o comparâmos com as nações mais ou menos similares em grandeza territorial e em população.

«A biblioteca vale bem a escola; ela é mesmo, como lhe chamou um bibliólogo, «a escola da iniciativa». Por isso a instrução ensinada na escola deve ser completada pela auto-instrução, pela instrução pessoal, adquirida na biblioteca.

«Assim, parece-nos que trabalhar pelo desenvolvimento das bibliotecas populares é trabalhar para completar a acção da escola e trabalhar para realizar, além duma obra efectiva de propaganda republicana, uma verdadeira obra de educação moral e de valorização económica do povo português. V. Ex.^a resolverá.

«Repartição, em 17 de Agosto de 1916.— O Chefe da Repartição (a.) *António Ferrão* (1).»

Sobre esta proposta S. Ex.^a o Ministro lançou o seguinte despacho:

«Concordo e autoriso a instalação duma biblioteca popular no salão nobre do Teatro de S. Carlos, devendo a Repartição elaborar as bases para a instalação referida.— 29-8-918.— (a) *Joaquim Pedro Martins.*»

(1) Eugène Morel, *Les Bibliothèques*, 2.^o vol., pag. 418.

CAPÍTULO III

Plano duma biblioteca popular-tipo

Para cumprimento do despacho acima transcrito, apresentámos a S. Ex.^a o Ministro, em 14 de Setembro de 1916, o seguinte relatório:

Ex.^{mo} Senhor Ministro. — Atendendo à conveniência urgente de pôr em execução o § único do artigo 10.^o do decreto, com força de lei, de 18 de Março de 1911, fazendo instalar a secção popular da Biblioteca Nacional em edificio próprio;

Tendo em atenção o despacho de V. Ex.^a, de 29 de Agosto último, em que diz «Concordo e autorizo a instalação da nova biblioteca popular no salão nobre do Teatro de S. Carlos, devendo a Repartição elaborar as bases para a instalação referida»;

Tomando em consideração que, nos termos do artigo 4.^o do decreto com força de lei de 18 de 1911, «as bibliotecas populares são aquelas que reúnem os livros e publicações necessárias à instrução do povo, à rápida informação e ao entretenimento»;

Atendendo ao voto unanime da Junta Consultiva das Bibliotecas e Arquivos; e

Havendo em vista as indicações fornecidas pela moderna biblioteconomia:

Tenho a honra de propôr a V. Ex.^a que na futura instalação da nova Biblioteca Popular no salão nobre e anexos do Teatro de S. Carlos sejam observados os seguintes principios:

A) Salas separadas para:

- a) leitura de jornais do dia e consulta de obras de interesse immediato. Entrada completamente livre, sem necessidade de preenchimento de senha;
- b) leitura de jornais antigos, encadernados;
- c) leitura de livros;
- d) senhoras e creanças;
- e) emprestimo domiciliário.

B) Organização de serviços de leitura pública sob bases modernas, expeditas e simples;

C) Organização dum dicionário-catálogo completo, simples e claro, posto na sala ao dispôr do público;

D) Pessoal especializado e adaptado aos objectivos e fins da nova Biblioteca Popular, inteiramente diferentes da Biblioteca Erudita.

Efectivamente, a instalação da nova Biblioteca Popular no salão nobre e anexos do Teatro de S. Carlos consente uma organização de serviços em harmonia com os princípios estabelecidos pela sciência biblioteconomica, aos quais, que nós sabemos, não obedece nenhuma das nossas bibliotecas públicas.

1.º — Da Instalação da Biblioteca Popular

1. *Sala reservada de jornais e revistas do dia, e de obras de consulta imediata.* Esta sala, contendo jornais do dia, nacionais e estrangeiros, e os últimos números de algumas revistas, dicionários, atlas de geografia, anuários estatísticos e comerciais, tarifas, horários, catálogos, etc., deverá ficar completamente separada da sala dos livros, devendo a entrada nela ser absolutamente livre, como succede com as *hemerotecas* inglezas, americanas e alemãs, tão defendidas por Morel e Olge. Quere dizer, para a entrada nesta sala, onde deverá estar sempre, pelo menos, um empregado, não será necessário qualquer senha ou boletim.

A sala que propomos para êste destino é a do primeiro pavimento e que vai indicada na planta junta com o n.º 2 (1).

2. *Sala reservada dos jornais antigos.* É hoje principio fixado pelos mais eminentes biblioteconomistas, como Leopoldo Delisle, Albert Maire, Cim e Eugenio Morel que a leitura dos jornais encadernados deve estar separada da consulta de livros. Seguindo êsse principio, e tendo em vista que, cêrca de vinte por cento dos atuais frequentadores da Biblioteca Nacional destinam-se à leitura de jornais já encadernados, deverá essa

(1) A que fica à esquerda quando se entra, contígua ao salão grande.

leitura ser feita em sala separada ou pelo menos em mesas para tal fim reservadas.

Pensámos, para a instalação desta sala, nos anexos do lado do nascente do segundo pavimento que na planta vão indicados com os n.ºs 3, 4 e 5, ficando assim a galeria norte para a arrumação dos jornais encadernados. Nas indicadas salas poder-se há colocar mesas para mais de 40 leitôres.

3. *Sala reservada das senhoras e creanças.* Também as senhoras e creanças deverão ficar com uma sala privativa que poderá ser no segundo pavimento, como se mostra na planta junta. Esta sala tem entrada directa por uma escada independente, tendo ao lado a competente retréte e toilette. Aí poderão as senhoras e creanças estar assistidas das duas bibliotecárias do quadro, havendo ainda uma servente para o serviço de requisição de livros e illustrações.

Para esta lembramos o compartimento indicado na planta do segundo pavimento com o n.º 1.

4. *Sala reservada para a leitura de obras eruditas e manuscritas.* Não se devendo esquecer que muitos leitores não poderão frequentar a Biblioteca Nacional, só aberta de dia, devido aos seus empregos e profissões, e não sendo justo negar a estes leitores a faculdade de consultarem obras eruditas e manuscritos, poderão estas espécies ser requisitadas da Biblioteca Nacional e consultadas em sala reservada sob a constante vigilância dum empregado, devendo elas regressar à Biblioteca Nacional terminada que seja a sua leitura ou consulta.

Esta poderá ser instalada no compartimento indicado na planta do primeiro pavimento sob o n.º 4.

5. *Sala geral de leitura de livros.* Esta deverá ser ampla, bem iluminada e alegre, ornamentada com tufos de verdura, e plantas próprias de *interior* — como convêm a uma Biblioteca Popular.

Esta sala deverá ter um balcão ao fundo para o serviço da entrega e recepção de livros requisitados, ficando da parte de dentro, sôbre um estrado, a mesa do conservador-director que deverá ser para todos os efeitos o presidente da sala. As mesas — possivelmente três — deverão ser colocadas longitudinalmente, medindo entre si um mínimo de 2^m, podendo tam-

bêm adoptar-se o sistema das mesas pequenas para grupos de quatro, seis ou oito leitôres. Os lugares deverão ser demarcados a traços sôbre as mesas e numerados, sendo também numeradas as cadeiras quê os servirem.

A fiscalização será feita por um ou dois serventes colocados na galeria — um a poente e o outro a nascente, pelo presidente da sala que para isso deverá ficar num plano superior e por outros empregados da bibliôteca. Convirá que o balcão seja protegido por rêde de arame amarelo de aspecto agradável, e aberto com quatro *guichets*, sendo dois para o serviço de empréstimos aos leitores e os outros dois para a devolução das espécies.

2.º — Dos serviços da leitura pública

6. *Duração da leitura.* A leitura na Biblioteca Popular deverá fazer-se nos termos do art. 16.º do decreto de 18 de Março de 1911, das 10 às 16 e das 19 às 23 horas.

7. *Processo do serviço de leitura.* Convirá que o serviço de leitura de livros no salão respectivo se faça do seguinte modo: o leitor recebe à entrada a senha do porteiro, toma o seu lugar, que é numerado, numa das mesas e procura no catálogo a cota ou cotas das obras, até três, que deseja consultar; preenche a referida senha com os títulos das obras, nomes dos autores e respectivas cotas, não se esquecendo de pôr o número do lugar que escolheu.

Entregue a senha no *guichet* competente, volta para o seu lugar, e aguarda que o servente aí lhe leve as especies requisitadas.

Quando, porém, as obras pedidas sejam muito vulgares e estejam da parte de dentro do balcão dos empregados e estes conheçam as suas cotas ou os seus logares, poderão essas obras ser logo entregues ao leitor, e usando-se dêste processo mais expedito sempre que se não dê a acumulação de leitores ao balcão, pois em tal caso dever-se-á proceder como se propõe no princípio dêste parágrafo.

3.º — Da aquisição das espécies

8. *Aquisição das especies.* As especies da nova Biblioteca

poderão ser constituídas pelas obras de carácter popular provenientes do depósito legal; pelas oferecidas, legadas e depositadas por particulares ou colectividades; pelas adquiridas pelas forças das verbas consignadas nos orçamentos para tal fim, com os fundos indicados no artigo 18.º do decreto, com força de lei, de 18 de Março de 1911, e, ainda, pelas provenientes dos concursos para a elaboração de livros originais e traduzidos.

4.º — Do catálogo da Bibliotheca

9. *O catálogo.* O público deverá ter á sua disposição o catálogo geral, de sistema completamente diferente do que até hoje se tem feito entre nós: Ele deverá ser um dicionário-catálogo à maneira dos do British Museum e doutras bibliothecas anglo-americanas: muito práctico, simples e claro. Aí os livros deverão ser catalogados alfabeticamente pelos seus títulos, nomes de autores, e por assuntos, isto é, êle deverá ser ao mesmo tempo um catálogo onomástico e metódico, respondendo assim às três perguntas que um leitor poderá fazer numa tal bibliotheca.

10. Considerando que, muitas vezes, os títulos das obras não correspondem ao conteúdo dos livros, nem ao assunto que parece dever ser neles tratado — o que transvia os estudiosos — quando se der tal facto, os verbetes dos títulos dessas obras deverão conter duma forma muito sucinta, mas clara, a indicação dos assuntos nelas versados.

11. A catalogação não se deve limitar a indicar livros e folhetos, mas ainda deve conter indicações dos capítulos dos livros, e dos artigos das revistas e mesmo dos jornais, fazendo-se o despojo dessas publicações, e catalogando-se os artigos por assuntos, títulos e autores.

12. Para que o catálogo esteja em dia o mais possível, todos os meses serão feitas nele as adições e correcções convenientes, devendo afixar-se na sala, próximo da estante dos catálogos, um quadro contendo rigorosamente em dia a lista dos livros entrados depois da última revisão do catálogo-dicionário.

13. Estando bem averiguado que patentear as novidades

literárias à leitura das bibliotecas publicas longe de lhes prejudicar a venda é para elas um bom reclamo, deverá ser revogado o disposto no artigo 83.º do decreto de 29 de Janeiro de 1903, onde se diz «Só serão comunicadas ao público, dois meses depois da sua entrada na Biblioteca, as obras enviadas em virtude da lei de depósito e de registo da propriedade literária». Ao contrário dessa disposição entendemos que os livros devem ser postos à leitura logo que apareçam à venda, sendo, de resto, assim que se procede no estrangeiro.

5.º — Do pessoal da Biblioteca

14. A questão do pessoal das bibliotecas populares é muito importante. Entre as bibliotecas eruditas e as populares não existe nenhuma especie de semelhança; por isso é conveniente que entre as duas se não mantenha qualquer contacto. Torna-se, pois, necessário que o pessoal de cada especie de biblioteca seja diferente, pois elle deve ter pontos de vista e habitos profissionais completamente distintos. Porque ao passo que o objectivo das bibliotecas populares consiste em vulgarizar o livro, o das bibliotecas eruditas reside, principalmente, em guardá-lo e conservá-lo ciumentamente; guardar demais os livros numa biblioteca popular, negá-los por qualquer circunstância aos leitores é contrariar o espirito e os intuitos de tais bibliotecas; por sua vez não vigiar nem guardar bastante os livros duma biblioteca erudita pode dar origem ao desaparecimento de espécies raras, o que é de todo o ponto inconveniente.

15. Também a preparação técnica do pessoal superior deve ser diferente. Assim o conservador duma biblioteca erudita necessita ter, principalmente, uma sólida cultura histórica e filológica, ao passo que o conservador duma biblioteca popular deve ter uma instrução geral e variada, ser versado nas sciências de applicação, nas sciências económicas e sociais, nas literaturas modernas, conhecer a bibliografia da filosofia contemporânea, da ética, da história e da critica religiosa.

16. Assim, entendemos que os quadros devem ser diversos, e que o recrutamento do pessoal, principalmente o supe-

rior, deve obedecer a princípios diferentes, e ser feito sempre em harmonia com os objectivos e fins de cada espécie de bibliotecas.

Sendo impossível nêste momento crear quadros separados de pessoal, poderão os empregados da Biblioteca Popular ser destacados da Biblioteca Nacional.

17. O pessoal da nova biblioteca poderá ser constituído por:

- a) um conservador-director, que deverá presidir à sala grande de leitura, fiscalizar o pessoal, cuidar das novas aquisições, catalogá-las, esclarecer o público, e dirigir o expediente;
- b) duas bibliotecárias para as salas das senhoras e creanças;
- c) um ou dois amanuenses para vigiar os leitores da sala dos reservados, trabalhar no catálogo, fazer o expediente, estatística, etc.;
- d) um porteiro;
- e) dois continuos para o fornecimento e recepção de livros;
- f) cinco ou seis serventes homens, sendo dois para o serviço da sala grande de leitura, um para a sala dos jornais diários, outro para a sala dos jornais antigos, um ou dois para a fiscalização das galerias, e outro para o serviço da porta e urinois;
- g) uma servente para o serviço da sala das senhoras e creanças.

6.º — Do empréstimo domiciliário

18. Considerando que o empréstimo domiciliário é uma das características das bibliotecas populares, está pôsto em prática com o maior successo em todas as bibliotecas de tal natureza do estrangeiro, e é permitido tanto pelo regulamento de 29 de Janeiro de 1903, como pelo decreto, com força de lei, de 18 de Março de 1911, artigo 17.º, parece-nos conveniente dar execução a tais disposições logo que as circunstâncias o permitam, devendo-se destinar a tais serviços uma sala especial, que vai indicada na planta junta.

Eis, muito sucintamente, o que se nos oferece propôr como bases para a organização da primeira Biblioteca Popular do nosso país em harmonia com o despacho de V. Ex.ª, de 29 de Agosto último.

Repartição de Instrução Artística, em 14 de Setembro de 1916. — O Chefe da Repartição, (a.) *António Ferrão*.

Pouco tempo depois, com a publicação dum novo Regulamento do Ministério, cessou a interferência da nossa Repartição nos assuntos das Bibliotecas e Arquivos. Estes serviços passaram a depender da Secretaria Geral do Ministério.

Ao que parece, nunca mais se pensou em tal. Só mais tarde, sendo Ministro da Instrução o Sr. Dr. Alfredo de Magalhães, é que a Biblioteca Popular de Lisboa foi instalada convenientemente no salão nobre do Teatro de S. Carlos, como dois anos antes propuzéramos.

O pòvo, que não é ocioso, que trabalha para viver, e que só a noite tem livre para estudar, para ler, não teve durante dois anos, na primeira cidade do país, na capital da República, uma biblioteca do Estado, onde pudesse ir passar um bocado de noite, lendo, estudando, instruindo-se, ou, simplesmente, distraíndo-se.

Ao passo que a única biblioteca pública do Estado se fechou à noite para o grande pòvo, êste viu abrirem-se-lhe as portas de dezenas de sugestivas cãsas de jògo, tabernas, lupanares e prostibulos.

Depois disto, só é para admirar as grandes virtudes inátas dêste belo pòvo, que nada dirigido — antes abandonado de quem tinha por principal obrigação orientá-lo na senda do trabalho e do cumprimento do dever e incitá-lo ao estudo e á prática do bem —, é sempre o grande reservatório de energias sãs e de virtudes másculas.

CAPÍTULO IV

Bibliotecas móveis

Foram as bibliotecas móveis criadas, logo após a implantação da República, pelo decreto com fôrça de lei de 18 de Março de 1911.

Viu bem o novo regimen como tem sido importante e pro-

ficua a acção que as bibliotecas moveis ou circulantes teem desempenhado nos Estados-Unidos, Inglaterra, Itália, etc., umas com character profissional — como as bibliotecas móveis agrícolas — que teem desempenhado importante papel no fômento agrário da Itália; outras destinadas à cultura geral.

Porém, as bibliotecas móveis, que haviam sido criadas *no papel*, em março de 1911, não poderam logo funcionar, porque só no orçamento da despeza de 1914-15 é que começou a figurar a verba de 2:000 escudos «para a constituição das bibliotecas móveis».

Em 30 de Setembro de 1915 aparecia o *Regulamento*. O nosso ponto de vista ao elaborar êsse diploma foi fazer a coordenação da escola primária elementar e superior, da escola móvel, do curso de aperfeiçoamento com essas bibliotecas. Por isso, logo num dos *considerandos* nós escrevemos: «Convindo organizar e desenvolver tão útil instituição, como é a das Bibliotecas Móveis, as quais constituem um meio eficaz de promover a instrução *circum e post-escolar*, e uma forma de estimular o autodidatismo». No texto do decreto, artigo 4.º, estabelecemos a forma de conseguir essa coordenação, escrevendo: «A organização das Bibliotecas Móveis, constituindo um meio importante de promover a instrução *circum e post-escolar*, necessário é que haja sempre a maior coordenação de esforços por parte dos inspectores das Bibliotecas Populares e Móveis, das Escolas Móveis, e das Escolas Primárias fixas».

Apezar de muitas pessoas maledicentes afirmarem que as *bibliotecas móveis* só por antonomásia assim se designavam, pois continuavam paradas nos altos do convento de S. Francisco, o certo é que depois de tal serviço haver sido dotado com a conveniente verba, teem elas irradiado pelo país. E se mais não se tem feito é porque a apatia intelectual de muitos, o receio das responsabilidades por parte de quási todos, e a falta de interesse por todas as manifestações de natureza elevada; isso tudo junto ao desconhecimento da quási totalidade quanto à existência de tais bibliotecas, da sua função e objectivo, e da forma de as requisitar, faz com que seja modesto o número de missões até hoje realizado, mais por culpa de

quem as não requisita que por responsabilidade de quem por dever do cargo as não pode oferecer a quem as não solicita.

Porém, feita mais propaganda de tão útil meio de cultura, e tornada tal instituição mais conhecida e valorizada, crêmos bem que não será difícil galvanizar essa nascente e benemérita instituição que, neste momento (em 1917), se encontra — como quasi tudo neste país — um tanto dormente e hesitante. Esperemos que os nervos — tão constantemente sacudidos — se acalmem, que os espiritos socêguem, e talvez tenha chegado, então, para as *bibliotecas móveis* o seu momento.

CAPÍTULO V

Bibliotecas hospitalares

Mas não bastavam as bibliotecas municipais, populares e móveis. Havia outro público a satisfazer, e que estava sequestrado ao convívio de tão uteis instituições. Era necessário cuidar daqueles importantes aglomerados humanos que pela natureza especial do meio em que vivem, não podiam utilizar as vantagens facultadas pelas bibliotecas populares fixas ou móveis, tais como existiam, isto é, havia que cuidar dos grandes aglomerados existentes nos hospitais, nas prisões, nos quartéis e nos navios de guerra.

Em todas essas populações especiais, claramente distintas, perfeitamente características, nós pensámos e a todas planeámos levar a assistência moral, literária, o *pão do espirito* da leitura instrutiva, da distração agradável, serena e honesta do livro seleccionado, da revista escolhida, e da ilustração moralmente sugestiva.

Pensávamos já de longa data na organização da biblioteca popular junto dos hospitais, das prisões, dos quartéis e dos navios de guerra. Porém, o plano era demasiadamente vasto para as forças das verbas orçamentais, e apesar da obra ser grandiosa e sugestiva, não conseguimos impô-la à indiferença daqueles que tinham na mão os meios de praticabilidade necessários.

Por isso, tratámos de dividir a obra a realizar, e de atacar, por partes, tão complexo, mas empolgante e benemérito problema, começando pelas *bibliotecas hospitalares*.

Em 5 de Agosto de 1916, apresentávamos superiormente a seguinte proposta:

É hoje prática seguida nos melhores estabelecimentos hospitalares do estrangeiro, até mesmo nos atuais hospitais militares das frentes de batalha — tanto nos hospitais de evacuação e nas *gares reguladoras*, como nas ambulâncias especiais — a existência de bibliotecas para recreio e instrução dos convalescentes móveis e dos que estão imobilizados nos seus leitos. Para os primeiros há salas de leitura especiais, sendo também muito vulgar ver estendidos nas *pelouses* circunjacentes dos hospitais, os convalescentes lendo, com interêsse, romances, revistas ou obras de sciência — cada um conforme a sua instrução, tendências de espírito, etc. Nos nossos hospitais falta ainda organizar tais serviços, bem como urgente é crear ali os trabalhos manuaes educativos, sob o ponto de vista psico-pedagógico ou pedológico, para creanças, e com um character educativo e económico para adultos. Mas, deixêmos êste último assunto que não é da competência desta Repartição, e cuidemos da organização das bibliotecas hospitalares.

Nos nossos hospitais civis e militares a cuitura intellectual dos doentes limita-se, como é sabido, à leitura do jornal, noticioso ou político, principalmente noticioso. E nada mais. Tal situação contrasta, em absoluto, com o que succede nos hospitais estrangeiros onde, além das salas de leitura e dos gabinetes de conversação, bem instalados e agradavelmente dispostos, para os doentes que não estão retidos nos leitos, todos os dias pequenos carros de rodas de borracha, contendo cinquenta e mais volumes de excelente aparência, percorrem as enfermarias oferecendo livros e revistas de toda a natureza e catálogos das obras da biblioteca fixa hospitalar para os doentes immobilizados nos leitos.

Por nossa iniciativa, como chefe desta Repartição, e em harmonia com a autorização de V. Ex.^a, entrei em comunicação com o Director dos hospitais de Lisboa, sr. dr. Sebastião

da Costa Santos e com o Chefe da 1.^a repartição desses estabelecimentos, sr. Magalhães Fonseca. Já anteriormente havíamos estado na Inspeção das Bibliotecas Moveis tratando do material disponível que imediatamente poderá ser fornecido à direcção dos hospitais civis, podendo informar V. Ex.^a que este Ministério está habilitado a fornecer ainda pelas fôrças das verbas do ano económico findo de 1915-1916, seis novas bibliotecas moveis, ficando disponíveis da mesma verba, material para novas missões. Escusado será informar V. Ex.^a que os referidos funcionários hospitalares receberam com o maior entusiasmo a ideia da organização de tais serviços de leitura nos hospitais civis, havendo-se fixado, depois de larga confêrência, o seguinte: 1.^o Que as bibliotecas a organizar nos hospitais civis de Lisboa deverão ser fornecidas por este Ministério e por intermédio da Inspeção das Bibliotecas Móveis, em harmonia com o respectivo regulamento de 20 de Setembro de 1915; 2.^o Que as bibliotecas a fornecer poderão ter as suas sédes nos hospitais de S. José, Estefania, Santa Marta e Rego; 3.^o Que o Hospital de S. José poderá fornecer livros para os anexos do Desterro e S. Lazaro; 4.^o Que a direcção dos hospitais tomará a responsabilidade da guarda e conservação, desinfeccção e empréstimo das espécies que lhe forem confiadas, fornecendo as instalações e pessoal convenientes; 5.^o Que dada a natureza especial dos lugares onde vão funcionar essas bibliotecas e do público a que se destinam e não prevendo o citado decreto de 20 de Setembro último tais circunstâncias, convirá que sejam regulamentados os serviços dessas bibliotecas por decreto também referendado por S. Ex.^a o Ministro do Interior, visto ser de superintendência dêsse Ministério os serviços dos hospitais civis; 6.^o Que a escolha de livros e revistas sôbre moral e instrucção cívica, história geral e pátria, geografia, economia e principalmente romances, versos, illustrações e outras espécies de fantazia e distração, deverá ser cuidadosamente feita por este Ministério em concordância com as indicações fornecidas pela direcção dos hospitais.

Tem-se falado muito, entre nós, na hidroterapia, electroterapia e mecanoterapia. Mas necessário nos parece não esquecer a *psico* ou *étoterapia*. Tal processo de cura que lá fóra

tem sido bastante usado e, ao que parece, com grande successo, está ainda descurado entre nós. Por isso procura esta Repartição fornecer aos hospitais os meios apropriados que estes estabelecimentos não possuem para a cura pela distracção e pelo prazer do espirito. O que pretendemos levar a effeito é, como se vê, não só uma iniciativa de vulgarização literária e artística, como ainda uma obra de assistência moral e de humanidade. V. Ex.^a resolverá.

Repartição de Instrução Artística, em 5 de Agosto de 1916.
— O Chefe da Repartição, (a.) *Antonio Ferrão*.

Sôbre esta proposta recaiu o despacho ministerial de 7 de Agosto seguinte, concordando.

Iniciaram-se as diligências convenientes para dar execução à proposta, sendo logo communicado à Inspecção das Bibliotecas Populares e Móveis e à direcção dos Hospitais.

CAPÍTULO VI

Bibliotecas para os soldados portuguezes no «front»

Entretanto, a participação de Portugal na conflagração tornava-se cada vez mais efectiva com a remessa de tropas portuguezas para África e para França. Os contingentes de reforço aumentavam, e forçoso era que o Ministério da Instrução se interessasse por aquêles que na defeza do Diréito ofendido e da Liberdade ameaçada iam erguer tão alto o nome de Portugal.

Tinha-se cuidado em nomear o pintor — e bem illustre êle é! — que havia de immortalisar na tela as passagens mais gloriosas, os arrancos mais heroicos das nossas tropas, havia-se recrutado o pessoal para os úteis serviços de cinematografia militar; mas havia-se esquecido de enviar para o *front* portugêus livros portuguezes, gramofones com músicas portuguezas, *fitas* cinematográficas de vistas nacionais, e conferentes e prelectores que dia a dia fossem levantando o moral do nosso soldado, talvez abatido menos pelos perigos da guerra que

pelas nostalgias da Pátria, da família, dos amigos — tudo tão distante!

Nêsse sentido tivemos o prazer de apresentar, superiormente, numa ocasião do nosso despacho, o seguinte relatório acompanhando e justificando a conveniente proposta:

Senhor Ministro. — Quando há tempos tivemos a honra de propôr superiormente a instalação de bibliotecas populares nos hospitais civis de Lisboa, referimo-nos acidentalmente às bibliotecas que nêste momento estão funcionando — segundo nos consta — nos campos de concentração e de descanso e, nos hospitais das tropas aliadas, na frente ocidental da França.

Então dissemos: «É hoje prática seguida em todos os estabelecimentos hospitalares do estrangeiro, até mesmo nos actuais hospitais militares das frentes de batalha — tanto nos hospitais de evacuação e nas *gares reguladoras*, como nas ambulâncias especiais — a existência de bibliotecas para recreio e instrução dos convalescentes móveis e dos que estão imobilizados nos seus leitos. Para os primeiros há salas de leitura especiais, sendo também muito vulgar ver estendidos nas *pelouses* circunjacentes dos hospitais, os convalescentes lendo, com interêsse, romances, revistas ou obras de sciência — cada um segundo a sua instrução, tendências de espirito, etc.».

Não admira que tal suceda, sabendo-se a importância crescente que vem apresentando nos países em guerra o problema da leitura pública.

Há mais de cem anos já, dizia o então presidente da Confederação Americana, Jacob Madison: «Um govêrno popular sem educação popular não é senão o prólogo duma farça ou duma tragédia e, por vezes, de ambas ao mesmo tempo».

E para que a farça não começasse, nem em tragédia se transformasse a democracia americana, a extraordinária obra das escolas, dos colégios e das universidades, tem vindo juntar-se nos Estados Unidos a acção proficua e eficaz da biblioteca pública.

Porêem, essa prodigiosa organização da leitura pública que Melvil Dewey conseguiu fazer irradiar por todo o território

dos Estados Unidos da América do Norte, encontrou do lado de cá do Atlantico um povo, igualmente saxão, que a tem procurado imitar, espalhando por toda a Inglaterra as *Free Public Libraries*. Efectivamente, desde os *hamlets* da Escócia até às *small villages* do país de Gális, estão hoje divulgadas, por toda a Inglaterra, as bibliotecas populares, mercê duma activa propaganda em que tem entrado políticos eminentes como Gladstone, Chamberlain, lord Rossebery, William Bardon, Ewart; pensadores e homens de sciência como Spencer e John Lubbock; e homens de letras como Tackeray, Bulwer Lytton e Ruskin.

Na Itália, desde a tentativa de Bruni, em 1861, até aos esforços da Liga de Instrução Italiana e da Sociedade Bibliográfica, o progresso das bibliotecas populares tem sido enorme, havendo hoje talvez 10.000 entre bibliotecas escolares, populares e municipais; e, sendo umas destinadas à vulgarização de conhecimentos gerais e de literatura moderna, e outras tendo especialmente em vista a divulgação de obras sôbre agricultura.

Em França, só com a terceira república é que as bibliotecas populares tomaram incremento, principalmente a partir de Jules Simon, quando ministro da Instrução, sendo justo lembrar a acção da *Ligue de l'Enseignement* francesa, desde a iniciativa do seu notável fundador, Jean Macé, contando este país antes da guerra para mais de 5:000 bibliotecas populares entre officiais, municipais e particulares.

Também a Bélgica vinha, antes da guerra, realizando uma proficua obra de vulgarização scientifica e literária por meio da expansão das bibliotecas populares desde que Ducpetiaux, em 1848, organizou as primeiras em Bruxelas até aos modernos esforços da Liga de Instrução belga, da *Société Franklin* de Liége e dos municipios.

Sendo a guerra nos tempos modernos uma verdadeira organização em marcha, não podem os povos nela interessados abstrair-se duma das formas mais eficazes da divulgação dos conhecimentos, isto é, não podem deixar de organizar nos seus campos de concentração e de repouso, nos seus hospitais e gares militares, as competentes bibliotecas.

Assim, é já hoje bem conhecido como nos países em guerra os serviços de leitura tendem a estar cada vez melhor montados nos lugares onde se acumulam as tropas em campanha.

Portugal é, talvez, o único país que, tendo já o seu sector especial na frente da batalha; não organizou ainda tais serviços, sendo por isso urgente montá-los quer para o bom nome da nacionalidade, quer porque a leitura é para certas pessoas uma necessidade tão imperiosa como as da vida vegetativa, e será, principalmente, uma forma de mitigar as saudades da Pátria distante.

O português é, possivelmente, a creatura mais emotiva do globo, e se é o amoroso, por excelência, como vemos figurar nos tratados de psicologia étnica, é, talvez, de todos os povos, o que mais sente a nostalgia da sua Pátria.

Todos os que já viajaram pelo estrangeiro sentiram bem quanto isso é exacto. Tudo lá fora é observado sempre em função da nossa Pátria e do que nesta existe de bom ou de mau; e se essa comparação é favorável para o nosso país sentimo-nos orgulhosos, ao passo que se é desfavorável procuramos imitar os povos que mais progridem.

Quem ao ler a história da literatura, da arte, da sciência ou da filosofia, não tem lamentado que Portugal não haja sido a pátria de Victor Hugo, Shakespeare ou Gœthe; Ticiano, Beethoven ou Saint-Saens; de Laplace, Kepler, Herschel, Becquerel, Lavoisier e Saint-Claire-de-Ville; de Darwin, Lamarcke, Geoffroy, Saint Hilaire; de Descartes, Kant, Augusto Comte, Bergson ou Durkeim. Porêm, já não é pouco que possamos sentir orgulho de termos a mesma língua que falaram Camões, Garrett, Herculano, Antero e João de Deus; Pedro Nunes, Garcia da Horta e Antonio Luiz; Marcos Portugal, Machado de Castro e Soares dos Reis; Ribeiro Sanches, Verney, Teodoro de Almeida, Jacob de Castro Sarmiento e Silvestre Pinheiro Ferreira, para só citarmos alguns mortos ilustres nas letras, nas sciências, nas artes e na filosofia, sem esquecer Spinoza, descendente de portugueses.

O português poderá ser aventureiro — e foi um pouco êsse espirito de vagabundo que o levou às descobertas e conquistas ultramarinas — eterno padrão da glória nacional!; mas, o por-

tuguês não é um *deraciné*. Para prova disso basta ver a persistência com que as colónias étnicas portuguesas espalhadas pelas três Américas ou pulverizadas pelas ilhas do Pacífico e do Índico se mantêm ligadas à mãe-pátria, quer chorando as desditas do Portugal distante, quer sentindo o orgulho das glórias nacionais.

Porém, se há colónia de população portuguesa que neste momento deva merecer todos os carinhos e solitudes dos poderes públicos, está em primeiro lugar êsse punhado de heróis que se encontra combatendo em França, honrando assim a Pátria, e colaborando nobremente, valorosamente, na cruzada para a defeza da liberdade e da justiça.

Más, não basta fornecer a êsses bons descendentes dos portugueses de Salado, de Aljubarrota, de Diu ou de Wagan, tudo o que os possa apetrechar materialmente para o bom desempenho da sua missão épica; é preciso também alimentá-los espiritualmente, e procurar por todas as fórmãs tornar neles máximamente vívido e forte o ideal da nacionalidade, o amor de Portugal.

Parece-nos que a melhor forma de alimentar o saudosismo pátrio dêsses homens, de mitigar a nostalgia do Portugal distante, consiste em fornecer-lhes jornais, revistas, ilustrações e livros onde se trate de Portugal, das belezas das nossas paisagens, do sentimento do nosso povo, das grandezas do nosso passado, das glórias dos nossos heróis, do valor e da dedicação dos nossos escritores, de todas as belas concepções dos nossos artistas, emfim, de tudo o que possa inundar de satisfação e de optimismo o espirito dêsses combatentes, e tornar neles bem vivos os sentimentos do orgulho da raça e da nacionalidade.

Temos, por isso, a honra de propôr:

1.º Que sejam organizadas, com urgência, bibliotecas destinadas ao Corpo Expedicionário Português, onde figurem principalmente livros, revistas, jornais e ilustrações portuguesas, algumas boas traduções de publicações estrangeiras, e determinadas obras em francês; mas todas convenientemente escolhidas e bem seleccionadas, tendo sempre em vista o público especial a que se destinam e o fim a atingir: — conservar bem

vivo no espírito dos leitores o amor da pátria, o orgulho da raça, e a confiança na victoria;

2.º Que no *front*, em lugares apropriados, se promovam conferências, palestras e leituras, especialmente aos domingos, tendentes a ministrar conhecimentos sôbre sciências de applicação e hygiene, a descrever a nossa história e a tratar dos nossos poetas e prosadores mais eminentes, devendo ler-se deles os melhores trechos, e fazendo acompanhar tais leituras de esboços biográficos dos autores e de comentários convenientes à bôa compreensão dos trechos lidos;

3.º Que por meio de lanternas de projecções e de aparelhos cinematográficos, se efectuem sessões para a exhibição de paisagens, principalmente nacionais e de fitas de carácter scientifico, dramático e cómico, convenientemente escolhidas;

4.º Que se promovam concertos pelas bandas destacadas em França ou simples audições de instrumentos isolados ou agrupados, não esquecendo o gramofone, que pode constituir um excelente meio de distracção.

Repartição de Instrução Artística, em 2 de Junho de 1917.
— O Chefe da Repartição, (a.) *Antonio Ferrão*.

Como por êsse tempo os serviços das Bibliotecas e Arquivos já não dependiam da nossa Repartição, deixámos ficar a proposta e o relatório transcritos no gabinete de S. Ex.^a o Ministro da Instrução para que, por êste Ministério ou pelo da Guerra, lhe fôsse dada realidade — de tal forma o assunto se impunha pelo lado patriótico e civilizador. Pois, a-pesar-de toda a gente concordar com tal proposta, e de aparecerem, até, na imprensa algumas pessoas avocando a si — com um desplante único — a autoria dêsse trabalho, o certo é que nem antes de 5 de Dezembro nem depois se lhe deu qualquer resolução. A Inspecção das Bibliotecas Populares e Móveis organizou as caixas com os livros, mas o certo é que tais bibliotecas não chegaram a ser expeditas para França, segundo nos informaram depois.

CAPÍTULO VII

Proposta tendente a resolver a falta de publicações populares educativas

Mas não bastava providenciar no sentido da criação e desenvolvimento das bibliotecas populares, municipais, escolares ou móveis, hospitalares, prisionais ou regimentais, pois era urgente cuidar da forma de povoar os seus depósitos com espécies próprias e convenientes à leitura do grande público.

É sabido como é pequena a nossa literatura popular educativa, pois até hoje quem entre nós conhece melhor ou peor o francês, o espanhol, o italiano ou o inglês, costuma ler nessas línguas as obras que lhe interessam. O povo até há pouco tempo não lia senão — e quando muito — o jornal político ou noticioso. Por isso não apareciam editores, autores ou tradutores que proporcionassem ao grande público obras originais ou traduções em português de literatura, ciência ou arte.

Por isso, quando o Parlamento da República votou a verba conveniente para aquisição de livros para as bibliotecas moveis deparou-se logo com a falta de espécies próprias para a leitura popular, especialmente no capítulo da vulgarização científica.

Dêste modo impunha-se tomar providências no sentido de evitar a continuação de tal estado de coisas, pois a *procura* sendo maior que a *oferta*, levava a aumentar a produção de obras de fantasia, o mesmo não se dando quanto a obras de vulgarização científica, que continuavam a escassear.

Por isso, com o intuito de promover a criação duma ou mais *comissões de aperfeiçoamento das publicações populares*, que tão bons resultados teem dado no estrangeiro, elaborámos a seguinte proposta:

Não contando a bibliografia portuguesa grande número de obras que se prestem a ministrar às classes populares noções de instrução moral e cívica — como é essencial à cultura dos habitantes duma democracia; sendo igualmente modesta

a nossa bibliografia sôbre livros de instrução profissional, agrícola, comercial e industrial; e determinando o artigo 6.º do regulamento das Bibliotecas Móveis, de 20 de Setembro último, que se promova a tradução de obras estrangeiras e se efectuem concursos para a produção de obras nacionais;

Esta Repartição tem a honra de propôr que sejam encarregados os Inspectores das Bibliotecas Móveis e das Bibliotecas Eruditas de estudar qual a melhor forma de obviar à falta de obras da índole acima referida, propondo superiormente o que se lhe oferecer.

Parece a esta Repartição que os pontos mais importantes a determinar são:

1. Qual a especialidade ou assunto a preferir desde já;
2. Se mais convirá promover traduções, ou efectuar concursos de originaes portuguezes;
3. No caso de serem preferidos os concursos para obras portuguezas, quais as bases a que estes devem obedecer, o prémio ou prémios a conceder, e os processos a seguir na publicação (por conta do Estado ou particular) e na aquisição de exemplares no caso da impressão ficar a cargo dos autores.

Esta Repartição considera o assunto da maior importância, chamando para o caso a esclarecida atenção de V. Ex.^a.

Repartição de Instrução Artística, em 7 de Outubro de 1915. — O Chefe da Repartição, (a.) *Antonio Ferrão*.

Sôbre esta proposta lançou S. Ex.^a o Ministro, em 12 de Outubro de 1915, o seu despacho concordando.

Comunicado o despacho a quem de dever, nunca mais ouvimos falar no assunto. Pouco depois os serviços das bibliotecas e arquivos transitavam para a Secretaria Geral do Ministério, e ainda hoje continuamos sem livros populares de vulgarização científica, moral e cívica.

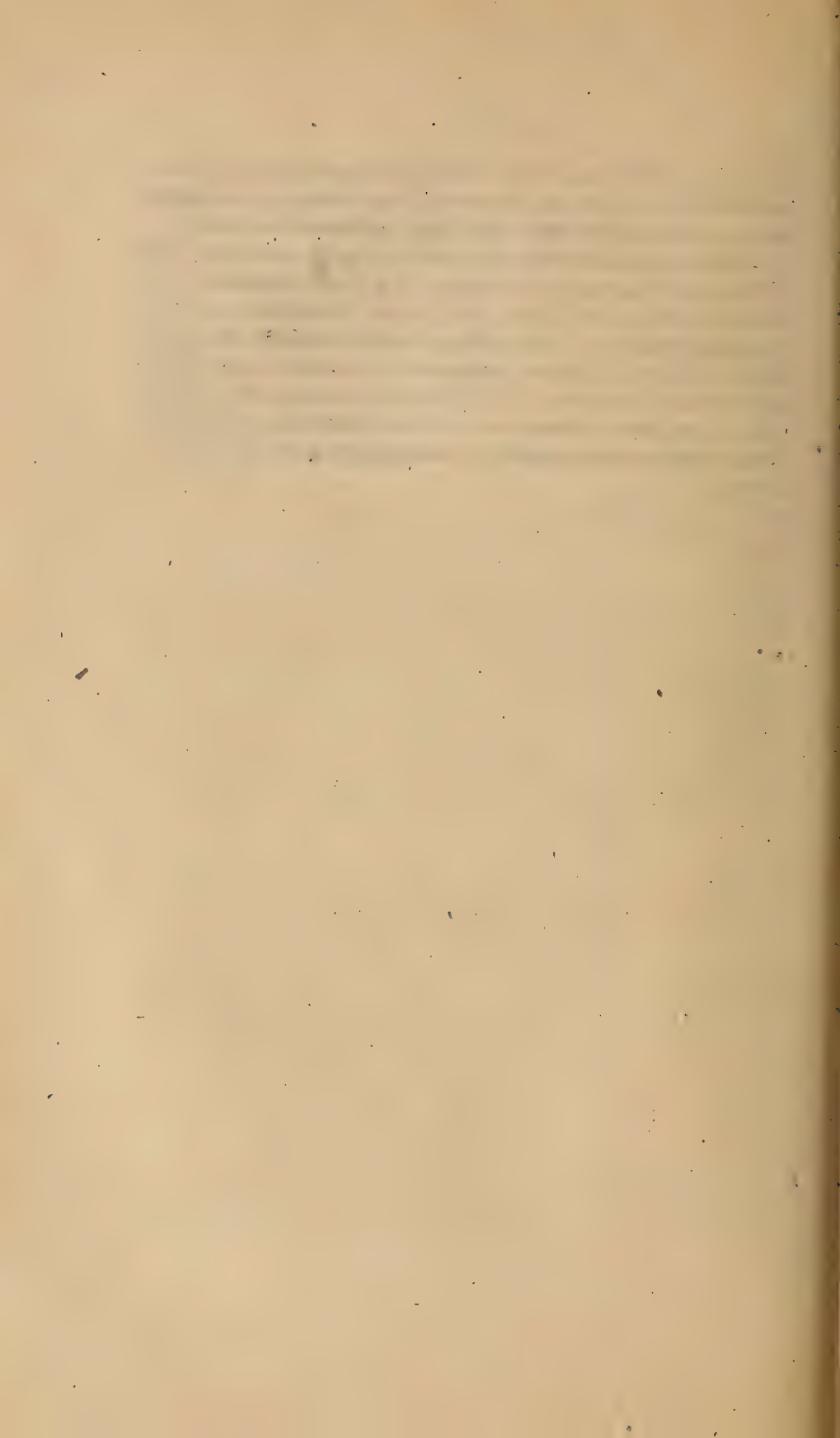
*

* *

Eis algumas das iniciativas por nós tomadas e das providências que superiormente propuzemos.

Não podemos dizer aqui como no prolóquio que « o successo coroou a obra », porque, também, nem sempre — como neste caso — *finis coronat opus*. Mas, que podíamos nós fazer?!

Como aquele guerreiro de opereta a quem tudo falta para defender a sua praça — a começar na pólvora, também a nós tudo nos faltou para efectivar as nossas iniciativas e realizar os nossos projectos, desde a mais absoluta ausência de verbas até à falta de organismos apropriados à criação e progresso dos serviços propostos, e à carência de pessoal especializado que, a par duma grande dose de ideal patriótico e cívico, tivesse bastante saber técnico e sufficiente preparação administrativa.



PARTE III

Comentários e Observações finais

Um pouco como aquele caminheiro que chegando ao fim da acidentada jornada recapitula e avalia os incidentes vários da sua peregrinação, também nós, em breves considerações, vamos comentar fugidamente alguns pontos da *via sinuosa* que acabamos de percorrer.

É incontestável que se os governos da República já bastante trabalharam em prol da instrução nacional, podiam, contudo, em oito anos de novo regime (1910-1918), ter feito muito mais do que realizaram no que respeita às questões gerais de ensino, e, especialmente, no que se refere aos serviços de bibliotecas e arquivos.

Na verdade, muito mais se podia ter feito, e muito mais se devia ter feito, porque, como disse P. J. Proudhon, democracia e demopédia são sinónimas, isto é, « a democracia é a instrução do povo ».

Também, deve ser lembrado aquele francês ilustre, que falando da função moral e educativa da República no seu país, exclamava esta frase que se pode aplicar a todos os povos dirigidos por instituições democráticas: « a República ou será um regime de educação ou não poderá subsistir ». E igualmente convém recordar tantas vezes a disjunção que Gabriel Seailles propõe — num seu livro célebre — ou *Educação ou Revolução*, porque êsse é o dilema cada vez mais momentoso, palpitante e infalível em face do progresso infindo da civilização e da marcha irresistível da Democracia. Por isso, Clemenceau teve há anos uma apbteóse no parlamento francês quando exclamou: « O problema democrático é um problema de educação ».

*
* *
*

No decorrer dêste trabalho temos mostrado quantas lacunas, quantas omissões lamentáveis, quanto dinheiro dispendido inútilmente, quantos caminhos errados e diligências mais que ineficazes — prejudiciais, teem pesado nos serviços da nossa instrução pública.

As reformas do ensino, a começar nas reorganizações do próprio Ministério da Instrução teem sido feitas — ao que parece — muito mais no ponto de vista estrictamente pessoal de alargar os quadros e de criar lugares para os adeptos e *defensores* (?) das situações políticas que sucessivamente teem preponderado neste malfadado país de que com os olhos fitos nos designios supremos da melhoria dos serviços e dos progressos do ensino.

É factó quasi-quotidiano vêr creaturas umas anónimas, outras bem negativamente conhecidas alçapremadas a directores e chefes de serviços, e a professores de Faculdades e de outras escolas com o mais absoluto desprêzo pelos direitos daqueles que numa vida de improbo trabalho, com assinalados serviços à República e à Instrução, com os seus cursos e concursos bem públicos, e com as suas obras publicadas teimam em crêr que a República é um regime de selecção dos mais competentes e virtuosos.

Assim, que admira que aqueles que tudo devem às suas aptidões e ao seu trabalho, bem apetrechados para a lucta onde esta se faça sinceramente, honestamente, elevadamente, pensem em procurar em outros meios o que aqui se lhes nega? Disse alguem que os espiritos são como as águas: cada um procura o seu nível!

Mas, dêste modo quem ficará? Os desfrutadores vorazes para os quais as situações rendosas são o único designio da sua existência. Pois que fiquem! Porêem, não se equeça que está mais que provado que para fazer progredir e engrandecer um país não basta ter bom apetite nem saber talhar larga fatia no grosso queijo orçamental!

Uma das coisas mais lamentáveis é que em quasi dez anos de República ainda se não soube ou não se pôde crear um ambiente de paz, de trabalho e de virtude, favorável e propício à eclosão de iniciativas benéficas e honestas.

O nosso Ministério da Instrução, que devia ser o lugar *d'obli*go dêsse ambiente, em vez de se tornar o organismo gerador e propulsor dum ensino progressivo, quasi não tem passado do fundo recepiente dum caldo de cultura de bacterias orçamentifobas — um escritório de empregos, uma agência de colocações.

Se êsse Ministério fôsse o que sempre entendemos que devia ser — e que bem podia ser se houvessem prevalecido os princípios e ideias por nós defendidos há muito — e que expômos na *Introdução* dêste trabalho quanto à organização dos serviços; à selecção rigorosa do pessoal superior do Ministério e suas dependências; à instituição das comissões de trabalhos científicos; e ao recrutamento, nomeação e promoção do professorado, crêmos bem que a nossa sciência, o nível mental e moral do nosso ensino, e o bom nome da nossa magistratura docente alguma coisa teriam ganho.

Quasi tudo o que propuzemos quasi tudo se deixou de fazer. Comissões de trabalhos científicos, o boietim-revista do Ministério, a biblioteca pedagógica dessa Secretaria, o *Anuário da Instrução Pública* — com a indicação de todo o pessoal dos serviços de instrução, dos seus cargos, títulos escolares e científicos, lugar na escala para efeitos de nomeação, promoção, diuturnidade e outros: nada se fez, coisa alguma se efectivou.

Igualmente, não lográmos vêr realizado o nosso propósito de se publicar um trabalho comemorativo da implantação do novo regime sôbre *A Obra Pedagógica da República*, onde figurasse o relato do que se tem feito entre nós, em favor do ensino público, depois de 5 de Outubro de 1910, e se apresentasse o balanço dos resultados obtidos.

Pois, precisamente, no ano em que a nossa proposta naufragava nos mortíferos mares da Contabilidade — isto é, em 1913 — aparecia em Paris, na livraria Colin, uma obra intitulada *Finlande et Finlandais*, de 330 páginas, redigida por diversos especialistas sob a direcção do professor da Universidade

d'Helsingfors, sr. Söderhjelm, tendo em vista despertar a atenção e a simpatia dos meios mais cultos euro-americanos para a Finlândia, e para os finlandeses defensores da sua autonomia politica. Nessa obra, toda redigida em francês, figuravam capítulos tendentes a tornar conhecida dos estrangeiros não só a geografia e a história da Finlândia, como ainda o seu regime e a sua situação em 1913. Assim, tratava do Parlamento; descrevia o ensino; e occupava-se da literatura, da arte, da industria, da agricultura, da hygiene, dos desportos, das ideias feministas e doutras manifestações da vida social finlandeza. O resultado dessa excelente propaganda é a maneira carinhosa como a Finlândia tem sido tratada pelos aliados, contrastando, por vezes, com o desdem com que o nosso país tem sido acolhido em certos meios internacionais não obstante termos regado com o nosso sangue generoso os campos da França em sua própria defeza.

Quere dizer: o que não quiz fazer Portugal, o velho Portugal com pito séculos de existência, e possuindo um domínio colonial tão extenso que bastaria isso para o colocar no rol das grandes potências, fê-lo a Finlândia — ainda então país vassalo do império russo.

*
* *
*

Já dissemos que foi muito importante o serviço de incorporações realizado pelo organismo directivo das bibliotecas eruditas e arquivos: a Inspecção⁽¹⁾. Porém, a essa solicitude não correspondeu — por falta de pessoal — o esforço feito com os trabalhos de catalogação dos arquivos seus dependentes.

(1) Poucos serão todos os elogios que se façam ao illustre Inspector das Bibliotecas Eruditas, sr. dr. Julio Dantas. Os serviços que êle prestou à erudição e à historiografia nacionais com as incorporações realizadas são dum alcance e duma importância inapreciáveis. Tal acção benemérita e patriótica só pode ser bem avaliada por quem trabalha dia a dia nos nossos arquivos e bibliotecas em contacto com as fontes documentais em primeira mão. Os investigadores de hoje, desapaixonados e justos, e a posteridade não poderão nem deverão jámais esquecer êsse alto serviço do sr. dr. Julio Dantas.

Há mesmo estabelecimentos — como a Biblioteca da Ajuda — que teem estado inteiramente abandonados pelo que respeita à catalogação moderna de manuscritos.

Em outros — como na Torre do Tombo — êsses serviços correm com excessiva morosidade, tendo-se dado — sem se saber porquê — a preferênciã à catalogação de *fundos* última-mente incorporados e duma importância histórica muito menor comparada com a que apresentam outros núcleos (1). E certo que o pessoal — e especialmente o hábil e zeloso — não abunda; mas não há dúvida que se alguns dos funcionários dos nossos arquivos e bibliotecas não andassem distraídos em outros serviços completamente extranhos aos dos seus cargos de bibliotecários e arquivistas o rendimento de trabalho seria muito maior — o que traria enorme proveito para a investigação histórica e grande prestígio para a República (2).

(1) O infatigável investigador dr. Sousa Viterbo falando dos ricos recheios da Torre do Tombo, num artigo do *Arquivo Histórico*, diz: «O Arquivo Nacional é um repositório de tal maneira vasto que é impossível efectuar-se, ainda que superficialmente, o inventário das suas riquezas. Não estão elaborados os índices e catálogos de muitos dos inumeráveis documentos que ali se entesouram . . . ». Falando dos índices que ali existem, escreve: «Os processos inquisitoriais, por exemplo, estão relacionados, mas só indicam o nome do réu . . . A mesma coisa, approximadamente, se dá com documentos muito mais singelos». In *Arquivo Histórico*, vol. 1, 1903, págs. 74 e 75.

Outro tanto diz o grande erudito portuense, sr. Joaquim de Vasconcelos, numa magnífica colecção de artigos sôbre *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, em *O Comércio do Porto*, de 27 de Fevereiro e 5, 13 e 27 de Março de 1913, etc.

Em face de tão abundante recheio e de tão pouco pessoal, o que vale ainda é a investigação particular. Teem feito muito mais em favor do estudo e divulgação dos núcleos do Arquivo Nacional os investigadores particulares, que todas as gerações de funcionários dêsse enorme depósito. O sr. Braamcamp Freire — que é já por si um exemplo bem vivo e fulgurante do que afirmamos, diz, a tal respeito, no seu estudo sôbre a Maria Brandoa: — «. . . o general Brito Rebelo, que nos seus apontamentos possui o melhor índice dos documentos da Torre do Tombo . . . ». In *Arquivo Histórico*, vol. vi, 1908, pág. 332.

(2) Outro tanto se pôde dizer dos museus que continuam sem catálogos. Querer fazer intercâmbio intelectual e turismo com os arquivos, a

E de lamentar que o novo regime ainda não tivesse a energia e o desprendimento necessários para acabar com o regime das acumulações de empregos — alguns dos quais são verdadeiramente incompatíveis tanto material como moralmente.

E é tanto mais de lamentar quanto é certo que êsse uso e abuso de acumulações durante a monarquia era o objecto quasi obrigado, nos saudosos tempos da propaganda, das conferências e comícios republicanos. Alguns casos de acumulações nos serviços da instrução há mesmo tão extraordinários, tão descomunais, que não conhecemos outro país no mundo que os patenteie.

Essas causas, bem como a falta duma conveniente selecção do pessoal que tem entrado para êsses estabelecimentos, e a ausência — tantas vezes! — duma direcção efectiva exigente e duma fiscalisação rigorosa, enérgica, quasi-feroz explicam sufficientemente o atraso lamentável em que se encontram os nossos mais ricos depósitos documentais pelo que respeita à catalogação das suas espécies⁽¹⁾.

Vimos, porém, que tal abandono não era negativo apanágio dos estabelecimentos dependentes da Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, porque os próprios arquivos dos

bibliotecas e os museus por catalogar, parece-nos contraproducente. Tal estado de coisas que, visto *em familia*, é apenas lamentável, presenciado por estrangeiros torna-se deprimente e vergonhoso para nós. A essa falta de catálogos nos Museus, especialmente no que respeita ao de Arte Antiga, se refere o sr. Joaquim de Vasconcelos nos seus já citados artigos.

(1) É forçoso ponderar que aos inspectores e directores de serviços dos arquivos e bibliotecas faltava até há pouco *aquela necessária fôrça moral*, — essencial para alguém mandar e fazer-se obedecer, — dada a forma mesquinha — que seria irrisória se não fôsse miserável — como o Estado pagava aos funcionários e demais empregados dos nossos arquivos e bibliotecas. Que ascendente, que autoridade tem um inspector, um director, para mandar trabalhar e exigir o cumprimento rigoroso das leis e regulamentos por parte dos seus subordinados, quando o Estado é o primeiro a não cumprir a mais fundamental lei da vida: assegurar o direito à existência dos seus empregados?

Hoje já não é assim. O Estado paga agora muito melhor a êsses seus serventúrios; por isso pode, e deve, exigir-lhes competência e solicitude no desempenho das suas funções.

Ministérios — especializando os da Justiça, Guerra e Estrangeiros, — que deviam estar exemplarmente organizados, estão incomparavelmente peor que os dependentes daquela Inspeção (1).

*
* *
* *

Se o Estado não faz catalogar convenientemente os manuscritos dos seus depósitos, menos faz publicar os catálogos e índices que estão feitos, e ainda menos cuida em publicar as espécies mais valiosas e de mais importância histórica e paleográfica (2).

(1) Em face de tal ausência de catálogos — e até, por vezes, da mais elemental arrumação — o que vale aos investigadôres é um ou outro funcionário que por ser antigo nesses depósitos e, naturalmente, culto e dotado de zêlo e curiosidade os conhece melhor a ponto de tornar-se em excelente guia e infalível auxiliar dos estudiosos. Aproveitando a oportunidade, desejamos patentear aqui o nosso reconhecimento a alguns dêsses funcionários, sendo justo salientar, entre os que mais nos teem auxiliado, os srs.: dr. Julio Dantas, ilustre Inspector das bibliotecas eruditas, sempre zeloso e amável; dr. Antonio Baião e Pedro de Azevedo, nas investigações feitas no Arquivo Nacional; o distinto historiador Cristovam Aires e o conservador Alvaro Neves, nas nossas peregrinações pela biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa; Joaquim Anselmo e João Costa, distintos bibliotecários da Biblioteca Nacional; Pinto Garcia, no Arquivo do Ministério dos Estrangeiros; Capitão Chichorro, no Arquivo Geral do Ministério da Guerra; Nobre de Carvalho, no Arquivo do Ministério da Justiça; J. Farmhouse, muito competente e zeloso conservador da Biblioteca da Sociedade de Geografia, etc. E, falando dos vivos não podemos, nem devemos deixar de recordar os mortos ilustres, especializando dois: Gabriel Pereira e João Antonio Moniz, aos quais aqui deixamos o tributo da nossa gratidão e a expressão da nossa saudade

(2) O que o Estado não tem feito fizeram-no os particulares e as Academias das Ciências de Lisboa e de Portugal, o Instituto de Coimbra, a Sociedade de Geografia, etc. Entre os investigadores que mais documentos da Torre do Tombo teem publicado, salientam-se, entre os contemporaneos, o sr. Anselmo Braamcamp Freire, que logo no primeiro volume do seu *Arquivo Histórico*, publica as *Cartas de quitação del Rei D. Manuel, da Chancellaria* dêsse rei, e muitos documentos da Gaveta 2.^a, acêrca de *As conspirações no reinado de D. João II*; no volume de 1904 continua a publicação dos documentos dêsses núcleos, bem como muitos outros das

Assim, ao passo que por toda a parte os governos, se não tomam a iniciativa da publicação dos documentos conservados nos seus arquivos e até, nos arquivos estrangeiros, estimulam e protegem quem a êsses trabalhos se dedica, entre nós o Estado olha com enorme indiferença para tais assuntos⁽¹⁾. E é

Chancellarias de D. Affonso V e D. João II, O Livro das Tenças del Rei (D. Manuel), interessante manuscrito da Livraria (n.º 173); e nos seguintes publica o *Censo da população de Entre Douro e Minho seculo XVI*, manuscrito da Gaveta 15, e de Entre o Tejo e o Guadiana no mesmo século (liv. 84 da Casa da Corôa), etc., etc. Também o sr. dr. Antonio Baião tem publicado muitas dezenas de documentos tanto no *Arquivo Histórico* como nas publicações da Academia, nos *Serões*, etc., principalmente acêrca dos importantísimos fundos da Inquisição, em cuja investigação se tem especializado muito; e outro tanto é justo dizer dos srs. general Brito Rebelo, dr. Teófilo Braga, e salientando dos recém-mortos, os drs. Costa' Lobo e Sousa Viterbo.

Também, o sr. Pedro de Azevedo tem publicado, em várias revistas e boletins, muitos artigos sôbre a Inquisição e o Santo Offício, entre os quais salientaremos os aparecidos no *Arquivo Histórico*, com largas transcrições de documentos. Igualmente, o sr. J. Lucio de Azevedo, nos seus trabalhos sôbre o *P.º Antonio Vieira* e a *Evolução do Sebastianismo*, se refere, com desenvolvimento, ao processo da Inquisição, a que foi submetido Gonçalo Anes Bandarra, transcrevendo muitos documentos dêle.

Igualmente, nós bastantes documentos dêsses Arquivos temos publicado, especialmente nos nossos trabalhos: *Gomes Freire na Russia*, e *As Impressões de um diplomata português na côrte de Berlim*.

(1) Até Marrocos está sendo objecto de estudos históricos muito sérios. Assim, o conde Henry de Castries está publicando uma obra de que já saíram pelo menos seis tomos sôbre *Les sources inédites de l'histoire du Maroc*, sendo três tomos com os produtos das investigações nos *Archives et Bibliothèques des Pays-Bas*.

Quanto às investigações effectuadas em arquivos estrangeiros, lembramos o seguinte facto.

Há uns doze anos o sr. Georges Bourgin, arquivista dos Arquivos Nacionais de Paris, que fez investigações nos complexos Arquivos Pontificais e estudou a organização dos depósitos e a natureza dos fundos, resolveu elaborar e publicar um trabalho que servisse de guia aos estudiosos que fossem a êsses Arquivos fazer investigações sôbre a história moderna franceza.

A-pezar-de ali existir uma sala de catálogos onde Monsenhor Wenzel, arquivista adjunto, reuniu em 1901 cêrca de seiscentos e sessenta e nove repertórios antigos, e dos trabalhos para a organização dum *Index Indi-*

pena que assim proceda, pois a publicação de documentos é sempre muito útil para a realização do trabalho histórico.

*

* *

Mas, como vimos, não são só os arquivos que teem as suas espécies por catalogar, também nas bibliotecas do Estado tal succede, sendo de notar que o nosso primeiro estabelecimento dessa natureza — a Biblioteca Nacional de Lisboa — é a que proporciona o mais palpitante e característico exemplo da falta de catalogação de livros.

O ex-director dessa biblioteca, sr. Fidelino de Figueiredo, diz no seu relatório esta coisa muito extraordinária: « Como a maior parte dos livros, que constituem a Biblioteca, não está catalogada, nem sequer registada, nem mesmo carimbada, não havia meio de verificar os furtos que assim se faziam sem o mínimo risco⁽¹⁾ ». Não conhecemos caso semelhante em nenhum país civilizado⁽²⁾.

cum, ao que parece torna-se demorado aos estudiosos o exame das colecções que a cada um mais pode interessar, fazendo-se tais buscas por tentativas. Foi para obviar a êsse inconveniente que Georges Bourgin escreveu, em 1906, *Les Archives pontificales et l'histoire moderne de la France*, prestando nas suas 114 páginas valiosas informações. Não se trata dum inventário, em forma, de *corpos*, e muito menos, de maços de documentos relativos à História de França, mas sim dum guia histórico e administrativo dos mais importantes fundos que interessam o estudioso da história francesa, da sua formação, organização, natureza dos recheios, etc.

O mesmo funcionário estudou, também, cuidadosamente o *Fondo Ge-suitico* da Biblioteca Nacional Victor Manuel, de Roma, investigando nos 1.700 numeros dêsse fundo o que interessa à história de França, publicando, como resultado dêsses trabalhos, um *Inventaire analytique et extraits des manuscrits*, relativo à história de França do século xvi ao xix, com 80 páginas.

(1) Fidelino de Figueiredo, *Como dirigi a Biblioteca Nacional*, pág. 42.

(2) Lá fora despojam-se até as revistas para se elaborarem catálogos dos seus artigos. Para exemplo, entre milhares, podemos citar a *Table Methodique et Analytique des articles du « Journal des Savants » depuis la reorganisation à 1816 jusqu'en 1858 inclusivement*, publicado em 1870 por Hip-

Mas, há mais e melhor — ou peor! Numa entrevista publicada recentemente em *O Século*, da manhã, o actual director dessa Biblioteca, sr. Jaime Cortezão, respondendo à pergunta que lhe fizera o entrevistador sôbre o estado de conservação dos livros existentes nesse estabelecimento, diz nada menos que o seguinte:

«Encontrei a Biblioteca num estado de verdadeira ruína. Os livros, pôdres, a cairem aos bocados; a traça e o anobio instalados no seu terreno de eleição, na sua Terra Promissória. Mais de metade da Biblioteca está em perigo de destruição; a quarta parte quasi perdida. E isto não é de há seis ou sete anos a esta parte: é de há cinquenta anos.»

Falando dos serviços de catalogação diz:

«Havia, como se sabe, na Bibliotecã esses trinta catalogos diferentes... As obras do mesmo autor não estavam juntas, mas separadas, segundo o juizo muitas vezes arbitrário do classificador (1).»

Que estranho e lamentável contraste entre a desorganisação que entre nós se nota nestes serviços e o método e o es-

lito Cocheris, e continuado por Jean Tissier em o *Table Analytique des articles du «Journal des Savants»*, (1859-1908), publicado em 1909. Êste último, muito mais completo que o primeiro, é uma maravilha de organização e método, com as suas listas por ordem alfabética dos nomes de pessoas, lugares e matérias, incluindo os nomes dos autores das obras enumeradas. Os artigos chamados em *grand texte* são seriados com as indicações do nome do autor de cada artigo, do titulo dêste, a indicação do editor e tradutor das obras já publicadas e das traduções feitas, o nome do autor da obra analisada e o titulo desta; a menção da palavra ou titulo do assunto tratado, etc.

Como seria para desejar que entre nós tal exemplo frutificasse, e tal modêlo fôsse imitado. Os artigos das revistas são cada vez mais importantes — essenciais — na bibliografia dum assunto, porque êles marcam o progresso — quasi dia a dia — de cada sciência. Por isso um catálogo de artigos de revista, ou um catálogo onde figurassem as indicações dos artigos de revista, seria um excelepte auxiliar bibliográfico para especialistas.

¿Mas quando poderemos atingir tal perfeição se a «maior parte dos livros que constituem» a nossa primeira biblioteca «não está catalogada, nem sequer registada, nem mesmo carimbada» — como diz o ex-director dêsse estabelecimento?!

(1) In jornal *O Século*, da manhã, de 8 de Setembro de 1919.

pirito de ordem e de continuidade em que êles se encontram lá fora não só nas bibliotecas centrais dos grandes países como até mesmo nas das nações pequenas como a Bélgica, a Holanda e a Suíça (1)!

Segundo se anuncia na referida entrevista, e parece certo, a nossa Nacional está passando por uma grande transformação: «É uma construção nova — diz o actual director — para a qual, como materiais, apenas uma coisa se aproveita: os livros».

Oxalá que assim seja. Há muito, senão tudo, que fazer na nossa Biblioteca Nacional desde a determinação dos fins e objectivos dessa instituição de alta cultura — especialmente de *alta cultura histórica*, — até ao estabelecimento das normas e dos

(1) Pela leitura do 11.º Relatório da Biblioteca Nacional de Berne fica-se sabendo que nela se organizou um *Bulletin Bibliographique* destinado a pôr o público ao facto das obras recém-adquiridas. Também os oito catálogos — das oito secções — foram fundidos num catálogo único, geral, e poz-se à disposição do público um *Repertoire par matières*, em verbetes, onde figuram as obras aparecidas depois de 1901. Pelo que temos lido sabemos que tal *Repertoire* tem prestado já muito bons serviços para se saber quais as obras existentes na Biblioteca sobre determinado assunto, ou as publicações das quais se desconhece o autor.

Esse Repertório vai sendo pouco a pouco completado com as indicações de obras anteriores á 1901, e as que de dia a dia vão aparecendo. Também, essa Biblioteca tem publicado diversos catálogos, conhecendo nós o *Catalogue alphabétique* da Divisão A, História e Geografia.

Igualmente, as bibliotecas belgas estavam excelentemente organizadas antes da guerra, tendo os seus *fundos* convenientemente catalogados.

Do mesmo modo lhes não faltavam as publicações bibliográficas.

Assim, a *Bibliographie de Belgique* que até há pouco tempo era uma publicação da iniciativa particular, foi, a partir de 1912, tornada publicação oficial, servindo de órgão da Biblioteca Nacional de Bruxelas. Essa publicação divide-se em três partes: a primeira trata dos livros e periódicos novos, com gravuras, cartas, planos e fotografias; a segunda consta dum *Boletim dos sumários dos periódicos*; a terceira contém *Noticias bibliográficas*.

Ainda — que nós saibamos — publica-se nesse país o *Annuaire des Bibliothèques de Belgique*, contendo muitas informações históricas, descritivas, estatísticas, administrativas e bibliográficas, notícias sobre catálogos impressos e manuscritos das bibliotecas e arquivos belgas, etc., etc.

métodos e processos de catalogação, e à natural *mise en pratique* de tudo isso nos próprios catálogos da casa.

Aquele malfadado estabelecimento tem sido dirigido e administrado aos encontrões, mercê da diversidade de critérios dos funcionários que teem estado à sua frente. Assim, uns, com a *ideia fixa*, a obcecação, de guardar cumentamente os livros, passaram a considerar estes *intangíveis* não só para os leitores como para . . . os moços de limpeza; o resultado tem-se visto ultimamente: uma grande parte dos *fundos* antigos estão inteiramente destruidos. Outros, confundindo um tanto os fins dessa biblioteca com os das *Free Public* e das *Free Town Libraries* americanas e inglesas, prodigalisaram demasiadamente, e perigosamente, os livros dêsse depósito.

Ora a verdade é que uma biblioteca nem é um templo onde pontificam os sacerdotes magnos do livro — bibliólogos e bibliotecários, com orações acroáticas e litânias misteriosas, e onde o público vai, de chapéo na mão e mãos postas, escutar a acrosafia dos iniciados; nem é, também, o bazar ou quermesse, o café ou sala de club onde se vai despreocupadamente fumar um cigarro e, de caminho, meter na algibeira um livro que convenha — que dêleite ou renda alguma coisa na loja dum receptor.

Nada disso. Uma biblioteca é uma oficina, um campo, um *meio* de trabalho, e os livros não são mais nem menos que instrumentos e ferramentas cujo fim mais modesto é instruir e divulgar, mas cujo objectivo mais elevado, mais belo e superior, é fazer progredir os conhecimentos humanos, *acrescer a cultura*.

Por isso, é tão imbecil aquele que não deixa *trabalhar*, fazer obra, *criar*, com receio que se danifique a *ferramenta*, como é criminoso o que a inutiliza, ou dela se apropria, para seu exclusivo uso, retirando-a da oficina de trabalho.

Dêste modo, a nossa Biblioteca Nacional não deve ser um simples depósito, reservatório de livros ou manuscritos, e o repositório central da livraria portuguesa; deve ser, principalmente, e acima de tudo, *um grande «meio»*; *uma grande «oficina» de trabalho bibliográfico — para os da casa, e um grande mostruário de instrumentos de cultura — para os de fóra*. Dês-

tes há ainda que ter em vista que se podem classificar em dois grupos desigualmente numerosos: os que se desejam instruir para fins limitadamente pessoais: prazer de espírito, utilização profissional, etc. — e que são a grande legião; e o número — muito mais limitado — dos que ali vão trabalhar para acrescer o património dos conhecimentos humanos, para fazer progredir a ciência, para, emfim, *criar*, — suprema finalidade do espírito humano!

Como é óbvio, cada um desses grupos merece ter tratamento especial, devendo os que constituem o segundo ser cercados de todas as atenções, de todas as facilidades, do maior número de liberdades e prerogativas.

¿E assim que se pensa actualmente na Biblioteca Nacional? Pois se tal é o critério ali predominante, só merece louvores a nova direcção desse estabelecimento.

*
* * *

A nossa Biblioteca Nacional não é só rica em manuscritos, tanto do seu fundo geral como de colecção pombalina e dos arquivos da marinha e ultramar, nem em impressos, incunábulo e paleo-tipos — o que tudo está — como já vimos — num estado de catalogação precária. Tem o nosso mais importante estabelecimento bibliotecário um *fundo* muito valioso de gravuras que importa estudar, classificar, catalogar e vulgarizar pela publicação do catálogo analítico e descritivo.

É bem conhecida a importância que estão tendo nas diversas bibliotecas da Europa as colecções de gravuras dos seus *fundos*, sempre acrescidas pelas novas aquisições. Por isso os trabalhos de classificação e inventário acompanham essas aquisições. Ainda ultimamente, François-Louis Bruel, funcionário do *Cabinet des Estampes* da Biblioteca Nacional de Paris, publicou um desenvolvido inventário analítico da preciosa colecção Vinck, ha poucos anos incorporada nessa biblioteca, e que consta de vinte e cinco mil peças entre gravuras e outras espécies.

O catálogo elaborado por M. Bruel é uma obra prima no

gênero, pois não se trata duma simples e indigesta seriação de nomes. Antes êle é um catálogo racional e metódico, onde, acêrca de cada peça o autor informa o leitor sôbre os factos, personagens, acontecimentos históricos nela representados; faz a crítica da peça, o estudo da proveniência, a sua natureza e evolução; e conta ainda, a propósito duma agua-forte, buril mezzotinti, madeira stipple, etc., as anedotas que lhe servem de cortejo (1).

Entre nós, apesar dos trabalhos que se teem anunciado neste gênero, e que algo terão pesado no orçamento, não nos consta que nada se tenha feito que de longe, sequer, imite o importante trabalho de Bruel.

Quantas preciosidades não existirão ainda desconhecidas nos insondáveis depósitos dos nossos arquivos e bibliotecas! Quantos mistérios e quantas incógnitas não rôem ainda a nossa história literária, política, scientifica e artística, cuja solução se encontrará quando êsses depósitos forem batidos e varejados por solícitos arquivistas e operosos investigadores (2)!

*

Senhor Presidente da República!

Chegado ao fim do nosso relato que ficou extenso sem que, apesar disso, resultasse completo, cumpre-me depô-lo, com as mais respeitosas homenagens; nas mãos de V. Ex.^a.

(1) Vêr Henry Marcel, Henry Bouchot e Ernest Babelon, *La Bibliothèque Nationale* [de Paris], 1907, 1.º vol.; *Le deux cents incunables du Département des Estampes*, Paris, Lévy, 1903.

(2) Se ainda hoje, lá fóra, onde os arquivos públicos e particulares teem sido vistos, investigados e esquadrihados sistematicamente, por vêzes se fazem importantes descobertas, o que se poderá conjecturar das riquezas documentais dos nossos arquivos ainda agora numa fase muito primitiva de catalogação!

Ainda ultimamente um investigador de Viena, Ransburg, descobriu uma série de trinta e sete cartas de Glück dirigidas ao secretário da embaixada da Austria em Paris, Kruthofer, cartas essas inteiramente desconhecidas, pois pouca correspondência se conhecia do notável autor do *Orfeu*. As cartas encontradas vão de 1775 a 1783, isto é, são do período em que Glück trabalhava na *Armida* e na *Ifigenia em Taurida*.

Quiz um acaso feliz e uma coincidência interessante que o velho republicano e companheiro modesto da propaganda que V. Ex.^a nomeou — quando Ministro do Interior do Governo Provisório — chefe de Repartição da Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, seja o mesmo que aqui vem, muito respeitosamente, ante V. Ex.^a — agora venerando Chefe de Estado — dar conta da forma como desempenhou alguns serviços que lhe foram cometidos.

Não tem o autor quaisquer ilusões que lhe façam esquecer a mediania dos seus recursos e o limitado das suas aptidões; mas também não tem êle outro desígnio que ser útil ao seu País e à República, servindo-os o melhor que sabe e o mais completamente que pode. Ao elaborar êste Relatório entendeu êle que a melhor forma daqui servir a República era dizendo a verdade, muita verdade!

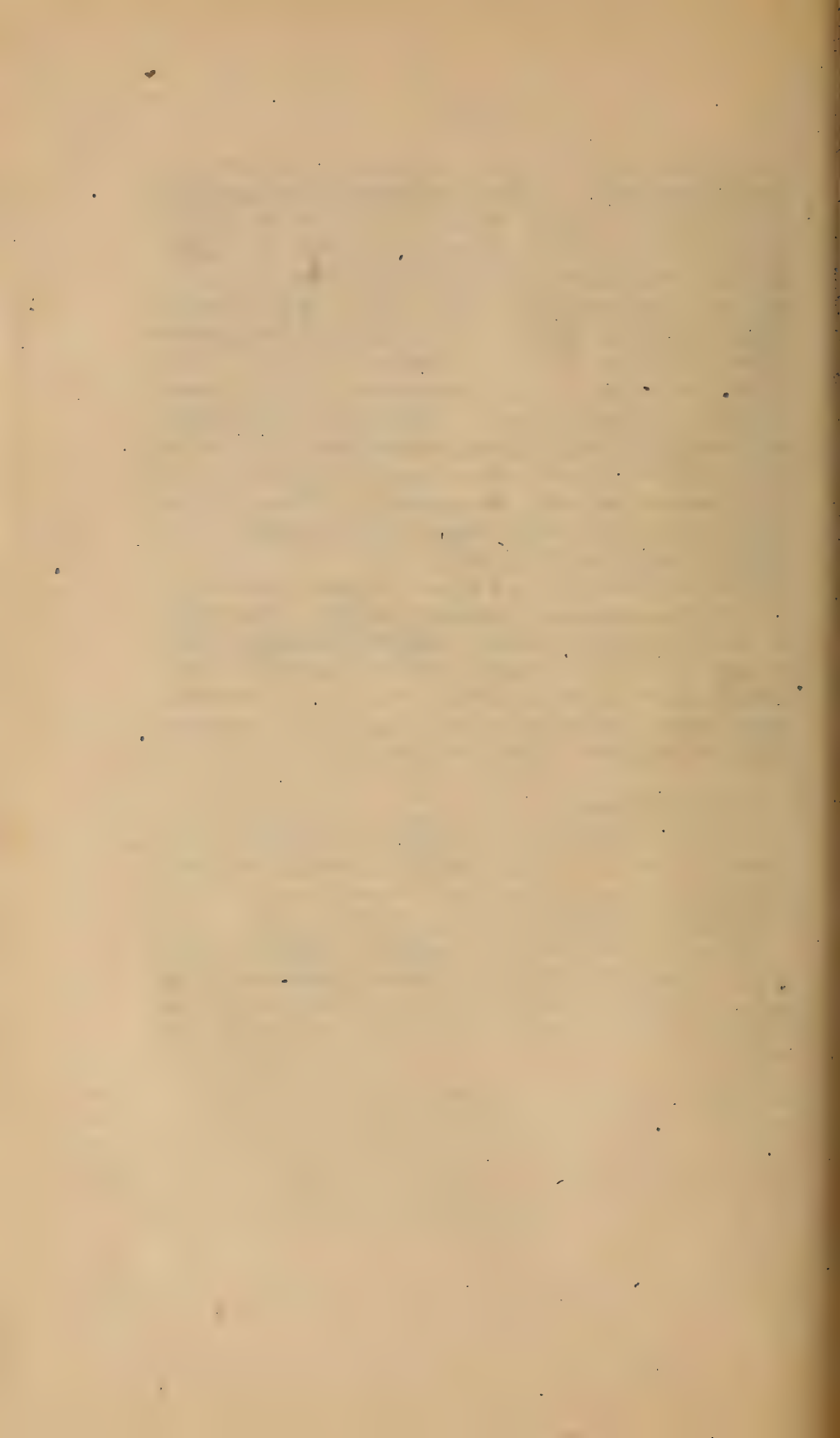
Não desconhece êle o que pensava Terencio quando escrevia: «*Veritas odium parit, obsequium amicus*». Mas também êle crê que se entre o vulgo a *verdade gera inimigos e só a lisonja e a adulação criam aditos*, nos espíritos de *élite* — como V. Ex.^a — tal não se dará, e antes será bem recordado aquele adágio tão tradicionalmente-português: «De amigo lisonjeiro e de frade sem mosteiro não cures».

Senhor Presidente!

«Se em todos os países — como dizia Washington — a instrução é a base mais sólida da felicidade pública», nas democracias pode dizer-se que ela é a chave da abobada de todo o edifício político e social.

Melhoremos, aperfeiçoemos, *afinemos* a instrução no nosso País. A *chave da abóbada* ficará cada vez mais forte, e a República resultará cada vez mais robusta, mais perfeita, mais bela!

FIM



ÍNDICE

INTRODUÇÃO

	Pág.
1.º — A criação do Ministério da Instrução Pública	3
Projecto de lei.	8
2.º — A organização da biblioteca do novo Ministério	19
3.º — Distribuição de livros por diversas Faculdades de Lisboa. . .	21
4.º — Boletim do Ministério de Instrução	44
5.º — Outras iniciativas:	
A) Os Anuários dos liceus	49
B) A obra pedagógica da República	52
C) A vida e obra governativa do 1.º Marquês de Pombal	56
D) Investigações e publicações históricas. Inéditos da História de Portugal	62
E) A pequena biblioteca da Repartição de Instrução Artística	68
6.º — Legislação estrangeira:	
A) Administração central de belas-artes	69
B) Ensino comercial: — Legislação italiana — Legislação francesa — Legislação belga — Legislação espanhola	69
C) Teatros: — França.	70
D) Belas-artes, plástica e monumentos: — Itália — França — Espanha — Suíça — Bélgica	70
E) Escolas de Belas-artes: — França — Bélgica — Alemanha.	72
F) Legislação sobre propriedade e artística.	73
G) Legislação diversa	73
7.º — Obras diversas	73

PARTE I

Bibliotecas e Arquivos

CAPÍTULO I — Dos serviços das bibliotecas eruditas e arquivos . . .	77
---	----

	Pág.
CAPÍTULO II — Serviço de incorporações nas bibliotecas e arquivos do Estado	95
CAPÍTULO III — A conservação de manuscritos e os estudos históricos no antigo regime.	104
CAPÍTULO IV — Serviços de inventário e catalogação nas bibliotecas eruditas e arquivos,	121
A) Serviços de catalogação na Torre do Tombo	121
B) Catálogos publicados da Torre do Tombo	125
C) Serviços de catalogação da Biblioteca Nacional de Lisboa	128
D) Biblioteca da Ajuda	142
E) Biblioteca Pública de Évora.	150
F) Biblioteca Pública de Braga.	151
CAPÍTULO V — Os serviços de catalogação em outros Arquivos e Bibliotecas	158
1. — Arquivo Geral do Ministério da Guerra	158
2. — A Biblioteca da Escola de Guerra	165
3. — Arquivos históricos do Ministério dos Estrangeiros	169
4. — Arquivo e Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa	178
5. — Biblioteca da Sociedade de Geografia	184
6. — Biblioteca de Mafra	190
7. — Biblioteca da Universidade de Coimbra	192
8. — Biblioteca Pública do Porto	205
9. — Arquivos de Braga	212
10. — Arquivos dos Ministérios:	
A) Arquivo do Ministério do Interior	219
B) Arquivo do Ministério da Justiça	221
C) Arquivo do Ministério das Finanças	227
D) Arquivo do Ministério do Comércio	231
E) Arquivo do Ministério da Marinha	234
F) Arquivo do Ministério das Colónias	235
G) Arquivo do Ministério de Instrução	237
11. — Outros arquivos da cidade de Lisboa	238
A) Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa	238
B) Arquivo da Misericórdia de Lisboa	240
C) Arquivo do Hospital de S. José	240
12. — Bibliotecas Escolares	241
A) Bibliotecas Liceais	241
B) Bibliotecas Universitárias.	241
CAPÍTULO VI — Algumas medidas propostas acêrca dos serviços das bibliotecas eruditas e arquivos	244

	Pág.
1. — Organização de catálogos de manuscritos publicados	244
2. — O estudo das bibliotecas e arquivos estrangeiros no ponto de vista da história de Portugal	252
3. — As instalações da Biblioteca Nacional de Lisboa. O seu horário de leitura	269
4. — Da necessidade de abrir as Bibliotecas das Faculdades da Universidade de Lisboa aos estudantes	274

PARTE II

Bibliotecas Populares e Móveis

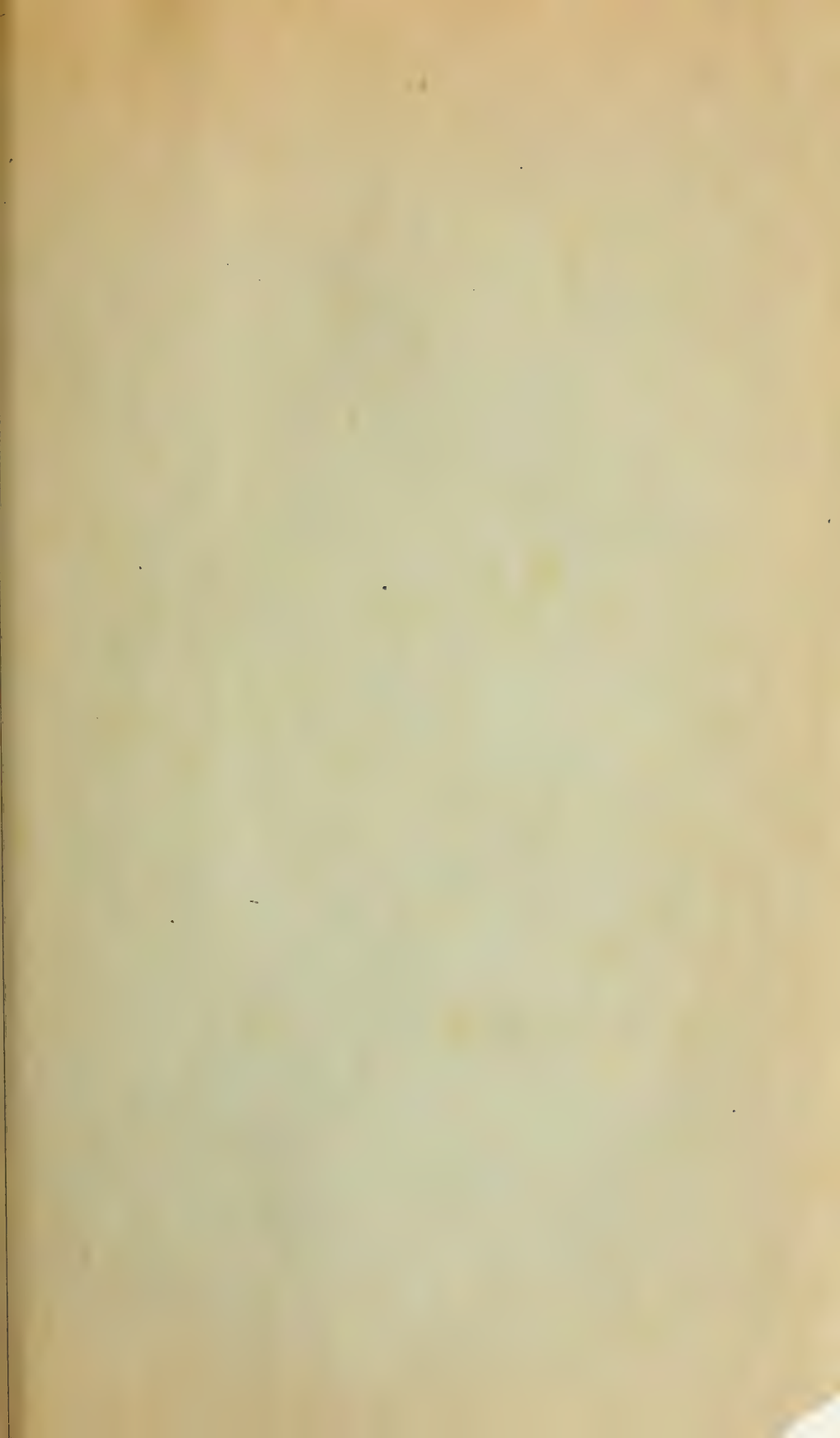
CAPÍTULO I — As bibliotecas populares e a educação post-escolar	277
CAPÍTULO II — Propostas para a criação duma biblioteca popular tipo e de salas públicas de jornais	279
1. — Projecto de organização de bibliotecas populares	286
2. — Organização de Salas de leitura de jornais	287
3. — Bibliotecas municipais	289
CAPÍTULO III — Plano duma biblioteca popular-tipo	291
1. — Da instalação da Biblioteca popular	292
2. — Dos serviços da leitura pública	294
3. — Da aquisição das espécies	294
4. — Do catálogo da Biblioteca	295
5. — Do pessoal da Biblioteca	296
6. — Do empréstimo domiciliário	297
CAPÍTULO IV — Bibliotecas móveis	298
CAPÍTULO V — Bibliotecas hospitalares	300
CAPÍTULO VI — Bibliotecas para os soldados portuguezes no <i>front</i>	303
CAPÍTULO VII — Proposta tendente a resolver a falta de publicações populares educativas	309

PARTE III

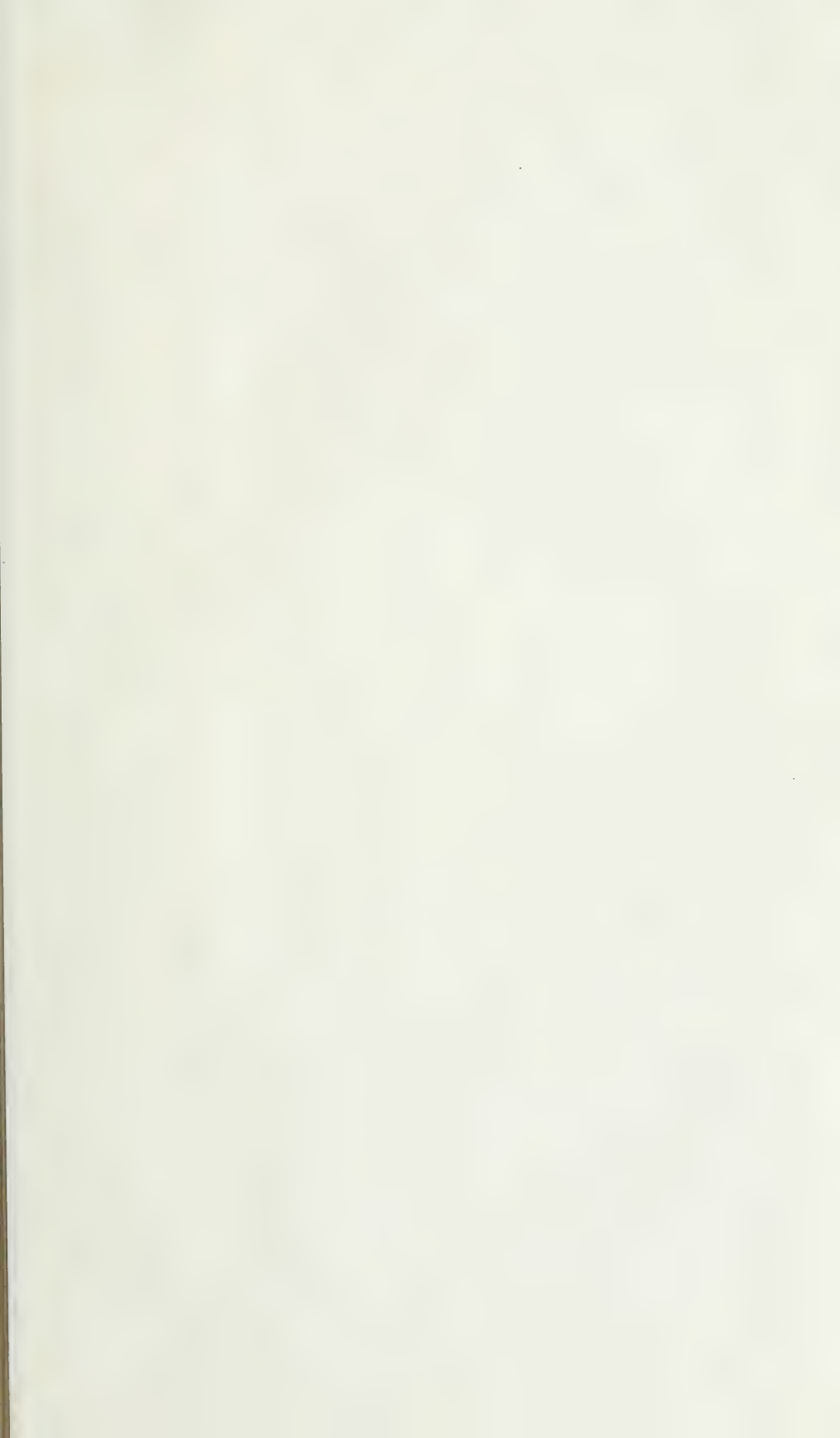
Comentários e Observações finais

Comentários e Observações finais	314
--	-----











MAR 18 1983

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

Z
833
F44

Ferrão, António
Os arquivos e as biblio-
tecas em Portugal

35

